UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DIOGO DA SILVA CARDOSO

ARQUIPÉLAGO SOCIOMUSEOLÓGICO REGIONAL: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ)

RIO DE JANEIRO
2015

Diogo da Silva Cardoso

ARQUIPÉLAGO SOCIOMUSEOLÓGICO REGIONAL: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Scott William Hoefle

Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)

2015

CIP - Catalogação na Publicação

C268a

Cardoso, Diogo da Silva
Arquipélago Sociomuseológico Regional: Notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ) / Diogo da Silva Cardoso. -- Rio de Janeiro, 2015.
300 f.

Orientador: Scott William Hoefle.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós Graduação em Geografia, 2015.

1. Sertão Carioca. 2. Espaço museológico. 3. Paisagem vernacular. 4. Produção cultural. 5. Desenvolvimento local. I. William Hoefle, Scott, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diogo da Silva Cardoso

ARQUIPÉLAGO SOCIOMUSEOLÓGICO REGIONAL: notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em: 07/04/2015

Prof. Dr. Scott William Hoefle, Doutor, PPGG/UFRJ (Orientador)

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro, Doutor, PPGG/UFRJ

Prof.ª Dr.ª Zeny Rosendahl, Doutora, PPGEO/UERJ

Prof. Dr. Mario de Souza Chagas, Doutor, UNIRIO

Prof. Dr. Pedro Alvim Leite Lopes, Doutor, FEBF/UERJ

À memória dos professores e agitadores culturais da Zona Oeste que, após tanto lutarem pela sua região, foram vencidos pelo cansaço e pela “inércia proposital” do Poder público

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Scott Hoefle pela autonomia e liberdade concedida a mim, condição sem a qual não teria chegado aonde cheguei com esta ação-pesquisa. É o antropólogo mais prudente que já conheci!

Agradeço à geógrafa Zeny Rosendahl, pela inestimável luta no campo da Geografia da Religião e por acreditar, assim como Mircea Eliade, que é possível a existência de espaços sagrados mesmo no mundo (pós)secularizado que, com muita angústia, vivemos e sofremos.

Agradeço ao professor Mario Chagas, pela coragem de enfrentar a museologia tradicionalista e propor novos horizontes museais para as periferias urbanas. Pretendo, ainda, escutar seus vinis e CDs raros...

Agradeço também aos professores Rafael Ribeiro e Pedro Lopes, por suas honrosas presenças na banca examinadora.

Agradeço imensamente ao arqueólogo Claudio Prado de Mello, por dar-me a oportunidade de trabalhar no sítio arqueológico Matadouro Imperial (Praça da Bandeira) e de experienciar o rico acervo do Museu da Humanidade e a arquitetura islâmico-medieval que construíste para sediar o IPHARJ, o Museu e a Terra Brasilis.

Obrigado à Simone, Eduardo e Elizabeth, por fazerem do laboratório de arqueologia da Linha 4 do Metrô, um recanto de histórias interessantes e de aumento das minhas dúvidas acerca do vasto universo arqueológico.

Sou grato aos jovens Lucas Paiva e Alfredo Cruz, por me apresentarem os cristianismos orientais. Com eles, notei que é possível, sim, outras formas de relação com o Eterno, e isso me ajudou a aliviar um pouco a tristeza de ver uma parcela enorme do atual cristianismo ocidental entrar no fosso da irrelevância e da degeneração.

Agradeço a minha mãe por ser uma grande mãe, aquela mãe que sempre estende a mão quando preciso. E hoje entendo o seu sofrimento por não termos uma família com *F* maiúsculo. Te amo!

Minha avó é um exemplo de dignidade e lealdade, por isso, és uma preciosidade na minha vida. Junto a ti, Ana, Luana e a mimosa Val completam o time que faz com que eu ainda tenha alguma ligação afetiva com Realengo.

Não posso esquecer de citar Lindomar, Vandeler, Fabrício e Inês Pimenta, Claudia Siqueira, José Humberto, Paulo Marcos, Patrícia Lopes, Willian Carboni, Roberto de Regina, Edinho Paiva e outros colegas de jornada que acreditam que posso, de alguma forma, contribuir no terreno movediço da Academia.

Tenho que agradecer também a todos que participaram da curta jornada do É COmunitário, principalmente os que me afetaram negativamente. Tenho que agradecê-los porquê, graças a eles, despi-me de todo o romantismo que povoa o campo da produção cultural e do patrimônio, impedindo-nos de fazer uma leitura mais realista das relações de desequilíbrio e desigualdade no campo que produzem agenciamentos egocêntricos e um grau de competição elevadíssimo entre as pessoas. Graças à experiência com os agentes culturais da Zona Oeste, queimei várias etapas do processo de entendimento e agora entendo porque há tantas pessoas resignadas e indispostas a militar nesse meio.

Agradeço a Deus por pacientemente me ajudar, a despeito da minha atual letargia espiritual em tempos de angústia existencial e de questionamento sobre a pertinência das instituições religiosas – afinal, vivemos ou não vivemos numa era pós-metafísica? Deus, tu sabes que acredito em ti!

E por fim, menciono Lidiane Oliveira, a quem dedico minha vida e, apesar de não conseguir agradá-la constantemente, vale a pena o esforço. Te amo!

RESUMO

CARDOSO, Diogo da Silva. **Arquipélago Sociomuseológico Regional:** notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ). Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

O objetivo desta ação-pesquisa é evidenciar o fenômeno museológico de base comunitária na região historicamente conhecida como Sertão Carioca, região esta que, desde os anos 1960, tornou-se alvo de estereótipos e rotulações negativas, e outras estratégias territoriais para consolidar a região como a última frente de expansão urbano-industrial da cidade. A proposta é dar visibilidade às instituições locais que se reorientaram como estâncias museológicas, ou seja, de trabalho com as memórias e culturas locais; e compreender as atividades e eventos dessas instituições no contexto geral da localidade que objetivam revalorizar em termos culturais e turísticos. Esse conglomerado de ilhas de arte-cultura e memória formam o Arquipélago Sociomuseológico do Sertão Metropolitano Carioca, um novo conceito que tento trazer à tona para traduzir parte da nova paisagem cultural que almeja revitalizar a região. A metodologia de ação-pesquisa criou um percurso inusitado, sendo o primeiro momento a experiência com os ecomuseus de Santa Cruz e Sepetiba. Após a imersão ecomuseológica, o segundo momento abarca o É COmunitário, iniciativa que durante um ano e meio (2013-2014), reuniu alguns espaços de cultura dispostos a fomentar o turismo comunitário e o intercâmbio cultural em seus bairros. Esta imersão “total” no universo pesquisado revelou outras situações e caminhos para a compreensão dos modos de produção cultural vigentes, agora ancorados na perspectiva do desenvolvimento turístico de base comunitária. A análise desses dois momentos faz entender o arquipélago sociomuseológico em relevo como um simulacro que abriga agenciamentos estéticos que intentam reorientar o desenvolvimento territorial em bases mais históricas e culturais, criando um novo elo de reencantamento dos lugares e de luta pragmática por acesso a recursos financeiros e por novos canais de visibilidade e protagonismo.

Palavras-chave: espaço museológico, paisagem vernacular, turismo comunitário, Rio de Janeiro, Sertão Carioca.

ABSTRACT

CARDOSO, Diogo da Silva. **Arquipélago Sociomuseológico Regional:** notas sobre a emergência de um circuito de cultura e memória na periferia carioca (RJ). Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

The purpose of this action-research is to highlight the museum phenomenon of community-based in the region historically known as Carioca Sertão, this region which, since the 1960s, has become the target of negative stereotypes and labels, and other territorial strategies to consolidate the region as the last front of urban-industrial expansion of the city. The proposal is to give visibility to local institutions that have shifted as museum offices, that is, working with the memories and local cultures; and understand the activities and events of these institutions in the general context of the locality aimed revalue in cultural and tourism assets. This conglomeration of art-culture and memory islands form the Sociomuseological Regional Carioca archipelago, a new concept I try to bring up to translate part of the new cultural landscape that aims to revitalize the region. The action-research methodology created an unusual route, the first time the experience with the eco-museums of Santa Cruz and Sepetiba. After ecomuseological immersion, the second time the covers and community initiative for a year and a half (2013-2014), brought together some culture spaces disposed to promote community tourism and cultural exchange in their neighborhoods. This immersion "total" in the universe researched revealed other situations and ways to understand the current cultural production methods, now anchored in the perspective of tourism development community-based. The analysis of these two moments do understand sociomuseological archipelago in relief as a simulacrum that houses aesthetic assemblages that attempt to redirect the territorial development in more historical and cultural bases, creating a new enchantment link places and pragmatic struggle for access to financial resources and for new channels for visibility and leadership.

Keywords: museologic space, vernacular landscape, community tourism, Rio de Janeiro, Carioca Hinterland.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Sertão Carioca ilustrado por Magalhães Corrêa (1934) 34
Mapa 2 - Zona Oeste Carioca 63
Mapa 3 - Pontos de Cultura e densidade populacional por bairro (2003). Mapa encomendada ao IPP/RJ pela Secretaria Municipal de Cultura 67
Mapa 4 - Proporção de população jovem por bairro (2003) 69
Mapa 5 - Índice de Desenvolvimento Social na Cidade do Rio de Janeiro, com dados do Censo 2000 70
Mapa 6 - Cobertura vegetal e uso do solo urbano no município do Rio de Janeiro 72
Mapa 7 - Corredor Transcarioca 74
Mapa 8 - Linhas de ciclovia da cidade do Rio de Janeiro 75
Mapa 9 - Caminhos do Sertão Oeste Carioca 185
Mapa 10 - Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro em 1900 187
Mapa 11 - AP5 e suas mesorregiões internas 190
Mapa 12 - Arquipélago Sociomuseológico Presencial do Subúrbio Oeste Carioca 203
Mapa 13 - Arquipélago Museológico Popular da Zona Oeste Carioca 201
Mapa 14 - Circuito Museológico do Sertão Metropolitano Carioca 224
Mapa 15 - Mapa Turístico e Cultural do Sertão Metropolitano Carioca 226
Mapa 16 - Zona Oeste Carioca 238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mecanismos espaço-temporais pós-modernos 111
Tabela 2 - A dimensão ontológica da região 114

LISTA DE GRÁFICOS E ESQUEMAS

Esquema 1 - Perfil lógico-quinquitário das formas espaciais contemporâneas, segundo Luiz Sampaio (2001) 119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zoneamento proposto em 1937, antes da consagração do termo Zona Oeste para a então Zona Rural da cidade 81
Figura 2 - Plano-diretor elaborado por Lúcio Costa, tendo a Baixada de Jacarepaguá como o centro geofísico e político-administrativo da cidade 82
Figura 3 - Fachada do Museu de Bangu e, à esquerda, a tela artística de Clécio Regis 143
Figura 4 - Exposição permanente do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz no Palacete Princesa Isabel 148
Figura 5 - Palacete Princesa Isabel, antiga sede administrativa do Matadouro Público de Santa Cruz, construído no período Imperial (1884) 151
Figura 6 - Divulgação do projeto de modernização do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (2012-2013), com o patrocínio da SEC/RJ 153
Figura 7 - Jornada de Pintura, evento realizado anualmente pelo NOPH e sempre com homenagem a uma personalidade cultural local. Em 2012, o homenageado foi o professor e museólogo Sinvaldo Nascimento 157
Figura 8 - Encontro da ABREMC em 2013, na sede do NOPH. A foto ilustra o protagonismo feminino na Museologia Social. Da esquerda para a direita, temos: Therezinha Resende (Ecomuseu da Amazônia, Pará), Bianca Wild (Ecomuseu de Sepetiba), Yara Mattos (Ecomuseu de Ouro Preto, Minas Gerais), senhora desconhecida, Nádia Helena (Ecomuseu de Maranguape, Ceará) e Odalice Priosti (Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz) 161
Figura 9 - Chineses da Fazenda de Santa Cruz à serviço da família Real . 163
Figura 10 - Otávio Miyata, principal interlocutor da Colônia, com os ecochefs do Instituto Maniva para promover o Aipim de Santa Cruz 165
Figura 11 - Metodologia em espiral proposta pelo NOPH. A Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz também aparece nessa geopolítica cultural hexagonal onde o NOPH reivindica para si o papel central em todo o processo. Seria uma espécie de centralismo político-cultural 167
Figura 12 - APAC Santa Cruz, ilustrado por Oswaldo Lioi. Legenda: 1- antiga sede da Fazenda de Santa Cruz; 2- Casa do Sal; 3- Casa Ciraudo; 4- Vila Celina; 5- Palácio Horácio Leme; 6- Marco XI; 7- Antigo solar da família Araújo; 8- Antiga residência do Senador Júlio Cesário de Melo; 9- Atalaia dos Jesuítas (Morro do

Mirante); 10- Vila Operária do Matadouro; 11- Antiga sede administrativa do Matadouro Público de Santa Cruz; 12- Hangar do Zeppelin 170
Figura 13 - Intercâmbio de experiências do Ecomuseu de Sepetiba com a ABREMC e o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. À direita, temos o chanceler do movimento ecomuseológico mundial, Hugues de Varine 173
Figura 14 - Cartaz de divulgação do Colóquio do Ecomuseu de Sepetiba . 174
Figura 15 - Passeio de reconhecimento ecológico e cultural realizado pelo Ecomuseu de Sepetiba (2014) 175
Figura 16 - Divulgação dos passeios mensais guiados pelos colaboradores do Ecomuseu de Sepetiba 176
Figura 17 - Marketing territorial do Ecomuseu de Sepetiba 178
Figura 18 - Praia de Sepetiba, próximo à Ilha do Marinheiro 178
Figura 19 - Pôr do Sol na Baía de Sepetiba, em Sepetiba 179
Figura 20 - Notícias “alarmantes” sobre o declínio da zona rural do Sertão Carioca no último quartel do século passado. A reportagem é do Jornal Última Hora, de 10 de abril de 1963 189
Figura 21 - Notícia da expulsão de lavradores de Campo Grande por grileiros, também nos anos 60 191
Figura 22 - Anúncio de venda de terreno em Bangu, possivelmente nos anos 1950-60 193
Figura 23 - Venda de terrenos do espólio da abastada família Wiltshire, de Jacarepaguá 194
Figura 24 - Anúncio mais antigo, dos anos 40, falando dos "encantos" de Jacarepaguá 195
Figura 25 - Saraus realizados pelas Mulheres de Pedra todos os meses, em Pedra de Guaratiba 204
Figura 26 - Mulheres de Pedra exaltam sua *africanidade* 205
Figura 27 - Quadros do pintor Sérgio Vidal no espaço das Mulheres de Pedra, e visita de guias de turismo e funcionários públicos em novembro de 2013 ... 205
Figura 28 - Trabalho lúdico da Casa da Rua do Amor com as crianças do sub-bairro Saquaçu 207
Figura 29 - Fachada da Casa da Rua do Amor, reformada para abrigar o Museu Oficina de Artes Lúdicas 209
Figura 30 - Acervo de uma das salas do Museu Oficina de Artes Lúdicas. 209

Figura 31 - Oficina experimental de criação de engenhocas, geringonças e outros tipos populares de brinquedos para crianças 210
Figura 32 - Inauguração do monumento a Thomas Donohoe, no pátio do Bangu Shopping, com a fala do ilustre professor Rogério Melo 219
Figura 33 - Exposição idealizada por Clécio Regis e Benevenuto Rovere, e realizada nas dependências do Bangu Shopping 220
Figura 34 - Peça produzida por Clécio Regis para ampliar a divulgação da descoberta de que foi em Bangu que aconteceu a primeira partida de futebol do país 221
Figura 35 - Primeira oficina de Economia Criativa para o recém-formado grupo É COmunitário, no espaço das Mulheres de Pedra (maio 2015) 248
Figura 36 - Após a oficina, no Pier da Pedra de Guaratiba. Da esquerda para a direta: Luiz Vaz (Casa da Rua do Amor), Lívia Vidal (Mulheres de Pedra) e eu 249
Figura 37 - Logomarca do É COmunitário 255
Figura 38 - Caminhos da Fábrica Bangu 256
Figura 39 - SER-TÃO CARIOCA, identidade visual que expressa o aspecto ecológico e turístico da região 256
Figura 40 - Caminhos de Guaratiba 257
Figura 41 - Caminhos do Sertão Oeste Carioca 257
Figura 42 - Caminhos da Fazenda de Santa Cruz 258
Figura 43 - Exposição itinerante do É COmunitário, com mapa artesanal construído por todos que participaram do grupo 261
Figura 44 - Cadastro de artesãos da Zona Oeste realizado por representante de feiras de artesanato de Campo Grande 263
Figura 45 - Tentativa de mapeamento de artistas da região de Jacarepaguá (2014) 264
Figura 46 - Site da Flizo com o edital 2014 de premiação de iniciativas literárias da Zona Oeste 265
Figura 47 - Último encontro do curso de formação realizado pelo Oeste Carioca, dia 29 de março de 2014 266
Figura 48 - Penúltima reunião do grupo no Raízes de Gericinó, Bangu, em setembro de 2014 267

Figura 49 - Performance estética da Casa de Cultura Sefaradita através do seu teatro de rua 273

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO** 17

2 **TRA(N)ÇADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA CHEGAR À AÇÃO-PESQUISA E AO ARQUIPÉLAGO EM PAUTA** 23

3 **NOTAS SOBRE A ZONA OESTE** 62

4 **REGIÃO CULTURAL E REENCAIXE ESPAÇO-TEMPORAL: ELEMENTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA INCÓGNITA HISTÓRICA DO "SERTÃO CARIOCA"** 87

5 **A GEOGRAFIA CULTURAL COMO CAMPO DE RESSONÂNCIA E DE ENTENDIMENTO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE PAISAGEM NA CONTEMPORANEIDADE** 117

6 **VEREDAS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E UMA ABORDAGEM CONCISA SOBRE OS ECOMUSEUS DA ZONA OESTE** 128

6.1 PAISAGEM E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO 130

6.2 REGIÃO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO 132

6.3 TERRITÓRIO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO 134

6.4 LUGAR E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO 136

6.5 AS VEREDAS DA (ECO)MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA 140

6.6 O NOPH-ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ 149

6.7 O ECOMUSEU DE SEPETIBA 172

7 **A REDE DIFUSA DE ESTÂNCIAS (PARA)MUSEOLÓGICAS DO *ARQUIPÉLAGO SOCIOMUSEOLÓGICO DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA*** 183

8 **É COMUNITÁRIO: (FOI) UM PROJETO GEOPOLÍTICO DE PESQUISA E FOMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO CRIATIVO NO ARQUIPÉLAGO DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA. UM RELATO DA SUA IDEALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E DECLÍNIO (2013-2014)** 247

9 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 275

REFERÊNCIAS 286

1 **INTRODUÇÃO**

O sentido de realizar esta tese é o engajamento realizado por mim durante três anos em centralidades emergentes da cidade carioca, notadamente na Zona Oeste. Digo emergentes porque elas estão, de fato, construindo novas sociabilidades, cenas, identidades e tecnologias sociais criativas na cidade, em meio ao fenômeno turbilhonar que tem devastado áreas verdes e agrícolas, "vazios urbanos", favelas e outros aglomerados populares, substituindo-os por outros tipos de loteamento exclusivos, condomínios fechados, áreas comerciais, entre outras áreas de amenidade urbana. A Zona Oeste é a última frente de expansão da cidade do Rio de Janeiro, com sua vasta extensão territorial posta a serviço do capital imobiliário, industrial e da gestão estratégica do Poder público. Ao passo que as ideologias progressistas e o desenvolvimentismo avançam com voracidade sobre as áreas antes desvalorizadas (Santa Cruz, Pedra de Guaratiba, Bangu) ou estocadas como reserva de valor (Recreio dos Bandeirantes, Campo Grande, Barra de Guaratiba), uma miríade de grupos e agentes individuais também emergem ou ressurgem como protagonistas de um campo antes adormecido, deixado de lado pela maior parte da população regional: o campo da memória e, por tabela, da cultura e da arte *strictu sensu*.

O papel da memória tem se dado no sentido do resgate das tradições, do registro oral, da valorização dos artefatos históricos, e no apelo a proteção/preservação dos patrimônios naturais e culturais. Uma estratégia de freamento simbólico do modo de vida massivo que reina nos grandes centros urbanos. A memória e o patrimônio tornam-se campos de luta e de afirmação cultural e política, mas essa consciência só brotou no mundo acadêmico e nas organizações de base política e comunitária em anos recentes, como fruto do maior debate nesses meios, e da atenção dada a essa temática por outros agentes emergentes, notadamente os que estão localizados nas esferas da arte, cultura e educação popular. Antes, somente iniciativas pontuais e fragmentadas, o NOPH (Santa Cruz), o ICC (Campo Grande) e o Museu de Bangu (Bangu) foram, até os anos 1990, instituições pioneiras no trato da memória-história e do acervo patrimonial existente como instrumento de protagonismo cultural e de ressignificação

do território e da visão de mundo dos moradores, frequentadores e das mídias. Hoje, essas e outras tantas iniciativas museais que serão abordadas neste texto, estão envolvidas num campo mais vasto e influenciado por textos e metodologias acadêmico-científicas: trata-se da Museologia Social (CHAGAS, 2014), ramo que tem como proposta política a adequação dos museus e outros espaços de memória à realidade sociopolítica do entorno.

Nos últimos vinte e cinco anos (década de 1990 ao presente), cientes agora do papel da memória e do patrimônio para o fomento cultural, artístico, turístico e afins, alguns agentes culturais locais (museólogos, jornalistas, produtores, coordenadores de projetos, professores, escritores) lançaram mão de projetos de ocupação de edifícios, ou modificação dos espaços que já possuíam, para a construção de projetos e pontos de potencialização da memória e do patrimônio cujo cerne seja o território, as pessoas e tudo o que remete à identidade comunitária e local, formando a tríade convencional da museologia social e da ecomuseologia (VARINE, 1987). Alguns, pelo seu caráter mais institucionalizado e burocratizado, focam mais em personalidades ou numa temática chamativa, como o Sítio Roberto Burle Marx (Barra de Guaratiba), o Museu da Humanidade (Anchieta), o Museu Casa do Bumba Meu Boi em Movimento (Bangu), Ecomuseu KAÁ Atlântica (Senador Camará e Santíssimo) e o Museu Casa do Pontal (Recreio dos Bandeirantes). Outros, com uma pegada mais historicista e pragmática, adotam a tática da musealização do território, tais como o Ecomuseu de Sepetiba (Sepetiba), o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Santa Cruz) e o Museu de Bangu (Bangu). E ainda há a leva dos que estão desprendidos de qualquer passadismo ou compromisso atávico com o território, preferindo abordagens inovadoras e a adoção de uma nova tecnologia do encontro e do afeto com o espaço museológico/musealizado. Exemplos dessa última onda evolutiva cultural: Casa da Rua do Amor/Museu Oficina de Artes Lúdicas (Santa Cruz), ponto de memória Caixa de Surpresa (Bangu), Centro Cultural A História que Eu Conto (Senador Camará) e Espaço Farol da Prata (Campo Grande).

Imbuídos de uma ânsia pelo avanço cultural do seu bairro ou região, ao mesmo tempo em que buscam meios próprios (e até individualistas) de

fortalecimento institucional, essas estâncias museológicas e para-museológicas[1] (um dos nomes que darei a essas instituições no decorrer do texto) são a ponta de lança desta pesquisa, ou melhor, uma *ação-pesquisa*, trazendo à baila a perspectiva de Hugues de Varine (1987), Johannes Fabian (2013) e outros pesquisadores sociais. A ação-pesquisa ainda está para ser descoberta pela Geografia Humana... Daí a carência de trabalhos com esse veio metodológico-reflexivo, excetuando os trabalhos de Valencia, Riera e Junca (2012) e os diversos trabalhos de Giovanni Seabra, Anderson Portuguez e outros sobre turismo sertanejo[2], aos quais flertam com a metodologia e a atmosfera abarcada nesta presente pesquisa.

Do capítulo seguinte às considerações finais, narrarei minha trajetória no cena museológica em tela, trazendo minhas inquietações teóricas, o modo como cheguei à metodologia participativa - ignorando, inclusive, a perspectiva antropológica visualista da observação participante - e a experiência de campo que, eventualmente, levou à formação de um coletivo (É COmunitário) que, no decorrer da sua existência (2013-2014), trouxe fôlego para os espaços e agentes envolvidos, assim como trouxe mais inquietações e situações para o grupo que culminou no desenvolvimento individual dos grupos e na extinção do coletivo.

É COmunitário foi uma tentativa de formação de um coletivo similar ao que fora implementado, com sucesso, pelo Ecomuseu da Península de Miura (OHARA, 2012). O Japão é emblemático em experiências ecomuseológicas baseadas na criação de “redes” de associações da comunidade local cujas atividades são englobadas no contexto ecomuseológico e, por essência e extensão, participam nas atividades e tomadas de decisões do ecomuseu assim instituído. Seguindo a proposta de Davis (1999), “cada “joya” del ecomuseo se conecta em el territorio” (OHARA, 2012, p. 104). Mais que uma tentativa de unificação da cena, o É COmunitário vislumbrou ser um grupamento de fortalecimento da questão turística e museológica da região turística que ousei chamar de *Sertão Metropolitano Carioca*;

[1] Unidades/instituições/espaços museológicos: reconhecem-se como museus, espaços de memória e guarda de acervo; unidades/instituições/espaços para-museológicos: são pontos de memória, registro oral e outros fazeres associados a um museu convencional ou comunitário, porém, não se identificam ou não pretendem se associar a esse título por razões políticas.

[2] Consultar a vasta publicação sobre turismo sertanejo, coordenada pelos geógrafos Giovanni Seabra, Claudia Neu e Anderson Portuguez, em: <http://turismo-sertanejo.webnode.com/publica%C3%A7%C3%B5es/> - Acesso em: 10 dez. 2014.

e ser o canal efetivo de representação política da cena cultural e turística das localidades representadas pelas unidades museológicas e para-museológicas. Essa proposta inovadora chegou à agregar, durante um curto espaço de tempo, vinte espaços culturais em torno de um mesmo objetivo.

Incluso no objetivo básico deste texto, que é o diagnóstico e análise do arquipélago museológico em formatação em partes da Zona Oeste e Zona Norte, mais os desdobramentos empíricos e metodológicos, elenco abaixo os pontos estratégicos (objetivos) a serem trabalhados no texto:

- Apontar caminhos que levem à compreensão do desenvolvimento desigual que deslocou o sertão carioca dos holofotes do Poder público e das elites locais, vendo-a como uma *região-obstáculo* (LACOSTE, 1988), um espaço onde a modernização da cidade pode emperrar por haver tantos "constrangimentos" espaciais, tantas fronteiras simbólicas e empecilhos para a viabilização do plano diretor urbanístico delineado desde o primeiro quartel do século passado;
- Mapear as instituições museológicas populares da Zona Oeste carioca e suas articulações políticas e culturais que definem uma economia regional de bens simbólicos e museais;
- Investigar e monitorar, através da ação-pesquisa, a formação recente do arquipélago museológico popular do sertão metropolitano carioca, e a sua influência na memória coletiva e nas geografias patrimoniais e de empoderamento territorial;
- Investigar, a partir de alguns exemplos do arquipélago museológico popular presencial da região em tela, os condicionantes espaciais e socioculturais implicados na idealização e construção desses espaços de memória populares (incluindo a ideia de reencantamento do território), e os mecanismos para alcançar a sustentabilidade financeira e cultural;
- Compreender as implicações do movimento e do arquipélago sociomuseológico em questão, para a valorização do patrimônio regional, e para uma política cultural mais arrojada nesta parte da cidade;

Fechando a lista de demandas, a melhor estratégia textual desta ação-pesquisa é enveredar pelas diversas experiências museológicas da Zona Oeste, para entender como essas iniciativas, a um só tempo políticas, econômicas e culturais, tem sido bem sucedida em seus processos de afirmação, empoderamento e visibilidade territorial. Em termos coletivos, também é o caso do É COmunitário - projeto/empreendimento que também será analisado aqui -, que nasceu da proposta de algumas agências museológicas[3] que buscavam, de forma objetiva, meios para o aumento da visitação e da residência artística nos seus espaços. Cientes dessa demanda, optou-se pela formação de uma "rede" para a potencialização do turismo de base comunitária, atividade capaz de agregar valor às agências museológicas e viabilizar, econômica e politicamente: o intercâmbio cultural, a geração de renda complementar e a valorização dos recursos naturais e patrimoniais da região para a sua proteção e exploração econômica sustentável.

O veio estratégico desta pesquisa está, então, condensado no diagnóstico, na análise e no monitoramento do arquipélago museológico social da região (que, no nosso imaginário, é o antigo sertão da cidade do Rio de Janeiro num patamar atual de elevada urbanização e adensamento populacional) em conjunto com outras circunstâncias geopolíticas da cena cultural regional, compreendendo a sua influência nas geografias memoriais, patrimoniais e no grau com que os territórios musealizados foram, efetivamente, empoderados. Uma das chaves desse cenário em estudo é, em termos fenomenológicos, compreender como os espaços museológicos/para-museológicos estão criando uma resposta transitiva e inovadora (e, até certo ponto, embebida de nostalgismo) aos quadros de amnésia coletiva, iconorréia cultural, fetichismo espacial e homogeneização que, na cidade do Rio de Janeiro, atingiram níveis estratosféricos. A cidade do Rio de Janeiro não escapa dessa ordem de dificuldades, pois no âmago do seu desenvolvimento geo-histórico, a discriminação geográfica e a desagregação territorial resultaram no deslocamento do antigo sertão carioca, cerca de 70%(!) do território municipal, ao status de periferia deprimida, espaço longínquo (deserto!), de reserva de mercado para futuros investimentos imobiliários e industriais. Nada mais que isso, as comunidades locais

[3] Esses espaços estão mergulhados no virtual, porém delimitável, arquipélago sociomuseológico do Sertão Metropolitano Carioca.

ficaram anos à deriva cultural, cônscias da sua subordinação ao eixo Centro-Zona Sul.

Esse quadro tenso, generalizado nas sociedades modernas contemporâneas, tem afetado drasticamente as lógicas[4] humanas, desarticulando os processos de coesão e integração social e, por outro lado, encaminhando a sociedade para um novo estofo cultural da qual não podemos mais fugir: a da cultura hiperdialética lógico-quinquitária (SAMPAIO, 2001).

Como se pode deduzir pelo sumário, o texto consiste num relato da minha trajetória pelos espaços museológicos/para-museológicos identificados tanto no trabalho de campo como no projeto É COmunitário/Oeste Carioca[5]. Teve como recorte espacial duas zonas periféricas nas quais – dado o vasto potencial patrimonial e ambiental que possuem – precisam ser identificados os *porquês* delas, ainda, serem marginalizadas e atestadas como territórios sócio e culturalmente precários, onde os investidores sociais potenciais (institutos, fundações, empresas, produtoras culturais, Poder público) não se sentem atraídos pela região e, com isso, mantém-se uma geografia extremamente desigual de distribuição de recursos, infraestrutura e equipamentos culturais no tecido metropolitano carioca. Com as exceções dos capítulos 1 ao 4, que contém a base teórico-reflexiva que norteou o caminhamento da pesquisa, os capítulos subsequentes tratam da minha inserção simultânea como pesquisador e morador de Campo Grande, em instituições e situações que me fizeram repensar a relação dos agentes culturais, dos moradores e do Poder público com esses entornos ambientais.

[4] De acordo com a categorização de Luiz Sampaio (1998), seriam quatro as lógicas humanas que, juntas, prefiguram a quintessência lógica (cultura quinquitária) que dá "liga" e sentido à todas elas: lógica da identidade (I), lógica da diferença (D), lógica formal/clássica (D^2) e lógica dialética (I/D).

[5] Os mapas, as fotos e imagens, bem como o acervo documental digitalizado no IPHAN e no Arquivo da Cidade, estão disponíveis no DVD que acompanha o texto.

2 **TRA(N)ÇADOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA CHEGAR À AÇÃO-PESQUISA E AO ARQUIPÉLAGO EM PAUTA**

> *Sou eu próprio uma questão colocada ao mundo e devo fornecer minha resposta; caso contrário, estarei reduzido à resposta que o mundo me der*
>
> *(Carl Jung)*

A proposta deste tópico é produzir uma reflexão engajada e situada – a partir de um intenso e prolongado período de intervenções de campo e reflexões teóricas realizadas respectivamente com agentes locais e em eventos pontuais (seminários, oficinas, reuniões de trabalho), sobre as transformações urbanas e culturais em curso na região ideológica e sensologicamente[6] consagrada pelos cariocas como Zona Oeste. A Zona Norte também sofre do mesmo processo, mas a partir de outras questões simbólicas e discursivas, e do seu posicionamento mais brando na escala de desigualdade da metrópole carioca. A periferia da Zona Oeste, ou seja, as regiões de Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Realengo, é o "calcanhar de aquiles", a estância que traz à tona as contradições do desenvolvimento desigual e homogeneizador da cidade carioca. As regiões e bairros prestigiados pela sociedade carioca criaram mecanismos ideológicos e práticos que endereçam às periferias da Zona Oeste e da Zona Norte títulos um pouco indigestos, tais como: "lugar da lonjura", "deserto cultural", "lugar do nada", "área de pobre", entre outros que nem posso citar aqui.

Para comprendermos a nova configuração infraestrutural e societária da Zona Oeste e adjacências, com as devidas reverberações e condicionamentos na esfera cultural da população e, principalmente, nos coletivos de agenciamento cultural.

Na realidade cultural e museal da região Oeste carioca, alguns pontos precisam ser investigados em simultaneidade, pois assinalam a geograficidade movimento cultural emergente, cujas formas de ação e trabalho tem se radicado na esfera da memória coletiva/social e dos atrativos simbólicos locais que conferem identidade e diferencialidade ao bairro e, por extensão, à região circundante. Dentre os pontos que merecem destaque, está o antenamento do emergente campo

[6] Conceito cunhado pelo filósofo Mario Perniola (2005). Em outras partes do texto, dissecaremos o conceito e suas implicações na pesquisa.

museológico popular da Zona Oeste com relação às mudanças globais e aos novos papeis dos lugares; à hiperinflação das identidades; a profissionalização e comprometimento de uma parte dos agentes museológicos; e, para completar o fenômeno, à crise de representação dos distintos espaços da Zona Oeste imersos na recente onda desenvolvimentista e de especulação imobiliária levada a cabo pelo Poder público e os setores empresariais.

Concomitantemente, novas geografias urbanas e econômico-culturais são engendradas, novas figurações estéticas desafiam as tradições e pressupostos hegemônicos. Paisagens residuais “ressurgem” do ressentimento, do inconformismo ou da pura invisibilidade dos espaços e agentes que, por assim dizer, são invisibilizados pela ordem modernista repressiva (BOSSÉ, 2004). Comumente, as paisagens residuais são de uma postura recrudescente e, por vezes, inflamada, que responde a uma demanda: evitar crises de representação[7] e outras situações que podem levar à fragmentação e posterior esquecimento do coletivo.

As novas tecnologias têm um papel essencial nas relações sociais hodiernas, para além das propriedades técnicas e mediadoras que possuem. As tecnologias são próteses, extensões do corpo humano para a satisfação das demandas socialmente instituídas, tornando fenomenológica a relação do humano com a tecnologia (IHDE, 2004). Tecnologias concernem ao olhar ampliado do humano e sua apropriação artificial da natureza para estendê-la a outros humanos. Quando uso um chapéu personalizado ou uma pela jaqueta, não o uso apenas para deleite próprio, mas para ser visto e prestigiado por outros. Don Ihde sentencia a importância capital das tecnologias no domínio das relações humanas:

> Em termos fenomenológicos, essa relação humano-tecnologia é generalizável – é através dessa incorporação perceptivo-corporal que os instrumentos científicos e musicais também são ‘corporificados’; através dela, até mesmo o movimento científico e o tato tornam-se um ‘senso de

[7] Os patrimônios existentes no raio da antiga Fazenda de Santa Cruz são o exemplo mais cabal das rugosidades espaciais, conceituadas por Milton Santos como aquelas paisagens residuais que, por serem residuais, resistem às mudanças abruptas. É sobre elas que os espaços museológicos/para-museológicos da Zona Oeste se apoiam para defender seus interesses estéticos, culturais e políticos. Essas entidades, como o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, o Ecomuseu de Sepetiba, o Museu de Campo Grande, o IPHARJ e o Museu de Bangu, adotam uma postura aguerrida para manter a tradição "intacta", ou seja, disponível para as novas gerações ainda que estas tenham dificuldade de compreendê-las e relacioná-las ao “tempo presente” (com todas as aspas possíveis).

> distância'. Claramente, há aqui implicações para uma filosofia da tecnologia (IHDE apud FIGUEIREDO, 2012, p. 22).

A perspectiva das tecnologias como órgãos em funcionamento, plenos de direito, hibridados pelo/do corpo humano, flui diretamente para a "filosofia das técnicas" desenvolvida por Milton Santos (1996), que conseguiu detectar a potência "híbrido-instrumental" dos sistemas e objetos técnicos na produção do espaço e do desenvolvimento humano. Ao deixar clara a sua perspectiva filosófica de ciência, Santos coopera para a transformação da Geografia Humana numa disciplina de análise das tecnologias e suas fronteiras.

Depois de sofrer as mais diversas críticas ingênuas, descontextualizadas e não reflexivas dos geógrafos brasileiros, a filosofia das técnicas ressurge das cinzas como uma perspectiva atual e crucial como as também revisitadas teorias da hermenêutica material (IHDE, 2004), da produção de presença (GUMBRECHT, 2010), do *fudo* (*climate*) (TETSURO apud WU, 2001) e da atmosfera (*stimmung*) (SIMMEL, 1992).

Don Ihde (apud FIGUEIREDO, 2012, p. 22), faz outra excelente contribuição ao caracterizar quatro tipos diferentes de relação entre "eu-tecnologia-mundo", oferecendo uma estrutura significativa que dê conta das relações cotidianas e das implicações sociais e éticas (e também estéticas) da tecnologia. São elas:

1. Relações incorporadas (*embodiment relations*): a tecnologia como ferramenta que aditiva a percepção subjetiva da pessoa, ampliando a sua experiência de mundo. Exemplos: óculos para ampliar a visão, telescópio para ver planetas e estrelas, artefato arqueológico que nos leva, de forma ideológica e fictícia, ao passado;
2. Relações hermenêuticas (*hermeneutic relations*): são as tecnologias nas quais a linguagem é o fator crucial da mediação do sujeito com o mundo e o meio. A interpretação é o elo dessa relação que institui novas atmosferas e cadeias de significado. Exemplos: mídia, mapa, GPS, gênero musical, sarau, sítio arqueológico;
3. Relações alteradas (*alterity relations*): seres transmutados em objetos técnicos "vivos", ciborgues. Exemplos: ídolo religioso, robô inteligente, holograma, DJ;
4. Relações de pano de fundo (*background relations*): a tecnologia está implicada em processos descompromissados da pessoa que a utiliza. Exemplos: semáforo de

trânsito, blitz policial, sistemas automáticos de refrigeração central, sinalizador da cancela de trem.

A compreensão de uma prática museográfica, relação afetivas, por exemplo, não ocorre somente com a leitura dos documentos que as legitimam ou entrevistando seus profissionais, mas envolve localizar as tecnologias e suas funções e usos dentro do processo. As tecnologias incrementam as possibilidades práticas e reflexivas dos dois tipos genéricos de coletividade: sociedade e comunidade. Tirando o dualismo contido na obra do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (apud HAESBAERT, 2004, p. 216), a distinção entre comunidade (*gemeinschaft*) e sociedade (*gesellschaft*) pode ser feita pelo grau de pertencimento e comprometimento das pessoas com um dado contexto espaço-temporal, seja este uma casa, cooperativa, bairro, região ou nação. Comunidade e sociedade são conceitos híbridos e transescalares, envoltos pela imaginação e memória coletiva.

Comunidade remete ao estar-junto (*togetherness*), ao simulacro[8], ao encanto de fazer parte de uma familiaridade, de um mesmo processo de desenvolvimento seja lá qual for. Comunidades, na expressão de Terry Eagleton (2004), são práticas de *identificação coletiva* e não lugares e territórios, como convencionou ser entendido no Brasil e na sociologia e antropologia eurocêntrica. Um grave erro, tendo em vista que a visão de comunidade como espaço delimitado e encerrado em si próprio traz dificuldades enormes para a compreensão dos movimentos políticos, culturais e de produção de pertencimento em qualquer sociedade que preze pelo cosmopolitismo e pela integração societária. Com a atual política de pacificação (UPP) e a afirmação da favela como espaço integrado à cidade, e não mais uma anomalia territorial, a cidade do Rio de Janeiro é um caso emblemático da dialética conflituosa entre comunidade x ordem societária, onde a segunda conceitua e impõe rótulos sobre o primeira. Como sistemas sociais, o conflito entre as comunidades locais (favelas ou outros territórios marginais) e as regiões hegemônicas se origina das disparidades na ordem econômica que refletem na baixa coesão e integração

[8] Na leitura baudrillardiana, simulacro é a cópia falsa do real, a construção simbólica que enviesa e reifica a realidade. Compartilho dessa leitura, porém com ressalvas. Para aprofundar o debate sobre o simulacro na contemporaneidade, temos que levar em conta também o debate estético que traz a baila a criação das atmosferas culturais, dos espaços de sociabilidade temáticos, das confrarias, entre outros grupo criados por afinidade e interesse comuns. Isso evita o julgamento do simulacro somente em termos negativos.

cultural, cujos efeitos na esfera política são indeléveis. Podemos teorizar sobre esses cenários de desarranjo e baixa desenvolvimento da coletividade tanto em termos do conflito entre as cinco lógicas que compõem o domínio das situações humanas (SAMPAIO, 1998), como das distinções e desigualdades entre os *estabelecidos* e os *outsiders* (ELIAS, 2005) que define sociologicamente as classes, estilos de vida, regras morais, normas de conduta e figurações de poder de uma sociedade. Comunidade é um arranjo social multifacetado que cerra fileiras contra a exterioridade (ELIAS, 2005) e define marcos de gestão das ações e emoções dos agentes envolvidos. As fileiras podem ser flexíveis ou rígidas mediante as hierarquias e interesses em jogo, e o grau de conectividade e volumetria que dá corpo ao comum daquela comunidade, definindo a sua geograficidade (modo de se arranjar territorialmente) e espacialidade (modo de se dimensionar materialmente).

Comunidade, na acepção sociológica que aqui defendo, é a identificação de um grupo em torno de questões *comuns*, não se restringindo a um lugar ou entidade política, ainda que a identidade geográfica com um ou mais seja indispensável para o desenvolvimento e regulação das relações endógenas. Sendo, portanto, uma questão de identificação coletiva genérica e não de lugar físico-territorial, comunidade possui um potencial estético, político e integrador que o transforma em um simulacro, assim entendido como um mecanismo de exposição da diferenciação que leva à reificação do objeto. E por envolver emoção, negociação de sentidos e gestão de pessoas, está propenso a conflitos e resistências internas e externas. Em termos operacionais, uma comunidade arregimenta no plano estético, ou seja, da pedagogia da emoção e dos valores simbólicos, as estruturas sentimentais necessárias para a manutenção da sua ordem e governança. E esses sentimentos, para serem exteriorizados, necessitam, além dos gestos, das falas e de outras afetações, de uma tecnologia que expanda sua influência para o resto do corpo comunitário. Assim, as amizades, as festividades, as negociações e os projetos coletivos são criados pela afinidade de ideias e ideologias mais a mediação de uma ou mais tecnologias: uma máquina fotográfica, um livro, um computador, um celular, um carro, um objeto artesanal, um artefato arqueológico, um patrimônio arquitetônico ou mesmo um rito religioso.

Para o conceito de comunidade ser liberto das definições sociológicas imprecisas e conservadoras, este deve ser aliado à compreensão das tecnologias que, além da sua função clássica de mediação de relações, permitem a extensão das práticas de significação e a corporificação das relações. Podemos encampá-la como um substituto útil e necessário do conceito de rede, cujo modismo acadêmico e no campo cultural está com os dias contados. Mas isso é outra história... Por ora, deve-se entender a dimensão tecnológica que é capaz de dar corpo, ordenações e sentidos à vida comunitária.

Tecnologias estreitam laços, erigem coletividades e possibilitam novos *designs* para eventos. Aqui, temos outra deixa para desdobrar a teoria miltoniana: a teoria geográfica do *evento* (SANTOS, 1996). Tecnologia e evento... Suportes de promoção das interações sociais. Nexo para a consolidação dos laços sociais e das práticas de significações. Milton Santos utiliza outras palavras similares: episódio, acontecimento, fato, todos marcados pela injeção de ânimo às estruturas espaciais. Sem eventos, não há dinâmica e muito menos a possibilidade de reflexão sobre o cotidiano e as formas de engajamento e empoderamento. O que pensar do mundo islâmico atual- sem levar em conta os episódios egípcios de 2011? Da mesma forma, é inconcebível imaginar um museu comunitário ou ecomuseu sem encontros e atividades que fomentem a comunitarização e a sensibilização patrimonial, além de reforçar o compromisso da instituição com um projeto sustentável de desenvolvimento local?

Tecnologia rima com mudança, complexidade e fazer em permanente estado de tensão entre os sujeitos envolvidos. Uma característica da nova condição pós-humana (HARAWAY, 2010), fato indelével de um novo *zeitgeist* que não admite mais subtrair esferas da vida, mas, pelo contrário, almeja se "ver" como sistema integrado, isto é, como um mundo pós-social (MAIA, 2009) onde humanos e naturezas estão interpolados, ambientados um no outro. Esta é a proposta fenomenológica de Augustin Berque para o deciframento das mediâncias e trajeções que compõem os fatos geográficos, para a hermenêutica da escritura eco-tecno-simbólica dos meios humanos (2012, p. 8-11):

As tecnologias são os instrumentos e investimentos mais primorosos e perseguidos no mundo moderno-colonial capitalista. Não à toa, fala-se tanto em

patentes, direitos autorais, propriedade intelectual. Sabemos também da existência das tecnologias paralelas, alternativas às desenvolvidas nos ultramodernos laboratórios das grandes universidades e multinacionais, cujo melhor exemplo são as *tecnologias sociais*. As tecnologias sociais são definidas como os dispositivos que apontam e aprontam metodologias participativas, esquemas afetivos e psicodramáticos e soluções inovadoras na gestão dos bens e serviços comunitários, ao qual se enfatiza, especialmente, o valor da vida humana e a construção dos laços de solidariedade/cooperação para a disseminação da tecnologia. Uma tecnologia só é tecnologia social quando esta requer sua replicação em outros contextos espaciais semelhantes ao do lugar de origem da tecnologia.

Tecnologias sociais são empreendimentos coletivos solidários, colaborativos e, em diferentes graus, institucionalizados. E por serem coletivos, remetem a um árduo planejamento de condensação da multiplicidade das personalidades e interesses num só desenho coletivo geral; e à percolação dos indivíduos aos ritos e atividades que garantem o sucesso do empreendimento.

Por isso, insisto em falar nesta pesquisa das tecnologias "humanizadoras", ao qual incluo tanto as tecnologias sociais já legitimadas pelas instituições hegemônicas[9], como as tecnologias socioafetivas, estas últimas, sendo um desdobramento da tecnologia social que investe com mais vigor subjetividade e complexidade dos agentes envolvidos, de modo a reinventar os laços de lealdade e cooperação. A tecnologia socioafetiva é um contraponto ao cenário histórico atual, marcado pelo imperativo do mercado de trabalho e pela instabilidade dos laços sociais, cujo reflexo se vê na insegurança ontológica e social generalizada, e no individualismo possessivo que se apresenta de forma diferenciada nos múltiplos círculos sociais e frentes de trabalho.

O arquipélago museológico social, a hipótese da minha pesquisa e que será desdobrada nos capítulos posteriores, será mostrado como um exemplo de como arranjos de tecnologias sociais e afetivas podem gerar institucionalidades, produtos

[9] No Brasil, temos prêmios oferecidos pelo Banco do Brasil como forma de incentivar a produção de novas tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável de localidades. Nesta pesquisa, temos o Banco Verde, Bazar Verde, coletivo de reciclagem, economia solidária e produção museo-cultural vencedor do prêmio *Aprender e Ensinar* (2010). Ver: <http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/noticias/projeto-que-permite-troca-de-material-reciclavel-por-bens-em-escola-publica-vence-concurso.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013.

criativos e ampliar territórios de ação. As centralidades do Oeste carioca apresentam um arranjo cultural e museal popular que defino, seguindo o vocabulário global de Pierre Bourdieu (1987), como uma *economia de bens simbólicos*. São instituições que, a princípio, tinham finalidades assistencialistas ou de promoção cultural seletiva, todavia, à medida que passaram a agregar a memória, a identidade e o patrimônio nas suas pautas de ação comunitária e de articulação com o Poder público e outras instituições, transfiguraram-se em unidades museológicas.

O aditivo museológico nas instituições culturais locais é um indicador da mudança mais ampla pela qual passa aquela região, pela qual elas tiveram que passar para se adaptar às novas demandas da sociedade civil e do público intelectual. Como espaços endógenos, ou seja, afeitos às necessidades dos moradores e do público frequentador, são portadores de um senso museístico ampliado, cuja ação *patchwork* traduz o planejamento estratégico desses grupos de reinventar a aura luminosa e a especificidade do lugar. O *patchwork* conjuga memória/pessoa/comunidade/patrimônio/lugar num mesmo movimento direcionado para o desenvolvimento local. Alguns exemplos: Casa da Rua do Amor (Santa Cruz); Casa Arte e Vida (Pedra de Guaratiba); Espaço Cultural A Era o Rádio (Sepetiba), Centro Cultural A História que Eu Conto (Vila Aliança/Senador Camará), Mulheres de Pedra (Pedra de Guaratiba), Capela Magdalena (Guaratiba), Coosturart (Santa Cruz), NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Santa Cruz) e outras que serão mencionadas no decorrer do texto.

São as tecnologias socioafetivas, sejam estas de caráter localizado-comunitarizado ou realizadas mediante fóruns internacionais, que têm mobilizado e edificado novas coletividades e sensibilidades estéticas que oferecem, em geral, um contraponto à ordem modernista-repressiva das sociedades ocidentalizadas. São essas coletividades e sensibilidades inovadoras, mediadas pelas tecnologias socioafetivas e solidárias, que vários intelectuais – como Aníbal Quijano, Ramon Grosfoguel, Mario Perniola, Hans Gumbrecht, Bruno Latour, Scott Lash, Peter Sloterdijk, Boaventura Santos, Carlos Vainer, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Ignácio Ramonet – apostam suas fichas para verem abatidos tanto o neoliberalismo

como o paradigma do pensamento único[10] que ameaçam solapar o que ainda resta dos sistemas sociais e instituições políticas não ocidentais.

No novo estofo lógico-cultural da ordem pós-modernista, esses quatro pilares agitam os planejamentos e ações de todos os movimentos societários, incluindo os movimentos museológicos e de arte-cultura. Ainda mais quando estamos lidando com museus territoriais, espaços culturais, artistas e demais pessoas ligadas a um circuito econômico inferior (SANTOS, 1978), cuja matriz de trocas é regida mais por fluxos afetivos e recursos escassos do que por fluxos de investimentos e TICs[11]. Não é fácil extrair dessa paisagem cultural lições e uma hipótese geográfica a olho nu, porém, da sua análise faz brotar questões sobre a ordem pós-moderna, o papel empoderador das organizações sociais, e a desigualdade que permeia as estruturas de ação, significação e o imaginário como um todo da cidade que, desde longa data, revela o caráter melindroso da discriminação geográfica, da amnésia coletiva e da fragilidade territorial pela qual se encontra a região em estudo.

O centro do debate é a investigação da atual valorização turística, cultural e o empoderamento dos bairros-território da Zona Oeste carioca a partir do protagonismo das instituições artísticas e museológicas da região para quebrar o processo – que, à primeira vista, parece inexorável – de perda das referências culturais do passado, pois as gerações antigas de contadores de histórias estão falecendo ou deixando de lado seu patrimônio cognitivo. Somado a isso, temos a fixação de novos contingentes populacionais que não possuem laços históricos e afetivos com o passado e nem com os guardiões do conhecimento vernacular. Campo Grande e Santa Cruz – e futuramente também a região de Guaratiba – são os exemplos mais concretos da transformação radical da Zona Oeste (e da cidade como um todo) numa região em crise com sua memória histórica e sem ideias de

[10] Pensamento único é o termo que sinaliza o modo como os valores neoliberais e capitalistas tornaram-se hegemônicos no pós-Guerra Fria (1990), criando uma sensação generalizada de que todas as sociedades teriam sucumbido aos pressupostos e soluções ditados pelas potências ocidentais/coloniais, com repercussões incríveis nas cidades tal como visto em modelos recentes de gestão público-privada que Carlos Vainer (s/d), muito adequadamente, coloca como tributários dos paradigmas da *cidade-empresa* e da *cidade de exceção*. Para entender as críticas de Vainer ao projeto neoliberal de cidade. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/cidade-de-excecao-carlos-vainer>. Acesso em: 2 mar. 2013.

[11] Sigla para as "Tecnologias da Informação e Comunicação".

como aproveitar os referenciais culturais endógenos para o desenvolvimento local e a fruição estética dos moradores e visitantes.

Um breve olhar sobre as políticas de memória e patrimônio, bem como sobre os projetos culturais em voga, revela em que medida o setor "cultural", com sua gama peculiar de dispositivos e disposições, figurações e transações, tornou-se um campo de debate crucial para a formulação de outros modelos e ações de desenvolvimento na periferia. No sertão metropolitano carioca, ou Zona Oeste ou Zona Norte, como queiram, a consolidação do campo cultural cominou num processo de trocas e de afirmação identitária na qual as fronteiras entre os lugares (bairros, núcleos culturais, espaços institucionais) tornaram-se borradas. E as tensões e rivalidades entre os vários agentes e instituições que compõem a cena cultural em tela, deram à região uma tonalidade mais política, confusa, hipercomplexa, na qual a rede de criações e enfrentamentos produziu novas configurações de trabalho e poder, e um novo jeito de pensar e fazer calcado nas características regionais[12].

Outro desdobramento ao qual esta ação-pesquisa tende à nos levar, reside na reflexão sobre como e porque a memória e o patrimônio se tornaram tão relevantes basicamente nas áreas bucólicas e culturalmente efervescentes da região em consideração. Essa setorização, ou melhor, essa territorialização seletiva das políticas populares de memória e patrimônio faz desse fenômeno um importante decifrador do processo de reestruturação espacial na região que gera um novo cenário de ideologias e ações pós-modernas. O arquipélago museológico regional é uma resposta agencial direta ao novo cenário cultural-museal cuja base política encontra-se, hoje, mais segmentada e intelectualizada. É o que provam as organizações sociais locais, que possuem hoje um perfil mais antenado, culturalmente aberto ao diálogo com outros setores e públicos.

E o resgate da identidade espacial parte da regionalização proposta em 1936, pelo escritor e romancista Magalhães Corrêa, que mapeou e escreveu o clássico livro "Sertão Carioca". O mapa emblemático que consta no livro, concebido e ilustrado pelo próprio Magalhães Corrêa, se tornou uma das principais referências

[12] Como veremos nas páginas à frente, esses novos saberes e fazeres ligados às características regionais são realizados de forma obscuro, um tanto a-científica, mais baseado em experiências empíricas e acordos de pensamento pontuais e imediatos.

documentais para a reconstituição da história e imaginário do antigo sertão carioca. A existência desse mapa comprovada, em termos cartográficos e pictóricos, a existência do outro territorial da cidade, o espaço vasto desconhecido pelo governo da época. O próximo mapa (mapa 1) é a bela ilustração de Magalhães Corrêa[13] que consta em seu livro antológico:

[13] Fonte: <www.cp2.g12.br/blog/perspectivasociologica/files/2012/07/7-PABLO_html_m15b9e732.png>. Acesso em: 12 nov. 2013.

O SERTÃO CARIOCA
SERRA DA MENDANHA
PAVUNA
MERITY
R. GUANDU
BANGU
CAMPO GRANDE
S. GRUZ
PEDRA BRANCA
PÁU DA FOME
JACAREPAGUÁ
CAMORIM
VARGEM GRANDE
L. CAMORIM
L. MARAPENDY
SEPETIBA
GUARATIBA
PAU FERRO
RESTINGA
RESTINGA DA MARAMBAYA
BARRA DE GUARATIBA
BARRA DA TIJUCA
MAGALHÃES CORRÊA

Mais adiante, no tópico em que será abordado a construção simbólica de um arquipélago museológico na região do sertão carioca, este mapa, assim como os que confeccionei no trajeto da pesquisa, serão utilizados como base para ampliar a discussão acerca da contradição que envolve o discurso passadista e nostálgico, porém contingente e estratégico, de um segmento de agentes culturais da região, somado ao presente etnográfico que envolve esses agentes numa gama de circuitos, instituições e pressões sociais.

E, ao mesmo tempo que nos norteia sobre a formação de novos conglomerados de produção cultural, o fenômeno sociomuseológico do *Sertão Metropolitano Carioca* cria o amparo específico para realizarmos uma crítica cultural e científica ao modo particular de desenvolvimento cultural dessa região que reflete, no cenário global, o modo geral de desenvolvimento cultural e memorial das periferias metropolitanas. Cientes de como anda o seu contexto situacional, os agentes culturais endógenos desvelam caminhos da inovação cultural, da valorização dos ativos patrimoniais, tudo para se adaptar à nova conjuntura da cidade. A geopolítica de conformação dessa "rede" de espaços museológicos empreendedores, levanta questões urgentes sobre a manutenção e dinamização dessas organizações, que as leva a adotar táticas que até os dias atuais, são vistas no circuito museológico conservador como a degradação do sentido originário do acervo. Uma esfera de disputa ideológica para definir até onde o acervo é sacralizado, e onde pode ser transformado em objeto de entretenimento e/ou de ação educativa para o público leigo.

As preocupações conceituais colocadas até aqui, assim como o "modelo" utilizado (arquipélago museológico social do Sertão Metropolitano Carioca) para visualizar o fenômeno cultural em tela, são contrários às exigências e rituais tradicionais de realização de um empreendimento etnográfico e geográfico[14]. A demanda de mobilização dos agentes culturais locais, mais o perfil da região estudada, colocam em evidência a necessidade de ferramentas teóricas e

[14] A arena científica ocidental adota, majoritariamente, uma epistemologia eurocentrada, com todos os inconvenientes que essa postura pode oferecer. Uma das críticas mais enfáticas foi feita pelo antropólogo Johannes Fabian (2013), que mostra em seu tratado teórico-conceitual como a tradição de pensamento ocidental negligenciou, histórica e sistematicamente, os sujeitos não ocidentais ou que vivem em condição de marginalização dentro das sociedades hegemônicas, negando sua coetaneidade (estar junto).

metodológicas mais participativas e reflexivas para adentrar na lógica fluída e multifacetada de um cenário cosmopolita, hiperadensado. Algumas correntes como a antropologia urbana[15], a pós-ANT[16], a museologia social[17], a ação-pesquisa[18] e as novas concepções de lugar e região (MASSEY, 2008; THRIFT, 1995) norteiam a realização deste empreendimento etnogeográfico de caráter prático-agencial.

Se ao longo dos séculos XIX e XX, a investigação etnográfica envidava esforços descomunais para o etnólogo saber se portar de forma neutra e objetiva no campo, hoje, uma realização desse porte provoca risos da parte dos professores e dos próprios interlocutores da pesquisa. E para realizá-la, dever-se-ia utilizar os enquadramentos básicos (comunidade, localidade, sistema de parentesco, estrutura) que avaliam as experiências locais (e tão somente locais) em termos de processos de resistência x acomodação.

Apesar do relativo sucesso, as etno(geo)grafias de resistência/acomodação não competem mais diante das novas modalidades de agrupamento pós-social (MAIA, 2009) e da recusa de alguns pesquisadores em adotar os modos de representação e as estratégias textuais da antropologia clássica. É uma atitude intelectual e política que inverte a ordem consagrada: de observadores participantes, passam à condição de *participantes observadores*; de coletores de dados, tornam-se produtores *in situ* de informações. Tal atitude etnográfica, contudo, varia segundo a metodologia participativa empregada, e a disponibilidade de tempo e comprometimento tanto do pesquisador quanto dos agentes situados. Com relação aos agentes locais, o empreendimento etnográfico que busca a participação e não a mera informação deles, tem que lidar com a complexidade das múltiplas situações que levam as pessoas à tomar decisões diferentes e, por vezes, arbitrárias, criando

---

[15] Para ver na web (I): <http://nau.fflch.usp.br/>. Acesso em: 02 mar. 2014.

[16] Para ver na web (II): <http://reacesso.webnos.org/archives/tag/actor-network-theory>. Acesso em: 05 mar. 2012.

[17] Para ver na web (III): <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia>. Acesso em: 10 ago. 2013.

[18] Ainda não se encontra disponível na web por ser pouco discutida no âmbito acadêmico, ficando mais discutida e questionada nos setores extra-acadêmicos que também praticam pesquisa e formação (ONGs, fundações, órgãos públicos ligados diretamente às questões populares de base, como assistência social, saúde e educação).

níveis sobrepostos de significação e influência política. Como entes situados na multivariedade das relações no território, afloram os seguintes paradoxos:

1) Os agentes podem não estar inseridos plenamente no contexto e nas posições e hierarquias que pensam estar, correndo o risco de tornar a escolha do tema e dos agentes interlocutores uma escolha arbitrária e não atinente com a realidade dos fatos;

2) Registra-se um regime de exclusividade discursiva dos agentes locais que não revela o "como" e os "porquês" da construção daquela(s) realidade(s). Outras atividades, círculos e lugares podem ser tão ou mais importantes na definição da identidade das pessoas do que o contexto estudado (MARCUS, 1991), podendo este ser mais um acidente de percurso, válvula de escape momentânea ou ambiente de importância secundária;

3) Excetuando os fenômenos religiosos e alguns nichos culturais, os cientistas negligenciam as demais ocupações sociais que impelem os agentes e instituições à buscar um sentido teleológico, pragmático ou espiritual para as suas ações, dando sentido à sua “vocação” e ao entorno ambiental.

Para o bem ou para o mal, o sentido teleológico e o pragmatismo fisiológico fazem parte da maioria dos interlocutores museais da emergente realidade cultural da Zona Oeste carioca, o que torna a sua geografia cultural ainda mais ambígua, complexa e radiante. Para tanto, a proposta científica desta ação-pesquisa será especular, a partir do mapeamento e monitoramento do movimento sociomuseológico da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, como as transformações culturais (e societárias, por tabela) em curso na região refletem um movimento maior de caráter pós-secular e pós-global, movimento este em que a afirmação identitária, o resgate da memória coletiva e a vertigem patrimonial formam o eixo da luta que segue por distintas bifurcações, gerando uma série de consequências que vai da ampliação da visibilidade do território à reconquista do prestígio local e à alocação de recursos públicos e/ou privados para o desenvolvimento em múltiplas direções (econômico, cultural, ambiental, político).

Formando o acervo reivindicatório que segue os ventos de um novo espaço-tempo global, identidade, memória e patrimônio ousam ser, ao menos para os acadêmicos, intelectuais e profissionais de arte e cultura, temas tão importantes e

preocupantes quanto o desemprego, a inflação e a violência urbana. Englobando ecomuseus, espaços culturais, grupos folclóricos e agências com visão empreendedorista, a hinterlândia Oeste carioca apresenta um movimento geral de revitalização da história regional e dos espaços, a reconquista da memória coletiva através da pesquisa e reconhecimento dos "guardiões" locais do conhecimento vernacular, a luta pela conservação dos patrimônios cultural e/ou natural, e a promoção de eventos que tragam visibilidade ao lugar e suas gentes e artefatos.

Os fenômenos identitários, patrimoniais e memoriais são, por essência, processos de afirmação e enraizamento, de estabilização dos conflitos e equilíbrio de poder. O perigo desses fenômenos deriva da possível queda destes fenômenos no paradigma antropológico eurocêntrico (GUPTA & FERGUSON, 2000) que instituiu, globalmente, o sistema de classificação cujos povos, nações e grupos flutuam entre três variantes principais: civilizado, bárbaro e selvagem. Essas representações clássicas do campo antropológico ocidental veem tudo que se move ao contrário da lógica da identidade e da lógica clássica como situações inautênticas, não genuínas e desterritoralizadas. Em suma, situações de incivilidade e de diferenciação mal concebida (exotismo).

Congelamento representacional, um conceito magnífico, a meu ver, foi elaborado pelo crítico cultural Arjun Appadurai (*apud* GUPTA & FERGUSON, 2000) para definir a excentricidade e asquerosidade do mundo ocidental que, em seu modo de pensar e agir, impôs uma racionalidade de domínio do mundo que subjugou povos, nações e grupos. Um modo de pensar/agir que levou o mundo moderno-colonial capitalista (GOSFROGUEL, 2008) a andar de mãos dadas com o colonialismo, e cujos efeitos se sentem até hoje nas políticas de fomento diversos e na re-produção da desigualdade em escala ampliada.

Já que frisei bastante na página anterior a importância da prática discursiva na conformação dos processos espaciais, cabe aqui um "parêntese" sobre a relação entre discurso e identidade (ou singularidade cultural) e a proporção que a primeira toma na articulação das relações e dos equilíbrios instáveis do poder.

Muitas das sensibilidades e agenciamentos nas periferias urbanas são passíveis de percepção pelo pesquisador a partir do momento em que ele adota o

método da análise do discurso. Linda McDowell (1996) faz uma breve prescrição do que vem a ser uma formação discursiva:

> Todas as declarações funcionam dentro de um determinado discurso, o que define ou limita como pensamos a respeito das coisas. Assim, tomando um simples exemplo da geografia econômica, a noção de lucro tem significados diferentes dependendo do quadro de análise ser marxista ou neoclássico. Eu penso que isto é que está implícito na argumentação de Derrida de que "não há nada fora do texto", e não que não haja realidade material, séries de relações de poder e exploração, ou privilégios, mas que não conseguimos pensar a respeito de seus significados, a não ser dentro de um considerado quadro explanatório. Quando sequências de colocações são ligadas umas às outras elas passam a ser o que Foucault denominou uma formação discursiva, que quando estabelecida com sucesso pode ser definida como um regime de verdade (MCDOWELL, 1996, p. 177).

A autora se inspira na formulação de Michel Foucault, filósofo "ocidental" que, de forma original e inovadora, propôs o estudo dos enunciados individuais e coletivos (discurso) para rastrear os diálogos, ideologias e conflitos que alicerçam o *status quo* e, por extensão, definem as classificações e fronteiras nos sistemas sociais. Foucault define o discurso como "esse espaço de dissenções múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos" (FOUCAULT, 1969, p. 179).

Depois de compreender o discurso como uma unidade produtiva de enunciações, o seu vínculo com a linguagem é possibilitado pelo agenciamento, que é a capacidade de intervir e produzir efeitos retroativos, que atinge públicos e plateias direta ou indiretamente correlacionados ao discurso produzido pelos sujeitos enunciadores. Isto quer dizer que o agenciamento está enraizado na cosmologia e nos interesses dos grupos e pessoas que discursam.

O discurso não é um fenômeno monolítico: relaciona-se com as estratégias de luta e o modo como as distintas demandas e acontecimentos socioambientais são percebidos, codificados, comunicados e replicados. Dentro dessa perspectiva crítica, o discurso se refere a uma forma cultural que modela pessoas, instituições, redes de pertencimento e estruturas sociais e territoriais. Ele fornece o cimento ideológico das instituições (religião, Estado, empresa, movimento social, entidade artística) e constitui os campos culturais de poder, tornando os focos negativos da cultura também uma realidade concreta (COELHO, 2008). Coelho afirma que a

cultura também precisa ser entendida nos seus aspectos degradantes (culturas de violência, tortura, corrupção, intolerância religiosa, discriminação sexual), e o discurso é uma das formas analíticas de se chegar aos meandros do poder espúrio da cultura.

Atualizações da análise do discurso vêm sendo feitas desde os anos 1990, de modo a injetar a crítica e fornecer novas chaves de interpretação da produção, circulação e consumo de sentidos e significados na economia cultural contemporânea. Fairclough é um dos formuladores da *análise crítica do discurso*, que pretende superar a concepção foucaultiana de que o sujeito é arrastado e preso a uma ordem de discurso sem nenhum tipo de resistência ou mesmo reelaboração do discurso que o magnetizou. Trata-se de uma concepção formal do discurso, ponto já criticado por Fairclough e outros (GUMBRECHT, 1998). Como alerta Fairclough:

> [...] os sujeitos são moldados pelas práticas discursivas, mas também são capazes de remodelar e reestruturar essas práticas. As estruturas são reproduzidas ou transformadas pelas práticas discursivas, dependendo do estado de relações, do equilíbrio de poder, entre os que estão em luta num domínio particular de prática (a hegemonia), tal como a escola ou o lugar de trabalho (FAIRCLOUGH, 2001, p. 85).

Ainda mais quando o que está em análise é a cultura e o turismo, por exemplo, os lugares e eventos podem ser valorizados ou sofrer declínio dependendo do teor do enunciado e da articulação discursiva nas redes de trabalho. Tomazzoni ressalta, para o fenômeno turístico, que o discurso do turismo ora contribui para sustentar e preservar culturas, ou pode, no extremo oposto, criar simulacros que terminam por aculturar e domesticar localmente os ambientes e *modus vivendi* turistificados (TOMAZZONI, 2006).

Continuando a reflexão sobre o discurso a partir do turismo, os discursos e as representações geográficas dos lugares turísticos são continuamente reelaborados pelos setores especializados, seja a partir dos órgãos públicos competentes (Ministério do Turismo, secretarias de cultura) e das entidades civis que, apesar do parco prestígio junto à mídia e aos setores dominantes, possuem interesse no desenvolvimento do(s) território(s) em que atua(m).

Para mobilizar pessoas, criar um senso de pertencimento ao lugar e convencer a todos de que a atividade turística é “um ideal promissor do progresso” (MOESCH, 2000, p. 132), há de pensar na re-elaboração da identidade (cultural, política, regional, local) em consonância com o momento histórico e as atividades a serem desenvolvidas. A identidade é o marco das transformações ou retrocessos na política turística de um território, fato esse constatado em estudos que ora mostram a identidade como mola de desenvolvimento turístico, ou como dispositivo estratégico de defesa do lugar dos “estrangeiros”. Para uma primeira aproximação conceitual, a identidade pode ser definida como o processo de

> [...] identificar-se *com*, ou seja, é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Além disso, como não encaramos a identidade como algo dado, definido de forma clara, mas como um movimento, trata-se sempre de uma identificação em curso, e por estar sempre em processo/relação ela nunca é uma, mas *múltipla*. Toda identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas (HAESBAERT, 1999, p. 174-175).

Outro geógrafo que aprofunda a discussão no campo da cultura é da identidade é Paul Claval, que, numa perspectiva territorial, argumenta:

> [...] a identidade deve ser analisada como um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar um sentido à sua existência. Este se apóia sobre traços bem reais da vida material, da organização social e do universo dos valores da coletividade, mas é uma construção por natureza arbitrária. Isto explica que os termos aos quais ela recorre sejam sempre impostos pelos outros e interiorizados e valorizados como desafio. A identidade é uma noção elusiva (CLAVAL, 1999, p. 15).

E depois, mergulhando nos dilemas e conflitos identitários do Pós-Guerra, conclui que

> Os discursos identitários contemporâneos se pretendem militantes. Eles têm por finalidade extrair uma ordem do que é percebido como o caos. Os grupos que se formam esperam assim se livrar da inquietude ambiente, mas eles percebem sua empreitada ameaçada. Para levá-la a bom termo, não é suficiente demonstrar às pessoas que elas pertencem a um grupo unido. É preciso libertá-las das forças dissolventes que arriscariam arruinar a empreitada que estão executando.
> Nada de surpreendente, então, em constatar que as identidades que se busca promover exigem territorialidades contínuas e absolutas: não se trata simplesmente de se afirmar; o objetivo é o de fugir do contágio dos modos de pensamento que se condena, do efeito arrebatador de comportamentos

> e atitudes que reprovamos moralmente, e da poluição à qual nos expomos ao permanecermos em ambientes impuros (CLAVAL, 1999, p. 22).

A ênfase posta na especificidade, relacionalidade e implicação (MASSEY, 2008) dos lugares, turísticos ou não, ligando o suposto *ethos* da população local aos desejos do olhar do turista (URRY, 2001), certamente conduz o geógrafo a um tema fundamental das chamadas "políticas culturais" contemporâneas: a afirmação e o protagonismo das identidades minoritárias, subalternas, histórica e politicamente desprivilegiadas. Como declara Sá:

> A identidade – sejamos claros sobre isso – é um 'conceito altamente contestado'. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado... as batalhas por identidade 'realmente travadas e as práticas identitárias realmente executadas' não chegam nem perto da pureza das teorias e plataformas políticas declaradas. São, e não podem deixar de ser, misturas das demandas 'liberais' pela liberdade de auto-definição e auto-afirmação, por um lado, e dos apelos comunitários a uma 'totalidade maior do que a soma das partes', bem como à prioridade sobre os impulsos destrutivos de cada uma das partes, por outro... (SÁ, 2006, p. 13).

Dinâmicas e processos de territorialização são engendrados nas práticas de identificação e diferenciação social, cultural, política etc. Ademais, o território é o nódulo material das identidades, o meio geográfico reticular onde as coletividades são formadas dentro de um quadro de intencionalidade, equilíbrio de poder e disputas simbólicas. Enquanto a paisagem nos remete à conexão do humano com o meio ambiente cultural-natural, à imagem cultural que expressa a "maneira de ver" (COSGROVE, 1998, p. 98) e que torna possível, por meio do imaginário e da memória, a apropriação (paisageira) e representação (paisagismo) do espaço, o território, por sua vez, traz em si o exercício espacial do poder, o estabelecimento de fronteiras e planos de comunicação ritualísticos.

Fronteiras são marcadores simbólicos nas quais a alteridade se insinua e, com ela, há a negociação e os consequentes processos de inclusão, exclusão e marginalização. Quando há exclusão, pode-se dizer que o *outsider*, o forasteiro, o estrangeiro (ou o termo que melhor aprouver) ficou de fora como o quer o(s) estabelecido(s). Ontologicamente falando, o território funda a diversidade

sociocultural, mas, em muitos casos, também a nega, sendo o muro, a cancela, ou outras formas metafóricas e reais de distinção/separação/exclusão (HISSA, 2002). E para compreender essas fronteiras simbólicas, que muitas das vezes chegam a criar "paredes", precisamos recorrer a uma metodologia clara para o deciframento das realidades múltiplas que estão na trama da regionalidade, do espaço vivido. Para isso, a metodologia da ação-pesquisa combinada com o artifício da cartografia social, é um caminho plausível.

Incluir na explicação da ação-pesquisa o artifício da cartografia social (ou biomapeamento, para a Museologia Social), ou seja, a união de uma metodologia à um artifício artístico-visual que dá cor e intensidade às evidências. Há inúmeras formas de aplicação de uma metodologia, mas juntar a ação-pesquisa à cartografia social permite atingir quatro objetivos essenciais: 1) oferecer ao leitor uma linguagem visual, lúdica e compósita acerca da realidade espacial, por isso, é um *texto*; 2) por ser uma cópia do real, age como um *simulacro*; 3) cria uma *paisagem* na medida em que registra imagética e discursivamente o território em posição zenital[19] (RAFFESTIN, 2007); e 4) transfigura-se em *território* ao ser alvo de disputa e de apropriação pelos agentes (professores, militares, gestores públicos, lideranças comunitárias, movimentos sociais, empresários) interessados na sua leitura e nos potenciais efeitos políticos.

O caminho da paisagem ao território, do mapa ao real concreto, não é linear e muito menos a sua composição é harmoniosa. Se a paisagem é o campo representacional dialético que confere autenticidade e dialogicidade ao território, este, por sua vez, é um arranjo espacial, um mundo de informação estruturada esquadrinhado pelo universo simbólico dos grupos que a compõem. Território é a expressão geográfica da produção estético-cultural do espaço, mediada pela política nas suas diversas formas de exercício (instituições, ações, conflitos). Constituem-se em atmosferas espaciais singulares, gerando aquilo que antropólogos e arqueólogos tradicionalmente chamam de cultura material. O território não só é a expressão da geograficidade humana, mas a imposição material do modo de habitar que conduz à

[19] Termo cartográfico que designa o ponto imaginário traçado da cabeça do observador, na superfície terrestre, e se prolonga até o espaço celeste. Em astronomia e matemática, é muito utilizado para realizar medições, demarcar pontos na superfície e gerar material cartográfico.

diversidade cultural do lugar. Um território pode englobar uma ou mais atmosferas por justaposição ou sobreposições.

É o reino da pluralidade e da liberdade condicionada à qual Milton Santos tenta abordar em dois de seus textos fundamentais (SANTOS, 1996, 2001). O autor, entretanto, não se atenta para os aspectos estético-culturais da produção do território. Uma dessas "substâncias" seria, poeticamente falando, o *patchwork*: o complexo de retalhos sociais construído pelo/no fluxo dialógico-sincrético das experiências e intercâmbios socioculturais (CANEVACCI, 1998). De acordo com Massimo Canevacci, é por meio da dialogicidade e do sincretismo que os andaimes da diversidade e mundanidade cultural são erguidos, e também onde os trabalhos da memória e da imaginação tornam-se mais visíveis e compreendidos em termos de negociação, disputa, alianças, eventos, recompensas, prestígio etc.

Isso reflete a luta de alguns antropólogos, psicólogos e geógrafos para estabelecer uma relação mais dialógica, corpórea e agencial com o campo, onde o pesquisador pode, em alguns casos, ser ele próprio o "material da pesquisa" dada a capacidade pedagógica, interativa e emancipatória que o campo pode contribuir para o crescimento intelectual, profissional e emocional do pesquisador. Uma das contribuições é o distanciamento estratégico do pesquisador do rígido espaço acadêmico que ora nos ilumina com suas teorias, ora nos entorpece com suas formulações abstratas e pseudo-realistas.

Sua criação encontra-se intimamente relacionada com a voraz reestruturação econômica e social pela qual o subúrbio Oeste passa desde o último quartel do século XX, e com a tendência geral de se buscar, no campo da cultura, novas sensibilidades estéticas para combater os sintomas clássicos de desencantamento, desritualização e secularização que afligem o Ocidente desde os séculos XVIII-XIX. Analisar-se-á como o arquipélago museológico suburbano-carioca é uma resposta nostálgica aos "bons e velhos tempos" da "vizinhança de bairro", da preferência pelas manifestações culturais "vernaculares" e por tudo que represente a autenticidade do lugar. As três palavras entre aspas – bons e velhos tempos, vizinhança de bairro e vernaculares –, têm o intuito de reforçar a hipótese de que está em curso um grau elevado de ansiedade, nostalgia e expectativas por parte dos

agentes culturais locais, fruto da quantidade imensa de rupturas e reações diversas ocasionadas pela reestruturação urbano-industrial.

No caso específico dos bairros, das manifestações culturais e dos recursos e pontos turísticos aqui avaliados, fica evidente o quanto as crises, debates e exigências em torno do *devir* dos territórios, ou seja, do desenvolvimento socioeconômico e cultural das localidades, não são mais assuntos restritos aos círculos intelectuais e de poder que durante décadas dominaram a região: outros segmentos da sociedade, incluindo os grupamentos tradicionais e de gênero, adquiriram "voz" no espaço político e, consecutivamente, vem influenciando nas agendas locais e reivindicações.

As instituições museológicas e para-museológicas da região - que está sendo redefinida identitária e conceitualmente como Sertão Metropolitano Carioca, ou Subúrbio Carioca -, tem sido exitosas nas suas estratégias de atingir, de forma pontual, públicos intelectuais, estudantis e gestores locais e externos que possuem a característica de agentes multiplicadores: são pessoas mobilizadas em lutas políticas no campo da cultura em geral, daí o potencial delas divulgarem as instituições em circuitos mais amplos. Por serem abertos a experimentações institucionais e estéticas, os parceiros estratégicos, os *stakeholders*[20], podem gerar pequenas, porém, úteis ligações (com um patrocinador ou com o Poder público) e desdobramentos (com instituições com objetivos comuns) para o fortalecimento das instituições em tela nos múltiplos espaços de promoção cultural e econômica.

Instituições museológicas populares, tais como ecomuseus, museus comunitários, centros culturais e núcleos de pesquisa histórica, atuam como ferramentas e meios para inventariar fontes de memória social, pesquisar e realçar os diferenciais regionais capazes de trazer novos valores e vetores de ação para o território. A potência de cada espaço museológico é medida pelo seu poder de disparo de agenciamentos culturais (eventos, intercâmbios, exposições), onde os fragmentos reinventados ampliam o dinamismo do grupo social e transfere o seu sentido de lugar para outros planos mais empoderadores, beneficiando habitantes e visitantes, gestores e moradores.

[20] Termo em voga no setor turístico-empresarial que sinaliza, no âmbito da territorialização dos projetos públicos e privados de investimentos econômicos, os atores que, efetivamente, participam das rodas de negociação e integram os grupos de ação que farão o empreendimento funcionar.

Sem deixar de atentar para o distanciamento estratégico em alguns momentos da pesquisa, todavia, não deixei de constatar, desde o início da pesquisa, que para conseguir realiza-la, não poderia aderir à postura pseudo-objetivista do cientista moderno, uma postura que sempre negou a realidade simbólica dos fenômenos e mais duas coisas: 1) o pesquisador está inserido no ambiente da pesquisa, ou seja, afetará a dinâmica dos objetos e, consequentemente, o resultado da investigação, mesmo que se tente utilizar a aberrante tática do distanciamento óptico (GREGORY, 1996), herdeiro direito da visão de mundo colonial/eurocêntrica; 2) o objeto, em contrapartida, é passível de múltiplas perspectivas e aferições, além do fato de que a sua mundanidade real cria um horizonte maior que os arcabouços epistemológicos humanos, compelindo cientistas pós-modernos a adotarem uma postura mais agencial (BARAD, 1999; MAIA, 2009), pós-social (KNORR-CETINA, 1998) e de "meditação" sobre as complexidades que engendram universos e alquimias sociais-naturais (GUMBRECHT, 1998, 2010).

São perspectivas que, desde o final do século XX, tentam dar conta das tensões, contingências e vicariedades de um mundo cada vez mais pós-global e multissituado (MARCUS, 1991), com novas figurações coletivas e paisagens pós-urbanas (FELLICE, 2009) resultantes da proliferação de esfericidades étnicas (SLOTERDIJK *apud* S/A, 2007) e dos fluxos comunicacionais nos grandes centros urbanos (CANEVACCI, 1996, 2004).

Em alguma medida, essa visão vai de encontro com alguns arcabouços teóricos da Geografia Cultural, a exemplo da concepção de Jöel Bonnemaison (2002) que, descontado o tom essencialista e "exótico" do seu discurso, traduz o vínculo dinâmico, contingencial e simbiótico entre "culturas" e territórios, perfazendo o fenômeno espacial descrito por Scott Lash (2009)[21] como *atmosferas do real*. As atmosferas do real estão acopladas na mesma linha teórico-reflexiva que levou autores como Georg Simmel (1992) e, contemporaneamente, Peter Sloterdijk (2007) a elaborar, respectivamente, os conceitos de *stimmung* e esfera.

Fica a critério nosso escolher qual conceito se adapta melhor à nossa realidade de estudos e pesquisas, ou que melhor traduz a dinamicidade e simbiose

[21] Não esquecendo que essa noção é tributária de pensamentos como o *fudo* de Watsuji Tetsuro (WU, 2001) e a paisagem de Georg Simmel (1992) reapropriada por Hans Gumbrecht (2010) na sua tradução original, *stimmung*.

do metafísico com o real prático-concreto; da linguagem com a presença carnal do corpo; ou da natureza com as elucubrações, enquadramentos e rotulações produzidos pela dinâmica cultural.

A ação-pesquisa é apontada desde os anos 80 por Hugues de Varine (1987), que usa outra palavra com a mesma estrutura significativa do agenciamento: iniciativa. Varine define iniciativa como

> (...) o ato criador por excelência, não de um produto intelectual independente de toda solicitação (cuja finalidade é arte pela arte), mas de soluções originais aos problemas levantados pela sociedade, no próprio nível em que estes problemas são colocados por seus membros. A iniciativa é, para mim, o próprio fundamento de modificação: é uma resposta baseada na identificação e na análise de um problema em sua complexidade, seguidos de uma pesquisa de meios, depois da fixação de um objetivo, enfim, da escolha de um projeto, que este processo seja espontâneo ou inconsciente, ou nem que seja o fruto de uma proposta combinada, isto pouco importa. O essencial é que ele emane da comunidade concernente e que ele se alimente de elementos tomados ao capital de uma experiência coletiva, própria a esta comunidade ou exterior a ela. A iniciativa é, pois, a condição fundamental do desenvolvimento comunitário (VARINE, 1987, p. 30-1).

A iniciativa não se restringe a um setor econômico ou grupo hegemônico: ele é amplo e rico demais para se prender às classes dominantes e atividades saturadas por relações de dominação. Podemos pensar a iniciativa a partir das práticas e atitudes que geram empoderamento, desenvolvimento local e outros fenômenos de caráter emancipatório, autogestionário e solidário. A iniciativa pendula entre as lógicas individuais e coletivas que fazem *acontecer* o desenvolvimento local. E por fazer acontecer, embarca na dimensão do lugar, pois para Milton Santos (1996, 2005), o lugar é o locus por excelência do *acontecer* solidário.

Iniciativa (agenciamento), solidariedade e lugar formam o tripé da regul-*ação* e do movimento das instituições na realidade regional em questão, com todos os paradoxos e desconexões próprios de um movimento que ainda não fortaleceu as suas bases de ação, e tão pouco firmou um senso de identidade territorial que reoriente a região, pela solidariedade (PORTELA, 2009) ou pela competição (POLLICE, 2010), para o desenvolvimento endógeno (AVILA, 2006).

A concepção miltoniana da solidariedade geográfica encontra guarida no instante em que, no aquecimento mútuo da relação local-global, endógeno-exógeno, o lugar se manifesta como

> (...) o *lócus* do *acontecer solidário*, abrindo as perspectivas para uma geografia da solidariedade. Para Santos (...) seria necessário alterar a base técnica e seu uso, enquanto criação para a circulação de capital, objetivando veicular novos valores, ou seja, valores humanos, o que permitiria uma efetiva integração de laços culturais distintos. A solidariedade geográfica é um princípio regulador das relações entre os homens de um mesmo lugar, e entre os lugares. É uma solidariedade, *a priori,* social (ALVES & ALVES, s/d, p. 6).

Juntando iniciativa e solidariedade geográfica, temos um plano teórico adequado para investigar os agenciamentos museológicos e para-museológicos da hinterlândia Oeste carioca. A solidariedade geográfica só é atingida, seguindo o fio condutor de José Portela (2009), se houver um quadro estrutural e organizacional de solidariedades plurais (cooperativas, Poder público, empresas, associações civis, universidades), e se estas solidariedades, por sua vez, souberem da importância da cartografia social e da política da espacialidade para a promoção de encontros das trajetórias solidárias e para a afirmação do imaginário e da memória que as unem, criando o “cimento de coesão social” (PORTELA, 2009, p. 34).

Ao contrário da pesquisa-ação, primeiro pautada na realização objetiva da pesquisa para depois inaugurar ações no campo, a *ação-pesquisa* e a *pesquisa formativa* possuem a propriedade de intervir no campo desde o início da pesquisa, ao qual se busca alcançar os pontos de alta energia do fenômeno e traçar *links* entre o pensamento e a agência tanto do agente-pesquisador quanto dos interlocutores. A ação-pesquisa conecta cientista e contexto através da *intencionalidade* (SANTOS, 1996). De modo que se ambicionamos fazer um empreendimento científico honesto, devemos deixar claro quem está falando, de onde falando e porque escolheu falar daquele fenômeno. Donna Haraway (1995) (des)constrói a base epistemológica para o desempenho parcial e localizado do pesquisador, expressando uma política de posição. Não se trata aqui de impor o “politicamente correto”, mas assumir um compromisso ético e político com os interlocutores.

A ação-pesquisa/pesquisa formativa flerta em gênero, grau e número com a empreitada hercúlea de Ramón Grosfoguel de descortinar e descolonizar a epistemologia colonial-européia para fazer emergir as *epistemologias de fronteira* (GROSFOGUEL, 2008), os saberes marginalizados, os cosmopolitismos das periferias (PRYSTHON, 2002).

Os efeitos da presença e agir do pesquisador são mensurados durante o campo e *a posteriori*. A ação-pesquisa é uma forma de adentrar no espaço vivido dos agentes e fazer parte da coagulação que permite a sustentação de um grupo social. Aqui, o assunto conglomera para o território, que são os coágulos de empoderamento, prestígio e vivência que *in*formam espacialidades diferenciais (LACOSTE, 1989). Territórios são atmosferas do real produzidas pelas culturas, conglomerados de inter-relacionalidades gestoras de entre-mundos, vale dizer, de *atmosferas espaciais singulares* cuja lógica é revelada no ritmo do habitar e dos fluxos entre o próximo e o longínquo, envolvendo *insiders* e *outsiders* tal como mostrado por Norbert Elias (2005) em sua etnografia sobre o fictício bairro de Winston Parva.

Movimento do próximo com o longínquo, dos *insiders* com *outsiders*, das limitações locais com os projetos exógenos, o território constrói *genius loci*, que nada mais são que lógicas espaciais de enraizamentos dos processos materiais do *socius*. É produção geográfica da diferença. E como toda produção de diferença, indicações, registros, normas e outras estratégias textuais são mobilizadas para fundar/reinventar a identidade territorial. Disputa, negociação, conflito, ritual, potência e poder são os verbetes que ilustram os modos de existência do território e seu discurso geograficamente representado pela paisagem.

É nesse momento que território e paisagem se unem para formar um complexo espacial de realidades/textualidades, cujo fruto é o simulacro, caminho natural da estética como apropriação sensível do mundo. O mundo é um mar de um ou mais territórios; territórios, por sua vez, são complexos mundanos e de sacralidade; e a estética é a responsável pela bifurcação entre os dois para atender às motivações e necessidades humanas de produção da história do lugar.

Território é um arranjo espacial, um mundo de informação estruturada e arregimentada em compartimentos de interação humana (RAFFESTIN, 1993).

Território é a expressão geográfica da produção estético-cultural da espacialidade. Constituem-se em atmosferas espaciais singulares, ou seja, microclimatizações do estar-junto das coletividades humano-naturais. Um território pode, naturalmente, ser um englobamento de várias atmosferas interpoladas. Como já salientara Milton Santos, território é o reino da pluralidade e da liberdade condicionada (2005, 2002, 1996), donde são erguidas as compartimentações humanas (RAFFESTIN, 1993).

Do território, nascem as paisagens culturais desafiadoras que tanto admiram e desejam autores como Vítor Ferreira (2009), Massimo di Felice (2009), Doreen Massey (2008), Massimo Canevacci (2004), Ângela Pryshton (2002), Mignolo (2008), Denis Cosgrove (2002) e outros preocupados com o sincretismo cultural e territorial de nossa contemporaneidade radical.

Para além de partes isoladas, as identidades territoriais nomeiam (e normatizam, em muitos casos) e dinamizam a espacialidade transmutada em território, tornando-se entes geográficos (GEIGER, 2008). E é através dos entes geográficos que os conceitos geográficos se conectam e se afetam mutuamente, dissipando os particularismos conceituais presentes na literatura geográfica. Ampliar os conceitos geográficos e trazê-los de forma intuitiva e dinâmica para a cena analisada, é demonstrar ser capaz de compor uma metodologia eficiente de abordagem social (seja participativa ou apenas “pesquisativa”) e ser sensível para com as multiformes espacialidades humano-naturais.

Vamos por partes...

Os sistemas e agentes geográficos assinalam modos específicos de produção do *território* que promovem laços topofílicos (TUAN, 1980), isto é, a querência das pessoas e grupos ao lugar territorializado e seus desdobramentos (vizinhança, trabalho, encanto estético, festividades, exploração do capital, conflitos políticos). O *lugar* nasce da articulação das trajetórias sociais e naturais que conferem especificidade, relacionalidade e implicações ao espaço. A *região*, como espaço vivido (FRÉMONT, 1980), isto é, como endereços sempre deferidos (THRIFT, 1995) e deslocados para uma dimensão espacial de pertencimento e significação pelos múltiplos agentes envolvidos (Estado, habitantes, público externo), é um fenômeno inerentemente cultural; já a imagem espacial que dela provém, a *paisagem*, autentica os artefatos e as tensões e configurações da região e dos territórios

mediante a manifestação concreta dos sentidos, cujo implicação são as representações (RAFFESTIN, 2007) criadas pelos diversos agentes situados ou não naquele meio geografizado.

Como afirma Claude Raffestin (2007), a paisagem é a moeda fiduciária do real. Completa-se, assim, o denso processo de diferenciação onto-espacial, e a possibilidade de engendramento de novas tramas conceituais na análise geográfica.

Apesar de convencionalmente tratados como núcleos duros de significação, sertão, metrópole, favela, entre outros entes geográficos (GEIGER, 2008), guardam em si deslocamentos, curtos-circuitos e sincretismos que fazem deles conceitos mutáveis, eles próprios deslocados de qualquer tentativa de certificação heideggeriana de origem ou de totalização ideológica.

Território surge, assim, como a encarnação espacial da cultura (BONNEMAISON, 2002). Eis o ponto central do conceito: expressa geograficamente as políticas de agrupamento e as fronteiras étnicas e políticas que fazem dos humanos agentes geográficos por excelência (SACK, 1997).

Para um conceito tão dinâmico e relacional como o território, a metodologia e a inscrição textual devem seguir o mesmo compasso para que não sobrevenha o mesmo erro ingênuo da prática científica descrito por Lorenza Mondada e Ola Söderström:

> A partir do momento em que esta (a inscrição textual) se torna o meio de comunicação privilegiado da comunidade científica, ao se utilizarem os modos de restituição da complexidade da situação de campo (o dialogismo, a polifonia) não se pode deixar de considerar sua mímesis textual. A autoridade monologal, portanto, é apenas deslocada, porque é ela que orquestra o diálogo, controla as negociações e constrói a pluralidade, esta última não sendo senão um artefato do texto (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 2004, p. 147).

A partir dessa consideração, consegue-se perceber como os pesquisadores vêm assumindo uma postura ingênua, retórica e conciliadora, típica do pós-modernismo euro-americano, no trato das questões de ordem política, étnica e artística. Esses autores são compelidos, pela força da visão pós-modernista da estetização da vida cotidiana (FEATHERSTONE, 1995), a adotar análises culturais restritas à celebração da afirmatividade e do protagonismo dos grupos. Ações afirmativas, publicidade afirmativa, protagonismo juvenil e protagonismo étnico são

apenas alguns termos que comprovam o jogo retórico atual do mundo político-científico – um jogo de proporções descomunais em relação a outros períodos históricos – onde a meta é a busca paranoica do lado militante, subversivo e alternativo da sociedade de massa e consumo. Tal procura não existe sem um mínimo de ideologização e manipulação hermenêutica dos fatos e situações que operam na relação. Ação afirmativa, termo predileto das esquerdas norte-americana e brasileira, é a versão modernista do processo de estereotipação dos grupos e de enquadramento das suas práticas num inventário a ser divulgado para toda a ordem societária, abolindo pela raiz a alteridade.

Se em tempos não tão remotos as ideologias e conflitos gravitavam em torno da conjuntura econômico-financeira e do proselitismo partidário, hoje a situação engloba os dois e vai além, construindo um cenário de reconhecimento de outras expressões políticas. Tal busca vem se territorializando com força total nas ciências sociais, nos partidos de centro-esquerda, nos ativismos sociais e no terceiro setor.

Mesmo autores renomados como José Guilherme Magnani, Rogério Haesbaert, Jesus Martin-Bárbero, Gilles Deleuze, Michel de Certeau, Bruno Latour e Michel Maffesoli caem na armadilha hermenêutica da inscrição fácil da diferença, caindo na armadilha da celebração espúria do sincretismo e da ratificação da voz política dos grupos, não se atentando aos aspectos elementares que fazem com que os grupos se encontrem, ao ajustem, negociem, rivalizem, compactuem, enfim, interajam num mesmo contexto espacial (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 2004, p. 149). É a pluralidade cultural vista sobre uma perspectiva contextual-situacional (JUNIOR, 2008), livre das representações miméticas do conhecimento e afeitas às disposições dialógicas e sincréticas.

A diversidade da qual estamos tratando não se dá num plano etéreo, mas num contexto situacional bem definido: a cidade. Elaborar uma metodologia de ação-pesquisa acoplada à cartografia social, é um viés para entender a dinâmica que leva as sociedades contemporâneas, pelo menos as que abraçaram a cultura ocidental, a experimentar novas imaginações de cidade, experiências do sagrado e, consequentemente, outras formas de sociabilidade.

A cidade, de fato, assume importância primordial na atualidade não só por seus enormes contingentes demográficos em todo o globo, mas porque tem sido

alvo de constantes debates sobre o seu papel como substrato e imagem que não apenas sustenta, mas tem ampliado os agenciamentos humanos para além das constatações marxistas e reducionistas, que veem as cidades atuais como simples *commodities* a serviço do lucro capitalista, ou ainda, como esfera desintegradora das identidades culturais e das sociabilidades localizadas (vizinhança, festividades locais), tornando abstratas as identidades dos bairros e regiões. Tal pessimismo é um legado intelectual que a Geografia Cultural não pode tomar para si: há outras "verdades" e laços sociabilísticos no mundo urbano contemporâneo.

Contemporaneamente, a cidade sofreu mutações de graus variados de ação e intensidade. Doravante, é o contexto sócio-histórico o material indispensável por cujas redes e fluxos materiais e comunicacionais tomam forma e se difundem[22]. E não se trata de nada mais que a velha e prodigiosa discussão dialética (ou ainda presa à dicotomia?) dos conceitos de concentração/dispersão, unidade/fragmentação, centro/periferia, estrutura/agência, fixação/movimento, tensão/interação. São temas caros ao pensamento ocidental, só que sempre retomados com outras cores e conteúdos. Por esta razão, a tônica das conversas científicas é sobre o rompimento dos dualismos, numa nítida versão em espiral do descontentamento para com as tradições recebidas, ainda que não se negligencie toda a produção. Kuhn (1975, *apud* HOEFLE, 1999), Gregory (1996), Hoefle (2007, 1999, 1998), Giddens (1991), Unwin (1992) são referências no debate.

Mas voltando à cidade...

Por ser um repositório de patrimônios culturais, de acontecimentos simultâneos e de representações de distintas ordens, a cidade é a manifestação concreta das formas geográficas sofisticadas – os sistemas técnicos tão declamados por Milton Santos (1996) - e das multifacetadas subjetivações que incendeiam e participam da constituição, legitimação ou subversão das relações sociais e de poder.

Para essas distintas redes sociais, a cidade é uma "coleção de símbolos e valores baseados sobre familiaridades, impressão e experiência pessoal" (CLARK, 1991, p. 37). A cidade é a esfera concreta da coexistência de trajetórias e caminhos. Cabe ao espaço geográfico a possibilidade de efetivar a coexistência (MASSEY,

[22] Conforme a proposta de Corrêa (2008, p. 304-5) da difusão espacial numa perspectiva crítica.

2008) por meio de múltiplas relações e processos de negociação, acomodação, solidariedade e partilha de significados.

Ao ser o canal entre o indivíduo e a complexidade social com suas regras, controles e instituições, a cidade fornece os sentidos através dos quais os grupos se territorializam. A territorialidade gera o empoderamento dos sujeitos e mais: cria o contexto geográfico através do qual o mundo é sentido, significado e experienciado dentro das práticas culturais desenvolvidas pela multiplicidade de formas de vida (ou estilo de vida, na terminologia pós-modernista). Como expressão geográfica do poder, a territorialidade "ampara", media a inserção do indivíduo na cidade, traduzindo experiências concretas e imaginativas em formas de estabilização do ente em meio à insegurança e impalpabilidade que toma de assalto os grandes ambientes urbanos.

Por ser a voz materializada dos grupos dominantes, alienados e excluídos, a cidade é catalisadora de sentidos e promotora do espetáculo fervoroso pela massa e pelo indivíduo, os vetores por excelência do modo de vida urbano ocidental. Sua influência se dá com e através dos objetos geográficos – as formas simbólicas espaciais, para utilizar o termo de Corrêa (2007). As formas simbólicas espaciais são representações materiais da sociedade pelas quais se constatam uma ou mais formas de produção e comunicação dos grupos e personagens que a conceberam. Elas refletem ou deixam rastros da intencionalidade e dos significados estabelecidos institucional e socialmente. Entretanto, a profusão de significados e agenciamentos na cidade invoca a multifuncionalidade e os plurais significados que os objetos podem ter em meio à infinidade de grupos, segmentos e classes sociais.

Roberto Corrêa (2007, p. 7), influenciado pelo pós-estruturalismo de Hall, chama a atenção para a polivocalidade da paisagem e dos objetos, característica natural e recorrente nos ambientes urbanos, dada as distintas interpretações construídas pelos diferentes grupos sociais com relação a um mesmo monumento, edifício, localidade, itinerário etc. É mais ou menos o que Kevin Lynch descrevera como sendo as percepções espaciais dos habitantes, a forma como dão legibilidade ao ambiente urbano por meio de representações mentais do espaço físico (CLARK, op. cit., p. 38). O erro de Lynch foi dar demasiada ênfase à dimensão psicológica (mapas mentais dos indivíduos), esquecendo-se de outras variantes que intervêm

nas percepções individuais e grupais como relacionamento interpessoal, necessidade econômica e sensibilidade estética. Mas tal defasagem já foi superada por inúmeros estudos urbanos e culturais, como os empreendidos pela escola de estudos culturais de Birmingham (Richard Roggart, Stuart Hall, Dick Hebdige e outros) e pela Escola Latino-americanista (Nestor Garcia Canclini, Jesus Mantin-Bárbero, Walter Mignolo, Ramon Gosfroguel, Alícia Lindón, Ângela Prysthon).

Voltando a Corrêa, o autor seleciona algumas funções simbólicas e políticas cumpridas pelas formas espaciais, em especial os monumentos, patrimônios históricos e memoriais:

> i. Glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e futuro;
> ii. Reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Neste caso, como no anterior, tradições podem ser inventadas, como argumentam Hobsbawm e Ranger (2002);
> iii. Transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
> iv. Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;
> v. Sugerir que o futuro já chegou, sendo portador de características julgadas positivas;
> vi. Criar “lugares de memória”, cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum (CORRÊA, 2007, p. 10).

Dessa forma, a condição material da cidade e os fluxos de significados ininterruptos arranjam novas atividades e imaginações entre as pessoas e seu meio circundante. O cosmopolitismo, antes agarrado às ideologias de cunho burguês, com o passar das revoluções e mudanças político-culturais, esfarelou-se para ser refeito também pelos segmentos inferiores da sociedade urbana, forjando novos atributos para a cultura popular de massa. A vida urbana, ao mesmo tempo em que desmancha e fragmenta relações tradicionais, cristalizadas, por outro lado redireciona e multiplica, por diferentes vias, as conexões e solidariedades entre pessoas, coletividades e entidades. Se as classes hegemônicas criam espaços liminares para fugir do caos imposto pelos marginalizados, exóticos e criminosos, em contrapartida, são os agentes periféricos que se apropriam do espaço urbano, configurando domínios, percursos, margens, significações etc.

O cosmopolitismo periférico não pode ser visto como a antípoda do cosmopolitismo burguês, pois, dada a condição intercultural e multifuncional das cidades do mundo ocidental, qualquer tentativa de enquadrar as experiências sociais em formas cartesianas (conceitos opostos) é cair no reducionismo[23]. Quem nos adverte sobre isso é Prysthon:

> [...] se o cosmopolitismo moderno é essencialmente centrípeto, a força centrífuga da pós-modernidade começa a relativizar a importância das grandes metrópoles mundiais em termos de disseminação das informações. O que antes era quase um sistema de oposições – campo/cidade; provinciano/cosmopolita; barbárie/civilização; caos/ordem –, torna-se uma rede de múltiplas interdependências, confluências e novos parâmetros. E é justamente a cidade que se torna o território intersticial onde se encadeiam, intercalam-se e se confrontam tais oposições. Ao invés de ser apenas mais um elemento do binarismo oposicional, a cidade passa a ser ela própria um processo dialético dos embates pós-modernos. (PRYSTHON, 2008, p. 13).

Ângela Prysthon define *cosmopolitismo periférico* as experiências sociais marginais – geralmente localizadas e conectadas nas periferias das centralidades urbanas – atuantes no complexo jogo de agenciamentos "pós" e "antimodernos", que, se por um lado rechaçam o ufanismo ingênuo, por outro lado, negociam e, se assim desejarem, assimilam as diferenças culturais para revertê-las a seu favor. Em relação aos novos movimentos juvenis, o cosmopolitismo traveste-se internamente em configurações "pós-modernas" como "comunidades", "cenas" e "ondas", "tribos" (FERREIRA, 2008; JANOTTI JR., 2003).

É um cosmopolitismo que aponta outros rumos para a cidade, desarticulando o saber antropológico tradicional para a incidência de novos saberes integrais, mais difusos e sem necessidade de conexão entre si. Para quem duvida dessa assertiva, basta percorrer as organizações sociais para se ter uma ideia dos múltiplos fundos de conhecimento que são construídos quase de forma aleatória, sem aviso prévio. Novos mapas de ocupação e ressemiologização dos lugares são desenhados, também a partir de pontos difusos, linhas de fuga recorrentes, e não necessariamente cumprem o papel de estar articulados uns com os outros.

---

[23] Um debate em torno da dualidade do pensamento ocidental, fruto do pensamento helênico (judaico-grego) incorporado doravante no pensamento social, foi realizado por mim (CARDOSO, 2010, p. 20).

Como já fora citado, a cartografia social das cidades grandes e médias, se feita dentro de um saber antropológico nitidamente urbano, não-etnocêntrico, é capaz de destacar “novos significados no espaço social” (CORRÊA, 2003, p. 174) que ampliam o escopo da pesquisa geográfica em direção à quem, como, quando e onde estão envolvidos na trama territorial. Estado, sociedade civil, organizações sociais, agentes culturais etc., são segmentos políticos que devem ser compreendidos por meio da forma política como se apropriam de partes da cidade que lhes interessam. Os agentes culturais ligados ao Poder público tem interesse sobre áreas da cidade nas quais os agentes culturais não hegemônicos, em geral, encontram-se despotencializados e politicamente desarticulados, ao passo que as suas estratégias espaciais visam outros tipos de território urbano: mais alternativos, subversivos, longe dos holofotes da burocracia e das agências/agenciadores individualistas, possessivos.

Nas cidades, o cosmopolitismo periférico atinge majoritariamente os segmentos jovens esteticamente diferenciados, e classificados em termos de classe/sexualidade/ocupação. Estes declamam que seus corpos são “a obra de arte fundamental, um ‘projeto’ em contínua metamorfose, assumindo novas formas e atributos numa interminável busca por novos meios de autoexpressão” (RIFKIN, 1999, p. 235).

O cosmopolitismo assume a forma de complexos trajetos e apropriações de espaço que colocam a cidade como um labirinto digno de ser explorado diante de todo o seu potencial de satisfazer as necessidades do grupo. Como uma floresta densa, a cidade dá esperanças de satisfação dos desejos individuais e grupais, alguns destes táticos. Em tais contextos de interação e significado, as microculturas juvenis não atuam somente como válvulas de escape do ritmo enfadonho e sufocante da vida adulta. São microterritorialidades urbanas (COSTA, 2005) que escolhem, por afinidade de gosto, onde transitaram entre as numerosas opções econômico-culturais alternativas entrincheiradas na densa rede comercial e de atrações da cidade. Assim os encontros e rituais e pertença podem acontecer em uma loja de CD/DVD, estúdio de gravação, casa de show, praça/coreto, rua destinada ao lazer e entretenimento, cibercafé etc.

O ciberespaço e as outras inovações tecnológicas, como instrumentos de interação e de poder, ao colocarem a humanidade dentro de um novo patamar (em rede), criaram oportunidades para o alargamento e para a redefinição das relações sociais e institucionais, de modo que grande parte delas deslocou-se dos contextos locais de interação para escalas indefinidas de tempo-espaço.

Haesbaert (2006), em diálogo com Giddens e Harvey, estabelece as novas bases ontológicas da experiência e da mobilidade humanas através do conceito de *multiterritorialidade*. Para o autor, houve uma disjunção entre a lógica territorial moderno-tradicional e a lógica contemporânea balizada pelas redes. O território reinventou-se sob novos parâmetros, passando da preponderância dos territórios-zona à ativação de pontos e circuitos pela lógica multi-localizada dos grupos sociais, que não mais se restringem a um espaço congelado em termos de representação ou manipulação ideológica. O território incorpora a rede e vice-versa não para afirmar a sua impotência diante do desencaixe espaço-temporal da (pós)modernidade[24], mas para estruturar novas relações sociais e de poder nas quais a distância não implica *ausência*, e por outro lado, a proximidade não necessariamente facilita os laços de vizinhança. Proximidade e distância entram numa relação dialética própria da era pós-global, onde a relação-com-o-mais-longínquo encontra tensão com o-agente-mais-próximo-de-si.

A modernidade, então, para Giddens (1991 p. 27), "arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros 'ausentes', localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face". A teoria do desencaixe de Giddens seria correlata às teorias da desterritorialização defendidas por inúmeros intelectuais "globalitaristas". Já Haesbaert, que teceu críticas sagazes às visões desterritorializadoras (para ele, tudo não passa de um "mito") responsáveis pelo engessamento da teoria social e geográfica no final do século XX, fez uma revisão crítica do desencaixe giddensiano à luz da nova experiência multiterritorial da humanidade:

[24] Para Giddens, a modernidade provocou "o 'deslocamento' [*lifting out*] das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo" (GIDDENS, 1991, p. 29).

> [...] pode-se ler aí [em Giddens] uma desterritorialização como dinâmica de 'esvaziamento' do espaço em relação ao tempo ou vice-versa: não há mais, obrigatoriamente, a necessidade de que o contexto, em seu sentido tradicional de entorno imediato ou condições ambientais diretas, seja o principal elemento para compreendermos as relações sociais (ou socioespaciais) – na verdade, é a própria concepção de contexto que está sendo alterada. Cada vez mais a dinâmica social se efetiva em relação com outros níveis espaciais, outros pontos de referência, muitas vezes completamente alheios às circunstâncias locais ou de contato face a face.
> Isto tudo significa, no entanto, que não se trata propriamente nem de um 'esvaziamento' nem de uma separação, como o termo 'desencaixe' supõe, mas sim de uma espécie de 'alongamento', nos termos do próprio Giddens, de inter-relações mais extensas porque descontínuas, podendo associar espaços muito distantes numa mesma temporalidade. Trata-se, enfim, de espaço-tempos mais múltiplos, combinações muito mais imprevisíveis e espacialmente mais fragmentadas. (HAESBAERT, 2004, p. 159-160).

Na lógica da mundialização cultural, a multiterritorialidade baliza a nova experiência de espaço-tempo ao relatar a ação, realizada pelos cidadãos "globais", de acessar e conectar diversos territórios e referências espaciais. As conexões e o acesso podem ser realizados por duas vias: 1) concretamente, através do deslocamento físico das pessoas, na qual os meios de transporte modernos (carro, avião, metrô, navio-cruzeiro) produziram uma aceleração exponencial da mobilidade humana; 2) virtualmente, pelo ciberespaço e com as *tele*comunicações, na qual a comunicação e a interação são processadas à distância, os códigos socioculturais são transformados em *bits*, chamadas telefônicas e videoconferências.

Basta estar em um dos pontos da rede para que a conectividade entre nós e outros pontos seja estabelecida e a interação se complete. O deslocamento espacial pode ou não complementar as relações estabelecidas virtualmente, na qual a interação se corporificará através do *tête-à-tête*. A despeito da supervalorização do virtual em detrimento do *real* (os simulacros de Baudrillard) ocasionado pela compressão do espaço-tempo, os contatos face-a-face não entraram em colapso, em virtude das outras possibilidades de adaptação e encaixe (GIDDENS, 1991) ofertadas pela regulação pós-moderna.

Seguindo esse raciocínio, Haesbaert (2007a) vai construir, ao lado das concepções tradicionais de território, outros dois modelos epistemológicos que dão corpo e movimento aos agenciamentos territoriais individualizados e coletivo. Com o ante-positivo "multi", o autor apela para a condição empírica das territorializações hodiernas:

> - Territorializações mais flexíveis, que admitem a sobreposição territorial, seja sucessiva (como nos territórios temporários ou multifuncionais na área central das grandes cidades) ou simultaneamente (como na sobreposição "encaixada" de territorialidades político-administrativas relativamente autônomas).
> - Territorializações efetivamente múltiplas – uma "multiterritorialidade" em sentido estrito, construída por grupos que se territorializam na conexão flexível de territórios-rede multifuncionais, multi-gestionários e multi-identitários, como no caso das diásporas de migrantes. (HAESBAERT, 2007a, p. 32).

E completa:

> Na verdade, muito mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, "desterritorializando-se", o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ao mesmo tempo, ou com territórios que em si mesmos manifestam características muito mais instáveis, múltiplas e/ou híbridas. Trata-se assim de um claro processo de "multiterritorialização", seja de forma sucessiva, vivenciando-se alternadamente distintos territórios, seja de forma simultânea, tanto no sentido de apropriar-se de um espaço marcado pela multiplicidade cultural, quanto no sentido de "acessar" e exercer influência sobre distintos territórios (via ciberespaço, notadamente). (HAESBAERT, 2007a, p. 49).

Entretanto, nas perspectivas teóricas de cunho pós-moderno, a multiterritorialidade pode ser uma jogada conceitual insuficiente para a análise das novas experiências e sensibilidades urbanas, visto que as tão badaladas redes globais e globalizantes não respondem por si só sobre os atuais conflitos, fundamentalismos, localismos, hibridações e redes de cooperação verificadas em todo o globo.

Deve-se enfatizar, creio eu, não a condição multiterritorial da globalização, mas sim as trocas, diálogos e hibridações gestadas nas múltiplas escalas/geometrias de espaço-tempo, momentos estes em que a dessubstancialização do espaço e a hiperinflação de ideias e práticas *glocalizadas* toma forma e dá outros sentidos aos lugares, compondo núcleos e redes de mediação alternativas que atenuam um pouco as argumentações excessivas de Haesbaert (2004) sobre o vaivém desenfreado dos *globe-trotters* e dos aglomerados de excluídos.

Ao que ocorre com os grupos de diáspora, verifica-se semelhante coisa com outros grupos, por isso, o que importa é a análise dos espaços de hibridação,

multifacetados e multiescalares, construídos permanentemente na grandeza da multiterritorialidade promovida pela flexibilidade da condição pós-moderna (HARVEY, 1992). As representações de outros lugares feitas por grupos diaspóricos, longe de estarem apartadas do atual contexto de *morada* e *coexistência*, são recombinadas em novas práticas geográficas locais, reais, simbólicas e imaginárias, com novos atributos funcionais e de significação. Não existe identidade cultural ou rede social que escape do contexto envolvente do lugar e da necessidade humana de espacializar suas práticas e representações, mas que, num primeiro instante, essa especialidade seja negada no discurso do grupo, que espera que o seu modo de existência seja subordinado às barreiras, fetichismos, constrangimentos e outras modalidades de alienação espacial.

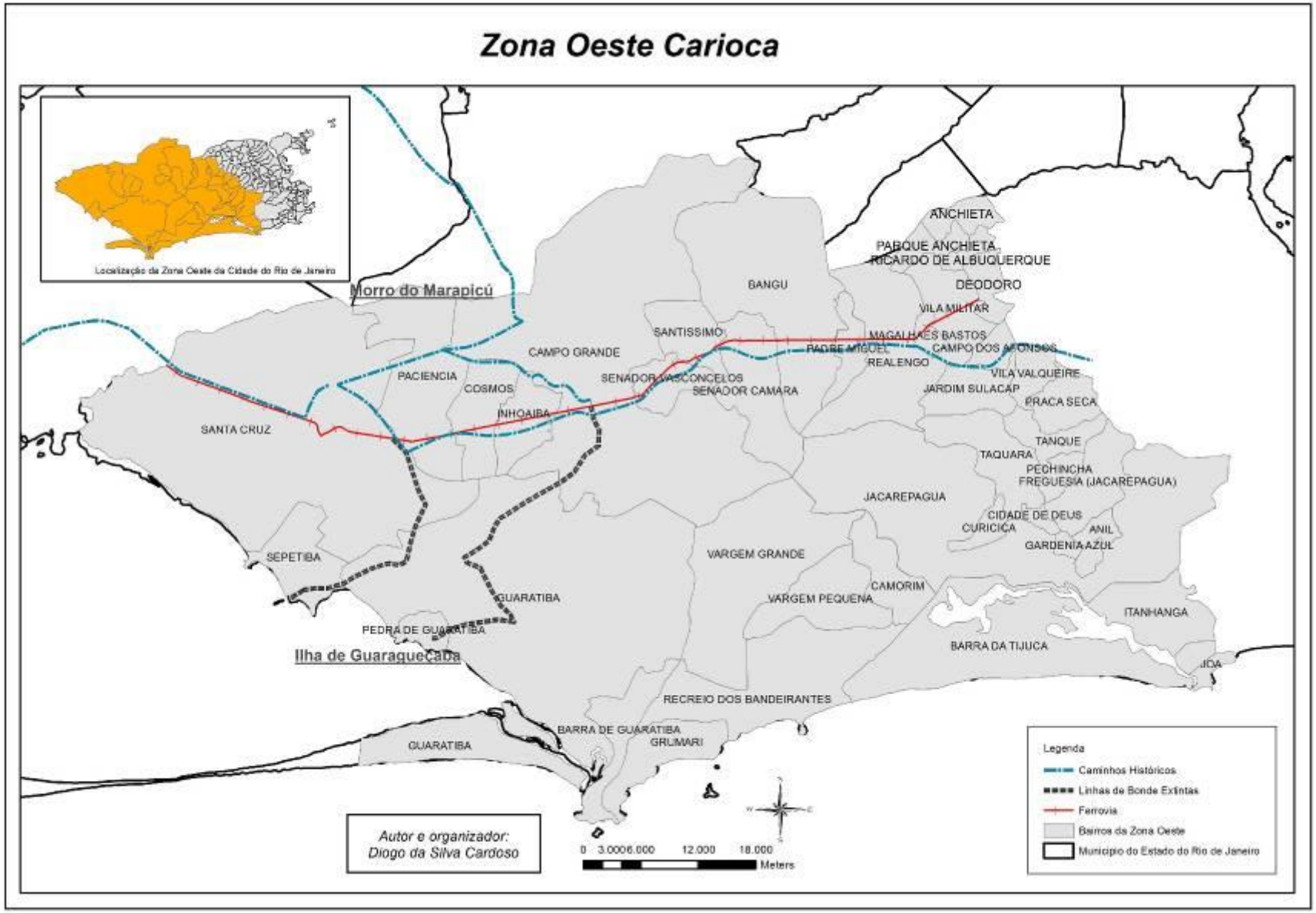
3 **NOTAS SOBRE A ZONA OESTE**

A Zona Oeste está situada entre a Baía de Sepetiba e o maciço do Gericinó-Mendanha. Na vertente litorânea, abarca os bairros das regiões de Guaratiba e da Barra da Tijuca. Na parte interior, até a fronteira com a Baixada Fluminense e a Zona Norte, temos uma diversidade de regiões, cada uma com um desenvolvimento histórico-econômico peculiar que ainda está por ganhar estudos mais aprofundados. Santa Cruz é o bairro que faz fronteira com a Costa Verde, assim como o Parque Anchieta e Campo Grande abrem as portas do Rio para a Baixada Fluminense. No seu eixo geofísico, está situada a segunda maior floresta urbana do mundo: o Maciço da Pedra Branca, transformada desde os anos 1970 em parque natural nas áreas acima da cota 100[25]. O mapa seguinte (mapa 2)[26] mostra os contornos político-administrativos da Zona Oeste.

[25] Lei Estadual nº 2.377 (28/06/1974).

[26] Fonte: arquivo pessoal.

Zona Oeste Carioca



A Zona Oeste abrange, aproximadamente, 60% do território municipal. É a maior região da metrópole carioca, sendo a área identificada como responsável pelo aumento substancial dos empregos e da receita municipal nos últimos quarenta anos, fruto dos encorpados investimentos de capital realizados nos setores industrial (distritos industriais de Campo Grande, Palmares, Paciência e Santa Cruz), comercial e imobiliário. A expansão urbana frenética dos últimos trinta anos se faz refletir no estabelecimento de novas centralidades de bairro, e da redução drástica do estoque de terras que, até os anos 1990, podia se ver aos "montes" nos bairros de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e Recreio dos Bandeirantes. Hoje, esses bairros sofrem a mesma pressão das demais regiões cariocas: a rarefação do espaço e a especulação imobiliária voraz que encarece os imóveis sem se preocupar com o *feedback* territorial cada vez mais exigido pelos novos moradores-consumidores de classe média: serviços públicos de qualidade, conservação ambiental, mobiliário urbano sofisticado e segurança.

Na época presente, a região se destaca, por um lado, e contraditoriamente, por ter um rico legado histórico-patrimonial e ambiental, e por outro lado, por apresentar os piores índices de favelização, poluição industrial-ambiental, especulação imobiliária e ausência de direitos sociais básicos (saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, equipamentos culturais e de lazer).

Em toda a Zona Oeste, as Regiões Administrativas (R.As) de Campo Grande e Jacarepaguá são as mais populosas (484.362 e 469.682 respectivamente), ao passo que Guaratiba e Barra da Tijuca contam com as menores (101.205 e 174.353 respectivamente). Barra da Tijuca e Santa Cruz são as R.As de maior extensão territorial (165,59 e 164,05 Km² respectivamente), sendo Realengo a menor (54,55 Km²). Este é um dos poucos indicadores sociais em que as R.As da Zona Oeste (e não apenas a da Barra da Tijuca) apresentam bom desempenho, apesar da sua baixa importância frente a outros temas mais urgentes (saneamento básico, saúde, educação, segurança).

No quesito saneamento básico, por exemplo, a região de Guaratiba é uma das que apresenta o pior índice, sendo um dos marcos que definem, juntamente com a região de Santa Cruz, um IDH baixo, sendo péssima a sua posição não só em relação à metrópole, mas ao Estado do Rio de Janeiro. No caso do bairro de

Guaratiba, vemos que este chega ao terceiro milênio com menos de 30% de seus domicílios servidos por rede geral de esgoto. Campo Grande (39,27) e Santa Cruz (43,42), também se encontram na zona da baixa oferta de equipamentos e serviços públicos.

Para ter uma ideia da grave desigualdade de renda e acesso a serviços públicos básicos, podemos fazer uma comparação entre a Zona Oeste e a Zona Sul, esta, a área mais abastada da cidade, para perceber a disparidade na distribuição dos equipamentos culturais e serviços públicos, além, é claro, da discriminação geográfica dos bairros e favelas da periferia. Considera-se que mesmo a Barra da Tijuca, área nobre para os padrões gerais do Rio de Janeiro, possui uma renda *per capita* bem inferior ao do bairro Lagoa (1.694,12 e 2.228,78 R$ respectivamente). Num nível mais abaixo temos os índices de Realengo e Campo Grande, até chegarmos a Santa Cruz e Guaratiba, cuja renda *per capita* perfaz aproximadamente 10% da renda *per capita* da Lagoa. A região de Santa Cruz, por exemplo, apresenta cerca de 120 loteamentos irregulares e abriga 33 favelas com estimativa de 140.000 habitantes, cerca de 45% do total de moradores do bairro.

O apelo histórico e natural da Zona Oeste já ecoa e atinge alguns setores da sociedade carioca, inclusive o Poder público, que, desde o final da década de 90, engendrou diagnósticos e políticas públicas pontuais de reconhecimento e conservação do potencial turístico, histórico-cultural e ecológico de alguns lugares[27]. para alguns polos gastronômicos, de lazer e entretenimento, e áreas de conservação ambiental, que recebem políticas públicas e investimentos privados pontuais, com pouco efeito dentro da lógica com a qual se pretende desenvolver a cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos: uma cidade hospitaleira (turismo como uma das principais molas propulsoras da economia do município), criativa (desenvolvimento arrojado da cadeia produtiva da arte-cultura e do entretenimento)

[27] Em dois mandatos do ex-prefeito César Maia (1993-1996 e 2005-2008), os bairros Campo Grande e Santa Cruz foram alvos da intervenção urbanística do Programa Rio Cidade, ao qual tiveram o cuidado de implantar elementos no mobiliário urbano que remetessem à história do lugar e a uma paisagem específica. Em Campo Grande, postes de iluminação estilizados, uma escultura do compositor Adelino Moreira e três monumentos em homenagem aos laranjais do passado, foram erguidos em pontos estratégicos do centro comercial. Em Santa Cruz, a Ponte dos Jesuítas e o Palacete Princesa Isabel receberam estudos arqueológicos e restauração arquitetônica, ao passo que no centro comercial, a praça foi adornada com uma exposição a céu aberto sobre o patrimônio do bairro (a exposição, antes já em péssimo estado de conservação, foi removida na fase de obra do BRT e nunca reposta).

e focada no seu “patrimônio integral” (chancela da UNESCO como patrimônio da humanidade).

Já ocorrem na região, alguns projetos público-privados de conservação e dinamização dos patrimônios cultural, paisagístico, natural etc., tais como a APAC de Santa Cruz, o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, a PEU de Campo Grande, a PEU da região de Guaratiba, a criação do Polo Gastronômico, Cultural e Turístico da Pedra de Guaratiba (2013), a restauração e refuncionalização da Fábrica Bangu como shopping, e o reflorestamento dos parques naturais locais (Gericinó-Mendanha, Pedra Branca, Serra da Capoeira Grande) pelas megaempresas instaladas nos distritos industriais da região.

Com o recente estabelecimento dos Polos oficiais do Rio de Janeiro[28], alguns bairros da Zona Oeste (Guaratiba, Pedra Guaratiba, Campo Grande e Bangu) ganharam foram contempladas e ganharam notoriedade em alguns ramos (comercial, lazer-entretenimento). Todavia, não foi o suficiente para consolidar nesses bairros arranjos produtivos e turísticos locais. Somente com a participação dos agentes econômicos e culturais locais nos espaços de decisão política, e com políticas públicas eficazes de estímulo ao empreendedorismo criativo e ao patrimônio turístico, para viabilizar a cadeia produtiva e o sistema turístico do Sertão Metropolitano Carioca como um todo.

No Censo 2010 do IBGE[29], foram computados 6.320.446 habitantes no município do Rio de Janeiro. As Áreas de Planejamento 4 e 5 (APs que configuram a Zona Oeste), por sua vez, somam incríveis 2.614.728 habitantes. É evidente que, de 2010 para cá, este número aumentou significativamente ao se levar em conta a forte expansão imobiliária na região resultante de programas e ações como: “Minha Casa, Minha Vida”[30], loteamentos financiados pela Prefeitura, carta de crédito e empréstimos consignados, ocupação de terras sem função social, ocupação de áreas preserváveis, entre outros.

---

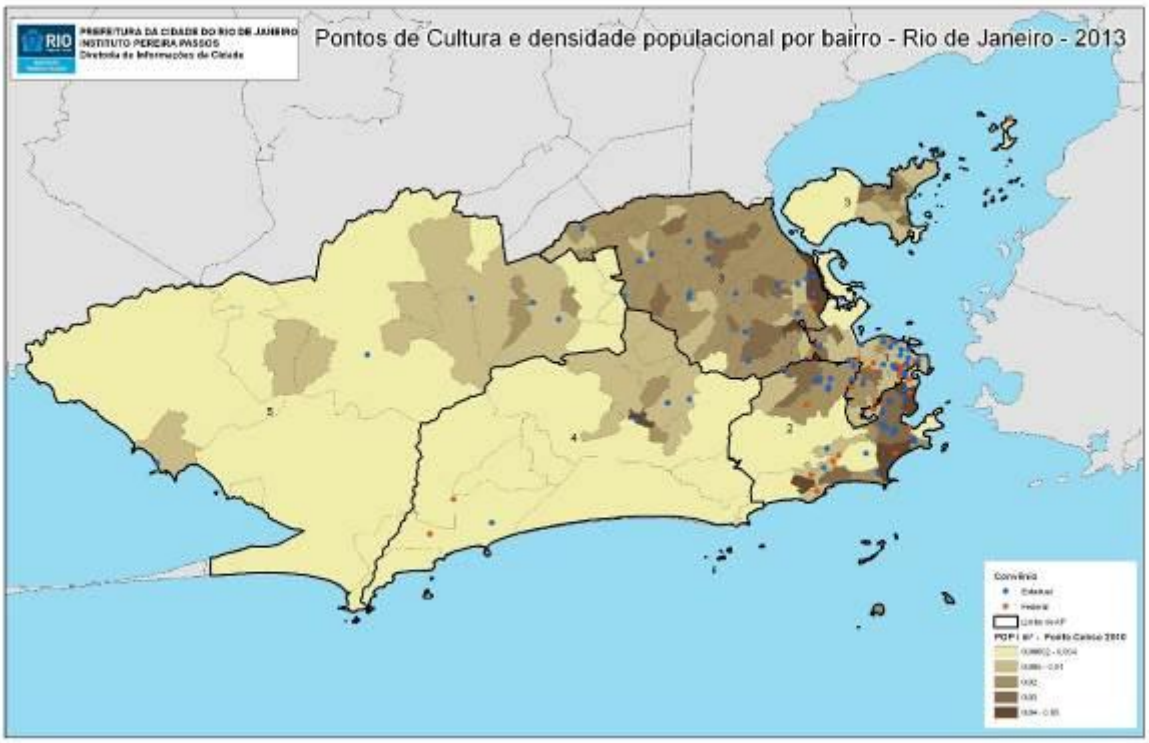
[28] Ver: <www.polosdorio.org.br> – Acesso em: 20 mar. 2014.

[29] Dados populacionais da cidade do Rio de Janeiro podem ser consultados em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2014.

[30] Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=713:criando-periferias?-an%C3%A1lise-dos-impactos-do-mcmv-em-santa-cruz-rj&Itemid=164&lang=pt> Acesso em: 18 fev. 2014.

Com o adensamento urbano e a ruptura veloz da história rural-suburbana de outrora, alguns bairros da Zona Oeste registram hoje níveis alarmantes de falta de serviços públicos (saúde, transporte, cultura, segurança) e de mobilização sociopolítica da população. Somente Campo Grande, cuja população ultrapassa 640.000 habitantes[31], possui um território expressivo, porém com pouquíssima oferta de equipamentos públicos, principalmente nas áreas cultural e do lazer-entretenimento[32]. O próximo mapa mostra a distribuição desigual dos pontos de cultura na cidade, privilegiando o eixo Centro-Zona Sul e uma porção privilegiada da Zona Norte.

Mapa 3: Pontos de Cultura e densidade populacional por bairro (2013). Mapa encomendado ao



IPP/RJ pela Secretaria Municipal de Cultura
Fonte: SMC/RJ.

[31] Segundo estimativa do IPP/RJ.Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3255_Proje%C3%A7%C3%A3oPopulacional2013-2020_CidadedoRiodeJaneiro_m%C3%A9todoAiBi.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2013.

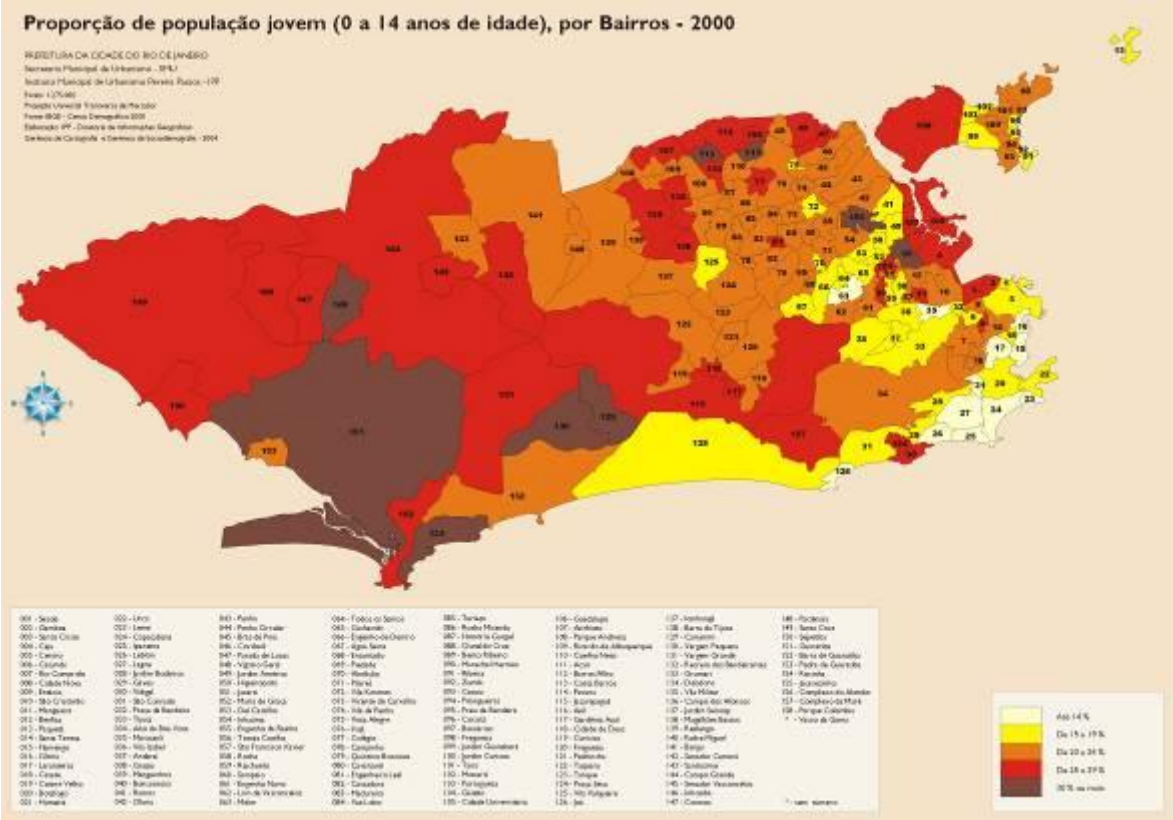
[32] Enquanto o Centro, com 41.142 habitantes, possuía em 2013, 31 Pontos de Cultura, Campo Grande angariou apenas 1 Ponto. Para mais informações sobre a distribuição desigual e injusta dos Pontos de Cultura do Estado na cidade, consultar: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smc/exibeconteudo?id=4375807>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Outros dados apontam um descompasso entre o crescimento demográfico e a oferta de serviços públicos de qualidade. Segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), a desigualdade social persiste na metrópole carioca devido à sua importância na vida econômica e política da região metropolitana e do Estado do Rio de Janeiro, o que faz elevar a pressão social, a especulação imobiliária e outros problemas de ordem burocrática e societária. Para situar as organizações sociais da Zona Oeste nesse debate e, mais que tudo, destacar o papel delas como agentes de transformação social, traremos dois campos "obrigatórios" para qualquer instituição social que procura estar em sintonia e engajada nos temas de interesse público: juventude e meio ambiente.

De acordo com a Prefeitura do Rio[33], a juventude carioca é o segmento mais afetado pelas desigualdades sociais, e a que mais carece de políticas de desenvolvimento. Jovens de 15 a 24 anos representam 15,4% do total de moradores do município, sendo que nas Regiões de Planejamento da Zona Oeste, o número ultrapassa 16%. Ao analisar dados sobre a inserção do jovem no ambiente escolar ou no mercado de trabalho, deparamo-nos com números preocupantes: são 16,2% os jovens da cidade do Rio de Janeiro, entre 15 e 24 anos, que não estudam, não trabalham e não procuram emprego pelo menos no setor formal (Censo 2010). É a "geração nem-nem". Os que só trabalham representam 27%. Apesar de desatualizado, o mapa abaixo, elaborado pelo IPP/RJ, apesar de contar com dados do Censo 2000, mostram o perfil populacional jovem em todo o tecido urbano, mostrando em termos evolutivos na última década, a composição da juventude carioca.

[33] Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/3299_NemNem.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Mapa 4: Proporção de população jovem por bairro, segundo o Censo 2000

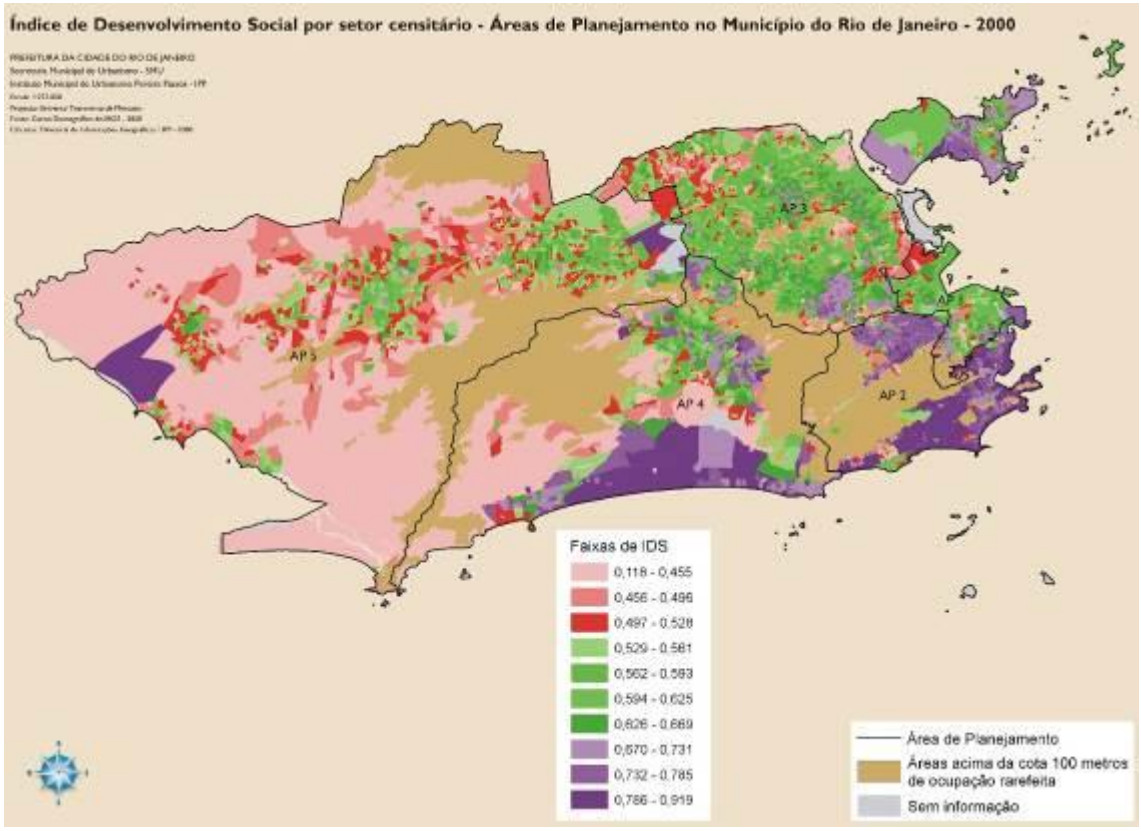


Fonte: Armazém de Dados/RJ.

A AP5, por sua vez, responde pela boa parte desse contingente que, diante da pouca oferta de organizações sociais e iniciativas locais de proteção, afirmação e protagonismo juvenis, encontra dificuldades para superar a barreira sistêmica que reproduz as desigualdades socioespaciais. Não à toa, a AP5 é a área que apresenta os piores Índices de Desenvolvimento Social (IDS)[34] por Km^2, vide o mapa seguinte:

[34] Curiosamente, e também como efeito trágico do desenvolvimento desigual e injusto na cidade, a única região da AP5 que está no topo do IDS são as áreas sob jurisdição da Aeronáutica e do Distrito Industrial de Santa Cruz. Isso ratifica a ideia dos cientistas humanos, notadamente os antropólogos, de que toda estática e espacialização de dados necessita de uma análise posterior minuciosa, utilizando as ferramentas da teoria social e espacial para compreender o contexto e as interrogações e contradições postas pelos números.

Mapa 5: Índice de Desenvolvimento Social na Cidade do Rio de Janeiro, com dados do Censo 2000.

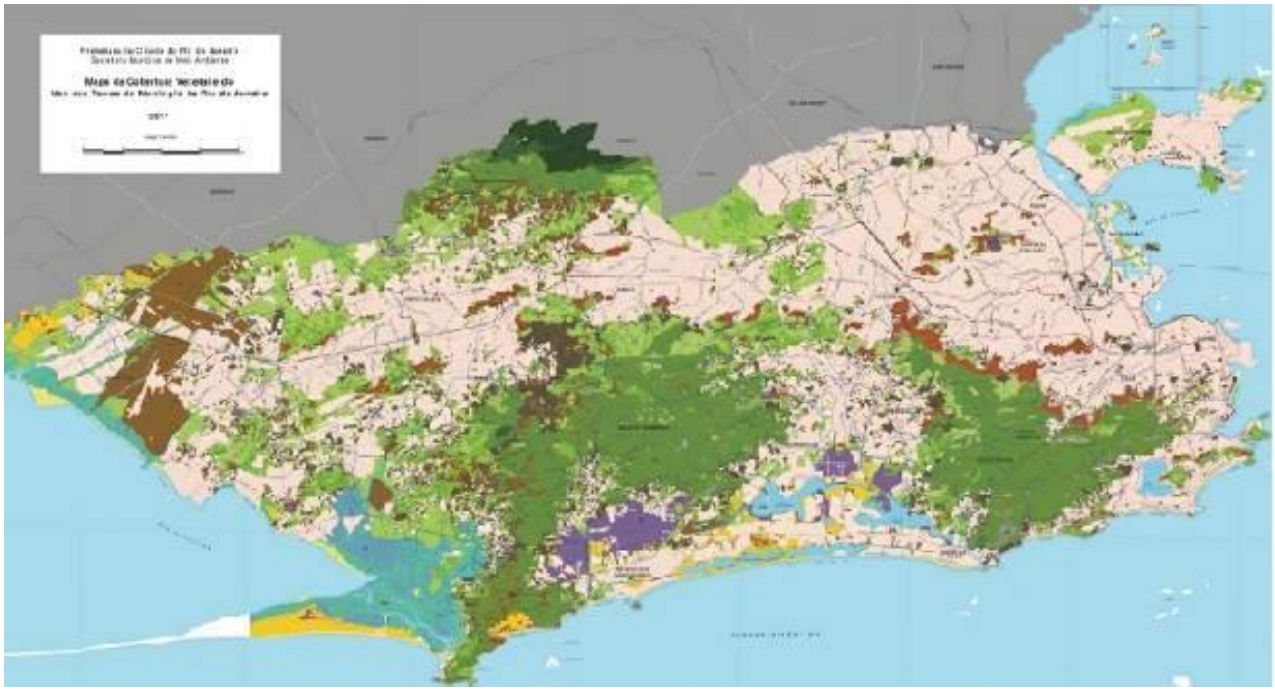


Fonte: Armazém de Dados/RJ.

Os dados sobre o desenvolvimento social mais os indicadores sobre a situação da população jovem e meio ambiente confirmam o problema socioestrutural da cidade do Rio de Janeiro. Um quadro de desigualdade e instabilidade socioeconômica da qual as organizações sociais, o Poder público e a sociedade como um todo não podem negar. Como promotoras de direitos sociais no território, as organizações sociais locais, por exemplo, devem estar antenadas com as características dos múltiplos jovens que vivem nas periferias, e propor soluções de geração de trabalho, renda e desenvolvimento cultural para atrair o jovem para a instituição. As organizações sociais tem um papel importante a cumprir nesse cenário turbulento, pois é ela que tem a possibilidade de criar alternativas de inclusão socioprodutiva para os jovens, além de conformar um campo mais aberto ao desenvolvimento de habilidades e competências pouco valorizadas e exercitadas no cotidiano das empresas formais e órgãos públicos: autonomia, flexibilidade, politização do trabalho e da instituição, execução de projetos experimentais e solidários, produção artística e cultural, cuidado com os outros.

Realizando agora um giro da juventude para o “meio ambiente”, deparamo-nos com um campo na qual as organizações sociais da Zona Oeste não mais podem negligenciar. Falar em ambiente não remete apenas às áreas verdes e parques naturais: associa-se também as “ambiências” culturais, ou melhor, o ecossistema urbano como um todo, reconduzindo a análise ambiental à integração da sociedade e natureza.

Mapa 6: Cobertura vegetal e uso do solo urbano no município do Rio de Janeiro



Fonte: SMA/RJ.

Como vemos no mapa acima, datado de 2011, e comparando com mapas de outras décadas, a urbanização avançou com grande ímpeto na Zona Oeste, chegando ao limite com as áreas que ainda apresentam ruralidades e vegetação nativa. São eles: Maciço do Gericinó-Mendanha, Maciço da Pedra Branca, Reserva Biológica de Guaratiba, APA das Brisas, APA de Santa Cruz (protegida pela Aeronáutica), APA Serra da Capoeira Grande, Serra de Paciência e o extremo norte de Paciência e Santa Cruz (Jesuítas, Manguariba). As áreas urbanas e "antropizadas" somam hoje 66,4% do total do município. Mais precisamente, a mancha de asfalto e concreto representa 43,5% da estrutura ambiental da cidade, restando às áreas preservadas 28,9%, e à agricultura, apenas 4,3%. A agricultura que, até o final dos anos 90, foi uma das principais atividades econômicas da Zona Oeste, hoje se subtraí a poucas áreas de resistência biocultural, isto é, movidos por temas como agroecologia, permacultura e agricultura familiar reduzida; e às fazendas e sítios que vivem a dialética da baixa produtividade agropecuária e o desinteresse dos proprietários, como na Reta do João XXIII, em Santa Cruz, e ao longo de toda a Ilha de Guaratiba (Guaratiba) e Rio da Prata (Campo Grande). Um prato cheio para o capital imobiliário!

Já que estamos lidando com um cenário geográfico eminentemente urbano, com baixa valoração da natureza, um dos elementos para é justamente a cultura e a educação. Os sub-bairros populares e as favelas da Zona Oeste, especialmente, carecem de ações educativas e estéticas para superar o vício cultural, perpetuado desde a era colonial até a geração modernista (Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e outros), que fixou na cidade carioca a mentalidade progressista que prega a superação das barreiras naturais e culturais tradicionais em nome do desenvolvimento.

A despeito da magnitude territorial da Zona Oeste, seus dados de preservação ambiental, manutenção de ambiências culturais, paisagismo e arborização, e educação ambiental, deixam muito a desejar, especialmente nas áreas residenciais de baixa renda. Guaratiba e Santa Cruz apresentam os piores resultados atuais de degradação ambiental[35], que aliás, representam também, infelizmente, as regiões da cidade que, até o início de 2000, apresentaram os piores índices de desenvolvimento humano (IDH)[36]. A Zona Oeste e a Zona Norte são as regiões cariocas mais precárias no que diz respeito a DESCONFORTO ambiental e DESTRUIÇÃO da natureza original.

A Zona Oeste, com sua extensão territorial vantajosa e situada entre dois grandes maciços (Gericinó-Mendanha e Pedra Branca) e outras unidades ambientais (Serra da Capoeira Grande, Reserva do Grumari, Reserva Biológica de Guaratiba, Parque Chico Mendes), tem a seu favor uma farta biodiversidade e a possibilidade da sua exploração sustentável através do ecoturismo, observação de ave-fauna, expedições científicas, passeios educativos etc.

Os problemas ambientais clássicos (poluição, desmatamento, ocupação irregular) são atravessados hoje por outras reivindicações de ordem mais imediata e com preocupação formativa (educação ambiental, por exemplo). O anseio dos agentes ambientais locais é fazer da Zona Oeste um mosaico de áreas verdes e ambiências que harmonize a relação natureza-urbanidade na metrópole; fomente

[35] Consultar as estatísticas referentes a território e meio ambiente no Armazém virtual de dados da Prefeitura do Rio.

[36] Ver: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=54&pal=DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL/HUMANO>. Acesso em: 5 mar. 2014.

atividades de formação de público, guias locais e guardiões da natureza; e a consolidação dos direitos sociais em torno das áreas de conservação.

Recentemente, a implementação do programa Mosaico Carioca de Áreas Protegidas[37] trouxe novo fôlego à luta ambiental na cidade. De acordo com a revista do Programa[38], o Mosaico Carioca integrará a cidade pela vertente verde, criando vias para as pessoas percorrerem todo o complexo ecológico da cidade durante dias. Haverá caminhos alternativos para o caminhante se hospedar nas pousadas e albergues do entorno. Os stakeholders veem este projeto como uma ótima iniciativa para estimular o trade local, ativando hospedagens alternativas, bares e restaurantes, circuitos de lazer e eventos, incrementando o turismo no “outro lado” da cidade carioca.

Mapa 7: Corredor Transcarioca

Fonte: Revista Mosaico Carioca de Áreas Protegidas.

Outra situação que, aparentemente, não é tão preocupante para a população, contudo, atesta a territorialização seletiva (e precária) das políticas públicas e o

[37] Ver: <http://mosaico-carioca.blogspot.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2014.

[38] Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/u9l5p7a6u29avac/Folha%20do%20Mosaico%20Carioca%20n%C2%BA1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

prestígio de algumas áreas em relação a outras, são as ciclovias. Ciclovias é um fenômeno que está estritamente ligado ao modo de concepção do meio ambiente e da paisagem pelos órgãos competentes (IBAMA, ICMBio, Inea, SMAC/RJ) e pela sociedade civil. Sendo uma alternativa de mobilidade urbana e de prática esportiva e de lazer, as ciclovias são o símbolo de uma cidade desenvolvida, ou melhor dizendo, uma cidade cuja administração pública se preocupa com a qualidade de vida dos seus habitantes, além de diversificar os meios de locomoção e o paisagismo da cidade. Na Zona Oeste, as ciclovias estão concentradas nas orlas e em algumas faixas que acompanham estradas e avenidas. Algumas avenidas sofreram adaptações estéticas e funcionais para acolher a nova instalação e agregar valor de circulação e lazer às localidades do entorno. No mapa a seguir, fica evidente a distribuição cicloviária desigual na cidade.

Mapa 8: Linhas de ciclovia da cidade do Rio de Janeiro

Fonte: Armazém de Dados/RJ.

Com a criação ou mudança do estatuto institucional para atualizar no campo ambiental/ecológico, as OSs locais vêm numa sequência de projeção nas mídias e

em contextos estratégicos (patrocinadores, apoiadores, Poder público). A intenção dessa projeção exaustiva é a de conquistar visibilidade e se tornar um espaço de referência. No debate ambiental, as OSs necessitam de divulgação institucional para garantir o acesso às fontes de poder e recurso. E reconhece-los como capazes de promover a conservação e educação ambiental nas áreas, parques naturais e comunidades populares.

Uma rede autônoma a atuante de organizações e agentes ambientais já se encontra formada na Zona Oeste (Defensores do Planeta, Rede Carioca de Agricultura Urbana, Agroprata, Agrovargem), com trabalhos em diversas áreas (educação de crianças, agricultura familiar, agroecologia, permacultura, saúde ambiental, lixo e reciclagem) e focadas no entorno. A Rio +20 foi um evento que tornou a questão “verde” um assunto iminente na periferia carioca e passível de envolver outros grupos.

Fica claro que o avanço das lutas dessa rede ambientalista em prol do ambiente depende de alguns elementos básicos como 1) apoio financeiro de médio e grande vulto; 2) articulação com outros campos de atuação (arte-cultura, museologia, empreendedorismo, protagonismo juvenil, cultura oriental) para enriquecer o repertório de ação e representação dos agentes ambientais; 3) suporte institucional para realização regular de oficinas, seminários e eventos.

Desde 2010, com a ativação da TKCSA em Santa Cruz, a questão ambiental entrou com força na discussão pública. Sequencialmente, programas e projetos como “Minha Casa Minha Vida”, BRT e outros empreendimentos grandes tornaram-se alvos de protesto por parte das entidades ambientalistas locais (Defensores do Planeta, CEPAG) e externas (Fiocruz, PACS).

A Zona Oeste carioca passa por uma séria e turbulenta reestruturação econômica, demográfica e espacial, acenando a urgência de se criar dispositivos de apoio e fomento às organizações sociais nas suas lutas, atividades e demandas internas. Contudo, como é de se esperar numa região com deficiências na sua estrutura sociopolítica, as organizações formais e informais da Zona Oeste carecem de suporte técnico, científico e financeiro para lidar com os desafios de uma região

onde a pegada ecológica[39] tornou-se uma problemática urgente. Daqui para frente, a população não poderá mais se alienar desse debate, pois o que está em jogo são as áreas naturais remanescentes e a sobrevivência das comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores, artesãos, agricultores).

Ao longo dos últimos vinte anos, as OSs da Zona Oeste vêm repensando, com zelo, as estratégias de ação no território. Para isso, elas têm adotado novos referenciais de pensamento e modelos de projetos para manter-se em sintonia com a realidade emergente e os novos públicos locais. Além dos temas clássicos (assistência social, educação extraescolar, saúde comunitária, esporte e inclusão social, defesa das crianças, adolescentes e idosos, geração de renda via artesanato e reciclagem, inclusão digital, Economia Solidária), outros temas surgem como desafio (cultura, ambiente, inclusão socioprodutiva, afirmação étnica e de gênero, protagonismo juvenil), instigando-nos a repensar nossas estratégias conceituais e empreendedoras convencionais para, daqui em diante, seguir a proposta de Lala Deheinzelin (2014) para as sociedades que tem se organizado em torno do capital criativo e dos ativos culturais: *criar futuros*.

No último capítulo, será tratado o projeto especial que, de uma forma ou outra, contemplou o eixo ação-pesquisa e cartografia social, o É COmunitário. Mas faço aqui uma rápida menção ao modo como cheguei à esta situação de pesquisa: Antes de dar início à mobilização de agentes culturais para a formação do coletivo É COmunitário, já acenava nas instituições e reuniões locais sobre o potencial turístico e histórico da Zona Oeste carioca e alienação espacial que impedia moradores e agentes culturais e turísticos de ver essa realidade e trabalhar positivamente a partir dela. Todavia, foram poucos os que deram atenção ao argumento. Este mergulho na memória e no patrimônio cultural da região permitiu não somente identificar práticas museais e museológicas emergentes, mas compreender como a rotulação desta parte da cidade mantém um clima de instabilidade cultural, perda de memória e

[39] Pegada ecológica é um conceito utilizado pelos geógrafos franceses para deduzir os efeitos negativos da pressão das sociedades atuais por mais áreas verdes, preservadas, seja para uso residencial permanente ou outros fins (veraneio e lazer, turismo e entretenimento, exploração científica e medicinal, territorialização de grandes firmas). A pegada ecológica gera uma pressão por novos espaços de raridade natural-paisagística, ampliando geográfica e localmente aqueles problemas típicos das sociedades urbano-industrializadas: especulação imobiliária, disputas de terra, adensamento urbano, descaracterização regional, exploração folclorizada e o consequente enfraquecimento dos modos de vida e das ambiências tradicionais locais, poluição ambiental, desequilíbrio ecossistêmico, entre outros.

insegurança ontológica para os habitantes locais. Estigmatizações, estereótipos negativos e outras formas de inferiorização social dão a tônica de uma sociedade que ainda está em viés de se auto-reconhecer como território potente e capaz de se autossustentar a partir das suas vocações e dinâmicas próprias.

Eis algumas frases memoráveis que refletem o fatídico imaginário espacial que domina não só o morador da Zona Oeste, mas o carioca em geral:

- “Você é louco? Zona Oeste não tem nada para se ver”;
- “Tirando Barra de Guaratiba, Recreio e Barra da Tijuca, que tem praias, o que mais se pode ver aqui?”;
- “Zona Oeste é um deserto cultural”;
- “Zona Oeste é longe de tudo, ninguém vai se dispor a vir aqui”, “ninguém quer saber disso aqui, Zona Oeste é só para trabalhar, dormir e pronto!”;
- “Não dá para comparar a Zona Oeste com outras regiões turísticas. Entre gastar uma hora e meia a duas horas para vir na Zona Oeste, e gastar três horas para ir à Angra dos Reis ou Paraty, óbvio que o turista vai optar pela segunda opção”... “É mais rápido chegar em Petrópolis do que vir aqui (Zona Oeste)”;
- “Zona Oeste não presta, é a periferia da periferia do Rio de Janeiro”;

Para finalizar o quadro de enunciados depreciativos, lembro-me de duas frases que ouvi no tempo que lecionei numa escola pública em Santa Cruz:

- “Professor, Santa Cruz faz parte do Rio de Janeiro?”
- Moro em Sepetiba, professor. Já viu? Ela nem está no mapa do Rio! (Depois de mostrar o bairro no mapa, outro aluno achincalha...)
- Sepetiba parece uma cloaca! (risos da turma)

Não coloco essas pessoas em questão, aliás, entendo até certo ponto os “porquês” desse quadro de baixa estima e rotulações que retumba como um anátema em todos os domínios sociais (cultura, política, ambiente, educação, lazer) nas zonas Norte e Oeste carioca. Para uma pessoa preocupada com a realidade e o desenvolvimento sociocultural do território, viver na Zona Norte ou Zona Oeste é um desafio constante, por vezes angustiante, fatigante. Nas palavras do poeta Luiz Vaz, da Casa da Rua do Amor, quem reside nessas regiões sofre um “sacrifício humano diário”. E esse sacrifício não se restringe somente a migração casa-trabalho-casa–

custam entre 4 a 7 horas diárias do tempo do trabalhador –, mas a falta de equipamentos e serviços públicos que cria um ônus exorbitante, incomensurável, na vida dos moradores de periferia. Conforme o dito popular, a vida cultural e a participação política das pessoas “foi pro beleléu”.

A Zona Oeste é um conceito ideológico e geográfico radicado no imaginário popular e apropriado de forma indelével pelo Poder público. Regiões que sofrem permanente assédio moral, rotulação negativa. *Bullying territorial* talvez seja a expressão que melhor define o processo de exclusão do subúrbio carioca do imaginário dominante que rotulou a cidade do Rio de Janeiro como capital cultural, cidade turística majoritária do país, deixando fora do roteiro cerca de 75% de uma porção que, para os agentes dominantes, não é tão urbano e cosmopolita assim. Uma situação centenária que, em termos turísticos e de intercâmbio, reverbera negativamente nas regiões e bairros em pauta ao colocar as pessoas numa situação constrangedora deter que planejar com muita atenção os lugares que percorrerá na periferia. Um planejamento da circulação focado nos conceitos de segurança e de risco eminente[40].

Tal postura cultural e política, chancelada pela massa da população, assume três eixos de desterritorialização: 1) a desvirtuação das características reais do território frente aos discursos e simulacros externos; 2) a invisibilização do patrimônio e o consequente aumento das “ruínas” frente o processo de exclusão e esquecimento perpetrado pelo *establishment* cultural; 3) a despotencialização dos espaços e agentes culturais locais.

A desvirtuação e despotencialização cria baixa estima, desapego do local. Cadenciadas em frases de efeito instantâneo, os discursos e simulacros produzidos contra a região perpetuam um imaginário geográfico amnésico, onde o sertão carioca emerge como frente pioneira, área a ser colonizada pelo progresso e o desenvolvimento externos. Aqui, toda a história e virtudes do território são lançadas na lata de lixo.

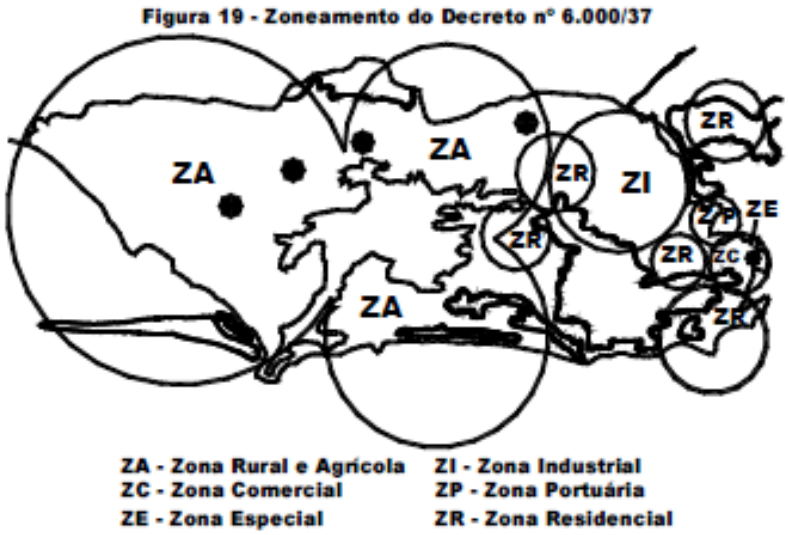
[40] “Não vamos passar por dentro da Zona Oeste” e “vamos passar direto pela Zona Oeste”, são frases clássicas, ditas por motoristas e guias de turismo, para avisar que, por motivo de segurança, não enfrentarão o trânsito congestionado, a “feiura”, o risco de assalto e outros constrangimentos “típicos” de uma região com muita favelização e dificuldade de locomoção. Esse fenômeno só vem ratificar o sintoma de insegurança e medo que as paisagens periféricas e faveladas do Rio passam para a classe média diletante carioca.

A Zona Oeste foi uma regionalização proposta e sacramentada nos idos da Ditadura Militar (1964-1984), e tinha por finalidade ordenar, no campo das ideias e da cartografia, a ocupação urbano-industrial desta vasta área rural-sertaneja sem ferir o patrimônio natural (Maciços da Pedra Branca e do Mendanha) e as regras de ocupação “civilizada”. Afinal, como pode a capital do país ter uma área de sertão? Era incompatível com a ideologia modernista/urbanística da época. A partir da perspectiva aqui lançada, constata-se que a Zona Oeste é o emblema daquilo que o geógrafo Yves Lacoste define como *conceito-obstáculo* (LACOSTE, 1988).

A perspectiva da região como conceito-obstáculo torna evidente a Zona Oeste como um fenômeno de alienação e fetichismo espaciais. Constata-se que a Zona Oeste é uma construção ideológica, um fetiche espacial que produz uma sociedade abstrata, amorfa e, portanto, sem referentes históricos concretos praticar um sentido de lugar (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 2005). Criam-se rupturas com as raízes históricas e culturais e, consequentemente, obscurece a importância da região no contexto geral da cidade. O sistema classificatório Zona Oeste reduz a sociedade à uma área em franca expansão, e a números e estatísticas sobre o seu potencial e a geração de receitas para o município.

Para quem duvida dessa assertiva, basta ver o alto grau de fetichismo impregnado nos planos urbanísticos da cidade ao longo do século XX, notadamente os planos de Alfred Agache (1930), Constantinos Doxiadis (1964) e Lucio Costa (1969), analisados por Marília Borges (2007). Estes arquitetos/urbanistas foram responsáveis, em diferentes períodos e contextos governamentais, pela mentoria dos processos sucessivos de racionalização e modernização que a cidade sofreu nos últimos cem anos. As próximas figuras ilustram o projeto de cidade implementado na época:

Figura 1: Zoneamento proposto em 1937, antes da consagração do termo Zona Oeste para a então Zona Rural da cidade

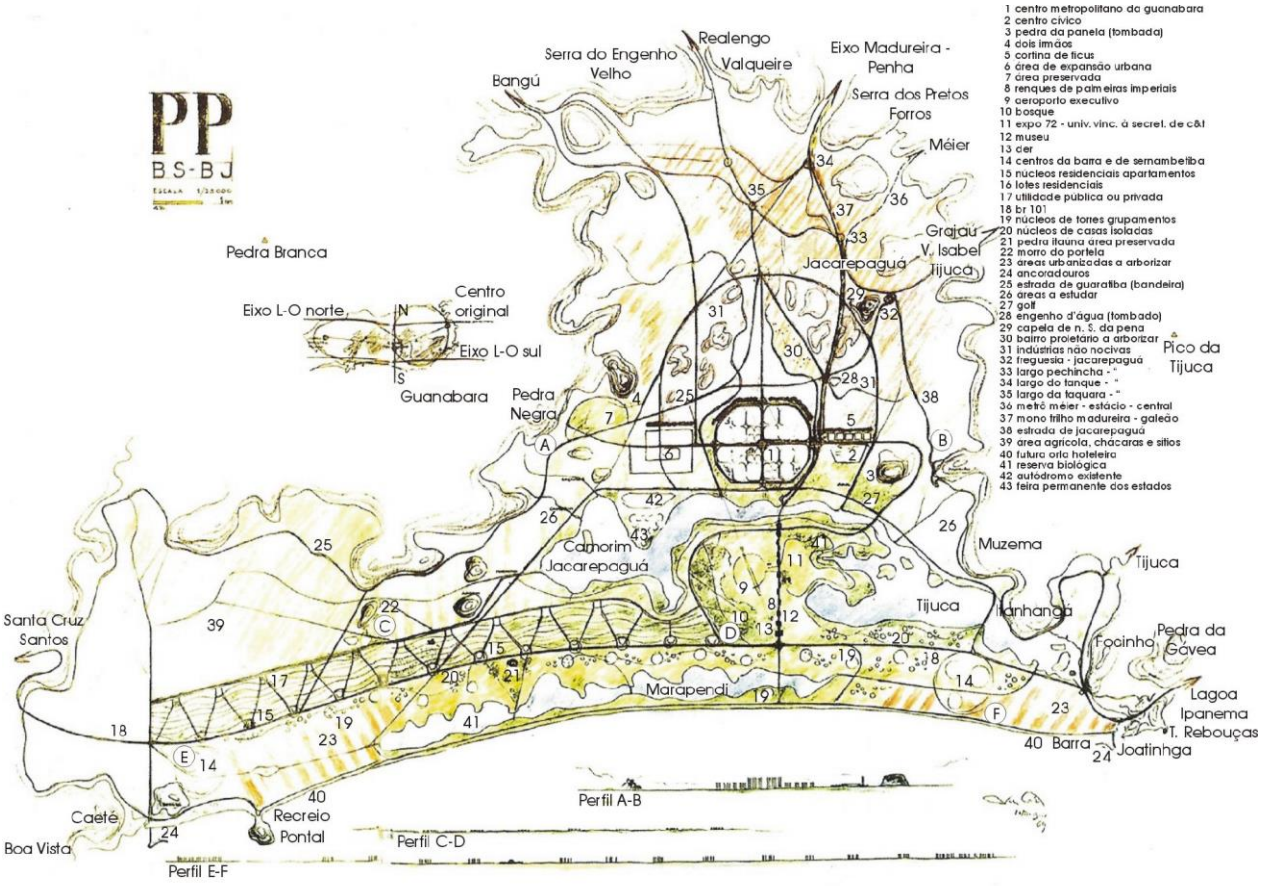


Fonte: Marília Borges (2007, p. 98).

Após a perda do Rio de Janeiro da condição de Capital do país[41], Lucio Costa – ícone do projeto de Brasília e do posterior e trágico fenômeno da "Miamização" da Barra da Tijuca e arredores –, fora incumbido de projetar uma nova cidade que refletisse o seu prestígio simbólico-cultural e mantivesse o sistema de privilégios políticos e econômicos de outrora. Na cartografia do Plano-Piloto da Baixada de Jacarepaguá, constam apenas pontos cardeais, linhas e um discreto colorido nas áreas de especial interesse para a desenvolvimento industrial-urbano. Barra da Tijuca é destacado no plano como a nova *core area* metropolitana. Os *CDBs* (*Central Business District*) do Centro e de Santa Cruz seriam as centralidades de "borda", isto é, núcleos a complementar de leste a oeste o novo centro político-financeiro ajustado no centro geofísico da cidade: a Baixada de Jacarepaguá. O resultado é a concepção do Rio de Janeiro como uma cidade funcional, centrada agora no seu umbigo geocentricamente correto.

[41] Rio de Janeiro perde o posto em 1960, com a transferência da máquina burocrática federal para Brasília e o título de Capital do país.

Figura 2: Plano-diretor elaborado por Lúcio Costa, tendo a Baixada de Jacarepaguá como o centro geofísico e político-administrativo da cidade



Fonte: Marília Borges (2007, p. 118).

A Baixada de Jacarepaguá tornou-se para Lucio Costa e cia., o pretexto para criar a versão carioca da “marcha para o Oeste”, onde o território pleiteado é o seu próprio “longínquo” e “desconhecido”. O autêntico sertão carioca! A Marcha para Oeste carioca não atingiu o esperado, deixando a região em estágio de especulação imobiliária e social até os dias atuais. No entanto, sua ingerência deixou marcas negativas profundas no imaginário “*faro*este” regional, e na péssima conduta do Poder público e das comunidades locais para com o patrimônio histórico e ambiental. Em projetos urbanísticos de cunho racionalista como os que foram analisados acima, não são levados em conta a fenomenologia dos lugares e as posições políticos das instituições e lideranças locais. Para esses projetos urbanísticos, há somente grafos, contornos e pontilhados para ressaltar o

ordenamento do território em termos de fluxos e nodosidades estratégicas. Dotados de um realismo ingênuo, o Plano-Piloto de Lucio Costa, por exemplo, tropeçou nas barreiras geofísicas, políticas e culturais previamente existentes, além dos interesses verticais e populares (indústrias poluentes, especulação imobiliária, loteamentos irregulares, falta de critérios estéticos na arquitetura, pressão pelas áreas verdes remanescentes) que projetaram outras formas de zoneamento econômico e social da cidade incompatíveis com os usos do solo sugeridos no Plano.

Da desdiferenciação estética do tecido urbano (bairros pasteurizados, lógica do bairro-dormitório etc.) à nova composição populacional, a Zona Oeste e a Zona Norte se descaracterizaram em vários aspectos, embora mantenham núcleos de diferenciação geográfica e arquitetônica seja por resistência cultural[42] ou por legislação patrimonial(ista!)[43]. Bangu é o caso mais visível da maturação de um núcleo de resistência cultural e de afirmação identitária de um bairro histórico[44]. Por outro lado, Santa Cruz e Marechal Hermes estão imersos na contraditória legislação patrimonial que burla interesses econômicos imediatos, contudo caminha em direção oposta à própria população local que, sabemos bem, não se reconhece naquele patrimônio.

A crise de representação das localidades históricas e da população como um todo age de forma indelével nos modos de viver o cotidiano do bairro e seu entorno. A tônica dos moradores atuais, se não caminha no sentido da resistência e/ou adaptação ao novo espaço vivido, caminha para a contradição da negação da potência cultural do lugar em favor da proeminência cultural das *Outras* áreas nobres, esta sim, descritas como mais ligadas ao mundo exterior e à "modernidade". Nos capítulos posteriores, o Sertão Carioca será tratado como figuração territorial imaginária que, se aparentemente é entendido como algo arcaico, provinciano,

[42] Caso concreto I: Bangu e os movimentos locais de pertencimento e proteção do patrimônio.

[43] Caso concreto II: APAC Santa Cruz, para conter a especulação imobiliária e a consequente destruição do patrimônio arquitetônico no centro histórico e adjacências.

[44] O núcleo de resistência cultural de Bangu congrega vários atores e movimentos, sendo os quatro principais: o movimento Reage Bangu, o Museu de Bangu, o estúdio de cenografia do artista Clécio Regis e o Espaço Cultural Caixa de Surpresa. A afirmação da identidade histórica do bairro já vem de longa data, e na atualidade, por meio da iniciativa criativa e empreendedora de Clécio Regis, já alcançou as mídias de todo o mundo e trouxe os holofotes do meio empresarial para o bairro, cujo distrito industrial encontra-se em fase de implantação. Sobre a criação do D.I Bangu, consultar: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1226146.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

incompatível com o novo Rio de Janeiro, por outro lado, mostra a outra face da cidade que possui núcleos de persistência/resistência ao progresso e homogeneização da cidade e do modo de vida.

A nova leva de moradores, com pouco vínculo afetivo e atuação política no lugar, mal sabem diferenciar Anchieta do Parque Anchieta, Mariópolis de Nilópolis, Bangu de Senador Camará, Guaratiba de Pedra de Guaratiba, a localidade Mendanha do Parque Municipal do Mendanha. Esse distanciamento afetivo e geoestrutural se traduz em alienação espacial e no distanciamento da região em tela dos espaços de decisão política e econômica. Do centro histórico (*cité*) e político (Cidade Nova) à Zona Oeste, há um *gap* político sem igual, um vácuo que estabelece na cidade uma pequena zona de estabelecidos (e alguns que insistem em ficar nas margens, comer nas bordas!) e grandes áreas de *outsiders* (periferias, favelas e enclaves multifacéticos).

O Rio de Janeiro realiza, na prática, a distinção sociológica entre *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS, 2005) que atribui, ao eixo Centro-Zona Sul e a porção imediata da Zona Norte, prestígio e privilégios sociais. Para as regiões do subúrbio, “resta” a exclusão e inferiorização social e territorial. A discriminação geográfica se dá pelas enunciações e diligências emanadas tanto dos *enclaves de poder local* (empresários, lideranças comunitárias espúrias, agentes culturais conservadores) quanto dos agentes externos que exercem o *dominante cultural*[45] da sociedade carioca.

A Zona Oeste figura geograficamente como o *Outro*[46] da cidade que, a qualquer momento, ousa ressurgir para subverter o discurso hegemônico e mostrar a sua potência para todo o mundo!

Estamos diante, então, de uma região em estado permanente de desassistência territorial, de precariedade das condições materiais da vida, ratificando o estigma do "subúrbio carioca", do ser suburbano. O incremento de alguns serviços, equipamentos públicos e indústrias nos últimos anos (TKCSA, BRT, Clínicas da Família, creches, Minha Casa Minha Vida, loteamentos geridos pela

[45] Ver o conceito em Fredric Jameson (2006).

[46] Uma analogia ao conceito de Outro (com O maiúsculo) consagrado na obra do psicanalista Jacques Lacan.

Prefeitura) não promoveu o tão esperado aumento da qualidade de vida da população. Vistas como periferias deprimidas, longínquas e provincianas, a elite carioca aproveitou o círculo vicioso de assédio moral e desempoderamento dos "sertanejos" cariocas, para tomar para si o poder político e o padrão cultural legitimado pela sociedade. Para os territórios considerados como insuficientemente urbanos, mesmo no caso dos bairros mais desenvolvidos da Zona oeste, que possuem distritos industriais[47] e um comércio próspero, estes são controlados por uma ordem verticalizada (SANTOS, 1996), onde as elites locais e externas não reinvestem os lucros em novos negócios e projetos socioculturais locais que beneficie comunidades locais.

Nesse cenário moderno onde o "desenvolvimento à qualquer custo" tornou-se o dominante cultural e econômico, intelectuais, artistas e outros agentes culturais locais, cada um à seu modo, já iniciaram algumas mobilizações subversivas e não se cansam de argumentar que, se há algum tempo atrás, podia-se distinguir com nitidez Bangu de Campo Grande, Ricardo de Albuquerque de Anchieta, Guaratiba de Pedra de Guaratiba, Paciência de Santa Cruz, hoje, com o desenvolvimento pasteurizado de via única, fica difícil distingui-los em termos de identidade territorial e relações culturais comunitárias. Atualmente, o desenvolvimento territorial da periferia da cidade se resume, para burocratas e a população em geral, aos investimentos dos setores imobiliário, comercial e industrial. Portanto, nada de investimentos nas esferas da arte, da cultura, do turismo não massivo, do empreendedorismo comunitário etc.

Fica a sensação e, mais que isso, a convicção que, no curso do desenvolvimento e da conurbação desigual da cidade, as "zonas" oestes e nortes ficaram a par das decisões e dos grande montante de benefícios materiais e sociais destacados exclusivamente para as áreas prestigiadas da cidade. O mesmo empenho dado pelo Poder público para revitalizar a Zona Portuária dificilmente será repetido para revitalizar áreas históricas igualmente importantes como Santa Cruz e Bangu.

[47] Todos os distritos industriais cariocas estão localizados na Zona Norte (DI da Fazenda Botafogo) e Zona Oeste (DI de Santa Cruz, Paciência, Palmares, Campo Grande e, futuramente, Bangu).

Em nome do desenvolvimento urbano padronizado e da remoção dos resquícios do passado, um dos efeitos colaterais é a desterritorialização – entendida pelo geógrafo Milton Santos (1996) como todo o processo que leva ao *desenraizamento cultural* –, pois além do descaso com os agentes culturais locais, boa parte dos elementos que outrora definiram as identidades e pertencimentos de cada lugar, se perderam nos últimos anos. Essas identidades e pertencimentos vinculados aos territórios das regiões Oeste e Norte carioca, engrenaram durante décadas, práticas solidárias e ambientes de criação e fruição cultural respeitáveis. Todavia, essas redes foram paulatinamente sendo solapadas ou reduzidas a núcleos de resistência cultural. O resultado é a relegação dessas experiências a eventos postiços, experiências decorativas de um passado (não tão) distante (assim).

A ação de marcar as experiências do passado somente como "experiências do passado", ignorando sua vitalidade atual, sua co-presença no mundo hodierno, não é um fenômeno recente[48]. A questão toda é: se essas experiências estão vivas e ativas, seja como núcleos avulsos de resistência ou como fontes de novos de empoderamentos territoriais, como prolongar então seus modos de existência diante da reestruturação socioespacial em curso na periferia carioca, que almeja destruir tudo o que é da ordem do passado, do vernáculo? Dessa pergunta, surge como ponto fundamental a compreensão da geografia das culturas e os marcadores pós-modernos que ensejam novas sociabilidades e formas de habitar nas cidades contemporâneas. A Geografia Cultural se reinsere nesse contexto como uma das disciplinas mais competentes para lidar com essa interrogação secular.

[48] Agir nesse sentido é cair no erro antropológico clássico de ignorar as múltiplas e contrastantes trajetórias sociais de um lugar (MASSEY, 2008). A modernidade foi uma das fontes de culminação dessa atitude ultrajante, classificando as sociedades e etnias ora em sequências temporais (selvagem, bárbaro, civilizado), ora em estruturas sociais distantes umas das outras, sem possibilidade de conexão. O antropólogo Johannes Fabian (2013) chamou essa postura antropológica, constitutiva do modo ocidental de pensar de agir, de *alocronismo*. "Ou é ocidental ou é oriental, ou então não é nada": eis a fórmula utilizada até hoje pelo Ocidente para reduzir as comunidades tradicionais e não modernas a resquícios do passado, ignorando suas formas *reservadas* e *territorializadas* de organização política, produção econômica, religiosidade e expressão cultural aos quais, com muita propriedade e luta, sobre(vivem) nas margens do mundo moderno-capitalista colonial.

4 REGIÃO CULTURAL E REENCAIXE ESPAÇO-TEMPORAL: ELEMENTOS PARA O ENFRENTAMENTO DA INCÓGNITA HISTÓRICA DO "SERTÃO CARIOCA"

Neste pequeno aporte teórico-conceitual para a garantia de uma aproximação geograficamente mais real da pesquisa com o arranjo espacial em tela. O conceito de região cultural será debatido e redimensionado a partir dos novos *insights* fornecidos pelas Geografias Humana e Cultural em diálogo com as correntes de pensamento pós-moderna e radical (marxista ou neomarxista). A região cultural necessita ser repensada em toda a multidimensionalidade e multi-escalaridade inerentes ao conceito e suas implicações nas ciências sociais.

Geograficamente falando, o apelo à região cultural tem como fator fundamental as transformações no último quartel do século XX, fruto das compressões e geometrizações do tempo-espaço (HARVEY, 1992; MASSEY, 2008) que colocou em cena territórios e temporalidades até então marginalizados ou em estado latente, além de lugares que outrora apresentavam identidades, funções e estruturas políticas relativamente corriqueiras e estáveis, mas que num certo momento e circunstâncias, emergiram como espaços de reivindicação de base geográfica regional, colocando em pauta antigas tradições e novas lutas políticas pela afirmação de identidades geográficas.

Política, etnia e religião criam novas (e velhas) agendas de discussão e agenciamento no âmbito “regional”, como exemplificado nos regionalismos europeus (Balcanismo, Catalunha, Basco, Flandres) e nas lutas étnicas de base regional que vão além das concepções eurocêntricas e liberal-democráticas – o bolivarianismo de Hugo Chavez, o indigenismo de Evo Morales, o conflito palestino-israelense, a luta pela manutenção do Nepal budista, os protestos cívicos nos países do mediterrâneo africano (Egito, Líbia) e no Oriente Médio (Síria, Iêmen, Palestina), sem contar os inúmeros processos de turistificação de “regiões-mundo”[49], onde paisagens são

[49] Um grupo de geógrafos estadunidenses das universidades do Arizona e da Califórnia (*Long Beach*) tem realizado excelentes estudos e publicações sobre as regiões-mundo na era globalizada. A relação dos professores da Universidade do Arizona está disponível em: <http://geog.arizona.edu/people/directory.php?type=regular>. Acesso em: 20 abr. 2011.

transformadas em *commoditie ex*-ótica para cativar segmentos de *globetrotters* aficcionados pelo diferente, pela estética anti-moderna e *retrô*.

Tirando o último exemplo, os regionalismos são formas efetivas de luta política e de identificação coletiva que evocam uma base territorial como suporte para a manutenção e/ou fortalecimento da identidade e do *modus vivendi* e *operandi* do grupo/sociedade. Quase sempre esse tipo de reivindicação apela para as tradições, para a reminiscência, um passado que precisa ser preservado e protegido dos "males exteriores" (globais?).

Com efeito, regionalismos neoconservadores são difundidos por todo o mundo, indo da contemporânea regionalização da Padânia italiana; da luta entre sérvios, bósnios e albaneses no Leste europeu; da intervenção militar da Rússia na Geórgia e na Ucrânia (últimos cinco anos); do duelo territorial da Espanha com os catalães e bascos; e, no lado oriental, da rivalidade indo-paquistanesa pelo controle da Caxemira.

São tentativas de se redefinir ou re-inventar sociedades regionais a partir de vetores político-ideológicos como equilíbrio social, pureza étnica, autenticidade territorial e interesses econômicos próprios. Como argumentou Werlen:

> Somente quando práticas sociais, culturais e econômicas são encaixadas, uma visão espacialmente centrada oferece um relato aproximadamente rigoroso dessas realidades. Mas se declaramos que uma geografia tradicional, espacialmente centrada, pode oferecer-se como uma descrição generalizada e válida dos mundos de vida da modernidade tardia, então isto prepara o terreno para o nacionalismo e o regionalismo fundamentalistas, emocionais e demagógicos, dois dos mais problemáticos fenômenos sociais do presente. O regionalismo, como a geografia humana tradicional espacialmente centrada, pode ser entendido como uma tentativa de glorificar as formas de vida tradicionais pré-modernas sob condições da modernidade tardia. (WERLEN, 2000, p. 17).

Diante do exposto, a região cultural resulta da imbricação múltiplos territórios e redes (HAESBAERT, 2005, p. 12) agenciados por uma multiplicidade de grupos sociais, da qual o processo de regionalização torna-se um produto da simultaneidade e da contingência dos eventos e das relações. Vista tanto na perspectiva interurbana como na escala intra-metropolitana, a região cultural pode ser a nova vedete na análise da efervescência cultural e dos fluxos identitários que explodem por todos os cantos da urbe, sem se preocupar com as tradicionais

delimitações político-administrativas e dos estatutos de coesão e integração que definiam (e ainda definem) o que é ou não é região.

Regionalizar, contemporaneamente, não se restringe mais aos modelos geográficos tradicionais, baseados em uma visão da região como entidade monolítica situada *entre* a escala nacional e "local" (no caso do Estado-nação), ou entre o "global" e o infranacional (como os atuais blocos econômicos que, enquanto conjunto de países, tem reconfigurado as relações comerciais, políticas e diplomáticas em todo o globo). Os modelos regionais que alicerça(ra)m tais distinções e demarcações territoriais estão ainda fortemente ancorados em perspectivas geográficas tradicionais – da Escola francesa de la Blache ou nos enfoques marxistas dos anos 1970-80 que arregimentaram o estruturalismo como base teórica para a crítica da economia política capitalista (SPOSITO, 2004). Sobre o escopo geográfico marxista (que legitima quase todos os debates geográficos em economia política), Tim Unwin destaca que "Este tipo de finalidade de integrar o marxismo estrutural à investigação empírica tem sido criticado por se tratar de um regresso aos estudos empíricos de lugar e por aspirar a dar um rosto humano ao marxismo estrutural" (UNWIN, 1992, p. 243, tradução nossa).

No Brasil, outros nomes foram dados para o que, na geografia marxista anglo-saxã, ficou conhecido como "estudos de localidade", uma rotulação das análises regionais marxistas empreendidas na Inglaterra oitentista. Comparativamente, tanto os estudos brasileiros como os de geógrafos ingleses optaram pela "localidade" como objeto geográfico primordial para o entendimento das relações desenvolvidas pelas instituições e agentes locais, sem ignorar a interligação daquele espaço com outros lugares. Essa interligação refletiria os processos de desenvolvimento desiguais do capitalismo que, no dizer de Massey, promove sucessivas divisões espaciais do trabalho (UNWIN, 1992, p. 242) e pode gerar obsolescência, estagnação ou desenvolvimento e valorização conforme as vicissitudes do capital volátil. Santos (1996) fala em "guerra dos lugares" para entender a guerra fiscal e as novas dinâmicas de territorialização do capital, e Corrêa (1995) fala da marginalização de regiões antes prósperas economicamente, que agora aderem a outras estratégias como o turismo para a sobrevivência econômica e do modo de

vida locais. Thrift cita alguns autores para apontar os erros cometidos por esses estudos de caráter localista[50]:

> Para exemplificar, o trabalho sobre localidades foi criticado por Duncan e outros (Duncan, 1989; Duncan e Savage, 1989), por não ser capaz de produzir evidências de efeitos espaciais autônomos (efeitos de localidade), conjuntos característicos de relações sociais que emanam da região. Foi criticado por Harvey (1987) e outros por desperdiçar o poder da metanarrativa marxista com sua insistência em investigar o local. Foi criticado por Gregory (1987) e outros pelo conservadorismo de suas estratégias textuais (THRIFT, 1995, p. 233).

Em comum, todos eles pendem a uma representação do espaço como entidade desde-sempre-demarcada, refletindo a visão de mundo modernista que associou (e ainda associa) o conceito de região a uma entidade naturalmente fixa e demarcatória, disposta numa configuração específica que atropela quaisquer considerações referentes às hierarquias e interesses de classe, aos mecanismos de poder, aos sentimentos e projetos "populares" entre outras contingências que atuam decisivamente na formação espacial da região.

A visão de espaço do tipo bola-de-bilhar é, até os dias de hoje, a representação política primordial das cosmologias ocidentais (MASSEY, 2008), reproduzida de forma maquínica pelos Estados e pelos regionalismos e territorialidades diversas (empresas, ONGs, imobiliárias, fundiaristas, políticos clientelistas) que vigoraram nesse último século de sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu (GROSFOGUEL, 2006). Superar tal visão é um requisito obrigatório para a Geografia Humana e Cultural radicais, e na Geografia Regional, a tarefa só se torna possível com: 1) a suspensão dos critérios positivistas e naturalistas que determinaram até hoje os recortes de estudo regional; 2) a injeção de conceitos e problemáticas que denunciam os novos processos de um mundo que se tornou, simultaneamente, "localista" e globalizado, ou, como no veredito dado por Thrift: "um localismo 'global' [que] domina novamente" (1996, p. 241).

[50] Os "estudos de localidade" empreendidos pelos geógrafos nos anos 1980 na Grã-Bretanha, é um ótimo exemplo da onda de pensamento que buscava a especificidade dos lugares à custa dos fatores culturais, das dinâmicas interlocais e das regularidades globais que canalizam os processos intercapitalistas que interferem na configuração e no ritmo das localidades.

A dialética permanente entre mudança *e* permanência nos processos glocais, fruto das transformações nas tecnologias, nos meios de transporte, e das novas formas de sociabilidade creditadas à atomização e dispersão das relações sociais no cotidiano pós-moderno, tem redimensionado as paisagens urbanas para além dos binarismos (homem x mulher; primitivo x moderno; rural x urbano) e dos papéis sociais pré-definidos pela ordem modernista repressiva.

É justamente nesse repressivo, mas também liberador, da ordem repressiva que se desenvolve, desde os anos 1970-80, as problemáticas em torno da política de identidade, prática que visou "empoderar" (ou emoldurar, engessar?) os grupos marginais e excluídos para que estes construíssem suas próprias representações e práticas culturais. Todavia, a política de identidade foi sistematicamente criticada por apresentar um discurso conservador (EAGLETON, 2005, 1998; BOSSÉ, 2004), incompetente para compreender as multiplicidades e contradições embutidas nas identidades, e por isso, trilha o caminho da manipulação: processa-as, emoldura-as e divulga-as dentro do discurso frio e monótono das mídias e das instituições oficiais. O multiculturalismo é o resultado direto desta política de ranço eurocêntrico, pois insiste em conceber as identidades culturais como entidades fixas e autossuficientes, incapazes de interação e negociação entre elas e, consequentemente, de construir laços de solidariedade e cooperação política.

Essa pequena volta pelas concepções de identidade e crise de representação no mundo moderno-europeu não estranho às concepções dominantes de região. Tal como as identidades de classe, gênero, etnia, faixa etária, profissão, gosto estético etc., as regiões e os regionalismos são firmados através das lutas políticas pela afirmação de uma base territorial ou para dar sustentabilidade cultural ao grupo.

As regiões como lugares que, para Thrift, estão "permanentemente num estado de enunciação, entre endereços, sempre deferidos. Lugares são 'estágios de intensidade', traços de movimento, velocidade e circulação" (apud HAESBAERT, 2005, p. 9). A síntese de uma nova Geografia Regional de cunho pós-estruturalista[51]

[51] Nigel Thrift e outros geógrafos como Arun Saldanha, Marcus Doel, Sarah Whatmore, Linda McDowell, Gillian Rose e Doreen Massey são tributários do pós-estruturalismo francês (Lacan, Foucault, Deleuze, Derrida e Baudrillard). Esta corrente, ao estimular estudos microssetoriais no "lugar" da abordagem macro, o agenciamento ao invés da estrutura, traz concepções mais pertinentes para o trato das relações sociais contemporâneas, relações estas que abrigam sujeitos

permite incluir o conceito em tela dentro dos desafios impostos pela *contemporaneidade radical*. Este conceito, tratado a fino pelo antropólogo Johannes Fabian (1988, apud MASSEY, 2008), impõe-se como um *projeto político* de resolução dialética dos conflitos ligados à coexistência das diferenças num mesmo sistema-mundo. Esta é uma condição que, na atualidade, tem tomado cada vez mais proporções "*geométricas"* – principalmente quando estamos lidando com as grandes cidades (cidades-região ou regiões-cidade) e as "fronteiras interétnicas", lugares em que a fragmentação e a desigualdade são extremamente elevadas.

Doreen Massey adere com veemência à tese de Fabian, e a amplia para a dimensão espacial, que, de acordo com a autora, é a condição para a efetiva coexistência das multiplicidades sociais. A espacialidade (pós)moderna embutida nas múltiplas geometrias de poder do espaço-tempo, confere às sociedades, redes e grupamentos possibilidades múltiplas de reorganização de seus agenciamentos.

Com um foco mais *identitário* (BEZZI, 2004), valorizando a intersubjetividade e as representações sociais e políticas, a abordagem cultural move-se entre as distribuições espaço-temporais da "sociedade regional" através de dinâmicas de territorialização, onde estas, por assim dizer, adquirem feições zonais e/ou descontínuas – semelhante aos badalados territórios-zona e territórios-rede de Haesbaert (2006) – conforme o contexto e as relações temporais. Assim sendo, a região cultural pode localizar-se e difundir-se por entre lógicas e dinâmicas distintas que definem as modalidades de organização regional.

Na atualidade, tem-se a propagação de formas mais fluidas e articuladas de região e de regionalismo nas quais o processo de identificação espacial, agenciada por uma ou múltiplas paisagens, memórias e lealdades sociais, configura uma consciência regional que não tem "ponto de partida", ou seja, não se origina de um centro "primordial" e se dispersa por contiguidade. Ao contrário, a consciência e as formas de territorialização assumidas pelas regiões e suas variantes contemporâneas podem se balizar numa área geográfica, contudo, o fazem subvertendo-a e ultrapassando-a em direção a outros contextos e lugares. Sem tal

---

descentrados (HALL, 1992), destotalizados, destemporalizados e desrreferencializados (GUMBRECHT, 1998), reconstruídos permanentemente pelas redes de relações que os acolhem.

compreensão, as reestruturações e reivindicações regionais atuais continuarão a ser tabuladas dentro dos esquemas ultrapassados da Geografia Regional tradicional.

Ideologias geográficas e remoques conservadores, alguns deles, profundamente enraizados no senso comum (romantismo, paroquialismo, nacionalismo reacionário, exclusivismo grupal), não só refletem em alguns dos fechamentos territoriais contemporâneos, como também obscurece a nossa visão a respeito de outras práticas e processos espaciais que tem suscitado novas dinâmicas e configurações de base regional, em que novos protagonistas e redes de relações tem obrigado o Estado a redefinir suas atribuições e domínios institucionais para certificar a sua soberania territorial e aproveitar as potencialidades da sociedade para maximizar os lucros regionais e fortalecer a imagem multicultural e harmônica da nação.

No território brasileiro, posso citar, outra vez, as redes gaúchas e os migrantes nordestinos, com suas modalidades particulares de apropriação e significação de espaços nas cidades, afora a criação de centros culturais[52] para dar visibilidade e sustentabilidade aos sujeitos *diaspóricos*[53] ou simplesmente largados à própria sorte da alienação e do deslocamento forçado.

Dentro desse cabedal de questões, o próximo item tratará de aprofundar o debate sobre a região cultural, os pesquisadores que a tem colocado em pauta e as possibilidades reais de ampliação do conceito em outras escalas espaciais que não sejam somente as definidas pelos órgãos oficiais do Estado. A proposta aqui defendida é que o espaço vivido, o sentido (regional) de lugar e a produção da paisagem são ideias centrais para enriquecer a investigação geográfica e fortalecer o conceito de região frente aos processos *glocais* contemporâneos (ROBERTSON, 2000).

Conforme Bezzi (2002, p. 6), só depois de 1970 a região será considerada pela ciência geográfica brasileira como matriz de identificações culturais e de formação de coletividades com fins diversos (mobilização política, afirmação cultural,

[52] As duas redes sociais possuem seus respectivos centros de tradições (CTG para os gaúchos e CTN para os nordestinos), numa política de identidade que por vezes reifica, exotiza a cultura, transformando-a em *commoditie* para consumo pelos segmentos *alter* da sociedade – aqueles nichos sociais que, entediados pelo mais-do-mesmo que domina a rotina urbana, vivem e gastam dinheiro para celebrar de forma intensa (e passiva) as “outras” culturas da sua sociedade e de outros países.

[53] Conceito brilhantemente desenvolvido pelo antropólogo italiano Massimo Canevacci (1996).

competitividade econômica, visibilidade turística). Entre o material fenomenológico e o mais realista, ao discorrer sobre as várias teorias regionais, a autora chega à conclusão de que é a cultura que torna mais evidente as duas dinâmicas indispensáveis à organização regional: a regionalização e o regionalismo. Em suas palavras:

> [...] o regionalismo é uma postura ativa, tem como ponto de partida a cultura local vivida e serve-se da identidade para encaminhar as aspirações do grupo. Por outro lado, a regionalização se traduz em uma fraca coesão e unidade do grupo, facilita e aceita a ingerência de técnicos do governo nas decisões regionais, pois esses desenvolvem programas, políticas e planos para as regiões, ignorando, muitas vezes, os problemas quotidianos e as aspirações dos seus habitantes (BEZZI, 2005, p. 217-8).

Algumas tentativas teórico-conceituais e empíricas têm sido criadas com o fito de colocar a região cultural na agenda geográfica brasileira. Abaixo, listo alguns exemplos: o modelo empírico de *rede regional* proposto por Haesbaert (1997)[54]; e as recentes ideologias e construções regionais criadas por movimentos artísticos e identitários, como atestam os trabalhos de Picchi (2007) e Picchi e Godoy (2010) sobre as representações da cidade Recife (PE) a partir do gênero musical *manguebit*, ou as análises de Neto e Bezzi (2009) e Haesbaert (1997) sobre a identidade regional gaúcha.

Aproveitando o exemplo do regionalismo gaúcho, Haesbaert (1997) foi além da área geográfica autenticada pelos gaúchos e pela administração pública para entender os processos de reterritorialização dos gaúchos no oeste da Bahia, onde estes, carregados de uma pertença identitária com forte base territorial, transpuseram e reinventam o gauchismo na referida área baiana, num permanente jogo de negociação e exclusão dos antigos moradores locais. Desse fenômeno, configurou-se uma *rede regional*, termo que explicita “o sentido dinâmico, histórico e pluri-escalar do fenômeno regional” (HAESBAERT, 2005, p. 23) que faz dos

[54] Sobre Rogério Haesbaert, há uma ressalva a ser feita: apesar da marca nitidamente cultural na sua análise dos “gaúchos baianos”, em nenhum momento da sua escrita o adjetivo cultural é agregado ao termo região. Há duas razões para isso: o autor até hoje insiste na imbricação entre as esferas econômica, política e cultural, por isso, deve ver a região cultural como uma limitação conceitual; e também por apresentar um perfil intelectual ligado à geografia social anglo-saxã (Doreen Massey, Nigel Thrift, John Agnew, Marcus Doel e Michael Storper), corrente reticente quanto ao uso da cultura como estratégia textual de crítica social.

“gaúchos” um exemplo particular de grupo que, independentemente do torrão que ocupa, carrega consigo suas tradições e expressões que, de modos diferentes, reinventará sua cultura no novo espaço vivido.

Nesse esteio, o conceito de *política de escalas* (*politics scale*) torna-se vital para inquirir as estratégias territoriais e o sentido das práticas adotadas pelos agentes sociais e institucionais em múltiplos contextos situacionais. De acordo com Souza:

> A “política de escalas” admite ser definida, em uma primeira e muito sumária aproximação, como a articulação de ações e agentes operando em níveis escalares diferentes (isto é, que possuem magnitudes e alcances distintos) com a finalidade de potencializar efeitos, neutralizar ou diminuir o impacto de ações adversas ou tirar vantagens de situações favoráveis; por exemplo, ampliando esferas de influência (ao expandir audiências, sensibilizar atores que sejam possíveis aliados etc.) e propiciando sinergias políticas (ao recrutar novos apoios, costurar alianças etc.). (SOUZA, 2010, p. 42).

O primeiro geógrafo a trazer a região cultural para o debate acadêmico brasileiro, foi Roberto Corrêa (2008). Apesar de ficar restrito à abordagem empirista e menosprezar as dimensões reticulares que a região pode assumir (rede regional e região-rede), o autor define e analisa as regiões formais, funcionais e vernaculares (NORTON apud CORRÊA, 2008, p. 13), articulando-as dentro da epistemologia da Geografia Cultural. São três classificações regionais que apontam as diferentes formas com as quais as entidades regionais, ao serem afetadas por políticas e dinâmicas multiescalares, negociam, recriam ou transformam suas tradições, ideologias, organização política e atividades econômicas.

A inter-relação de uma região com outros contextos espaciais pode levá-la tanto ao fortalecimento da sua identidade e economia local quanto à sua marginalização e desmantelamento frente a outras forças que passam a afetar aquela organização regional, trazendo outras engenharias culturais (CORRÊA, 2008, p. 26). No exemplo dos “cajuns” no sudoeste norte-americano, ao ter a sua economia regional integrada à economia industrial nacional, o resultado não foi benéfico nem para a elite nem para os segmentos populares cajuns. E isso se deu porque,

> A despeito dos esforços visando reforçar e dar visibilidade à cultura “cajun” – como a transformação, em 1968, de toda a Louisiana em estado bilíngüe e a criação oficial, mas não demarcada territorialmente, da “região cultural” denominada “Hearth of Acadiana”, em 1971 (Waddell, 1987) –, a região cultural dos “cajuns” desmantelou-se. Larouche (1987) admite a possibilidade de ela se transformar em um “gueto cultural” ou, como preferimos, uma região residual, cujos traços identitários mais visíveis – a música e a cozinha “cajun” – tornaram-se mercantilizados por todos os Estados Unidos. (Ibid., p. 25).

Nas grandes cidades – e por extensão, nas cidades-região –, os grupos encontram-se envolvidos em teias de relações que ultrapassa fronteiras e limites oficiais Desse modo, um grupo investe suas forças e recursos na criação de enredos para os lugares com o qual mantêm vínculos afetivos e funcionais. Os sentidos de lugar (ou territorial, dependendo das hierarquias e poderes em jogo) criados pelos grupos e segmento sociais é a força motriz que faz as regiões culturais emergirem e se transformarem continuamente no espaço urbano. Essas regiões podem tanto estar inseridas nos sistemas de conexão global quanto se encontrar confinadas dentro de processos de exclusão intencional ou não – principalmente quando os grupos em questão são um produto direto do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo, como é o caso dos guetos estadunidenses, das favelas brasileiras, dos palenques colombianos, dos redutos étnicos europeus, dos bairros hiper-pobres indianos e das minorias curdas aprisionadas entre as fronteiras dos países médio-orientais. Paisagem, imaginário, memória, discurso e práticas materiais são os ingredientes pelos quais o pesquisador reconhece regiões culturais.

Mesmo com os problemas advindos da *urbanização desurbanizante* (LEFEBVRE, 2005), o jogo entre o sentido de lugar, as regionalizações cotidianas e a possibilidade de cosmopolitismos diferenciados é o que faz a topofilia e o espaço existencial de Yi-Fu Tuan (1980, 1983) também ser possível nas grandes cidades. Pode-se falar perfeitamente em topofilias efêmeras, fluidas, multiterritoriais, e mesmo em topofobias no espaço urbano, mas isso é um assunto ainda enigmático em geografia, tratado apenas pela socióloga Alicia Lindón (2005).

Alguns temas de investigação propostos por Corrêa (1995) valem igualmente para a abordagem cultural-regional, como por exemplo: “A caracterização e delimitação de áreas culturais, inclusive áreas residuais e enclaves, num contexto de difusão de uma cultura com características globais” (p. 19). Tirando o caráter elitista

e romântico que o termo “residual” assume em muitos casos, a proposta pode se alongar para os grupamentos e redes da metrópole que, nas filiações identitárias locais (da cultura dominante ou das práticas populares contextualmente situadas) ou transnacionais (religiosas, de migração ou nos estilos de vida como o heavy metal, o emo, o motoclubismo, dos jovens intelectuais, dos praticantes de artes marciais etc.) constroem territorialidades de acordo com as condições de atratividade e segurança dos espaços da cidade e com a periodicidade propicia à realização das atividades que caracteriza o grupo/rede e determinará a regionalização o grupo.

Assim, por exemplo, a região carnavalesca no bairro popular de Madureira (RJ) ou no município de Nilópolis (RJ) tem uma periodicidade concreta que, na sobreposição dos territórios, constroem suas próprias lógicas de espacialização que, no mais das vezes, pode se chocar com a rotina laboral e normativa da ordem social burguesa. Consequentemente, a regionalização dos ensaios e blocos de carnaval, com a exceção da semana oficial do calendário nacional, os ensaios e blocos de carnaval se regionalizam em momentos específicos.

Do mesmo modo, motociclistas - irmandade cultural que estudei na década passada (CARDOSO, 2008) -, são, em geral, trabalhadores de classe média e média-alta que traçam sua territorialidade de lazer e entretenimento no período noturno. Isto porque o período noturno é propício para o ajuntamento de um bom número de motoclubes para que o encontro seja e tenha clima de festa. São várias as modalidades de festa, ainda que permeadas por atratividades comuns (churrasco 0800, som rock and roll, cerimônia de escudamento ou homenagem aos motociclistas irmãos), e um dos desdobramentos dessas festividades é, precisamente, o fortalecimento dos laços de afeto e lealdade entre os "Irmãos" motociclistas[55], que assim se veem e lutam por essa condição e representatividade. Para os motociclistas, uma região pode ser uma cidade, região metropolitana, área turística ou as estradas que percorrem em direção a outras cidades, distritos e lugarejos cujo meio abrigue, ao menos, um motoclube fraternal. Região, para esses grupos, é o velho conceito de espaço vivido declamado em Armand Frémont (1980).

[55] Para uma introdução à dinâmica espacial e aos códigos da sociabilidade confrarial motociclística no Rio de Janeiro, ver Cardoso (2009).

As múltiplas e derradeiras geografias de sujeitos coletivos nas cidades afirmam que o quadro de comunicação urbana (CANEVACCI, 2004) que entremeia o ritmo de vida da urbe e que propicia apropriações diferenciadas de áreas da cidade, conforme as necessidades e projetos das redes de sociabilidade é o eixo de partida para que os sujeitos possam ser finalmente colocados não como simples marcadores de espaço, mas como sujeitos efetivos de territorialização e corporificam a região numa dimensão cultural.

De fato, posso fechar essa parte com a argumentação de Thrift quanto à necessidade de se repensar outras geografias regionais que, por tabela, tem construído regiões culturais mais fluidas e interconectadas com contextos e circuitos econômico-culturais mais amplos, numa relação que pode ser fecunda, integradora, ou então trazer transtornos, desigualdades, e até mesmo suplantar o *modus vivendi* local em nome de outras forças globais. Com isso:

> Certamente os lampejos dessa nova espécie de geografia regional podem ser vistos no súbito aparecimento de trabalho social e cultural que está atualmente ocorrendo acerca de questões de gênero, sexualidade e etnias. A força desse trabalho reside em sua atenção para com a construção de espaços localizados de significado, fora de relações globais de poder e conhecimento. Isso oferece talvez o texto para o futuro da geografia regional. (THRIFT, 1996, p. 242).

Na concepção de Nigel Thrift (apud Haesbaert, 2005), a nova geografia regional deve resgatar os saberes e práticas regionais subjugados pelos processos hegemônicos do capital e do modo de vida ocidental. Se a região como recorte abstrato, euclidiano e naturalizado um produto do fazer cartográfico europeu, todavia, não podemos regredir o conceito somente a esse ponto. A região engloba também outros saberes, fazeres e orientações espaciais que se colocarão com enorme intensidade nas últimas décadas, em meio ao processo de mundialização cultural. Se a globalização econômica abafa e extinguiu identidades culturais, por outro lado, também chancela um montante de processos de diferenciação e de (re)invenção identitária tão profundamente enraizadas, tradicionalistas e subversivas quanto as que foram prévia ou vagarosamente excluídas do processo hegemonizador. Desde os anos de 1990, a cartografia social ganhou terreno no Brasil como contra-discurso à ordem científica e burocrática que elitiza a informação cartográfica e impede outras modalidades de mapeamento, seja cognitivo ou

instrumental. E também ganhou status ao agenciar e autenticar, ao menos formalmente, “a inclusão, o empoderamento e a transparência nos processos sociais” (MONTEIRO, s/d, p. 1). É a luta cotidiana dos grupos étnicos por empoderamento cultural e social, e pela apropriação do território reivindicado. Como assinala Acserlrad:

> [...] a cartografia social e o mapeamento participativo resultam de processos históricos bem determináveis, de caráter emancipatório, quando sujeitos e grupos investem no automapeamento para legitimar uma territorialidade que se apresenta como condição de manutenção de sua capacidade de viver/sobreviver; em outros casos os mapeamentos atendem a condições históricas de manipulação/enquadramento de populações tradicionais pelo ambientalismo conservacionista, de apropriação de saberes tradicionais por interesses estratégicos da biotecnologia, da vigilância de populações e territórios por interesses geopolíticos (ACSELRAD apud MONTEIRO, op. cit.).

Dessa forma, comunidades quilombolas, ribeirinhas, sem-tetos, minorias étnicas e de gênero etc. já se beneficiaram da combinação de tecnologia avançada + ação social (filantrópica?) dos pesquisadores para solucionar problemas que envolvem, entre outros, regularização terras, interesses alheios e afirmação de identidade cultural. Por meio da participação direta no processo cartográfico, os atores locais agenciam a produção dos mapas e as utilizam para angariar fundos e benefícios diante da entidade que supostamente cuida dos interesses sociais gerais: o Estado. Antes de avançar na questão principal, algo deve ser dito a respeito do Estado, entidade que “todos” temem, mas à qual se recorre hoje como instrumento de reparo das desigualdades e injustiças históricas e geográficas, e de patrocínio da tão aclamada cidadania liberal.

Não há como fugir da constatação de que o Estado-nação moderno está intrinsecamente amparado em um modelo de ordenamento e gestão que agrega instrumentos e elementos de ordem técnica, científica e burocrática para autenticar suas ações e comunica-las à sociedade civil e outras instâncias. O Estado é a autoridade legítima que tem no controle dos instrumentos modernos de vigilância e ordenamento seu trunfo maior. Numa política de confronto com o Estado, uma comunidade local ou uma rede de atores regionais, nacionais ou transnacionais necessita entender e manipular os instrumentos modernos, técnicos e científicos para negociar e garantir os direitos assegurados pelas diferentes instâncias

governamentais. E o mapa, hoje, é um dos materiais que assegura, frente ao Estado, a autoridade daquele que mapeou – principalmente quando feito com os recursos mais sofisticados da computação gráfica.

Depois desse pequeno, porém útil, parênteses, faz-se nítido acrescentar que as frentes de mapeamento possuem inúmeros problemas de cognição e de aplicabilidade que, se não tomados de forma consciente e crítica, pode favorecer unicamente os interesses geopolíticos e geoestratégicos do Estado, das empresas privadas e das elites locais. As cartografias sociais e as políticas de mapeamentos verificados em alguns contextos já possuem um escopo crítico arrojado e preocupado com questões de contexto local e interlocução.

Para as políticas regionais, a cartografia é indispensáveis tanto para as racionalidades de “cima” como a de “baixo”, e verificar que subculturas dentro dessa região tecem suas próprias dinâmicas, lógicas e dispositivos de regionalização é entender que a interação, a negociação e o possível conflito não são o fim, mas o meio através do qual a região torna-se espaço vivido, sobreposto à outras regiões e regionalismos, e passível de ser construída por qualquer grupo social que tenha os dois requisitos necessitados para consolidar uma região/regionalização cultural: 1) ter uma identidade geográfica; 2) criar instituições que viabilizem a espacialização regional. É basicamente a ideia de Werlen acerca das “regionalizações cotidianas”. Com esse maravilhoso *insight*, grupos antes menosprezados passam a ter voz e responsabilidades nos processos espaciais dentro ou em interface com outras fronteiras territoriais e simbólicas. Como exposto no item anterior, a cidade, por exemplo, abriga intermináveis processos regionalizadores, constituídos por múltiplos segmentos etários, profissionais, religiosos, políticos e culturais.

Se houver um projeto de traçado das múltiplas regionalizações no ambiente metropolitano, com certeza que as técnicas de mapeamento terão que ser revistas e modificadas, pois, visto pelos mapas atuais – artefatos esteticamente confeccionados para não oferecer dúvida ou interpretações variadas, traçados a ferro e fogo pelo “cartógrafo científico” com linhas auto-excludentes e coloridos em *dégradé* para ressaltar os pontos e elementos “fortes” e "fracos" do real representado–, a chance de se aprontar um mapa múltiplo, com linhas subversivas, composto por imagens justapostas, traçados indefinidos, cores multivariadas e

textos incompletos (mas inteligíveis!) ainda está em vias de começar. A revolução cartográfica ainda é um desejo que pulsa nas ideias daqueles que não conseguem naturalizar a relação modernista da cartografia com as políticas governamentais e com a ideia pseudocientífica do *mundo-como-exposição* (GREGORY, 1996), uma estrutura a ser decifrada e ordenada por outra "estrutura" (mapas, desenhos geométricos, esquemas racionalistas).

Na dura e tensa realidade da Zona Oeste e Zona Norte carioca, cabe perceber se os discursos e agenciamentos espaciais de encantamento/ritualização do mundo, geradores de território, empreendidos pelas agências museológicas e para-museológicas locais, são, de fato, empoderadores ou encontram-se desarticulados num campo ainda marcado pelo amadorismo (em graus variáveis), pelas rivalidades políticas, pelo sectarismo de alguns grupos culturalistas/bairristas e pela dificuldade de serem tratados como atores relevantes para o público leigo, o bairro, crianças e jovens e outras mais escalas de exigência.

Em que medida essa economia regional de bens simbólicos destaca mudanças paradigmáticas na paisagem dos espaços populares é um dos motivos maiores desta pesquisa, associado a dois outros elementos: refortalecimento das identidades territoriais – reinvenção da localidade (ROBERTSON, 1990) – e reelaboração da paisagem cultural – novo discurso imagético de legitimação (FOUCAULT, 1979) e empoderamento (KLEBA & WENDAUSEN, 2009). A exigência dos agentes culturais e museológicos pela renovação do pensamento e das coletividades é uma forma estética de disputar e se apropriar dos recursos materiais, financeiros e pessoais hoje existentes – e enfim disponibilizados pelo Poder público e outras agências de fomento, embora a distribuição espacial dos recursos ainda deixe a desejar – para galgar novos horizontes de disputa da memória, do imaginário, do patrimônio total (OLIVEIRA, 2007) etc.

Como uma demanda que contrasta com o discurso academicista, o consagrado apelo lefebvriano do "direito a cidade" foi fragmentado e substituído por outros temas política e esteticamente mais urgentes e atraentes: direito a memória, direito a comunicação, direito ao ócio, direito ao trabalho solidário, direito ao acesso aos equipamentos culturais públicos.

Puxados por um turbilhão de problemas endógenos (pobreza, amnésia coletiva, baixa estima, violência, escassez de trabalho intelectualmente digno), os museus e seus semilares percorrem o caminho estreito entre o cinismo e a ingenuidade para passar por cima da crítica pós-moderna acadêmica, do conservadorismo dos nichos locais e da escassez de recursos para desenvolver ações empoderadores junto ao público-alvo. Tentarei ao máximo não reproduzir as perspectivas sociológicas que investigam instituições como a desta pesquisa a partir do elo com a "comunidade local". Sinceramente, não há provas concretas em nenhum caso institucional, de que o foco verídico de uma instituição/coletivo dito social, cultural, comunitário ou outro termo, consiga compromete-se realmente com uma causa ampla de um território local. Em outras situações, seja uma instituição "autenticamente" local que "representa" os moradores locais, os interesses locais, o patrimônio comunitário integral etc.

Quando estamos lidando principalmente com grandes cidades e regiões, o máximo que uma instituição produz é relações e acontecimentos envolvendo uma parcela pequena ou até mesmo significativa dos moradores locais. A fragmentação identitária, o cotidiano voltado para o trabalho e os distintos interesses da população, impede que qualquer meio de coesão, ação e representação sejam plenamente alcançadas através de uma instituição particular. Quando isso ocorre, é apenas no discurso como estratégia de empoderamento institucional, legitimação de ações ou mero requinte oratório.

O Sertão Metropolitano Carioca compreende, pela sua imensidão territorial, diferentes e distintas unidades museológicas territorializadas, inicialmente por bairro. Algumas tentam ampliar o raio de agenciamento, impelidas por situações locais e extralocais. Mas no geral, concentram suas ações tendo como foco a identidade de bairro e o protagonismo de moradores locais. Isso nos dá uma pista do modo como a funciona a política de espacialidade das instituições dos campos museológico e cultural para que, nas diferentes, distintas e sucessivas etapas da carreira institucional, a "ação territorial no território" ganhe fôlego, legitimidade, charme, prestígio, em suma: 1) prazer estético; 2) eficiência econômica; 3) fortalecimento dos vínculos comunitários e 4) conservação do patrimônio integral (material e intangível).

Esse é o esquema que nos levará naturalmente para a pauta (a ser tratada na última parte da pesquisa) da sustentabilidade e do desenvolvimento local sustentável, só que agora, livre do marasmo do ambientalismo e dos intelectuais ecohistéricos. A sustentabilidade será abordada numa perspectiva crítica, realista e palpável, que atende aos verdadeiros anseios de qualquer território, grupo comunitário e instituição que busca suprir as necessidades básicas de sobrevivência e de criação para viver e desfrutar da vida com os outros, o que inclui se relacionar com criatividade e zelo com o patrimônio natural e urbano.

De certo modo, além da tentativa de reencantar o mundo por meio de atitudes realistas de reapropriação da memória social, da identidade territorial e dos patrimônios, instituições culturais como as unidades museológicas da Zona Oeste carioca seguem a tendência contemporânea da autopromoção e da autorreflexão contínua para sobreviver à competividade que, das empresas às denominações de uma mesma religião, alojou-se em todos os recônditos da vida. Da guerra competitiva dos lugares (SANTOS, 1996) às competições microterritoriais, estão dadas as condições para entender o enlace entre competição e sustentabilidade que permitiu o surgimento de um campo tão rico e incomensurável o aqui chamado arquipélago museológico popular do velho e moderno Oeste carioca.

Contemporaneamente, a região/regionalização, adjetivados pelo termo *cultural*, permite revelar processos geográficos de caráter acoplado, simultâneo e contingente. Visto tanto nas perspectivas inter e intraurbana, a região cultural pode levantar novas questões sobre a efervescência identitário-cultural “pós-moderna” que tanto é alvo de celebração quanto de desconfiança, e pano de fundo para divergências teóricas nas ciências sociais e humanas. Nosso intento é mostrar que a região e suas variantes (regionalização, regionalismo) não podem mais se restringir aos modelos tradicionalmente trabalhados pelos técnicos de planejamento, pois esses são modelos viciados na fixação territorial médio-escalar, que, às vezes, nem mesmo admite interposições. As mesorregiões encontram-se na bifurcação das constantes mudanças das últimas cinco décadas (1970-2010), onde a categoria *rede* impõe-se como um paradigma nas relações sociais e de poder em sociedades urbano-industriais.

Considerar a “região-lugar” de Nigel Thrift ou as “regionalizações cotidianas” de Benno Werlen é um bom início para o processo de “humanização” e “desgeometrização” da geografia. Uma postura para lidar com as novas regionalidades contemporâneas. Mesmo que essa vertente se volte para contextos mais restritos, intra, “microzonais”, não há porque achar que a investigação será limitada e limitante porque o material empírico é mais “compacto”. Esse temor faz parte do tradicional fetiche da *res extensa*, que supõe que quanto maior for o material empírico, maior será a magnitude e relevância do objeto estudado. Essa visão continua encapsulando a região nos pressupostos clássicos, o que impede de se ver a complexidade das redes regionais, dos clusters territoriais e das bacias urbanas que engendra novas ordens e dinamismos na metrópole e nas cidades médias.

A obsolescência do pensamento único dos planejadores e das fronteiras oficiais do Estado é revelador das novas bases sociais da vida moderna, mais fluidas, híbridas e cambiantes, ao qual, sem ignorar as dimensões supra-local e mesorregional, autoriza qualquer grupo social como potencial agenciador de regionalizações cotidianas. Se quisermos uma visão mais de região mais humanística, é para os sujeitos que devemos olhar. E se o foco passa a ser os sujeitos e seus agenciamentos, não são mais os zoneamentos e delimitações em si que interessam, mas, como argumenta Massey (2008) para o conceito de lugar, são as *relações*, *implicações* e *especificidades* que determinam o fenômeno geográfico, e, no caso específico dos fenômenos regionais, pode-se também incluir os sentidos e significados como componentes cruciais na construção e legitimação da representatividade regional e das práticas materiais.

Para prosseguir, a agenda de uma nova Geografia Regional deverá partir para a operacionalização de novas metodologias que abarquem as multiplicidades, intensidades e simultaneidades do contexto geográfico. Metodologias que, quando for preciso, sabem conciliar o aspecto quantitativo e analítico da pesquisa com a observação engajada e a cumplicidade do pesquisador para com os sujeitos pesquisados (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 2004). A nova Geografia Regional deve partir da cidade não como um mosaico bem delineável, como quisera a Escola de Chicago, mas do seu reconhecimento como um sistema *urbano* compósito, onde o

concreto (seja o cimento ou a dimensão sensível do real), o virtual e a linguagem inter-trans-disciplinar se entrelaçam e se completam numa trama de múltiplos territórios que, ao mesmo tempo, são territórios múltiplos (HAESBAERT, 2007).

E como todos os conceitos que flutuam com as relações sociais, o trio região-regionalização-regionalismo está também no turbilhão da pós-modernidade (já tratado no capítulo anterior), que tanto força as pessoas a lutarem pelo seu torrão natal, por um recanto de segurança ontológica ou mesmo de sobrevivência cultural. Um modo de luta e de criação para a identidade espacial não ser anulada, ou, no máximo, ser reinterpretada, hibridizada, renegociada nos espaços de poder impactantes. Ao contrário do que se pensara no último *fin-de-siècle*, as identidades geográficas não podem ser derrubadas por nenhuma ditadura do movimento e da tecnologia, e o seu fortalecimento provém das conexões e relações estabelecidas com outros lugares e identidades, e não do seu confinamento ou intransigência com as alteridades de um mundo que a cada dia dá mais valor ao espaço e à política das espacialidades que configuram a vida societária.

Certo de que esse assunto foi essencial para prosseguir para o próximo tópico, onde adentramos no universo de instituições, agentes e situações onde os jogos de poder e afirmação são para a conformação simbólica dos seus territórios de atuação. O arquipélago museológico social do Sertão Metropolitano Carioca é um simulacro que tem, como única finalidade, mostrar a potencialidade dos espaços na aurora das mudanças bruscas que intentam levar as zonas Oeste e Norte para um quadro de racionalização e homogeneização que descaracteriza os lugares, sufoca as expressões culturais e coloca em xeque os saberes-fazeres locais.

Para rematar de forma prática o quadro complexo de questões que cerca o fenômeno regional nas lógicas e processos políticos/culturais/econômicos contemporâneos, temos que associá-la à teoria do desencaixe/reencaixe espaço-temporal proposta de forma correta por Anthony Giddens (1991). A despeito das críticas sobre o tom racionalista e eurocêntrico da sua obra, Giddens segue um raciocínio que busca a compreensão das mudanças que incorrem nas sociedades pós-tradicionais (termo dele, e aqui sim podemos realizar uma crítica do viés evolucionista contido neste conceito), por onde adentraram novas formas de regulação social, novos modos de produção e novas indicações de interação

social/societária que não mais dizem respeito às antigas matrizes reguladoras da ordem social (cosmologias religiosas, regras patriarcais, etiqueta burguesa, troca ritualizada de bens e serviços). Podemos ligar à episteme giddensiana a contribuição recente de Hassan Zaoual (2005), que analisa o cenário econômico contemporâneo como sendo um cenário pós-globalizado, na qual as trocas emergem das determinações dos *sítios simbólicos de pertencimento* das quais pertencem os múltiplos agentes. Essa perspectiva dá um salto teórico-semântico em relação à concepção hegemônica que convencionamos chamar de "globalização".

O conceito "globalização" ganhou notoriedade porque se trata de uma realidade abstrata que retroalimenta as teorias conspiratórias e eurocêntricas que, durante anos, tentaram incutir em todas as nações e sociedades que o mundo se tornou pós-histórico, dado que o ciclo da evolução social teria chegado ao seu fim, com a consagração do capitalismo como sistema eterno. No conjunto da obra, o conceito de globalização se tornou uma fábula (SANTOS, 2005), um sistema mítico que, desde o final do século passado, tenta explicar e, subsequentemente, sacralizar o capitalismo dominante no seu processo de sufocamento dos sistemas sociais alternativos e de instauração da ordem pós-moderna que emprega a diferença (cultural, geográfica, econômica) como reserva de valor, moeda de troca e ampliação da rentabilidade. Condições que satisfazem a ordem pós-moderna que, em sua essência, se alimenta de novos ativos culturais, da exploração dos recursos naturais em cima de projetos culturalmente mais persuasivos, e das demais situações que fazem a rentabilidade acrescer.

Para quebrar a fábula eurocêntrica da globalização, o retorno à região é um indício de retorno à realidade contraditória e combinada do território, pois não há grupo humano isolado, congelado no tempo, mas apenas graus diferenciados de conexão que tangenciam a mudança cultural, a diferenciação dos lugares e a produção de representações e imaginários geográficos (GREGORY, 1994). De acordo com a premissa da teoria pós-colonial, os espaços "sempre estiveram interligados hierarquicamente" (GUPTA E FERGUSON, 2000, p. 33). Precisamos pensar suas conexões.

Em outro estofo intelectual, Anthony Giddens propõe repensar a dialética do desencaixe/reencaixe espaço-temporal na ordem pós-moderna como o

engedramento de novas estruturas de sentimento, sistemas peritos e segmentações sociais que incorrem numa nova ordem de poder ainda conduzido pela hegemonia do capitalismo moderno-colonial euro-americano. Giddens conceituou o desencaixe e reencaixe do espaço-tempo como:

> [O] "deslocamento" das relações sociais dos contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço. Os sociólogos tem discutido com frequência a transição do mundo tradicional ao mundo moderno em termos de conceitos de "diferenciação" ou "especialização funcional". A mudança dos sistemas de pequena escala para civilizações agrárias e, então, para sociedades modernas, de acordo com esta concepção, pode ser vista como um processo de progressiva diferenciação interna. (...) A imagem evocada pelo desencaixe é mais apta a capturar os alinhamentos em mudança de tempo e espaço que são de importância fundamental para a mudança social em geral e para a natureza da modernidade em particular (GIDDENS, 1991, p. 29-30).

Agora vinculados aos sistemas abstratos, às fichas simbólicas e a outros componentes territoriais fluidos, os agentes humanos estão lidando uns com os outros e com as institucionalidades modernas dentro de uma nova consciência reflexiva, mais crítica e que só se mantém à base de *confiança*. Giddens (p. 1991, p. 91) sintetiza em seis as modalidades "confiativas" de encontros e rituais que marcam o cenário pós-moderno e que só se tornaram possíveis graças às novas tecnologias e agenciamentos "capitalizados":

- Relações de confiança: é o que permite o distanciamento espaço-temporal das relações e a possibilidade do reencontro estratégico e afetivo;
- Confiança em sistemas: são os *compromissos sem rosto* que mantém a fé da pessoa leiga no funcionamento correto dos sistemas abstratos e do conhecimento que os criaram;
- Confiança em pessoas: o tradicional *compromisso com rosto*, só que agora envolvido em relações de distância que aumentam a pressão por integridade, e por profissionalismo em situações de trabalho e de tomada de decisão;
- Reencaixe: o reencaixe, por si só, está entranhado na dialética do desencaixe/reencaixe na qual os compromissos sem rosto são instavelmente mantidos ou transformados em compromissos com rosto;
- Desatenção civil: trazido a tona por Ervin Goffmann (2006), a expressão se refere às situações e cenários pelas quais as pessoas encontram-se em estágio de

anonimato, de vulnerabilidade ontológica. Aqui, os sistemas de confiança, a etiqueta e o olhar "desatento" sobre os outros transeuntes e colegas são indispensáveis para manter a confiabilidade na ordem social. A desatenção civil evoca situações de grande escala da modernidade, onde as pessoas dispõem de pouco tempo para a interação afetiva e efetiva com tantas pessoas que por ela passam no dia-a-dia;
- Pontos de acesso: é o acesso das pessoas e coletividades com os representantes dos sistemas abstratos. Giddens coloca que são pontos de vulnerabilidade para os sistemas abstratos mas também de reforço da confiança nesses sistemas. Vou além: é o ponto de convergência dos interesses coletivos alheios com os mecanismos privados responsáveis pelo cumprimento das ordens hegemônicas e pelo funcionamento correto do sistema, sem o qual, aquela esfera de atuação público-privado é colocada em xeque e o impacto socioambiental pode se tornar um problema até que outro corpo técnico ou sistema abstrato surja para restaurar a confiança do público leigo.

O reencaixe das relações e tensões sociais subleva a região e reconduz a discussão para a diferenciação espacial que leva à configuração das regionalidades, dos regionalismos e das ações de regionalização. Região entendida como artefato (fato + artifício), segundo Rogério Haesbaert (2010). A junção das duas dimensões, do fato e do artifício, traz a região de volta para a dimensão fenomenológica. O velho artifício do espaço vivido (FRÉMONT, 1980) se torna novamente um fato!

Região é a variante geográfica do fenômeno antropológico da diferença cultural. Aqui, a diferença cultural se transforma em diferença espacial. O saber antropológico convencionou tratar culturas e lugares como entidades arraigadas uma na outra, mas na perspectiva regional inovada, sujeitos coletivos estão em processo permanente de redefinição da sua região/regionalidade/regionalismo, sem limites pré-fixados ou linguagens que não possam ser traduzidas à luz do interculturalismo contemporâneo. Pessoas são regiões, regiões são pessoas, todavia isso não é uma equação matemática, mas figurações comunitárias de poder (ELIAS, 2005) que podem alcançar um patamar de equilíbrio sistêmico ou ser envolvida em crises sucessivas até a redefinição das bases endógenas.

A região como artefato social, é sequenciada pelas dinâmicas de territorialização dos processos econômicos, políticos e culturais sem os quais,

nenhuma região alcança maturação identitária e desenvolvimento em todos os domínios. O território é a chave para a viabilização do desenvolvimento *situ*ado. Este conceito é encarado pelas diversas correntes geográficas mediante o objeto em questão e a ênfase ou não nas relações de poder. Em Geografia, o esvaziamento teórico do conceito de território ocorreu pela sua simplificação à relação da sociedade com o espaço (abstrato? mera superfície regulatória?) mediada pelo poder (ou pela política). Território é bem mais que isso. Há uma concepção geral sua que entremeia as demais defendidas nos círculos geográficos, sendo que é só com a sua afirmação que se pode avançar no debate sobre as arenas regionais sem confundir ou sobrepor conceitos.

Região evoca tradição, expressividades culturais, contiguidade ambiental e um senso de pertencimento espacial aflorado, rivalizando apenas com o conceito de lugar, tal como elaborado por Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Doreen Massey e seus discípulos. A região é o fluído que lavra o ritmo da sociedade no seu meio ambiente, ao qual se costura a relação das histórias da natureza locais com a história das culturas locais. A tradição é o modo de transmissão cultural desse legado de território regional, e na modernidade a sua função é ampliada mesmo diante de cenários tão dúbios e homogeneizadores como os da competitividade territorial (a Guerra dos Lugares de Milton Santos), do desenvolvimentismo, da regionalização para fins burocrático-estatais etc.

O cenário de desolação e de quebra das solidariedades regionais verificado em muitos países do Ocidente moderno, ao qual está associado uma série de consequências dramáticas discutidas a fundo por Anthony Giddens (risco ambiental, confiança em sistemas peritos, involução do padrão civilizatório ocidental, ampliação do militarismo), levou este autor a refletir sobre a emergência de uma nova Ordem que, por ser pós-moderna, é também pós-tradicional. A sociedade pós-tradicional é definida como os sistemas sociais cuja reflexividade e outros parâmetros modernos se radicalizaram, não sobrando às tradições e suas comunidades "espaço" para manobras ou condições de disputa de hegemonia. Tirando os argumentos certeiros de Giddens sobre a alta reflexividade e o franco desconstrutivismo que modela a mentalidade e o *modus operandi* das sociedades modernas/pós-modernas, é preciso desobstruir certa parte desse pensamento que, por um lado, reduz tradição à

elementos pré-modernos, e por outro lado, liga modernidade à uma fluidez desembestada ao qual só restaria às pessoas e instituições a paranoia e a eterna sensação de desterritorialização.

Perspectivas não eurocêntricas como a teoria pós-colonial, o descolonialismo latino-americano e algumas literaturas africanas, conduzem a discussão da modernidade para outra plataforma político-cultural, vendo-a tão somente como a emergência do poderio europeu em bases colonizadoras, e a superação da natureza pela seu controle e uso racionais. O industrialismo pós-século XVII é um dos símbolos da emergência de uma sociedade "contra a natureza". Mas isso não tira da tradição sua importância para o estabelecimento do novo paradigma. Inclusive, podemos afirmar que a modernidade é uma rede de tradições interpostas. E é pela tradição que o industrialismo, o estadismo, a política-partidária, a monocultura agrícola, o carro, o planejamento racional da cidade, e tantos outros inventos, artefatos e réplicas de espaços típicos da modernidade, podem hoje ser vistos em todo o globo terrestre, sem exceção. Do sexismo ao saneamento básico, a transmissão do legado na modernidade é, sobretudo, uma questão de engajamento e fé, como qualquer outra tradição. Só que suas bases são mais confusas e difusas, dificultando o acesso imediato ao seu conteúdo.

A modernidade é uma das maiores tradições que a humanidade já construiu, sendo a transmissão do seu legado um dos maiores desafios e imperativos desta Ordem. A institucionalização da transmissão cultural através dos órgãos públicos (IPHAN, INEPAC, Fundação Palmares, FUNAI), das instituições de fomento e preservação (fundações, associações, coletivos informais) e dos organismos internacionais (UNESCO, ONU), são as provas concretas de que a tradição é um fator crucial para a integração e coesão das sociedades modernas e que bifurcam com o pós-modernismo.

A região não se isentou de sua existência na contemporaneidade, é um dos pilares da ordem pós-moderna e vemos o seu reflexo agudizado na turistificação do mundo, no novo exotismo das regiões desconhecidas ou redescobertas pelo olhar meticuloso do novo turista (URRY, 1990). São dinâmicas intercaladas de desencaixe/reencaixe espaço-temporal que podem ser visualizadas através de um esquema básico como esse:

Tabela 1: Mecanismos espaço-temporais pós-modernos

Mecanismos espaço-temporais pós-modernos	**Sintagmas**	**Exemplos**
Práticas de Desencaixe	1- Fichas simbólicas	Dinheiro, cartão de crédito, bilhete aéreo, senhas, diploma acadêmico
	2- Sistemas peritos	Empreendimentos imobiliários, pontes, sistema de transporte, sistema de segurança, hospital, megaevento, usina nuclear
	3- Lugar fantasmagórico	Espaços padronizados, paisagens degradadas e homogeneizadas, ambientes inóspitos, cidades abandonadas, presídios, campos de concentração
Práticas de Reencaixe	1- Jazidas simbólicas	Patrimônios territorial e intangível, sítio arqueológico, caverna, acervo histórico raro, heráldica, remanescentes de fauna-flora nativa
	2- Sistemas vernaculares	Paisagem bucólica, círculos de manifestação artística, gastronomia local

	3- Estâncias culturais	Espaços destacados no cenário em que atuam, são vitais no desenvolvimento cultural do território. Exemplos: museus convencionais e comunitários, centros culturais, espaços de convivência, estádios de futebol, centros de peregrinação religiosa

Fonte: Elaboração própria.

No exercício de comparação entre as duas dinâmicas e seus respectivos sintagmas - os núcleos de dependência que expressam o mecanismo espaço-temporal contemporâneo de desencaixe/reencaixe -, vemos como Giddens deu mais atenção aos núcleos de desencaixe, incluindo o lugar fantasmagórico que ele conceitua no mesmo livro (1991), deixando de lado as formas de reencaixe que, por sua beleza e contraditoriedade, exercem múltiplos papeis descritos de forma fragmentada por vários autores: reencantamento do mundo, fortalecimento da cena cultural, estruturação da atividade turística, formação de arranjos produtivos locais, valorização das ciências, incentivo à formação de profissionais que trabalham nesses setores.

Trago, para finalizar este capítulo, a fala hiperarticulada de Peter Sloterdijk, um dos poucos filósofos contemporâneos que sabe desmistificar a modernidade/pós-modernismo e compreender a sua monstruosidade como palco para uma nova geração de sociedades pós-literárias, pós-globais e pós-humanas. Com este autor, compreendemos que território e região são simulacros interligados, pois é de sua autoria a afirmação de que nossos espaços existenciais, ou seja, o território(!), são *ilhas antropógenas*. Ilhas antropógenas são definidas como os habitats humanos cujos limites são porosos e as relações são erigidas pelo *habitus*, e não por regras transcendentais ou obras do acaso divino.

Além de outros nomes que o filósofo dá para esses territórios (estações orbitais, espumas, esferas), as ilhas antropógenas, por serem ilhas, evocam as fronteiras que, também por serem fronteiras, possuem limites simbólicos abertos ao intercâmbio, à contração-dilatação, às regras deliberadas internamente pelos (sub)sistemas (conforme a teoria dos sistemas de Niklas Luhmann), e aos diversos tipos de interferência externa. Peter Sloterdijk dá um salto sobre o humanismo de Heidegger (*dasein*) e sobre a inércia secularizante (tédio generalizado) dos tempos atuais, para explorar novos entendimentos da condição humana de estar-jogado-no-mundo. Por isso:

> Afirmo, pois, que a primeira atividade comum entre os seres humanos não é a casa nem a sexualidade, não é o cuidado das crianças e nem sequer da agricultura, a criação de animais ou a indústria, mas a criação de um espaço de ressonância entre os que têm vida em comum (SLOTERDIJK, 2003, p. 166).

A região, por ser inerentemente cultural, agrega valor simbólico à sua existência, se desnudando como estação orbital, recinto familiar, atmosfera vernacular multilocal, para o empoderamento dos coletivos regionais e a significação dessa produção atmosférica. A região como âncora geolocalizável de construção da realidade e do tecido social. Compreender a dimensão ontológica da região, é saber diferenciar seu mundo empírico de relações concretas dos saberes que tentam delimitá-la, impor fronteiras artificiais.

O campo da luta biocultural dos sujeitos regionais se dá na esfera dos vestígios materiais e dos agenciamentos concretos cotidianos, ao passo que a postura de ratificar a região como artifício (artefato) socialmente delimitável por vias comunitárias ou estritamente técnicas, cria o contraponto que transforma as regiões e sub-regiões de todo o mundo moderno-capitalista-neocolonial, em arenas políticas pseudo-estáveis, campos de batalha por afirmatividade e incremento da competitividade (econômica, tecnológica, cultural) para se adaptar à guerra dos lugares.

Como vestígio/agência (fato) ou como artifício (artefato), o sistema regional se transforma num instrumento legal e num discurso ideológico/conciliador, podendo ser definido a partir do esquema dialético abaixo que, todavia, não resulta em

dicotomia ou qualquer forma de inferiorização de uma dimensão sobre a outra. Hoje, a região aglutina ambas as dimensões, o que a torna mais rica e, por outro lado, mais contraditória e disputada, só se tornando possível a sua compreensão se trouxermos à luz a lógica clássica (D^2) que, segundo Luiz Sampaio (1998), foi a lógica responsável pela racionalização e geometrização do mundo contemporâneo[56]. Vide o quadro abaixo:

Tabela 2: A dimensão ontológica da região

Região	Vestígio/Agência	Artifício (artefato)
Dimensão	Empírico, endereços, frequências	Instrumento linguístico-cartorial
Narrativa do passado	Memória	História
Aspecto material	Vestígio	Registro
Geograficidade	Espaço vivido	Espaço cartográfico, texto, inscrições em muros e fachadas
Fenomenologia	Pedaços trocáveis (caleidoscópio)	Pedaços colados (mosaico)
Forma de deslocamento	Itinerários simbólicos	Mapas oficiais
Relação com os bens culturais e naturais	Sítio histórico	Patrimônios (tombados ou não)
Qualificativo dos bens	Jazidas múltiplas	Homogeneidade
Forma de transmissão	Tradição	Arquivo
Organização regional	Organização comunitária, entre instituições e espaços produtivos	Organização estatal, burocrática, entre espaços produtivos e ordens verticais
Quadrante social	Horizontalidade	Verticalidade

Fonte: Elaboração própria.

[56] O Estado moderno é o exemplo mais acabado da geometrização dentro dos continentes da Terra, dividindo o mundo em territórios nacionais com seus sistemas internos peculiares, "independentes" e intocáveis por outros Estados.

A conciliação da região com a dimensão geográfica da cultura e a perspectiva antropotécnica da produção dos ambientes e ambientações humanas, são indícios da realização plena do *constructo* regional a partir da sua identidade, alteridade, formalidade geométrica e inter-relação dialética (SAMPAIO, 1998). O qualificativo da região a partir das suas jazidas múltiplas (saberes locais, sítios arqueológicos, eventos tradicionais, paisagens atrativas) e da homogeneidade que se inventa para excluir ou agregar as diferentes características e processos regionais dentro de uma coesão forçada, é o que faz a região sair da visão estanque para adentrar na esfera do movimento, da dialogicidade e negociação entre os agentes situados.

Região é o território vividamente habitado por humanos, instituições, agentes naturais e toda a superfície de regulação (RIO, 2009), configurando ambientes climatizados. Para Peter Sloterdijk:

> Uma vez que compreendemos melhor o caráter construído e insular das zonas habitáveis pelo homem, entendemos de forma mais inteligente os recursos escassos como a simpatia, a iniciativa e a atmosfera. No mundo moderno os homens podem degenerar de uma maneira monstruosa, podem contrair um catarro ontológico incurável ou experimentar a solidão e o desamparo, a depressão e o retiro do sentido, situações para as quais não existem remédios disponíveis. Sendo conscientes dessa situação, podemos interpretar esta capa de oxigênio que chamamos cultura e onde nós existimos, por um lado, de um modo mais cuidadoso e, por outro lado, mais técnico do que fazemos em geral. (...) Quem não quer pensar a margem da ilusão do mundo da vida, quem não deseja colocar perguntas técnicas, quem não tem interesse em participar da análise do tipo 'como é possível um espaço que responda às motivações', este é, em meu entender, um mero passageiro, um simples consumidor das produções culturais, não um teórico da cultura. (SLOTERDIJK, 2001, p. 214-15).

Responder às questões regionais é responder sobre os simulacros que conformam o mundo da vida e os modos pelos quais construímos ações de agenciamento e representações espaço-temporais que permitem a articulação em vários domínios sociais (família, religião, trabalho secular, esporte, representação política) palpáveis, isto é, situados em nossa possibilidade horizontal/vertical. A rearticulação prático-sensível, a fusão passado-presente do espaço regional é viabilizada pelos espaços de memória, não apenas aqueles espaços descritos em tom burlesco por Pierre Nora (1993), mas os espaços que, quando acionados, *re*velam fragmentos da experiência humano-natural, exercício de poder de construir arquivos pela linguagem, a tal casa do ser que Heidegger tanto defendeu em sua

filosofia ontoantropológica. Processos colocados em relevo na mesma cadência em que uma miríade de fatos e imagens são arrastados para o poço do esquecimento.

5 A GEOGRAFIA CULTURAL COMO CAMPO DE RESSONÂNCIA E DE ENTENDIMENTO DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO E DE PRODUÇÃO DE PAISAGEM NA CONTEMPORANEIDADE

Principio esse tópico com uma breve digressão sobre o que entendo por Geografia Cultural, subárea holística, plural e difusa, mas que ainda encontra resistências em alguns microterritórios da sociedade científica geográfica por não saberem, suficientemente, o quão pertinente é o adjetivo *cultural* para a compreensão dos processos espaciais nas quais o afeto, a lealdade, a memória, a religiosidade, a festividade, o lazer turístico – e porque não, política! – dão as cartas e define o modo de produção da paisagem e do lugar que gerarão, na outra ponta, o território, conceito que abordarei com mais detalhes nas próximas páginas.

A Geografia Cultural, sendo um fundo de conhecimentos específicos (FEATHERSTONE, 1995, 2000), instituiu uma tradição peculiar no ocidente, mormente nos EUA e no eixo Reino Unido-França. Independentemente do contexto situado, os pesquisadores em Geografia Cultural costumam planejar e agir a partir de três operações básicas. São elas:

1) Análise de arquivos – identificação e trato dos documentos históricos que elucidam múltiplas espacialidades, numa visão pós-humana;
2) Identificação, registro e investigação de ilhas antropógenas (SLOTERDIJK, 2001) – marcação das políticas de agrupamento que criam os *modus operandi* pós-sociais (MAIA, 2009, KNORR-CETINA, 2008), os *mix* de natureza-cultura; aqui estão inclusos os mapas de afeto, as paisagens de memória que agem nas ilhas/territórios de modo a criar a sensação de se estar em ambientes diferenciados, ao qual Scott Lash chama de atmosferas do real (LASH, 2009)[57], termo que acopla cultura e território num movimento lógico-quinquitário único (SAMPAIO, 1998).
3) Interagir nas *interfaces* do contexto estudado – boa parte dos estudos em Geografia Cultural termina por colocar, de forma direta ou indireta, os pesquisadores em interação com o seu “objeto”, o que coloca em questão a

[57] Ver a palestra de Scott Lash em: <http://www.youtube.com/watch?v=ezeMkQqUdo0> – Acesso em: 10 nov. 2012.

dimensão interacional da relação entre cientistas e o contexto/público estudado.

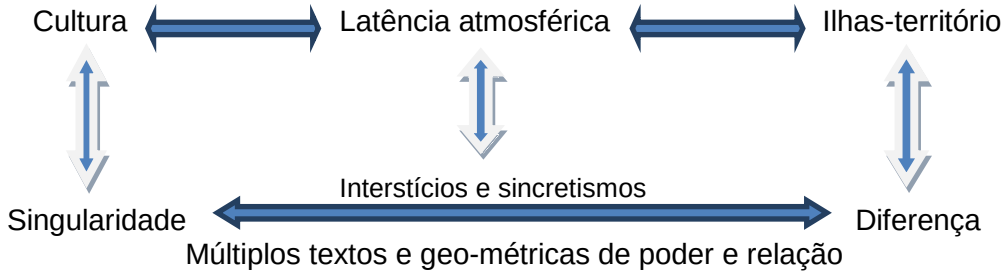
A partir da articulação com outros atores sociais, dentro de um contexto específico na qual a cultura forma a base das lutas e fruições sociais, a Geografia Cultural se configura como um corpo de entendimentos práticos a respeito da espacialização das práticas culturais e o modo como essas espacialidades de transformam em atmosferas, em cargas volumétricas de significados (LASH, 2009).

No entanto, as operações-base da Geografia Cultural não definem por si mesmo metodologias que orientem o agente-pesquisador no trabalho de campo e na inscrição textual. Por ser fruto da contingência, a pesquisa geográfica, sobretudo a qualitativa, deve reconhecer que

> (...) a transformação em texto, como a transformação em imagens, possibilita um certo tipo de racionalidade, de organização memorial, e de planejamento discursivo (...). Nesse sentido, o tipo de apoio, de "inscrição" utilizada na elaboração do saber não é neutro, mas torna possível uma certa visualização e objetivação dos fatos tratados (MONDADA & SÖDERSTRÖM, 2004, p. 151).

O que falta à Geografia Cultural e à Geografia Humana como um todo é alçar metodologias que deem conta das complexidades sem apelar para a hermenêutica (GUMBRECHT, 1998) ou outras matrizes epistemológicas que separam corpo e mente no processo de investigação dos fatos científicos, desmaterializando o sujeito pesquisador e o sujeito-objeto analisado. Averiguar um mundo cujo cronotopo é, essencialmente, *pós-moderno*: simulacros, sincretismos, fronteiras porosas, ideologias flutuantes, vitalismos excessivos etc., fazem do cronotopo pós-moderno a dedução lógica do pentágono filosófico de Luiz Sampaio (1998) que cria a base cultural que ancora as formações espaciais coetâneas, ocidentais e orientais, modernas e contra-modernas:

Esquema 1: Perfil lógico-quinquitário das formações espaciais, baseado em Luiz Sampaio (2001)



Fonte: autoria própria.

A literatura em Geografia Cultural, pelo menos a que nos foi passada pelas dominantes escolas francesa e anglo-saxônica, mostra a predileção dos geógrafos “culturais” pela materialidade dos meios, pela mediação do humano na superfície através da paisagem. Carl Sauer nos legou o método da morfologia da paisagem que, a exemplo da morfologia social de Durkheim (SANTOS, 2000), foi equivocada ou explorada de forma insuficiente pelos seus seguidores. Influências norte-americanas são vistas na concepção supra-orgânica de cultura (DUNCAN, 2005) derivada da antropologia evolucionista e que por décadas foi um empecilho para os avanços da ciência social como análise das coletividades sociais arranjadas em redes de trabalho e interação (LATOUR, 1980), e da antropologia como crítica cultural (MARCUS, 1994).

Sequências de renovações teóricas marcaram a Geografia Cultural nas três últimas décadas do século passado, cujo movimento foi batizado de *new cultural geography* (COSGROVE, 2000) e o livro *Maps of Meaning*, de Peter Jackson (1989), tornou-se o ápice da proposta revitalizadora. Análises de discurso refinadas, um paladar apurado para sentir o sabor dos deslocamentos dos sujeitos e suas simultâneas territorializações e uma visão de águia para compreender as nuances da paisagem artificialmente produzida para consolidar relações de poder e prestígio, são alguns sintomas de um campo renovado que pretende superar as deficiências do empirismo e do realismo etnográfico (DUNCAN, 2004). A hermenêutica insurge com toda a sua força interpretativa e vitalista para realizar o giro geográfico.

A hermenêutica desponta como arma metodológica de desvelamento, no sentido heideggeriano, do universo visto, sentido e experienciado pelo pesquisador.

Hermenêutica é a ciência de interpretação dos fatos sob o ponto de vista do pesquisador e seus *constructos* intelectuais. Para o interpretacionismo, o pesquisador determina a perspectiva a ser dada ao fenômeno e sobre ela construirá o documento científico. É o que Clifford Geertz (1989) nos ensinou ao propor a análise da cultura como um texto, ou seja, um documento a ser lido levando em conta as elipses, borrões e incongruências. E se não bastasse, essa leitura deveria ser realizada por sobre os ombros dos sujeitos daquela cultura, tentando extrair do esforço algum significado ou parâmetro que revele a lógica do sistema cultural.

Chegamos a um ponto que interessa à Geografia Cultural: a ideia da paisagem como texto e do método hermenêutico como extração honesta dos significados de um sistema cultural específico. Algumas críticas a esse *approach* já foram feitas, inclusive pelas abordagens pós-*New Cultural Geography* que, a rigor, são tributárias do pensamento hermenêutico de Clifford Geertz. Resta saber se esta abordagem ainda é pertinente num mundo que segue no sentido contrário, a saber: o global é produzido nas articulações locais, e estes, por sua vez, são parametrizados pelas difusas referências e intercâmbios *pós-globais*, donde *localismos globalizados* (THRIFT, 1996) são erguidos com peculiares corpos e formas, conteúdos e expressões (GUMBRECHT, 1998).

Para começar, podemos dizer que a metáfora da cultura-texto, popularizada por Geertz, inevitavelmente transformou-se num engodo. Sua insistência na leitura do significado minimiza as chances de compreensão da imersão do pesquisador no campo, das negociações para a continuidade da pesquisa e das chances de produzir algum efeito material e ideológico nas pessoas. Ou seja, perde-se de vista toda a trajetória de relacionamentos construída pelo pesquisador que possibilitou a troca de saberes, os inquéritos, as dúvidas, os saudosismos, os conflitos e, talvez, o interesse em colaborar na rede. Enfim, uma estrutura de sentimentos que é desperdiçada em nome da objetividade interpretativa, algo que soa tão paradoxal quanto o positivismo ingênuo.

A dimensão interacional no campo é negada como se o pesquisador ali não pudesse estar, ouse está, é para ser ágil e discreto: coletar as informações, conversar com uns informantes, ver alguma manifestação diferente para apimentar a escrita polifônica e deixar claro desde o início que a sua estadia é temporária. Loïc

Wacquant e Pierre Bourdieu protagonizaram uma conversa que sinaliza o cuidado que o pesquisador deve ter, desde o início da pesquisa, para que não sobrevenha o mesmo desejo que abateu Wacquant (2002): trocar a universidade, os livros e os seminários científicos pelo *gym*, as luvas de boxe e o prazer de descontar a adrenalina no outro lutador.

A ideia é não se enclausurar numa objetividade bourdieuriana e tampouco aderir ao ativismo pós-modernista que produz efeitos tão maléficos quanto o primeiro. Resistente ao gerencialismo da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (SILVA, 2010) e mais afeita à perspectiva de Donna Haraway dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), a Geografia Cultural tem a ganhar em termos de intervenção material e relevância na teoria social *praticando* uma perspectiva formativa, que ressalte a pró-atividade do pesquisador no campo. Em Geografia Cultural e nas humanidades como um todo, tal visão formativa delibera, já na proposta do projeto, um plano de ações onde o pesquisador assume o papel de aprendiz, de colaborador teórico e de articulador de relações. Ao final, as dúvidas, avanços, mediações e perspectivas que vem a tona no encontro do pesquisador com o contexto abarcado, deverão ser tratadas com o mesmo rigor metódico de um experimento realizado num sofisticado laboratório de biotecnologia.

Multilinear e pragmática, reflexiva e relacional, *inter*esseira e estetizada: a ação-pesquisa é uma iniciativa que requer um diálogo permanente com os desenvolvimentos teóricos críticos e a necessidade contínua de aprimoramento científico e pessoal do pesquisador. Este é o meio e significado último de uma tradição recém elaborada que almeja a transformação da prática científica no campo das humanidades, tornando-a menos dissimulada e mais... Humana.

Em Geografia Cultural, para chegar a uma visão integrada e agencial da formação cultural do espaço e dos atores sociais, o pesquisador deverá se deparar, no campo e no gabinete, com as seguintes perguntas:

- O que me levou a escolher (ou determinar) aquele recorte espacial?
- Contextualização da minha fala: de onde eu falo? O que me motivou a falar sobre o assunto? Há um interesse extra-acadêmico ou pós-pesquisa com os agentes locais e a área estudada?

- Qual(is) o(s) lugar(es) que os interlocutores e eu percorremos ao longo da pesquisa? E o que fizemos nestes lugares?
- Há um planejamento prévio de ação dos agentes? Qual o nível de governança e de produção da ordem que este planejamento almeja conseguir e/ou sustentar?
- Qual a dinâmica relacional, contextual e ambiental que perfaz a ordem comunitária e/ou societária?
- Quais os reflexos e implicações destes lugares para a formação pessoal dos agentes locais, incluindo eu?

São questões que colocam em pauta a ecologia regional do espaço (CARDOSO, 2011), independentemente do teor e dos contornos do fenômeno geográfico em tela: um compartimento territorial, um discurso paisagístico, um sentido de lugar, um projeto regional etc. Retomando o *feeling* intelectual de Carl Sauer (2000) e a sua perspectiva atmosférica de cultura, urge à Geografia Cultural contemporânea retomar a experiência estética como questão central do encontro de trajetórias sociais e da configuração dos lugares.

A Geografia Cultural não pode se isentar das questões políticas e existenciais presentes no discurso social, dado que a sua ênfase no “cultural” a impede de ser uma simples matriz de informações geográficas ou de localização georreferenciada dos fenômenos. Não que a informação geográfica seja descartável, porém, se a lógica do fenômeno espacial envolve a análise da informação estruturada, então devemos seguir a atrativa sugestão de Carlos Hissa (2002) é alocar a Geografia como arte de rearranjar informações no quadro das complexas trajetórias humano-naturais (MASSEY, 2008).

A arte e o engenho geográfico da compreensão das implicações lógicas e relacionais dos lugares-mundo (SÄHR, 2007) na confecção da concretude, dinamicidade e significado da vida (ética), da sociedade (moral) e dos sentidos (estética), é o veio para a dilatação das estratégias espaciais que, no plano das práticas culturais-econômicas, amplia as soluções de adaptação, resistência e/ou transformação das características do lugar e dos arranjos de poder territorial, criando paisagens políticas que desafiam as hierarquias convencionais e estimula o desenvolvimento local endógeno.

A Geografia Cultural contemporânea é tributária do pós-modernismo, movimento cultural que clama pela retradicionalização da vida, celebra novas formas de reencantamento do mundo e combate quaisquer formas de catequese ou empecilhos contra a ordem vital das coisas. O pós-modernismo é, em sua essência, vitalista, sendo um perigo a sua disseminação ambulante em todas as esferas da vida, pois o seu alvo é tão somente gerar motim, desconstruções e outros meios de exaltação do errático, do transumano.

O pós-modernismo, fruto dos movimentos de resistência e de autonomia artística, estética e política no eixo euro-americano moderno-colonial (GROSFOGUEL, 2008), constituem-se numa reação eurocêntrica ao racionalismo e à modernidade como um todo. Por ser eurocêntrico, o pós-modernismo mantém sua crítica firmada nos pressupostos metafísicos que norteiam as sociedades ocidentais desde o florescimento da modernidade. O romantismo, e por extensão o exotismo, é uma das suas marcas ocultas (FEATHERSTONE, 1999). O pós-modernismo foi e ainda mantém-se firme em expressar, de forma extenuante, a fragilidade dos sistemas sociais modernos que, na feliz expressão do antropólogo George Marcus, produziu indivíduos e grupos com “espírito sem lar” (MARCUS, 1991).

O pós-modernismo move-se contra o desencantamento e a destradicionalização do mundo, manipulando elementos estéticos, artísticos, arquitetônicos e intelectuais para florescer novos mapas de afeto e sensibilidades coletivas. Destarte, o pós-modernismo dá sinais de esgotamento desde o final do século XX, como se vê em algumas críticas recentes ao movimento: para Mario Perniola (2004), o movimento adquiriu conotações espiritualistas; já para David Harvey (2004), é implacável a sua tendência para a *comodification*; Terry Eagleton (2004) afirma que o pós-modernismo é o movimento tardio e recalcado do protestantismo euro-americano, sendo o pós-colonialismo sua nova frente de expansão para as culturas do além-mar; Mike Featherstone (1999) apura o seu olhar neorromântico sobre o Outro; para Marcus (1994), ele exacerba o “politicamente correto”, mostrando-se incapaz de tratar de questões pragmáticas e de ordem referencial (ritual).

Apesar de sua inconsistência, o pós-modernismo contribuiu para o questionamento das bases metafísicas e homogeneizantes da modernidade, e

lançou luzes sobre as minorias, culturas e cosmovisões eliminadas ou esquecidas ao longo do processo civilizatório global. O pós-modernismo deu sua contribuição, e o que dele restou foi o espírito pós-moderno, que flerta com a tradição e a inovação, gerando dissidências; e o não-moderno, esse sim a superação do triunfalismo moderno em direção a uma revolução cultural que justapõe diferentes lógicas, facilitando emergências. O que une os dois é a predileção que possuem por simulacros e a vertigem pela *heritage*, abrindo caminhos para a produção e valorização das paisagens residuais e emergentes (COSGROVE, 1998) em detrimento da reprodução ampliada das paisagens dominantes[58].

Em um livro pouco comentado, porém brilhante, o anti-academicista Luiz Sampaio faz um relatório inteligente da cultura moderna em sua intrépida aventura racionalista e civilizatória por todo o mundo. Se no período de ascensão do capitalismo, a modernidade assumiu a ferro e fogo o colonialismo, na era atual, transfigurou-se de globalização para emplacar processos paranoicos (MAGNO, 2012)[59] e racionalmente degradantes (BAUMAN, 1999) de aculturação, marginalização, *inclusão* – termo este adorado pelos "politicamente corretos", mas criticado ao extremo pelo filósofo Jacques Derrida por ser uma forma sutil de enquadrar e, com isso, eliminar a alteridade – ou repressão das culturas tradicionais, autóctones, esotéricas, contraculturais ou antiglobalização.

Sem mais delongas, para o comprometimento radical do agente-pesquisador com uma teoria social capaz de desvelar os pilares do *monstruoso* (SLOTERDIJK *apud* S/A, 2007), vale dizer, da avalanche contemporânea de fatos e discursos, *perceptos* e *afectos* jogados sobre os nossos ombros de modo repentino e confuso, tornando-nos mentalmente fatigados e dependentes das im-posturas da *massmedia*. Sampaio, por sua vez, declara que o problema, na verdade, reside no medo que todos têm de abrir mão da modernidade para alcançar uma revolução cultural. Os contraculturais e situacionistas dos anos 1960 bem que tentaram, mas não

[58] Uma analogia à lógica fratricida da reprodução ampliada do capital apontada por David Harvey (2004) que, para ser combatida, precisa de economias emergentes ou residuais que a ela façam oposição.

[59] Ideia desenvolvida com maestria por MD Magno em palestra no Polo de Pensamento Contemporâneo (Jardim Botânico, Rio de Janeiro, 2012), cujo título é bem ilustrativo: "Quem Sou Eu?".

resistiram ao superego (ZIZEK, 1999), ao pré-etiquetamento e ao caos comunicativo (PERNIOLA, 2004) da cultura comercial pós-modernista.

Sloterdijk chega à conclusão de que o monstruoso secular substituiu o "divino", o sagrado transcendental, restando ao mundo ocidental compreendê-lo e aprimorar as estratégias de autoimunização para fazer frente a esse sintoma que se instalou-se em todos os recônditos da vida. Da crise da instituição familiar ao neocolonialismo do saber travestido de empreendedorismo e outras conceitos da indústria criativa, vivemos num período histórico marcado pela desritualização/dessacralização do mundo (PIERUCCI, 2003), pela sobreposição do dinheiro em relação às estruturas de sentimento, e pelo "globocentrismo" açambarcado pelo mundo moderno-colonial capitalista, fatos que comprovam a corrosão contemporânea do caráter humano (SENETT, 2005) e o declínio da memória coletiva frente à ascensão do pensar/fazer arquivístico e dos lugares de memória (NORA, 1993).

Tendo em vista esse cenário, Luiz Sampaio, em um discurso de engajamento (razão) e fé (emoção), conclama que abandonemos em definitivo

> (...) os "ideais" neoliberais, sociais-democratas e neofascistas, das esquerdas exangues, tanto reformistas quanto revolucionárias, pois todos são, de algum modo, a mesma coisa: nada mais propõem senão a modernidade com justiça social, a acumulação de capital recalculada, o mercado desembestado, mas sujeito a regras ou até planejado, a ciência com ética e outras variantes do círculo quadrado e da mula sem cabeça (SAMPAIO, 2001, p. 150).

Pensar na pós-secularização da sociedade e na promoção de novas sacralidades e ritualidades, sejam elas o reengajamento estético do catolicismo através de seu novo papa[60], ou o movimento Zapatista de Chiapas[61], é um assunto que *co*-move cientistas sociais e os segmentos populares não-hegemônicos e cosmopolitas. Museus, centros culturais, cooperativas, organizações de base comunitária, eventos de protagonização juvenil, atividades formativas nas periferias, manifestações político-partidárias com nova roupagem. São *lugares de memória*

[60] O cardeal Jorge Mario Bergoglio, consagrado como Papa Francisco I, é o substituto do cansado Joseph Ratzinger (Bento XVI).

[61] Movimento indigenista situado no interior do México que reivindica a autonomia territorial da região de Chiapas, um dos redutos das tradições culturais pré-colombianas.

(NORA, 1993) no sentido de que são os indícios espaciais da necessidade contemporânea de uma nova ordem estética, difusa e pautada no *design*, geradora de novos coletivos, e estes coletivos, atuarão de forma solidária, criativa e reflexiva na preservação, conservação e educação patrimonial. Assim como a literatura funciona como produção textual de ficções (WOOD, 2011), os museus são signos que dilatam e concretizam atmosferas do real (LASH, 2010) indispensáveis na religação do humano com o seu meio ambiente. Os museus – ou unidades museológicas, para podermos aglutinar outros agenciamentos que buscam interface com a memória, a arqueologia, a história e a historiografia –, paulatinamente vem sendo conclamados à alterarem a proposta novecentista convencional. Isto é: de meros depósitos de acervo descontextualizado da vida ordinária, agora precisam se legitimar socialmente através do trabalho da/com a memória social, de modo a reconstituir a vida social em bases mais culturais e politicamente conscientes. Em tempos pós-modernos de inconformismo crônico e exacerbação da diferença cultural, museus e espaços para-museológicos tornam-se relevantes, conquistam públicos e a comunidade local, e a aceitação dos campos de autenticação social (museológico, patrimonial, cultural, escolar, empresarial) na medida em que conseguem revelar, de forma honesta, científica e (a)política, modos de existência singulares, ritos e rituais humanamente densos e com apelo estético-visual. O campo museológico se redimensiona aos poucos como mais uma, dentre outras formas culturais, que são um contraponto à vida uniformizante das sociedades urbano-industriais massivas, ofertando simulacros para oxigenar realidades e agenciamentos múltiplos.

O que está em jogo, seja no campo museológico ou em outras formas culturais, é a socialização do poder (GROSFOGUEL, 2008) e a produção de memória e identidade em novas bases estéticas (CANDAU, 2011). As duas, em conjunto e indissociáveis, são as fontes de ação proto, meta e transmemoriais e identitárias atuais que agem sob a rubrica da *diferença*. No contexto aqui em estudo, composto por instituições e agentes museológicos e culturais cuja militância reside na adoção de meios e ferramentas para o desenvolvimento territorial pela cultura, a despeito de suas propostas conscientizadoras e emancipatórias, seguem a mesma cartilha das ações museológicas dos museus e outros equipamentos culturais

convencionais. A rigor, continuam a adotar a Cultura com *C* maiúsculo (EAGLETON, 2003), conforme veremos nos próximos capítulos. Mas, ao contrário das abordagens críticas marxistas, não é o papel deste estudo apontar erros e expor feridas, mas entender em que medida a perspectiva supra-orgânica da cultura (DUNCAN, 2000) é o modo mais rápido, barato, seguro e acessível de construir processos museológicos/museográficos populares; e de dar inteligibilidade à realidade do território e da cultura material musealizada. Não à toa, o ecomuseu vem sendo a ferramenta conceitual e prática mais requisitada em todo o globo terrestre, sendo o seu principal mentor europeu, Hugues de Varine, aclamado de forma unânime pelos ecomuseus como o “Pai” do movimento. E foi a partir de Hugues de Varine que os ecomuseus consolidaram a Mesa de Santiago no Chile (1972)[62] como o ponto de origem mí(s)tico da corrente ecomuseológica mundial.

São conceitos e temas que estão na pauta de valorização dos bens culturais e naturais, porém, diante de situações tão desastrosas como as que já foram perpetradas por eles, seja no entre-Guerras ou nas políticas recentes de patrimonialização (tombamento e ufanização), a Geografia Cultural demonstra no seu avançar teórico-metodológico, que essas formações discursivas não passam de instrumentos que “objetalizam”, "museificam" as culturas, criando três efeitos negativos: 1) a reificação do patrimônio e, por tabela, do contexto na qual ele está inserido; 2) a manutenção da dicotomia sociedade x natureza, humano x meio; 3) engessa o movimento social e emperra qualquer forma de apropriação do patrimônio pela comunidade hodierna para o desenvolvimento local.

[62] Evento a ser falado de forma concisa no próximo capítulo relativo aos ecomuseus no contexto em estudo.

6 **VEREDAS DA MUSEOLOGIA SOCIAL E UMA ABORDAGEM CONCISA SOBRE OS ECOMUSEUS DA ZONA OESTE**

Frequentemente, acredita-se que o mundo se tornou globalizado, invadido pela instantaneidade e midiatização das relações humanas, afetando as relações do humano com a natureza a um nível preocupante. A crise ecológica tornou-se uma das preocupações fundamentais dos organismos supranacionais e dos países conscientes. A globalização foi destacada no fim de século como um amálgama de positividades. Todavia, nos últimos anos, a globalização começou a ser questionada como fábula, mito ou processo desigual. Sobre o processo desigual, ele caminha a partir de dois polarizações: 1) a dos grandes empreendimentos econômico-financeiros e do lastro de urbanização que promove, ao menos no domínio ocidental, sociedades com perfil pós-industrial e pós-moderno; e 2) das reações contra a ingerência de outros no território, tudo em nome da preservação do lugar, da identidade cultural do povo ou grupo que se sente alijado.

Em todos os casos de localismo, há uma clara política de negação do caráter relacional e dinâmico do lugar e da vida social que a serve. A negação da dinamicidade e relacionalidade com outros lugares é a versão geográfica da negação antropológica da coetaneidade ao qual alude Johannes Fabian (2013). Sem aqueles três aspectos da produção do espaço advogados pela geógrafa Doreen Massey (2008) (relações, especificidade e implicações), o espaço torna-se um simples recorte abstrato, ideológico e mecanicista utilizado para fins que não o da satisfação das necessidades sociais, pois estas se encontram num plano de perícias, pensamentos e fazeres que foge dos esquemas abstratos da Ciência.

Existe a necessidade, mais que urgente e já lançada pelos estudos pós-coloniais e pela atualíssima corrente descolonial latino-americana (se bem que alguns dos seus principais mentores estão hospedados em universidades norte-americanas...), de se superar o eurocentrismo e todo o saber científico arrogante que insiste em emoldurar o social dentro do científico. O que se precisa é o inverso: a ciência sendo emoldurada pelos grupos sociais a partir das suas expectativas, interesses e necessidades de empoderamento para o desenvolvimento comunitário.

O espaço geográfico e suas variantes (território, região, paisagem, lugar, ambiente) devem ser entendidos, documentados, avaliados e agenciados tendo em vista todas as facetas que fazem do humano um *ser geográfico* (SACK, 1997) por excelência: memória, imaginação, cultura, relacionalidade, intertextualidade, negociação, conflito, acordo... Consequentemente, a memória e a imaginação deveriam sempre ocupar um "lugar" de destaque em nossos sistemas conceituais e representacionais de espaço, porquanto é pela memória e imaginação que o agir tornar-se criativo, fluido e empoderador, sem cair no erro fatal da modernidade ocidental que, até meados do século passado – e em muitos casos, até os dias de hoje! –, reduziu culturas e mais culturas não ocidentais a bolas-de-bilhar (MASSEY, 2008), grupos espacialmente isolados[63] (GUPTA & FERGUSON, 2002). Amiúde, os museus convencionais ou mesmo os museus com perfil comunitarista, costumam adotar um comportamento institucional essencialista, recolhendo-se em suas atividades musealmente *con*sagradas e criando uma fronteira simbólica com o entorno. Essa fronteira é erigida por julgarem o entorno cotidiano como um território de mesmices, de fluxos rotineiros que não trazem nenhuma contribuição para a nova paisagem cultural local (*etnoscape*) que se deseja formatar pela/com a ação museal.

Há, nessa perspectiva de pensamento e trabalho comunitário dos museus, uma forte tendência de apelo ao "sentido primordial" do lugar, do patrimônio e das pessoas culturalmente imponentes, sendo que esse apelo é realizado tanto pela cultura material (artefatos arqueológicos, documentos históricos, livros, maquetes ilustrativas) quanto pelas atividades nas quais o museu busca se afirmar e criar ou manter o panorama na qual as pessoas se amparam para dizer o que *foi*/*é* o local.

A reflexão empírica neste tópico serve para iniciar o diálogo conceitual e agencial entre a Geografia e a Museologia Social. Colocar geógrafos, museólogos e demais pesquisadores em interação, estabelecendo *pontes* entre ambos para incorporar o espaço real (ecologia) e imaginário (memória) nos processos museológicos e museográficos. Quando uso o conceito de *ponte*, uso-o para me referir à perspectiva do clássico sociólogo Georg Simmel de pensar a vida social como uma constante troca simbólica que produz a unicidade e sua consumação

[63] Trata-se da configurou as representações antropológicas européias durante várias décadas. Tal visão contextualizava as sociedades não-ocidentais (exóticas!) como grupos isolados, sem perspectivas de avanço civilizacional.

através das províncias humanas de interação (SIMMEL, 1996, p. 21). É na construção das pontes que a paisagem se realiza, se concretiza como *stimmung*[64].

A *stimmung* engloba e ajusta a relação do humano com a exterioridade, o ecológico com o simbólico, o corpóreo com o campo representacional. A paisagem, e já antecipando a discussão do próximo tópico, é a "imagem-instrumental" que permite a intervenção humana em uma "multiplicidade de domínios" da vida (RAFFESTIN, 2007, p. 5).

Para iniciar o debate sobre a pensamento geográfico e a espacialidade dos museus sociais e, particularmente, dos ecomuseus da Zona Oeste, farei uma breve explanação dos conceitos geográficos e do modo como eles são aplicados no saber-fazer museológico. Pelo viés filosófico, a proposta é chamar a atenção para o modo como um conceito geográfico é incorporado ao saber-agir e saber-fazer de um grupo/instituição/agentes como recurso discursivo (FOUCAULT, 1979), existencial (TUAN, 1983) e agencial (WERLEN, 1993) para granjear coisas, construir projetos, planos de ação e a identidade de grupo; obter reconhecimento e *status* junto à população local; e ampliar o repertório de discurso e representação para acessar outros contextos, nichos de afinidade de ação, e instituições políticas e de investimento social[65]. Começarei pela paisagem.

6.1 PAISAGEM E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO

É pela paisagem que a sociedade e as pessoas se *real*izam como sujeitos corpóreos e envolvidos por/em um ambiente (*milieu*). A natureza toma forma e concretiza-se na imagem/representação/discurso dos sujeitos que a utilizam como recurso de ação para intervir e declamar o seu espaço. E essa realização não se dá apenas pela visualização: todos os sentidos podem ser ativados para construir a

[64]São três os possíveis significados do termo para a língua portuguesa: "atmosfera", "sensibilidade objetivamente captada" ou "ambiência suscitada". Todas as três evocam a espacialidade do fenômeno em pauta e sua ambientação num respectivo período de tempo. As relações da *stimmung* com o conceito de evento são muito produtivas, ainda mais se os geógrafos levassem adiante a teoria geográfica do evento discretamente anunciada por Santos (1996).

[65] Por instituições de investimento social, refiro-me às fundações comunitárias, associações filantrópicas e outras entidades que investem financeiramente e com recursos humanos em projetos sociais próprios ou de outras entidades.

paisagem, representa-la e materializá-la. A paisagem é um ativo prático-sensível, criativo e transitivo que interroga as pessoas acerca da existência geográfica do espaço que está sendo “paisageado”.

Sobre a proposta epistemológica de Donald Meinig de compreender a paisagem a partir das múltiplas variações de olhar da cena “terrestre”, chega-se a um ponto de inflexão: a paisagem é despida de uma conceituação única. Quem a tenta conceituar em bases ontológicas, cai no erro de adentrar apenas em um ou mais olhares de cena relatados por Donald Meinig. Esquecem que a paisagem é relação representacional, e se a representação pode ser feita por qualquer povo, instituição política, grupamento ou pessoa, seja do mundo oriental ou ocidental, não podemos reduzir a paisagem a uma base epistêmica fundante, como deseja Augustin Berque e outros. Só para lembrar, Meinig chegou a um total de dez versões de paisagem forjadas a partir da observação/percepção individual-social espacial: São elas: 1) paisagem como natureza; 2) paisagem como habitat; 3) paisagem como artefato; 4) paisagem como sistema; 5) paisagem como problema; 6) paisagem como riqueza; 7) paisagem como ideologia; 8) paisagem como história; 9) paisagem como lugar; 10) paisagem como estética.

O pensamento de Meinig ratifica a ideia da paisagem como “imagem instrumental” (RAFFESTIN, 2007), albergue metafísico (SLOTERDIJK apud BRUSEKE, 2010), e isso se transfere para o domínio museológico/museográfico de dois modos: 1) a paisagem como fornecedora de conteúdo imagético-discursivo que potencializa o espaço museal, levando o público ao encontro e interação com as memórias e eventos do passado – e, em vários casos, com o seu presente e com as projeções de futuro da comunidade local; 2) a paisagem como subsídio epistemológico para a consolidação ou fraturamento das imagens que ela mesma ajuda a criar, pois as imagens são cultural e ambientalmente construídas e, como em todo processo que envolve a cultura ambiental e o ambiente cultural, elas podem ser contestadas e reescalonadas.

Como podemos notar, a paisagem é um conceito ativo em quase todos os processos de *comunicação museológica* (SANTANA, 2011), pois é ela que media a relação do público e da comunidade local com a ação museal, levando-os a *sentir* a atmosfera do período relatado/reproduzido pela instituição museológica. Os

ecomuseus e museus comunitários são as instâncias museais mais afeitas com o modo como os moradores locais *apresentam* e *representam* o patrimônio local e as suas experiências e vivências de lugar.

Em tal perspectiva paisagística, a imagem territorial fornecida paisagisticamente estabelece o sistema de troca entre o mundo prático-sensível e o mundo simbólico. Na ecomuseologia comunitária, a paisagem deve agir como método de análise espacial das formas de se intervir na realidade empírica espraiada entre o material e o simbólico, mas, sobretudo, sob o crivo das imagens e das representações. A ideia da paisagem como resultado material-aparente das sociedades mais atrapalha do que ajuda a esclarecer as condições reais de produção do lugar (MASSEY, 2008), da consciência regional (BEZZI, 2004) e da territorialização dos grupos (HAESBAERT, 2004).

Infelizmente, em vista das tendências que percorrem a museologia mundial e, particularmente, nos poucos exemplares de “museu de paisagem” que tenham uma pegada ecológica[66], pode-se inferir que o debate sobre a paisagem (RAFFESTIN, 2007) e as variações paisageiras (ECKERT, 2008) no contexto da produção da memória, da imaginação criativa e dos significados sociais apenas começou.

6.2 REGIÃO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO

O antropólogo Gilberto Freyre, um dos mais notáveis intelectuais do campo museológico e cultural brasileiro no século passado, lançou a proposta do “museu regional” como instituição de conservação da memória popular - tal ideia, defendida em alguns setores museológicos, aos poucos, vai sendo incorporada em alguns processos de musealização cujo objeto é a regionalidade, o regionalismo ou simples artefatos regionais. A proposta levou à criação de museus como o Museu do

[66] Na cidade do Rio de Janeiro, há o projeto de revitalização do Largo do Boticário, no Cosme Velho, Zona Sul, à qual incluiria a criação de um museu de paisagem para coroar o aspecto bucólico daquele localidade, ao qual apresenta um mobiliário urbano singular. Disponível em: <http://solucoesurbanas.com.br/projetos-em-curso/museu-da-paisagem.html> - Data de acesso: 20 abr. 2010.

Homem do Nordeste[67], o Museu Regional de Olinda (PE) e o Museu Regional de São João del Rei (MG). O modernismo de Gilberto Freyre era de outro tipo: mais provinciano (OLIVEIRA, 2011), em contraste com o modernismo europeizado do eixo Rio-São Paulo. O museu era a expressão mais indicada do diálogo de espaços regionais cuja modernidade, entretanto, não suplanta o passado, mas finca suas raízes nos acontecimentos históricos para não perder de vista o *topos* idealizado.

Muitos autores significam região como espaço de domínio, controle e administração, a exemplo da conotação dada no Império Romano (*regio*). Contudo, região pode ser lido também com o sentido de direcionamento, de orientação espacial (HAESBAERT, 2010, p. 3)[68]. Nesse ponto, região é processo contínuo de regionalização, e as marcas do processo conduzem a uma questão regional que nunca se esvazia, necessita sempre da identidade (BEZZI, 2004, 2002) para mobilizar os "sujeitos regionais" e adquirir a sempre solicitada coesão e integração territorial.

Na política e gestão de um museu comunitário ou ecomuseu, a ontologia e a identidade regionais deveriam ser levadas em conta no momento em que se planeja as ações e o público-alvo. Como ecomuseus e museus comunitários são passíveis de serem criados tanto em ambientes urbanos como rurais, a diversidade de táticas, planos e ações dependerá muito do contexto a ser territorializado pela instituição museal. Não é a mesma coisa fomentar ecomuseus em cidades-regiões globais (SCOTT et al., 2001) ou em áreas rurais, como no caso dos ecomuseus de Maranguape (PE) e de Ribeirão da Ilha (SC).

Em todo caso, a região é o conceito geográfico por excelência de identificação e de articulação dos grupos, dos lugares e dos processos político-econômicos que se encontram reunidos em um mesmo. A região está sempre em processo: é sua condição genérica; e por ser eminentemente cultural (HISSA, 2004), sua espacialidade fatalmente envolverá a negociação, o conflito, a reprodução e a

[67]Um exemplo é o Museu do Homem do Nordeste, localizado em Recife (PE), que, apesar de não estar ligado à ecomuseologia ou aos museus comunitários (e descontados os equívocos de interpretação que se pode ter ao essencializar e romantizar a figura do "homem nordestino"), a instituição tem um papel importante na divulgação dos saberes-fazeres dos grupos populares nordestinos. Mais detalhes, ver Santana et al. (2011).

[68]Sentido também derivado do Império Romano, mas ao contrário da primeira acepção (que faz menção aos chefes e burocratas do império), o sentido de "orientar-se", "direcionar-se" está ligado aos adivinhos romanos que tentavam prever os eventos através das "regiões" traçadas no céu.

contestação de ideias e práticas, tudo dentro das vibrações das redes de poder que engendram a *questão regional* - conforme o fraseado de Oliveira (1977).

Em geral, as instituições (eco)museais cumprem um papel importante na valorização de uma região e/ou da identidade regional: sua missão é autenticar e divulgar as memórias, acontecimentos e saberes-fazeres da sociedade regional. Todas as dimensões da região podem ser objeto de musealização (política, economia, cultura, arte, religião), basta que sejam reivindicados pelos grupos locais e sejam apoiados pela gestão museal. O museu, bem como qualquer instituição cultural que tome para si a tarefa, tem o potencial de reconhecer, açodar, investir e transmitir aquela atmosfera de regionalidade que nutre e governa a sociedade regional. Em todo caso, nas situações de musealização do “regional”, a cultura emerge como o baluarte que conforma o território regional.

6.3 TERRITÓRIO E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO

Território, hoje, é o conceito-mor da Geografia Humana brasileira, o grande acionador dos discursos e ações acerca da dinâmica dos lugares e dos agenciamentos humanos sempre determinados pelo trio des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004), seguindo os passos do pensamento deleuze-guattariano.

Território é a esfera geográfica de manifestação do poder, a expressão concreta e simbólica da apropriação e/ou possessão do espaço pelo grupo social. É pelo território que a política se realiza mediante as condições materiais e os meios (e mediações) instrumentais de aquisição patrimonial ou de ocupação solidária, de usufruição mútua ou de controle rigoroso do espaço. Vejam que estou trabalhando em cima tanto dos territórios que nascem da ação solidária quanto daqueles que são produto direto, por exemplo, da ordem modernista ocidental que tudo racionaliza(ou) e demarca(ou) os lugares “corretos” de atuação de cada sujeito social - crianças na escola, adultos na empresa capitalista, idosos no asilo, paranoicos no internato, ou seja, cada um no seu quadrante espacial. Na comunidade geográfica francesa, fala-se muito em técnicas de enquadramento do território (TAILLARD, 2004).

Na perspectiva materialista, Robert Sack (1986), Claude Raffestin (1993) e outros entendem a territorialidade, condição dinâmica de constituição e de adjetivação do território, como estabelecimento de fronteira, classificação de áreas e uma forma específica de comunicação. Mas como o autor esclarece, cada grupo/pessoa tem sua dinâmica territorial própria, e esta toma *forma* e *conteúdo* a partir da história social, das condições geográficas e da política de significação do grupo/pessoa. É a territorialidade que leva grupos, instituições, segmentos e pessoas a adotarem uma política de posição (MARCUS, 1994), de localização (HALL, 1992).

Só que o erro nas abordagens recentes de território, está ligado, sobretudo, à banalização do conceito ao ponto da sua operacionalidade ficar anfibológica, ou seja, comprometida no seu conteúdo político-ideológico e das relações de poder que definem o que é e até onde vai o território. O que antes ficara a cargo do território, isto é, a averiguação das relações políticas, das negociações, das hierarquias, do comprometimento com a diversidade ou exclusão sociocultural etc., passou a ser utilizado para tratar de todas as facetas e situações da vida, num movimento que tende a gerar um efeito reverso: o de esvaziar de sentido político ou de abordar acriticamente a cultura do grupo social estudado.

Alguns geógrafos defendem que o território deveria voltar à carga semântica "original", isto é, onde a ênfase recaia na tomada concreta e/ou simbólica do espaço. Centrado nessa abordagem, o território emerge como dimensão onde o conflito, a negociação, o interesse e as imposições físicas, simbólicas e visuais formam o escopo analítico e definidor da existência social do território.

A crítica dos geógrafos humanos é de que o território caiu em tamanha vulgaridade conceitual que, independente do tema que esteja em pauta, o território virou uma espécie de "carta-coringa" que pode substituir os demais conceitos geográficos: onde antes já falava em paisagem, fala-se agora em território; onde um espaço seria de tipo regional, agora é tratado como território; nas situações de lugar (o encontro de trajetórias sociais e da natureza), sobressai-se a força vocabular do território como dimensão da interação humana pelo poder; e por fim, nas abordagens ambientais(listas), o território seria o ciclo que articula os elementos

ambientados, tirando do ambiente a sua denotação inicial de *amb + ere = estar em relação, "ir-junto"*.

Seguindo esse raciocínio, como podemos definir então a territorialidade e o território de um ecomuseu ou museu comunitário? Certamente, não é nos moldes hoje prescritos pelo "modismo" intelectual e movimento ecomuseológico que, no afã de se afirmar no espaço de atuação, utiliza o conceito indiscriminadamente, confundido território com lugar, paisagem, região, ambiente/ambiência... A história e memória, nesse caso, fica refém do modo de demarcação dos limites espaciais da sua representação e agir. Ecomuseus, notadamente, se esquecem do caráter fugidio, borrado, das fronteiras da memória.

A mesma interrogação foi feita há anos pelo museólogo Mario Chagas, tanto no caso da memória emoldurada quanto nas abordagens de território das instituições museológicas sociais. Vejamos o que ele fala:

> Também nos ecomuseus a memória poderá estar orientada para o passado ou para o presente, também ali ela poderá vir a ter uma função emancipadora ou coercitiva. O modelo não tem funcionamento automatizado e a prática tem permitido compreender que ecomuseus também se tradicionalizam.
> O termo território, por seu turno, exige cuidado conceitual. O estabelecimento e a defesa de territórios museológicos não têm valor em si. A prática de demarcação de territórios pode também ser excludente e perversa. Qual é afinal de contas o território do humano? Arrisco-me a pensar que as práticas ecomuseológicas não têm sido sempre de territorialização, ao contrário elas movimentam-se entre a territorialização e a desterritorialização, sem assumir uma posição definitiva. [...]
> Se por um lado, marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos (CHAGAS, s/d).

6.4 LUGAR E SUA APLICAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOMUSEOLÓGICO

Lugar é o conceito que mais desperta atenção para o viés afetivo, lúdico e experiencial da espacialidade humana. Lugar é o ponto de encontro, a composição de estórias/trajetórias sociais e naturais (MASSEY, 2008) que atribui a um espaço sua unicidade, especificidade, sentido e significados múltiplos. Ao contrário das

leituras feitas pela ala dos geógrafos “territoriólogos” (SAHR, 2009), o conceito de lugar não ignora as relações de poder, pelo contrário vê-lo como espaço político que integra os processos de reconhecimento, ordenação e reprodução da sociedade. Lugar está ligado à conformação da identidade geográfica partilhada pelos sujeitos endógenos e exógenos que usufruem-no como espaço de promoção de uma existência interdependente, aglutinando o Nós e os eus, a economia com a organização política da distribuição da riqueza.

No entanto, lugar parece não ser um conceito abraçado pelos museólogos e outros tantos agentes culturais que trabalham com questões locais. Isso se deve ao feitio ingênuo, parcimonioso e lacunar que o conceito carrega. Por isso, Anthony Giddens prefere o termo *locale*; na França, a paisagem é o conceito mais utilizado tanto por geógrafos (Alain Roger, Roger Brunet, Augustin Berque, Paul Claval) quanto por sociólogos e filósofos (Michel Maffesoli, Gilles Lipovetsky, Pierre Sansot); na Grã-Bretanha e no sul dos EUA, a região está sendo recolocada como conceito-matriz nas disciplinas geográficas humanas e culturais (CARDOSO, 2011); já no Brasil, o território emergiu com força total nos últimos anos (HAESBAERT, 2010, 2007, 2004), enquanto a região segue com seu protagonismo epistemológico nos âmbitos interurbano e mesoescalar.

A região, vista frequentemente como conceito situado no limbo entre o local e o nacional, agora se depara com as exigências contemporâneas de valorização da esfera do lugar, dos sentidos de lugar, do lugar praticado[69]. E com essa reapreciação do lugar, a museologia encontra terreno fértil para expandir suas ideias e agenciamentos. Ver regiões nos interstícios das cidades e em outras instâncias espaciais ainda é um caminho novo na Geografia brasileira.

É na (des)articulação e na integração ou fragmentação dos fenômenos sociais numa matriz localizável de inter-relações que o lugar é produzido. Os *encaminhamentos do lugar* são feitos na reprodução cotidiana das atividades materiais e nas memórias, afetos e imaginações que geram aquele sentimento de pertencimento que faz toda pessoa humana dizer “este é meu lugar”. Peter Davis

[69] Para ter uma ideia da ambivalência dos dois conceitos, na Geografia britânica, região é quase sempre sinônimo de lugar; nos EUA, também. Já em outros países, a discussão toma diferentes matizes.

(1999) assinala que o sentido de lugar (*sense of place*) é um dos pilares básicos da ação ecomuseológica, devendo ser potencializado em todos as situações e sentidos.

E realmente, nos últimos anos o foco principal dos ecomuseus tem sido a busca e salvaguarda do sentido, ou melhor, do "espírito do lugar" (CORSANE, s/d). Do Oriente ao Ocidente, a ação ecomuseológica tem se resumido a responder à melhor altura a equação "território + patrimônio + memória + população" (CORSANE, 2008, p. 3) formulada por Hugues de Varine. Para Peter Davis, o ecomuseus deve ser uma instituição que sirva, independentemente do contexto sociopolítico, "para conservar e interpretar todos os elementos do meio ambiente de forma que se garanta a continuidade com o passado e um sentido de pertença" (1999, apud PÉREZ, 2009, p. 194). Vejo na concepção de Peter Davis a falta de três elementos básicos para garantir aos ecomuseus a relevância social desejada pelos críticos e realizadores da ação ecomuseológica: 1) ser um espaço de reflexão; 2) de fomento cultural; 3) de atração de públicos e acervos diversificados, para tirar o ranço de intelectualismo e exclusividade presentes na esfera museológica.

O panorama geral dos ecomuseus e dos museus comunitários brasileiros nos faz entender que o lugar é a dimensão que se faz subentendida nos desenvolvimentos teóricos e laborais de cada uma dessas instituições. O lugar só não é elevado a categoria de ação teórica primordial tanto pelas condições acima descritas (visão simplória do conceito) quanto pelo fato de que é o território que tomou as rédeas no discurso museal, sendo usado de modo indiscriminado e acrítico. Resta saber se o lugar seguirá seu percurso ou se novas perspectivas abrirão "espaço" para o debate sobre o modo como o ecomuseu e o museu comunitário podem participar na produção do lugar, usando a memória (conceito basilar da museologia) como elemento ordenador dos afetos e imaginações que dá à coletividade local poderes para compreender, apropriar-se, labutar e ressignificar o seu espaço-Mundo (SAHR, 2007) como patrimônio cultural a ser usufruído de maneira consciente e solidária por todos.

O museu é um sistema de (in)formação, um espaço de produção e gestão cultural onde a sua estrutura se alimenta de objetos socialmente significativos para mediar encontros, narrativas e eventos. A estrutura museográfica e museológica é peculiar por trabalhar com aquele intangível difícil de ser mensurado e debatido no

cotidiano social: memória, imaginário, colecionismo e a formação/educação dos sujeitos históricos. É um compromisso de fé e prática com o patrimônio cultural que o museu assume. Na perspectiva do museu comunitário, isso fica mais evidente, pois a sua finalidade é ser

> (...) um centro de gestão cultural com encontros e diálogos, como um dinamizador do entorno comunitário, sendo a instância onde convergem os distintos atores culturais e fomenta a exploração, o descobrimento, as trocas intelectuais e as renovações (SANTANA, 2011, p. 2).

Outra afirmativa interessante é a do museólogo José Oliveira:

> O museu comunitário, que não depende do espaço amplo, mais extensivo geograficamente, tem a proposta de um espaço social de encontro em torno do patrimônio como gerador de sentido da população local e circunvizinha, verificando suas múltiplas funções sociais, onde se deve fomentar os processos de identificação cultural e de melhoramento da qualidade de vida dos grupos sociais (OLIVEIRA, 2007).

Nas páginas seguintes, essa conceituação dada por Santana fica mais clara ao se pensar a instituição museológica, seja ela um museu tradicional, ecomuseu, museu comunitário ou espaço cultural, como um polo de comunicação cultural difusa ou específica dos bens inventariados, guardados e/ou simplesmente divulgados pela instituição museológica. Nessa lista, está incluído o acervo documental, personalidades culturais, prédio histórico ou uma grande área natural, sítio arqueológico ou o patrimônio total (OLIVEIRA, 2007), objeto por excelência dos ecomuseus, museus comunitários e outras modalidades de museu de território.

6.5 AS VEREDAS DA (ECO)MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA NO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA

De 2011 a 2014, constavam oficialmente três ecomuseus em toda a Zona Oeste[70]. Seus nomes: Ecomuseu KAÁ Atlântica[71], conduzido por um grupo de professores e ativistas de Santíssimo e Senador Camará; Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz[72], administrado pelo NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica); e o Ecomuseu de Sepetiba[73], gerido por um grupo de professores e ativistas locais[74]. Outros espaços museológicos e para-museológicos também poderiam entrar nesta alcunha, porém, por não estarem envolvidos diretamente com os agentes hegemônicos dos campos museológico e patrimonial, e por terem pouca afinidade com algumas ideias que encampam o circuito ecomuseológico, optei por não colocá-los nesta parte da análise.

Aqui vai uma pequena lista desses museus e centros culturais locais que, julgo eu, bebem da mesma fonte da ecomuseologia mundial: Museu de Bangu[75], gerido pelo Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos; Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel[76], levado a frente por um grupo de alunos e professores das Faculdades Simonsen (Padre Miguel) e do Colégio Pedro II (Unidade Realengo); Noph JPA, protagonizado por Marcos André, ativista cultural de

---

[70] Em 2014, um coletivo em Vargem Grande estava organizando o Ecomuseu do Sertão Carioca, cuja sede seria em um casarão histórico ocupado pela AMAVAG (Associação de Moradores e Amigos de Vargem Grande). Mas até a finalização desta parte do texto, sua existência não havia saído do papel e das comunidades virtuais.

[71] Acesse: <https://www.facebook.com/pages/Eco-Museu-Kaá-Atlântica/697411333650690>. Acesso em: 08 set. 2014.

[72] Acesse: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100005400048699&>. Acesso em: 10 set. 2014.

[73] Acesse: <https://www.facebook.com/movimentoecomuseu.sepetiba>. Acesso em: 10 set. 2014.

[74] Sua legalização foi realizada em meados de 2014, apadrinhado pelo NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Neste período, estava envolvido no campo com outros espaços e agentes, ficando à parte desse acontecimento do Ecomuseu de Sepetiba.

[75] Acesse: <http://www.bangu.org.br/>. Acesso em: 8 set. 2014.

[76] Acesse: <https://www.facebook.com/centromrp> Acesso em: 10 set. 2014.

Jacarepaguá e um exímio restaurador; Sítio Roberto Burle Marx[77], um belíssimo espaço de natureza e belezas culturais construído pelo arquiteto de mesmo nome e doado ao IPHAN anos antes do seu falecimento; Defensores do Planeta/Hostel Bicho Preguiça, liderado por Mauro Pereira e responsável pela luta ambiental na APA Gericinó-Mendanha e em toda a localidade do Mendanha, Campo Grande; Espaço Farol da Prata, que realiza trabalho similar ao do Defensores do Planeta, só que na outra vertente de Campo Grande, no Rio da Prata; Sítio Paraíso Verde[78], um reduto na Ilha de Guaratiba que possui um acervo natural peculiar, reflorestado pela família proprietária do Sítio a partir da concepção de plantio sequencial de "folhas e frutos", para criar biodiversidade e potencializar a beleza cênica; e o Centro Cultural Quilombo do Camorim[79], com toda a tradição cultural do quilombo mais o conhecimento sobre as trilhas e caminhos do Parque da Pedra Branca.

Num primeiro instante visualizando essa lista, fica a impressão de que os (eco)museus da região não passam de museus de bairro, se restringindo à definição político-administrativa dada pela Prefeitura e à interação entre amigos, vizinhos e parceiros. Contudo, analisando mais a fundo suas ações locais, a margem de manobra deles é mais extensa, ora situando os projetos e mídias de acordo com os interesses do momento. Oscilam entre o provincianismo e o cosmopolitismo mais arredio, onde o tom é enfrentar os problemas locais se doando para outra região na esperança de que está tenha piedade e libere algo para cá. De forma mais direta, refiro-me às instituições politicamente avantajadas, com farta rede de contatos e facilidade de acesso aos órgãos públicos e entidades privadas de fomento. Os agentes museológicos locais sabem da dificuldade de lidar unicamente com o seu cadinho, precisam dialogar com outros contextos. Não me deterei mais nessa parte, pois isso é pauta para outro debate amplo, na qual precisam ser analisadas as formas desiguais de distribuição dos investimentos sociais nas regiões e sub-regiões, quem são e como agem territorialmente os filantropos e patrocinadores, e

[77] Acesse: <https://www.facebook.com/SitioBurleMarx.Iphan>. Acesso em: 10 set. 2014.

[78] Acesse: <https://www.facebook.com/sitioparaisoverde>. Acesso em: 10 set. 2014.

[79] Acesse: <https://www.facebook.com/pages/Quilombo-do-Camorim-Maciço-da-Pedra-Branca/542270675918726>. Acesso em: 10 set. 2014.

como os agentes de baixo fazem para superar as barreiras sociais e de linguagem técnica para captar recursos financeiros e contatos produtivos.

Os ecomuseus locais sabem das barreiras sociais, políticas e simbólicas, creem que somente com o fortalecimento da identidade territorial, é possível construir ambientes de desenvolvimento cultural, proteger o patrimônio e gerar renda para os agentes culturais. A tática de defesa do bairro-lugar é uma tática de legitimar a própria atuação dos agentes, criando uma blindagem contra as forças exteriores que insistem em rotular e discriminar negativamente lugares periféricos. Todos os ecomuseus e demais museus populares partem dessa constatação para marcar o início de suas jornadas em busca da afirmação positiva do território musealizado (uma versão geográfica das políticas de ação afirmativa!), e protagonizar ações para efervescer as culturas locais – escolhidas estrategicamente pela unidade museológica para legitimar a sua ação.

Um exemplo de ação afirmativa vem sendo realizado pelo Ecomuseu de Sepetiba através de um jargão difundido em todo o universo ecomuseológico[80]:

> [O ecomuseu como] Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser melhor compreendida, no respeito do seu trabalho, dos seus comportamentos, da sua intimidade (RIVIÈRE, 1983).

Os ecomuseus de Santa Cruz e de Sepetiba utilizam esta expressão até o "talo", como forma de enfatizar até onde vai e onde para a ação ecomuseológica e patrimonial. Em outras palavras, o espelho é a fronteira simbólica e discursiva que diferencia o ecomuseu de um espaço cultural ou de eventos. O espelho é a metáfora visualista e empirista que define, de forma tangencial, o escopo do ecomuseu e os aspectos do território dignos de musealização. Tal metáfora criou o lastro imagético-discursivo que, em certa medida, legitimou a territorialização dos ecomuseus em todo o mundo, evitando a sua fragilização ideológica em meio às tantas teorias e

[80] Versão em português disponível em: <http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/definicao-evolutiva-de-ecomuseu-por.html>. Acesso em: 1 nov. 2014.

metodologias que hoje circulam nos campos[81] que fazem *interface* com os ecomuseus e museus comunitários.

Fora do âmbito “eco” e desconhecedor da metáfora do espelho, todavia, o Museu de Bangu, cuja proposta guarda muitas semelhanças com a ação dos ecomuseus de cunho tradicionalista, é descrito com orgulho pelo seu principal líder, Benevenuto Rovere, como sendo o lugar o lugar onde a memória e história do bairro estão guardadas com responsabilidade e zelo. Por conseguinte, o slogan do Museu de Bangu não poderia ser outro que não o que consta na próxima imagem: "A memória de Bangu está preservada neste local"[82].

Figura 3: Fachada do Museu de Bangu e, à esquerda, a tela artística de Clécio Regis.

Fonte: Arquivo pessoal.

[81] Na perspectiva bourdieuriana, podemos encarar os ecomuseus como espaços político-culturais que flertam com diferentes e distintos campos sociais, tais como: campo patrimonial, museológico, produção cultural, acadêmico-científico, intelectual, administração pública, e por fim, o campo educativo/educacional.

[82] A frase consta na tela artística que se encontra na fachada do Museu. A obra foi pintada por Clécio Regis, um dos diretores do Museu e um defensor ferrenho das tradições culturais de Bangu. Suas ações artísticas e culturais são quase todas encampadas pela sua empresa, a Clécio Regis Cenografia com Arte. Consultar: <http://www.clecioregis.com.br>. Acesso em: 5 ago. 2014.

O equívoco e as implicações empoderadoras e negativas do Museu de Bangu e outras unidades museológicas similares, merecem ser analisadas à luz das contribuições de críticos culturais como Michael Pollak (1989), Roland Robertson (1990), Pierre Nora (1993), Terry Eagleton (2003), Mario Perniola (2004), Cornelia Eckert (2008), Jöel Gandau (2011) e Johannes Fabian.

Esses autores criticam a postura arquivística, patrimonialista e cartorial que transforma museus em funestos mausoléus da cultura material, tirando deles a possibilidade de exercício da intersubjetividade e o dinamismo imanente à qualquer instituição social. Esta linha de pensamento conservadora/preservacionista afirma que os artefatos necessitam de ser guardados (a sete chaves!), e para tanto, a memória social pode (precisa!) ser tutelada por um grupo seleto de "guardiões culturais". Na quase totalidade do campo museológico, os museus tradicionais ou mesmo alguns ditos “sociais”, lidam com essa relação dúbia entre preservação x ações difusas, o que resulta em um conflito direto das unidades museológicas socialmente aceitas com a memória social que, sem medo nem receio, espirala dentro da vida social arregimentando pessoas, espaços e eventos que não se dão ao luxo de serem abraçados pelo universo modular e cristalino dos espaços e das ações museais *autênticas*.

Em outro contexto e debate, Nunes e Rocha (2009) assinalam que as sociedades modernas "objetalizaram" suas culturas como uma espécie de reação ao frenesi transformativo e destrutivo imposto pelo sistema capitalista-industrial-progressista. Em contraponto, o étnico e o tradicional se mesclam no ritmo rápido do urbano, fazendo as distinções se tornarem uma questão de discurso, de conflito, de interesse momentâneo e de protagonismo (ou oportunismo, em alguns casos).

Na cidade, a memória individual e social-coletiva se transforma em campo de luta política e batalha ideológica. A memória como arena onde os agentes de memória se afirmam, se rivalizam, entram em acordo e negociam sentidos e espaços de apresentação. É no campo social, seja ele uma universidade ou núcleo familiar, que as pessoas mostram seus conhecimentos e enquadramentos, ao qual faz a memória girar do espectro mental-corpóreo para o coletivo-cultural e vice-versa, não havendo ponto de partida pré-definido ou alguma lei que estabeleça a

dinâmica e grau de manipulação dos sujeitos que utilizam com mais ênfase a memória nos seus processos agenciais.

A memória é dinâmica; memória é reflexividade; memória é fenômeno disputado e manipulado; memória é dispositivo de poder; memória é um rol de acontecimentos que legitima e inventa tradições. A memória não está presa a um grupo ou segmento. A memória é movimento, segue o fluxo do discurso e do fazer das pessoas que foram ensinadas e a tomam como tradição ou um fato ocasional, com significação contingente.

A significação contingente da memória e do patrimônio é uma forma de não fechá-los em cápsulas do tempo, premiá-los pelo passado e esquecer de suas transformações até o espaço-tempo presente. A contingência evita o fechamento ideológico e o exercício do poder sobre eles pode ser disputado no campo social em questão. Sobre o patrimônio, entendido como um campo de relações e disputas intercalado com outras esferas da cultura (arte, mídia, lazer e entretenimento, ciência, turismo), o patrimônio e seu campo de ação fica materializado nos “espaços de localização e representação dos bens significativos e passíveis de preservação” (CASTRO, 2012, p. 44).

A periferia do Rio de Janeiro, semelhante à qualquer outra periferia pressionada pela especulação imobiliária, industrialização, degradação ambiental e insegurança pública, tem na memória, no patrimônio e na cultura popular um assunto delicado, sempre preterido e facilmente negligenciado por ter um caráter simbólico-intangível, que, diga-se de passagem, é pouco valorizado dentro do nosso sistema social, comprometido mais com valores utilitaristas e economicistas do que com valores cooperativos e conservacionistas. A região cultural do Sertão Carioca – hoje, um sertão metropolitanizado – foi sistematicamente negada no discurso e nos agenciamentos do Poder público e dos atores hegemônicos. O Sertão Carioca representou, e representa até hoje, o antigo, o retrógrado, um contexto a ser superado para dar passagem a um novo espaço periférico: um espaço mais suburbano, avançado, compatível com a modernidade e com as tendências cosmopolitas.

Em um cenário de larga difusão de práticas progressistas e modernizantes (e por isso, anti-conservacionistas), o patrimônio cultural só é protegido se é englobado

na onda *retrô* de revalorização dos espaços históricos para fins de acumulação recalculada do capital; ou se subordina ao uso imprevisível e instável dos agentes culturais (educadores, produtores culturais, profissionais do entretenimento) que, por razões políticas diversas, optaram por ser apropriar daquele patrimônio para realizar sua prática cultural e econômica.

A ideia de Pierre Nora (1993), é de que a afirmação e proteção exagerada da memória e do patrimônio, só existe quando ela está em declínio, não tem mais forças para suportar as mudanças em curso, exigindo dos seus agentes exercitantes um trabalho árduo de seleção e proteção exaustiva das tradições, que nada mais é que o regime de verdade de um grupo (FOUCAULT, 1979). Nesse ponto de atrito, memória e espaço se integram para formar o nó que atavia pessoas e coisas ao território. Quando o preservacionismo da história/memória/meio ambiente ganha musculatura no espaço, gera um processo de *patrimonialização*, *etnização* e *rotulação* do território. Os ecomuseus da Zona Oeste seguem esse esteio, sem o qual sua ação corre o risco de se diluir em meio a outros projetos e grupos de memória, cultura e produção de conhecimento.

Toda a tensão descrita acima traz um pouco do que se enraizou no cenário do Oeste carioca, e tem o seu rito de iniciação já nos anos 1980, com o NOPH (que só se tornou Ecomuseu em 1992, após a reunião da Eco-92), o Sítio Burle Marx e outras iniciativas isoladas nos bairros de Bangu e Campo Grande. A tensão entre crise de memória e de representação, patrimonialização dos núcleos históricos etc., já era realidade no NOPH no início da sua vida institucional... E toda a região caminhou a passos lentos nesse assunto até o final dos anos 1990 e início de 2000. Pois é somente nesse período – um período de virada de século e de uma nova realidade socioespacial emergindo nas periferias cariocas –, que um cenário de latências e carências culturais compelem alguns segmentos culturais locais (escritores, jornalistas, artistas plásticos, historiadores, produtores culturais, ativistas de organizações sociais) a somar perspectivas e conteúdos de história local, da memória social, e de valorização do espaço vivido e das camadas populares, nas estratégias, ações e projetos da instituição.

É nos anos 2000 até o presente, que as organizações, movimentos, manifestações culturais e sujeitos se atentam para a apropriação e uso da memória

como ferramenta de ação, como instrumento de afirmação para o fortalecimento institucional e, principalmente, para agregar valor aos projetos de desenvolvimento social/territorial. Voltando aos anos 80 e início de 90, o pioneirismo do NOPH em Santa Cruz (1983), do Sítio Roberto Burle Marx na Barra de Guaratiba (1985), e do Museu de Bangu no bairro de mesmo nome (1994), lançou as bases no velho oeste carioca, para o resgate e revalorização dessa história regional negada pela ordem hegemônica. Mais que recontar uma história que se perdeu no curso do desenvolvimento, a tática de depositar a memória social e a história dos lugares em pastos mais verdejantes, serviu a essas instituições, e hoje mais que nunca para os novos espaços museológicos e para-museológicos, como um importante ativo e atrativo para conquistar novos públicos, visibilidade, posições de poder no campo cultural, patrocínio de projetos etc. O NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, por exemplo, construiu uma exposição permanente sobre a história regional de Santa Cruz no primeiro andar do Centro Cultural Municipal de Santa Cruz (Palacete Princesa Isabel) para desenvolver a visitação e o turismo pedagógicos. E o público não tem sido outro que o de grupos escolares do bairro e de outras regiões, atingindo até redes escolares dos municípios de Itaguaí e Mangaratiba. A próxima imagem (Figura 4) é a exposição permanente do grupo:

Figura 4: Exposição permanente do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz no Palacete Princesa Isabel

Fonte: Arquivo pessoal.

Na região ao qual desejamos redefinir como Sertão Metropolitano Carioca, nota-se, assim como em outros contextos de periferia urbana, que museus, ecomuseus e outros espaços que realizam ações para-museológicas, ganham relevância quando atingem três quesitos: 1) ter um espaço-sede, ou seja, um edifício; 2) ter o que apresentar (documentos, estátuas, livros, maquete); 3) atrair público para as exposições e eventos. Ora... mas não são esses três fatores que caracterizam a museologia convencional? Por acaso não foram esses mesmos elementos os escolhidos por Varine para classificar museus tradicionais em oposição às três propriedades marcantes da nova museologia social[83]?

[83] As três propriedades consagradas por Hugues de Varine (território + patrimônio + comunidade) como sendo o elo definidor de um ecomuseu/museu comunitário, é a arma discursiva dos museólogos sociais para realizar o duelo contra os museus tradicionalistas/convencionais. O questionamento aqui feito sobre a postura idealista dos museólogos sociais, é para levar em consideração se o tripé edifício + acervo + público é realmente uma marca ontológica dos museus tradicionalistas/convencionais, ou apenas um jogo discursivo dicotômico; e se a nova geração de

6.6 O NOPH-ECOMUSEU COMUNITÁRIO DE SANTA CRUZ

Em reuniões que frequentei no NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz[84] entre 2011 e 2012, a representante principal do grupo, Odalice Priosti, sempre alertava nos momentos oportunos da reunião, para o grupo tomar cuidado com o jogo de vai-e-vem e os modismos que dominam as cenas cultural, museológica e do bairro onde atuam. Insistia também, em tom emocionado, que o grupo adotasse uma postura de resistência para que o Ecomuseu mantivesse viva a sua proposta cultural e a compactuação com a comunidade local. Desta forma, a "crítica construtiva" de Odalice se centrava na necessidade do Ecomuseu manter a sua abrangência territorial[85] (afinal, é um museu "eco") e na participação cada vez mais urgente de outros moradores locais para justificar e legitimar a ação ecomuseológica do NOPH.

Odalice, Walter Priosti e os outros integrantes do NOPH, e vemos isso de forma enfática em outros vários espaços e coletivos das regiões Oeste e Norte carioca, são marcados por uma trajetória política e cultural de muita dureza e alta sensibilidade com as questões que julgam ser relevantes para seus bairros. O grau alto de instabilidade das organizações sociais das periferias cariocas deriva das contradições e injustiças sociais e territoriais graves em todo o tecido social popular, incluindo a má distribuição dos equipamentos e recursos públicos, e dos investimentos sociais privados na cidade; Como veremos nas páginas seguintes, a ação persuasiva e, em certo ponto, inflexível do NOPH-Ecomuseu Comunitário de

---

museus socialmente engajados também não necessitariam de uma ou mais propriedades da museologia convencional para sobreviver às vicissitudes do campo cultural contemporâneo.

[84] Renato Venezuela, produtor audiovisual carioca, fez o registro das instalações do Palacete Princesa Isabel, sede do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Acesse o vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=M2UgszUTca0>. Acesso em: 23 dez. 2014.

[85] Uma incógnita se se pensar que NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz tem dificuldade em apresentar seu real território musealizado, pelas dificuldades impostas pela atual estrutura político-administrativa da cidade que não coincide com os antigos limites físico-territoriais (freguesias, fazendas, distritos). O bairro de Santa Cruz é o maior bairro da cidade, e seus limites com Sepetiba, Paciência e Guaratiba são imprecisos e difíceis de trabalhar numa perspectiva museológica já que, até a década de 30 do século passado, todas essas terras pertenciam à Fazenda de Santa Cruz e a latifundiários cujas histórias são importantes para entender a formação territorial da Zona Oeste, porém, os registros orais e documentais são escassos e muitas interpretações foram realizadas à luz do pragmatismo fisiológico ou do historicismo.

Santa Cruz e dos outros espaços e coletivos parte do quadro de estigma e inferiorização espacial pelos quais esses organizações sociais precisam lidar, o que não é se levar em conta o discurso muito bem arranjado e difundido pelos/a partir dos lugares hegemônicos e da mídia conservadora. O NOPH lida com o fato negativo do seu bairro, Santa Cruz, ser compreendido e taxado como o "último bairro" da cidade, o bairro com um dos piores índices de desenvolvimento humano da cidade, o bairro que menos recebe políticas públicas, o bairro mais violento e desigual por m^2, dentre outros fatores igualmente estigmatizantes[86].

A vigilância das fronteiras simbólicas que separam um ecomuseu de um museu tradicional, um ecomuseu de um mero espaço cultural, é redobrada e levada para todo o grupo, visando a manutenção da autenticidade e coesão da proposta do grupo. Quem está fora dos padrões, é repreendido ou escanteado, como em qualquer organização social. Aconteceu comigo e com outros no decorrer da ação-pesquisa. Em caso extremo, o receio é que o ecomuseu se transforme num simples "museu de acervo" incrustado no Palacete Princesa Isabel[87], perdendo potência e

[86] Uma questão antropológica crucial nesse cenário museológico social, e, no caso do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, cabe uma reflexão particular, é sobre as condições e ferramentas através dos quais o grupo supera as barreiras do homogêneo e desestimulado cotidiano da periferia urbana – ainda muito definida em termos de bairros-dormitório e áreas de especulação imobiliária – para vislumbrar outros cenários de desenvolvimento que priorize a cultura, as artes, a educação informal e a inclusão produtiva. É difícil achar o ponto de intersecção que faz com que essas institucionalidades criativas preencham a lacuna para levar tanto os agentes diretamente envolvidos como as comunidades locais a se deparar com outras visões de mundo, tecnologias sociais e agentes para o desenvolvimento local. Como são munidas de uma base cultural fortemente ancorada no espaço vivido, as unidades museológicas e para-museológicas locais tentam manter o equilíbrio entre a prática cultural lúdico-estética e idelogicamente assentada em bases construtivistas, e as ações de “assistência social” que parte das demandas mais urgentes e pontuais do contexto trabalhado (exemplos: doação de alimentos e roupas, assistência jurídica, mediação de conflitos, apoio em situações de crise local). Muitos dos espaços museológicos e para-museológicos se veem reféns do ambiente em que atuam devido à pressão das comunidades do entorno por ações assistencialistas, algo caro à política brasileira de clientelismo/coronelismo.

[87] A questão institucional do edifício onde está sediado o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz é devera complicada, confunde qualquer um que não está envolvido na rotina e até os integrantes não sabiam explicar direito. Então vamos por partes: o belo edifício Palacete Princesa Isabel, está situado no Complexo do Matadouro, um conjunto arquitetônico e de ruínas que pertenceu anteriormente ao governo federal e que, através de cessões, chegou às mãos do Estado e da Prefeitura. A área do ramal de trem continua sob a tutela federal por meio da RFFSA. O Estado detém a área onde estão as ruínas do Matadouro Público de Santa Cruz e as instalações da FAETEC, sendo algumas delas pertencentes ao antigo Matadouro e revitalizadas para abrigar as atividades educacionais da referida instituição de ensino. Já a Prefeitura do Rio de Janeiro, ficou com as áreas que constam no Decreto N°12.524/93, incluindo as áreas na Rua das Palmeiras Imperiais que correspondem à sede administrativa do Matadouro Público (atual Palacete Princesa Isabel), à Escola Municipal Princesa Isabel e à contemporânea Vila Olímpica Oscar Smith. As áreas e edificações protegidas pela Prefeitura por meio da APAC (Área de Proteção da Ambiência Cultural)

ação em toda a região de Santa Cruz. Aliás, esse é um dos problemas detectados na pesquisa, e que tem relação direta com o modo como o grupo especializa a sua ação no território, erigindo fronteiras simbólicas e uma vigilância concreta sobre aquilo que é dito acerca do território ecomuseológico, e do regime de verdade que deve se impor sobre o patrimônio cultural comunitário de Santa Cruz.

Figura 5: Palacete Princesa Isabel, antiga sede administrativa do Matadouro Público de Santa Cruz, construído no período Imperial (1884)

Fonte: Arquivo pessoal.

Resgato aqui uma das frases memoráveis da Odalice Priosti sobre a importância de se defender o NOPH e o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (a

estão listadas em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/santa_cruz_dec12524_93.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2013.

instituição NOPH ou o território de Santa Cruz?) contra as ideologias e agentes externos que não conhecem a realidade local e só marcam presença na Zona Oeste quando há interesses corporativos em jogo:

> Nosso ecomuseu luta pela comunidade, temos que preservar nossos valores para não se deixar levar pelas modas da Academia. Santa Cruz já é periferia, temos que lutar é pela que é nosso, pelo que ainda resta da história rica de Santa Cruz que, desde o período colonial, foi um dos lugares mais importantes do país, sendo a sede da Fazenda de Santa Cruz e, mais tarde, área de veraneio da família Real e Imperial (2011, comunicação pessoal).

A luta ideológica para que os agentes culturais locais se reconheçam como protagonistas culturais de Santa Cruz e se apropriem da ideia/ideologia do Ecomuseu, deixa a instituição NOPH em situação delicada no que concerne à abertura deste museu para a apropriação criativa (ou não criativa e fragilizadora) dos agentes locais, gerando possíveis entraves ideológicos e de ação; e na rivalidade abertamente assumida entre o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz e o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz[88]. O tom por demais abrangente do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz - soando conservador e endo-colonizador[89], em alguns casos -, faz deste um espaço muito vulnerável à críticas e dissensões entre os membros. A rivalidade política entre o NOPH e a entidade pública Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, evidencia em que medida uma ideia frutífera gera sementes diferentes a ponto de, num mesmo bairro, duas instituições ecomuseológicas estarem em luta pela ação museológica e museográfica plenas no território.

---

[88] A confusão em diferenciar as duas instituições, com suas distintas atribuições e público-alvo, é algo que toma os próprios membros do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. O Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz é uma lei municipal instituída em 1995, na gestão César Maia, para dar força ao projeto de preservação dos prédios históricos do lugar. Entretanto, este Ecomuseu é subutilizado e sequer tem a sua sede no bairro, provocando risos da parte dos agentes culturais locais que não veem coerência nessa situação. Sua sede, pasmem, fica no edifício-sede da Prefeitura, na Cidade Nova.

[89] Utilizo o prefixo "endo" para sinalizar, em tom de ironia, a prática de colonização interna que um ecomuseu pode assumir no processo de empoderamento e afirmação da identidade cultural e do território, despindo outros agentes e situações que não comungam com o pensamento e a ação propostas pela respectiva unidade museológica.

Mesmo com esse cenário pouco convidativo para práticas culturais inventivas e emancipadoras, Odalice e Walter Priosti mantém com mãos de ferro o posicionamento da instituição e, de modo particular, Odalice categoriza isso na sua tese de doutoramento:

> Santa Cruz é um caso específico de comunidade que tenta aplicar realmente princípios tão radicais e sem concessões, fiel à necessidade de libertação cultural e ao direito de ela própria escolher o modo de criar e gerenciar o museu (PRIOSTI, 2010, p. 61).

Quero chamar a atenção, no discurso de Odalice, para duas expressões que ela emprega de forma taxativa: *radicais* e *sem concessões*. A perspectiva de radicalização do discurso e de não conceder "espaço" para agentes e agências descontextualizadas, fazem parte do mecanismo tradicional de defesa colocado sempre em ação nos momentos em que a matéria tratada encontra-se em estágio de crise, declínio ou sufocamento pelo sistema ou outras estruturas. A nostalgia pelos tempos gloriosos e o desejo de protagonismo e afirmação impelem unidades museológicas como o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz e o Ecomuseu de Sepetiba a criar uma geografia de apropriação do território vivido cujo território ganha valor em si: um valor de patrimonialização.

Figura 6: Divulgação do projeto de modernização do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (2012-2013), com o patrocínio da SEC/RJ

Fonte: Arquivo pessoal.

Formalizar e gerir esse patrimônio "Total" (OLIVEIRA, 2007), uma verdadeiro odisseia para qualquer ecomuseu que reivindique para si a tarefa variniana de

protetora e potencializadora-mor do patrimônio territorial, exige cerrar fileiras contra as forças exógenas e homogeneizadoras; e contra os impulsos destrutivos contra o patrimônio que ameaçam o equilíbrio eco-cultural e a identidade de raiz na qual a ação museológica se ancora para realizar sua cristalização historicista-memorial. Contemporaneamente, ecomuseus se configuram como sistemas peritos de fortalecimento da história e memória sociais do território, e da identidade geográfica que contribui para o empoderamento das tradições e outras práticas culturais julgadas relevantes para a integração e coesão das comunidades locais. Seja um bairro, núcleo histórico, sítio arqueológico, território étnico ou uma região cultural conforme descrita no capítulo 4, o ecomuseu lança narrativas e ações já consolidadas ou (re)inventadas ou no território para fincar suas raízes e, com as raízes já firmadas, erguer as matrizes e marcas da paisagem local (BERQUE, 1998) que os membros da confraria ecomuseológica, julgam ser importantes para representar o território e sua gente e patrimônio.

Similar ao Ecomuseu de Sepetiba, ao qual trataremos mais à frente, o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz é uma instância que tem no lugar vivido a sua arma geopolítica e cultural. Esta arma geopolítica, isto é, o bairro de Santa Cruz e a região histórica da Fazenda Jesuítica/Real/Imperial/Nacional de Santa Cruz, serve tanto para materializar a prática cultural da instituição quanto para ampliar o raio de influência e atuação do grupo. A dilatação do espaço de atuação do ecomuseu é uma odisséia de conquista simbólica de amplas parcelas de espaço físico para dar livre passagem à memória, aos fazeres artísticos aos projetos culturais e à gestão comunitária locais.

A proposta é priorizar os saberes e fazeres "autênticos" do lugar, de modo a resgatar e revitalizar as experiências do passado, somando-as ao presente para criar o elo que possibilita gerar a tão desejada coesão social e o fortalecimento da identidade do lugar. As contradições no discurso do NOPH desde o início das atividades em 1984 até os dias atuais[90], é refletida nas estratégias geopolíticas

[90] A educadora Claudia Feijó da Silva (2013) fez um estudo detalhado do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, analisando as atas de assembleias e reuniões, edições do jornal QUARTEIRÃO e narrativas dos integrantes, para entender o modo de funcionamento da instituição e as representações que ela instituiu a respeito do bairro de Santa Cruz. Para quem deseja aprofundar o estudo sobre a dinâmica de funcionamento e os diversos agentes que passaram pelo Ecomuseu, aconselho ler a sua dissertação.

adotadas ao longo dos anos, culminando na atual configuração de grupo que jaz fortemente marcada pelo paradigma da ecomuseologia global e, é claro, no pensamento de Hugues de Varine.

Em um cenário geográfico marcado pela marginalização sociocultural e baixo desenvolvimento econômico, um ecomuseu tem todos os requisitos para protagonizar processos de mobilização comunitária e reoxigenação da memória e do patrimônio, sendo este o panorama de Santa Cruz e do seu ecomuseu comunitário. A emergência do Ecomuseu pelas mãos do NOPH (1992)[91] e sua posterior residência no Palacete Princesa Isabel (Centro Cultural Municipal de Santa Cruz), produziu um sistema de trabalho e agenciamento cuja espacialização foi rastreada e inventariada aqui da seguinte forma:

- Resgate dos aspectos positivos da história local e tentativa de incluí-las na agenda cultural do bairro e na cidade. A questão até hoje não resolvida pelo NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz[92], diz respeito ao exclusivismo das suas ações na *core area* de Santa Cruz, sendo a Ponte dos Jesuítas, por razões óbvias, a única localidade fora da centralidade de Santa Cruz onde o NOPH mantém alguma forma de presença[93];
- Pesquisa da memória social e das narrativas populares para a sua reterritorialização nas novas gerações locais e na história geral da cidade que, de forma unívoca e perversa, reconhece apenas o eixo Centro-Zona Sul como o núcleo conformador da cidade e principal centralidade cultural, relegando as outras duas regiões a apêndices, frentes de expansão, reserva de valor para investimentos futuros, o que já se tornou evidente nos dias atuais com a atual expansão industrial,

---

[91] Para deixar claro, refiro-me ao real Ecomuseu comunitário do bairro, e não ao projeto de ecomuseu tutelado pela gerência de museus da SMC/RJ: o Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz. Desde a sua implementação em 1995, este Ecomuseu é questionado por não dialogar com a comunidade local e tampouco agregar profissionais experientes com Santa Cruz mas que não desejam se restringir à insígnia Ecomuseu.

[92] Falo de um assunto não resolvido em sentido oblíquo, pois na verdade, as questões e críticas colocadas ao grupo, foram realizadas nos últimos anos por Sinvaldo (FAMA), Pablo (Instituto Avenida Brasil) e por mim. Hoje, os três não se envolvem mais nas atividades do grupo.

[93] Exceto a Jornada de Pintura realizada em 2012 na Ponte dos Jesuítas, cujo artista premiado foi Pedro da Costa, morador de Campo Grande, o Ecomuseu só marca presença na Ponte dos Jesuítas para denunciar as recorrentes ações de vandalismo (pichação, tentativa de retirada das pilastras) contra a Ponte.

especulação imobiliária e interesse do Poder municipal em investir na cadeia produtiva da cultura e do entretenimento nessas áreas;

- O trabalho museográfico e museológico, além das outras atividades culturais realizadas pelo Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz – Jornada de Pintura da Ponte dos Jesuítas (2012), projeto de modernização das instalações e ampliação do acervo (2012)[94], projeto TRAMACULTURA (2012-2013), seminários de museologia social promovidos no bairro com a presença do Hugues de Varine e outros militantes ilustres da Museologia Social (Therezinha Resende, Yara Mattos, Nádia Helena) –, coloca Santa Cruz nos circuitos científico, museológico e cultural da cidade e em outros contextos, auxiliando na recomposição da identidade cultural e na criação de uma paisagem política mais desafiadora para o bairro. A imagem abaixo (Figura 7) é uma das atividades que ligam arte e museologia para criar um produto cultural realizado anualmente.

[94] Projeto patrocinado pela Secretaria de Estado de Cultura através de edital, aberto em 2012, que contemplava projetos de modernização tanto de museus convencionais e quanto dos populares, alternativos.

Figura 7: Jornada de Pintura, evento realizado anualmente pelo NOPH e sempre com homenagem a uma personalidade cultural local. Em 2012, o homenageado foi o professor e museólogo Sinvaldo Nascimento

Fonte: <http://santacruzetudodebom.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html>. Acesso em: 26 dez. 2014.

- A parceria com a faculdade local FAMA (Faculdades Machado de Assis) e o apoio ao professor e ex-militante do NOPH, Sinvaldo de Souza, já produziu ações interessantes no sentido de fomentar o turismo local, como os *city tours* oferecidos eventualmente pelo curso de Turismo da FAMA, e os passeios educativos realizados regularmente por escolas e instituições (exemplos: Fundação Xuxa Meneghel, Casa Arte Vida, PACS) de diversas partes da cidade, cujo roteiro costuma fechar no Palacete Princesa Isabel com a visita ao edifício e às exposições do NOPH-Ecomuseu[95];

[95] Desde que os conheci até o fechamento da tese, o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz mantém uma exposição permanente no primeiro andar do prédio, sobre a história colonial de Santa Cruz (maquetes produzidas pela artista plástica local Janaína Botelho), enquanto as exposições temporárias são realizadas no segundo andar, no espaço adjacente ao salão cedido ao NOPH para ser a sua sede física.

- Como já foi elucidado em parágrafos anteriores, a proposta ecomuseológica local converte as manifestações e produtos culturais locais em símbolos de resistência cultural local, em artefatos autênticos do território. Ser radical e sem concessões, como propugnou a grande líder deste Ecomuseu, Odalice Priosti, é promover um certo fechamento ideológico contra as influências de fora, e priorizar tudo o que é realizado localmente. Daí eles darem tanta ênfase a eventos de cunho tradicionalista como a Missa da Exaltação de Santa Cruz, o Grêmio Recreativo e Musical 24 de Fevereiro, a banda marcial do Colégio Dom Oton Motta, a invernada do Centro de Tradições Gaúchas (Reta do João XXIII) e a manifestações dos Clóvis no Carnaval (grupos de sujeitos mascarados e fantasiados que remonta às festas inglesas promovidas pela corte Imperial);
- A soma dos agenciamentos do Ecomuseu converte trabalho manual e intelectual em valor patrimonial e, em parte, turístico para o bairro de Santa Cruz;
- O maior questionamento que se faz ao grupo NOPH é se a ação deles não se tornou anacrônica, dado que é restrita a assuntos de viés historicista e do patrimônio "pretérito", dando pouca margem para o fortalecimento do presente etnográfico e geográfico do bairro e arredores, valorizando as novas iniciativas culturais[96]. Apesar da ideologia ecomuseológica pregar sempre o contrário, a ação museológica NOPH pende para a tradicionalização. E impôs uma certa alienação espacial que leva a massa dos moradores locais, notadamente os novos residentes, à não se "ver" representado no NOPH ou sequer ter ciência da existência de um ecomuseu local.

Um depoimento escrito por Odalice Priosti[97] e ecoado pelo Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz nos idos da sua formação nos anos 90[98], reflete muito da

[96] Esse, inclusive, foi o motivo que me levou ao conflito latente com os dois principais líderes do NOPH: o casal Odalice e Walter Priosti. Além de outros agentes envolvidos, o meu questionamento após meses de interação, sobre a necessidade de diversificação do escopo do grupo, levou ao meu afastamento do NOPH e à prosseguir na ação-pesquisa circulando por outros espaços institucionais e coletivos para compreender, de forma profunda e politizada, os elementos que fizeram essas instituições se ocuparem cada vez mais de atividades e ações com a memória social, as narrativas orais populares, a história local e o público infantil e jovem, público este mais fácil de adentrar no universo lúdico e estimulante da educação patrimonial, ambiental e das manifestações culturais. A proposta do Arquipélago Sociomuseológico Regional do Sertão Metropolitano Carioca é uma tentativa de caracterizar (sem caricaturizar!) a cena museológica emergente na periferia carioca.

[97] O leitor atento poderá questionar, e com toda a razão, o fato de estar relatando o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz apenas pela voz do casal e liderança principal do grupo, Odalice e Walter Priosti. Isso soa contraditório com a metodologia que aqui foi proposta, a ação-pesquisa. Porém, tento me redimir desse aparente equívoco a partir de duas constatações: 1) a ação-pesquisa diz

percepção e do imaginário geográfico que os integrantes ousaram reconstruir para Santa Cruz e arrabaldes, lançando outra base cultural sobre a vida social regional.

> Passado, presente e futuro entrelaçados através desses elos de uma Comunidade que assume o “nós” como ator, não mais figuração ou platéia; busca-se um sopro de renovação da sociedade e revitalização do seu espaço. É o apropriar-se de sua História, resgatando a fé no Homem, na sua capacidade de costurar o tecido social desintegrado, de reconstruir sua cidade a partir de sua rua, de seu quarteirão, de seu bairro. Enfim, um laboratório de identidade cultural e auto-estima de um povo. Museu do dia-a-dia, museu comunitário, museu sem paredes...Não importa a nomenclatura. É simplesmente o homem em diálogo aberto e solidário com seu presente, passado e futuro, visando maior integração da Comunidade em harmonia social e ambiental (PRIOSTI, 2013).

A ideia de “revitalização do espaço”, nesse e nos casos que circundam o universo da arquitetura e do urbanismo, são reveladores da pressão social por novos espaços e atmosferas culturais que superem a obsolescência, padronização cultural e a lógica do cimento/asfalto que reina no cotidiano das sociedades modernas. São essas sociedades, e particularmente suas periferias, que clamam por revitalização, e não as sociedades não ocidentais e comunidades tradicionais...

Os bairros de periferia, devido ao alto grau de desigualdade e exclusão que sofrem, tendem a reproduzir estigmas, rótulos e preconceitos a eles inferidos, que culminam na reprodução das imagens e do imaginário geográfico que circundam clássicos os territórios assim marginalizados. A ideia de revitalização de espaços,

---

respeito ao próprio pesquisador ser um agente engajado e politicamente consciente da sua localização e posição no contexto e no jogo das instituições pesquisadas. Utilizar várias vozes numa pesquisa não significa que se está contemplando a diversidade sociocultural do território, pelo contrário, o uso pontual e aleatório das vozes pode significar uma manipulação dos discursos dos sujeitos unicamente para enxertar o texto, ratificando a autoridade monologal do pesquisador. Os múltiplos sujeitos tornam-se apenas o elemento decorativo, o objeto de justificação da pesquisa; 2) Conversei com outros integrantes do NOPH, mas, para a minha surpresa, eles tinham pouco a falar sobre o tema Écomuseu Comunitário de Santa Cruz, mostrando pouco domínio do assunto. A atuação dessas pessoas se resume às reuniões e ao trabalho voluntário nas atividades culturais e educativas programadas anualmente pelo NOPH. Alguns só se referiam ao grupo enquanto NOPH, e não ao Ecomuseu, o que nos leva a pensar (mas não é o objetivo desta pesquisa entrar nesse questionamento) se o Ecomuseu é uma realidade no próprio grupo NOPH ou uma estratégia política capitaneada apenas por um núcleo de pessoas. Ao final da pesquisa, em 2014, soube que alguns professores e estudantes foram somados ao grupo para potencializar o trabalho voluntário nas áreas da pesquisa científica e da educação patrimonial, sendo uma tentativa, protagonizada pela Odalice (!), de resgatar a essência que deu vida e reconhecimento ao NOPH nos anos 80 e 90.

[98] A frase foi rememorada e disponibilizada em: <https://www.facebook.com/odalicemirandapriosti.priosti/posts/10203171307468579>. Acesso em: 20 dez. 2014.

assim como propagado na Arquitetura e no Urbanismo pós-modernos[99], é dar nova vida e conteúdo à relação espacial, agregando pessoas, artefatos e dinâmicas num mesmo movimento de harmonia social e ambiental.

A contradição no discurso revitalista do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, está na geopolítica de protagonismo sociocultural que eles tanto almejam induzir na região de Santa Cruz. Sua postura é de ser 1) a força motriz, e 2) o espaço magnetizador[100] de outras instituições políticas e culturais importantes para o NOPH emergir como protagonista e viabilizar o desenvolvimento cultural e o exercício do direito à memória e cidadania no bairro. Sobre esse último aspecto, a ênfase demasiada no passado que cria o elo com o presente, fomenta uma cadeia de significações locais que acaba por cristaliza um sistema de privilégios em torno do patrimônio material pretérito, e dos grupos étnicos e manifestações priorizados na atual política patrimonial e museológica nacional[101].

O resultado concreto é o deslocamento de outras expressões culturais e artísticas, locais e coevas, para um plano secundário, marginal, típico dos processos museológicos dominantes onde determinados fenômenos são colocados como dignos de lembrança, enquanto outros são enquadrados na política de esquecimento[102].

---

[99] Não entrarei nos detalhes sobre o conteúdo ideológico e reificador contido na ideia de revitalização, mas só a título de lembrança, revitalização é utilizado em todo o mundo ocidental nos processos de transformação e gentrificação de áreas históricas, centrais ou suburbanas, principalmente em contextos de metrópole, onde o capital financeiro consegue capilarizar os investimentos de forma mais ágil e produtiva, em contato direto com os principais órgãos licenciadores e de fomento. O tema da revitalização urbana, arquitetônica, paisagística, social etc., já inspirou estudos e pesquisas em todo o mundo. No Brasil, os estudos de revitalização concentram-se basicamente nos modos de recuperação de áreas históricas e vazios urbanos, seguindo os pensamentos lefebvriano e castelliano. Ver: Couto e Martins (2014), Leite (2004), Zancheti e Lacerda (1999) e Vaz e Silveira (1999).

[100] Uso o conceito "magnetizador" para expressar a capacidade de um espaço de cultura atrair pessoas e situações de empoderamento da instituição. Carisma e atratividade seriam expressões similares.

[101] O campo patrimonial brasileiro tem seus modismos consensualmente aceitos pelos profissionais e militantes, ou imposto pelo *status quo* que hoje é composto pelo IPHAN, MinC e mais algumas dezenas de cientistas e intelectuais.

[102] Em realidade, as expressões culturais e artísticas da população local, olhadas e realizadas no plano da vida ordinária, são excluídas da ação ecomuseológica local. Exemplos: músicos de rua, manifestações de cultura jovem urbana, blocos de carnaval e outras situações de cunho homogêneo, estanque.

Figura 8: Encontro da ABREMC em 2013, na sede do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. A foto ilustra o protagonismo feminino na Museologia Social.

Fonte:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=558785300879501&set=t.1384444614&type=3&theater>. Acesso em: 10 mai. 2014.

Antes de tecer as últimas palavras sobre o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, quero fazer um breve comentário sobre o modo como essa instituição lida com os grupos migrantes que fizeram história no bairro e são apropriados por ela como peças estratégicas para a promoção da diversidade étnico-cultural-identitária do bairro. A lista de grupos migrantes que participaram de forma ativa na formação do atual bairro de Santa Cruz é plausível: japoneses, chineses, franceses, turcos, sírio-libaneses, portugueses do Minho e da Ilha da Madeira. A migração é relatada com detalhes na trilogia do historiador Benedicto de Freitas (1985, 1987a, 1987b).

Fânia Fridman enaltece as inovações surgidas na Fazenda de Santa Cruz, dentre elas, a migração exponencial para aquele período:

> Uma outra inovação implementada na Fazenda foi a vinda de imigrantes estrangeiros, dando início no país ao processo de transição do modelo agrário baseado na mão de obra escrava para um novo regime com homens livres e assalariados. Estava inserida nesta proposta a perspectiva de facilitar a miscigenação do povo. Muitos autores referem-se como

> primeiras experiências aos núcleos coloniais de Leopoldina em Vila Viçosa (1818) e de São Jorge dos Ilhéus (1822), ambos na Bahia e compostos por hanoverianos, e à colônia de Nova Friburgo (1819), formada no Rio de Janeiro por suíços católicos. Gostaria de apontar três experiências anteriores com estrangeiros na Fazenda de Santa Cruz, que, por este motivo, pode ser considerada como um laboratório: a colônia dos chineses de Macau, que chegaram em 1815 para a criação do bicho da seda e o plantio de chá; no mesmo ano, 145 espanhóis formaram a Aldeia dos Espanhóis e foram empregados no curtume e na olaria; e, em 1817, chegaram os portugueses do Minho para trabalharem na agricultura (FRIDMAN, 2009, p. 148).

O fenômeno dos chineses em Santa Cruz é simbólico e ao mesmo tempo acende dúvidas. A primeira leva veio de Macau para servir a Corte na Fazenda Real de Santa Cruz, criar bicho da seda e cultivar chá nas áreas que hoje compreendem o Morro do Chá, o aterrado do Leme e o conjunto Saquaçu[103]. Hoje, não há indícios de descendentes das primeiras famílias chinesas, porém, sua história é narrada com orgulho e louvor pelo NOPH e pela militância intelectual local, como um achado histórico importantíssimo para elevar os bairros aqui interessados à condição de bairros multiculturais, cosmopolitas.

[103] Benedicto de Freitas (1985, 1987a, 1987b) narra a saga da Fazenda de Santa Cruz em seus quatro grandes momentos (jesuítico, real, imperial e nacional) e detalha os usos de cada porção do território da Fazenda seja por barões, arrendatários, escravos e outros grupos.

Figura 9: Chineses da Fazenda de Santa Cruz a serviço da família Real

Fonte: Biblioteca do NOPH.

Já as famílias japonesas da década de 30 do século anterior, contam com uma história mais sólida e contemporânea em relação à atual Santa Cruz. Sua presença e importância na política de identidade do NOPH reside nela ter uma colônia relativamente estruturada, a Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz, e por produzirem o famoso Aipim de Santa Cruz[104] e, em parceria com o Instituto Maniva[105], o portátil "baby aipim"[106]. Os demais grupos têm uma história difusa de práticas familiares em busca de ascensão social e econômica. O NOPH aspira reunir essas trajetórias étnicas e familiares e coloca tudo sob a rubrica da identidade multicultural santa-cruzense. Trata-se de uma *política de identidade*, ou para utilizar

[104] Ver: <http://www.malaguetanews.com.br/pimentas/baby-aipim> Data de acesso: 23 dez. 2014. Sobre a dinâmica da Colônia Japonesa, ver: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2002/Comunicacoes/Souza%20Sinvaldo%20N.doc>. Acesso em: 20 dez. 2014.

[105] Acesse: <http://www.institutomaniva.org/>. Acesso em: 6 jan. 2015.

[106] Consultar: <http://www.projetomaravilhas.com.br/finalistas/baby-aipim>. Acesso em: 26 dez. 2014.

um termo que está na moda no campo das OSs, o NOPH estabeleceu uma *ação afirmativa*[107] calcada no multiculturalismo étnico. Na verdade, trata-se de um construcionismo étnico derivado de grupos de nacionalidades distintas que não possuem ligações entre si, e tampouco utilizam Santa Cruz como estratégia afirmativa e de criação de topofilia.

As famílias japonesas da Reta do João XXIII/Conjunto São Fernando são um caso à parte, pois eles são o alvo principal do NOPH tanto por razões históricas quanto por serem a etnia que conseguiu manter muitas das tradições culturais e a característica de colônia rural-agrícola. A colônia japonesa mantém uma ligação razoável com o NOPH através de alguns interlocutores que conseguiram superar tanto a barreira da língua como a barreira social[108].

[107] Tanto a política de identidade quanto as ações afirmativas derivam do contexto intelectual anglo-saxão que já recebeu inúmeras críticas pelo caráter conservador e emoldurador das suas estratégias de reconhecimento dos grupos. Pelo próprio fluxo dinâmico das relações sociais e confrariais, as políticas de identidade e ações afirmativas seguem a fórmula modernista e eurocêntrica que acabar por reduz os sujeitos e suas culturas a parâmetros e estereótipos que produzem os enquadramentos ideais para inclui-los nas políticas públicas de cultura, no fluxo de trabalho das organizações sociais e na lista de interesse dos grandes investidores privados. Para uma crítica às políticas de identidade modernistas pelo viés da Geografia Humana, ler Mathias le Bossé (2004). A Escola Latino-americana de Estudos Descoloniais tem um círculo interessante de autores que seguem o rastro crítico que, vez ou outra, é reportado à filosofia marxista, ao qual esta prioriza a *práxis* em detrimento do universo representacional e de outras formas ligadas às ideias, ideologias, doutrinas, em suma, ao universo imaterial.

[108] Hoje, Otávio, Mariana e Kazuê Miyata são os principais interlocutores da Colônia. Além dos registros orais, a Colônia já cedeu ao NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz fotografias, objetos e outros documentos que contam a trajetória das famílias japonesas que chegaram em Santa Cruz nos anos 30 e se fixaram na Reta do João XXIII/Conjunto São Fernando. Ao longo do texto, me referirei às famílias japonesas da Reta do João XXIII/Conjunto São Fernando através do termo Colônia, pois eles são, em termos legais e topofílicos, a Colônia Nipo-Brasileira que representa Santa Cruz em todos os eventos e atividades realizados por migrantes japoneses.

Figura 8: Otávio Miyata, principal interlocutor da Colônia, com os ecochefs do Instituto Maniva para promover o Aipim de Santa Cruz

Fonte: <http://extra.globo.com/noticias/rio/zona-oeste/chefes-de-cozinha-da-alta-gastronomia-carioca-como-teresa-corcao-incentivam-producao-do-aipim-em-santa-cruz-8030160.html>. Acesso em: 6 jan. 2015.

O NOPH tem um papel expressivo na divulgação da cultura e dos ofícios das famílias da Colônia, e nos estudos sobre o modo de vida das distintas gerações que compõem e Colônia. O estudo de Sinvaldo Souza (2002, 2005) sobre a educação e modo de transmissão da cultura japonesa para as novas gerações da Colônia é interessante, lança outras luzes sobre a abertura paulatina da Colônia para a comunidade de Santa Cruz e o cuidado de evitar a aculturação dos seus descendentes. A aculturação já é uma evidência na Colônia, e o resultado tem sido, para desespero do NOPH, a perda dos laços entre os grupos familiares e o subsequente esfacelamento da Colônia[109].

Numa entrevista que pediram para realizar junto à Colônia para denunciar o prejuízo que a TKCSA estaria causando às lavouras japonesas, e a negligência do

[109] O processo de fragilização e esfacelamento da Colônia já está em curso. Nas últimas conversas com Kazuê e Otávio (2013 e 2014), deram a informação que algumas famílias da Colônia já pensam em vender suas terras, pois não querem mais se envolver com agricultura. Boa parte dos residentes dessas famílias são idosos, já passaram do tempo de trabalhar na lavoura, enquanto seus descendentes optaram por estudar, trabalhar e viver em outros contextos mais urbanos. Mesmo o Otávio Miyata, tão atuante na defesa da Colônia, se desgastou recentemente com o grupo e optou por trabalhar nas lavouras dos parentes da mesma etnia, em Nova Friburgo (RJ).

Poder público sobre o assunto (CARDOSO, 2012), já estava assinalado o temor sobre a possível "extinção" da Colônia, dada a inviabilidade da cultura agrícola no cenário cada vez mais metropolitano do Rio de Janeiro. O medo parte tanto da liderança da Colônia quanto dos agentes preocupados com a preservação do grupo, como o Instituto Maniva, o Sindicato Rural e, é claro, o NOPH.

Para contornar esses e outros problemas que colocam a identidade histórica e regional de Santa Cruz em xeque, o NOPH lançou mão de alguns instrumentos para resgatar o debate e propor soluções materiais e visuais inovadoras para a região continuar o crescimento econômico, porém, sem gerar danos ao patrimônio cultural. Uma das ferramentas, idealizada por Odalice Priosti, é a "Espiral do Desenvolvimento Local", sendo o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz a organização-âncora. A imagem abaixo mostra a esquema da espiral, e ratifica a Colônia japonesa como um dos atores principais na estratégia do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz que, em resumo, trata-se da fixação de uma política de identidade que fortaleça as geografias pretéritas e coloque-as, para a população local, no mesmo patamar de importância das associações comerciais e das indústrias. O esquema tem forte inspiração em Hugues de Varine, cujo pensamento foi sistematizado em seu recente livro *Raízes do Futuro* (2012).

Figura 11: Metodologia em espiral proposta pelo NOPH. A Colônia Nipo-brasileira de Santa Cruz também aparece nessa geopolítica cultural hexagonal onde o NOPH reivindica para si o papel central em todo o processo. Seria uma espécie de centralismo político-cultural?

Fonte: Arquivo pessoal.

A ideia da "espiral do desenvolvimento" está presente no último livro de Hugues de Varine (2012). Refere-se a uma combinação de estratégias e artifícios de apropriação do patrimônio para o desenvolvimento local, unindo a gestão sustentável do patrimônio com a evolução econômica da sociedade. Sem o prisma econômico como um dos pilares do desenvolvimento, o patrimônio fica à deriva, sem as condições ideais para o financiamento da sua conservação e potencialização. A espiral é um recurso didático criado por Odalice e Walter Priosti para sintetizar o escopo do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, estabelecendo as parcerias estratégicas tanto para o desenvolvimento individual da instituição, quanto para expor o mecanismo mais compacto e ideal para se realizar o desenvolvimento local em todas as vertentes: o diálogo interinstitucional.

A espiral do desenvolvimento de Hugues de Varine (2013) e adotado pelo NOPH-Ecomuseu de Santa Cruz, assim como outros modelos que seguem o mesmo *script* de agenciamento e perfil político, tornam claros que o autoritarismo (e não a autoridade no assunto) e o exclusivismo territorial são posturas culturais resignadas que só levam a instituição ao isolamento e à frustração. Nenhuma instituição que se autorreclui nos dias atuais, consegue sobreviver diante do cenário cada vez mais fugidio e competitivo das organizações sociais. Apesar de contradizer em alguns aspectos sua postura cotidiana, o arquétipo de ação do NOPH, isto é, o hexágono do desenvolvimento de Santa Cruz, já mostra a abertura do grupo para o diálogo interinstitucional, onde a meta é envolver cada espaço político que está na ponta do hexágono, de modo a trazê-los para a ação comum de empoderamento comunitário. Uma tarefa infausta, diga-se de passagem...

Quando essa tarefa é levada para o âmbito dos grupos étnicos (para ser mais preciso, a colônia japonesa e os artistas e artesãos locais), o NOPH se esbarra com a questão imaterial, de difícil mensuração para se chegar a um fundo comum onde a integração dos grupos seja possível e a matriz identitária do território seja, com isso, fortalecida. O NOPH pisa em terreno movediço diante de uma geografia cultural e geopolítica hexagonais cuja dificuldade de agendas e agentes é uma realidade, e não embuste discursivo. Do núcleo agrícola à associação comercial locais, trazê-los para a mesma agenda política é um idealismo que ratifica a expectativa ecomuseológica de pensar o território a partir de suas virtudes e da possibilidade de concatená-las a um desenvolvimento coeso e harmonioso. A linguagem do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz soa estranha nos ouvidos da população, pois o ritmo de desenvolvimento em voga foge até do mínimo que se espera de um desenvolvimento coeso e harmonioso.

As expectativas de segmentos culturais e da população como um todo de Santa Cruz, são diferentes das expectativas nutridas pelo NOPH e seus amigos, por isso as linguagens de ambos geram práticas discursivas e representacionais que auferem horizontes distintos. Não é pensar esses dois segmentos como polos dicotômicos, mas antes, como núcleos irradiadores de ideias, práticas e decisões onde o patrimônio ladeia entre o limite e a oportunidade, o constrangimento e a liberdade, o belo e o sofrível (por isso, boa parte dele encontra-se em ruínas!). Um

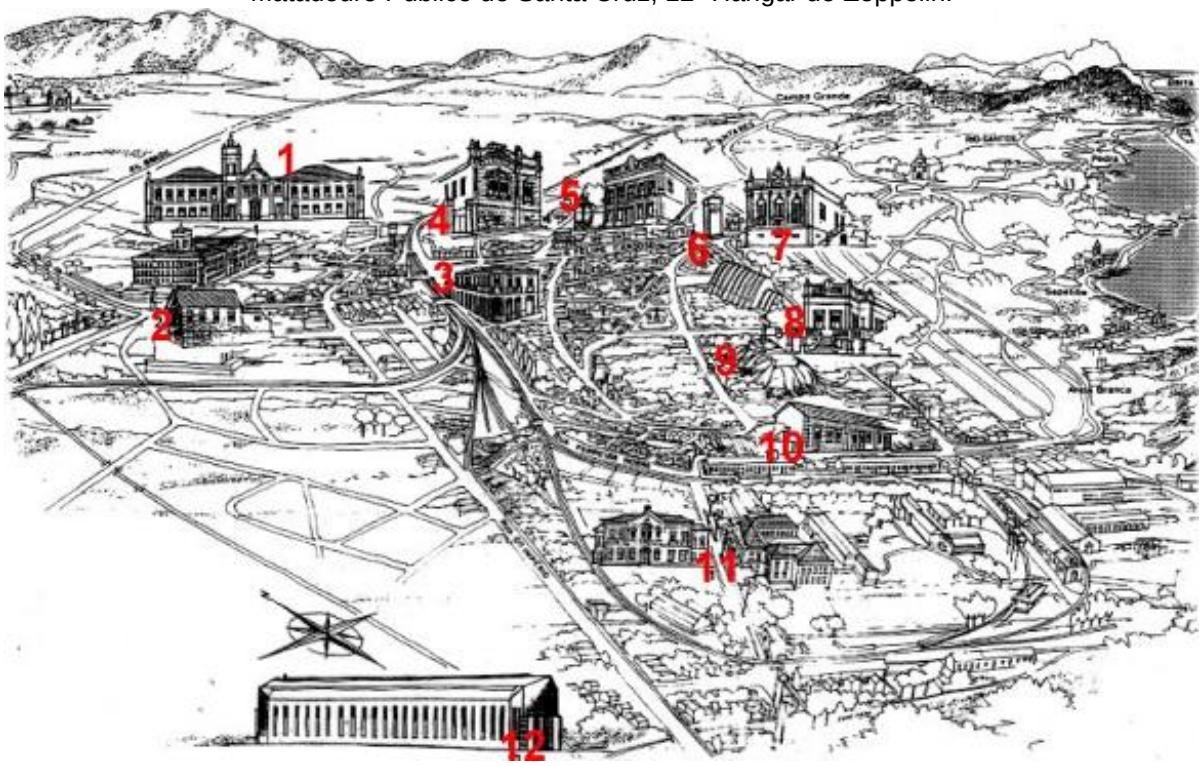
exemplo dessa perspectiva oposicional contraditória, que clareou muito minhas ideias acerca do NOPH e do cenário em geral, surgiu para mim no “final” do trabalho de campo em Santa Cruz. Na ocasião, a associação comercial local – que, a princípio, consta como parceira de luta do NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, vide a sua inclusão no esquema hexagonal do grupo (foto 6) – solicitou ao Prefeito Eduardo Paes (gestão 2012-2016), em reunião particular, a alteração da APAC de Santa Cruz para o bairro retomar o desenvolvimento econômico. Dentre as alterações, uma bastante requisitada pelos empresários é a alteração do gabarito de alguns prédios tombados, e a exclusão de outras do Decreto[110] para facilitar a demolição ou alteração de fachada e entorno[111], algo difícil de conseguir devido à burocracia imposta pelo dispositivo APAC que foi concebido justamente para conter a especulação e destruição desenfreadas dos bens arquitetônicos cariocas (patrimônio cultural material)[112].

[110] Decreto N°. 12.524 de 09 de dezembro de 1993.

[111] A informação foi confirmada por um membro da associação e comerciante local, no final de 2013. Uma entrevista com o prefeito Eduardo Paes na web, onde ele confirma estar disposto à negociar e realizar as alterações necessárias na APAC de Santa Cruz para dinamizar a economia local, infelizmente foi retirada do ar por razões desconhecidas.

[112] A APAC está inserida em várias localidades reconhecidas como núcleos históricos da formação da cidade do Rio de Janeiro. Sua proposta e ações estão contempladas no site: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/apac>. Acesso em: 31 dez. 2014.
Para uma análise sucinta da APAC de Santa Cruz e sua inconsistência dentro do quadro da política pública cultural da Prefeitura, ver Colombiano (2007).

Figura 12: APAC Santa Cruz, ilustrado por Oswaldo Lioi. Legenda: 1- antiga sede da Fazenda de Santa Cruz; 2- Casa do Sal; 3- Casa Ciraudo; 4- Vila Celina; 5- Palacete Horácio Leme; 6- Marco XI; 7. Antigo solar da família Araújo; 8- Antiga residência do Senador Júlio Cesário de Melo; 9- Atalaia dos Jesuítas (Morro do Mirante); 10- Vila Operária do Matadouro; 11- Antiga sede administrativa do Matadouro Público de Santa Cruz; 12- Hangar do Zeppelin.



Fonte: <http://www.quarteirao.com.br/territorio.html>. Acesso em: 20 nov. 2011.

Nas últimas reuniões que frequentei no NOPH em meados de 2012, a fala dos principais militantes do grupo centrava-se na necessidade do Ecomuseu sair dos muros do Palacete Princesa Isabel e trazer a comunidade local para participar do Ecomuseu. Trata-se de uma fala socialmente digna e atraente, porém impossível de se realizar no contexto do bairro. Em um dos encontros, um dos participantes, que posteriormente foi excluído do grupo, indagou a todos sobre o porquê do NOPH não estender as atividades para os bairros do entorno, já que a proposta de cobrir a região histórica da Fazenda de Santa Cruz deveria levar o grupo a trabalhar dentro de limites territoriais bem maiores que o que trabalha atualmente, ao qual inclui o quarteirão do matadouro e o bairro homônimo.

Nesse mesmo dia, após a reunião, questionei a Odalice sobre o porquê da existência de um ecomuseu particular em Sepetiba (ainda não tinha conhecido pessoalmente Bianca Wild, mentora do projeto) já que Sepetiba, historicamente, sempre pertenceu a Santa Cruz e, até os dias atuais, mantém laços de

interdependência com o bairro. Odalice respondeu, de forma categórica, que o NOPH não tem “pernas” para realizar qualquer trabalho em Sepetiba, e que “os moradores de Sepetiba resolveram optar por seguir seu próprio caminho, ligado a nós, porém, de forma independente” (2012, comunicação pessoal).

Para além do argumento da dificuldade de se realizar trabalho nas localidades distantes do núcleo do NOPH, ficou evidente que o desafio de se pensar na porosidade das fronteiras históricas e sociais entre os bairros, e de lançar novas perspectivas culturais e de trabalho patrimonial na região, tão-somente começou. A comodidade de centrar as ações no núcleo histórico do bairro, já recebe o *feedback* de outros agentes culturais, de que é preciso estender o raio de atuação e se englobar em outras situações para o fortalecimento do grupo, ou o Ecomuseu correrá o risco, sempre declamado pela Odalice sem a suficiente consciência crítica que se supõe ter, de morrer por inanição[113].

O medo interno do NOPH-Ecomuseu de morrer por inanição – algo caro não aos museus, mas a todo o universo das organizações sociais (Terceiro Setor) –, faz parte de um conjunto de preceitos e receios cujo objetivo-mor é evitar a descaracterização do grupo. Por descaracterização, o NOPH entende ser a perda de uma ou mais das três características varinianas (território + patrimônio + comunidade) que devem compor qualquer movimento, “rede”, instituição e ação que queira ser reconhecido e autenticado como ecomuseu. A perda de um dos três elementos ecomuseológicos, julgam os especialistas do campo, leva à redução do ecomuseu a um simples "museu de acervo" desconectado da realidade comunitária, da demanda dos agentes de cultura e memória locais, e da visão mais ampla acerca do que é patrimônio cultural.

No caso do NOPH e do Ecomuseu de Sepetiba, ser apenas um museu de acervo na urbe carioca, recheada de museus pomposos no eixo Centro-Zona Sul, não é um bom negócio e nem o meio intelectualmente mais interessante, no atual quadro social e de mobilidade urbana que vivemos, para fortalecer a identidade local e o processo de desenvolvimento comunitário e cultural. O desgaste que seria

[113] A frase “morrer por inanição” consta numa edição do jornal QUARTEIRÃO e ouvi pessoalmente da Odalice em pelo menos duas reuniões de grupo em 2012, próximo à realização do II Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários, em Belém, Pará, promovido pelo Ecomuseu da Amazônia.

necessário para levar visitantes, turistas e estudantes intercambistas para esta parte da periferia, aliado às dificuldades básicas de manutenção de uma estrutura museal suntuosa, de grande musculatura (manutenção do edifício, ampliação e conservação de acervo, pagamento de funcionários e freelancers), reduz drasticamente a chance de desenvolvimento de um museu do porte dos grandes museus (mausoléus?) localizados nas zonas de opulência da cidade[114]. Além do mais, essa modalidade de espaço museal desvirtuaria os princípios de base comunitária que hoje norteiam os espaços museológicos e para-museológicos locais, na tentativa de implantar uma cultura turística/de intercâmbio que parta de estruturas e matizes diferentes das que já são encontradas no território turístico hegemônico carioca.

6.7 O ECOMUSEU DE SEPETIBA

As mesmas perspectivas, expectativas e receios do NOPH-Ecomuseu comunitário de Santa Cruz são nutridas em igual intensidade pelo Ecomuseu de Sepetiba, localizado no bairro vizinho de Santa Cruz. Sendo o filho primogênito do NOPH, o Ecomuseu de Sepetiba segue a mesma fórmula conceitual e agencial buscando a otimização das suas ações no território vizinho de Santa Cruz. Seguir um modelo que, julgam os integrantes deste Ecomuseu, foi bem sucedido e experiências já conhecidas para impactar, de forma culturalmente positiva e

[114] O Sítio Roberto Burle Marx, na Barra de Guaratiba, e o IPHARJ/Museu da Humanidade, localizado em Anchieta, são notáveis exceções à regra da baixa expressão estética que impera nas periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. O primeiro, um espaço administrado pelo IPHAN/MinC, só (re)existiu ao tempo devido a atitude altruísta e estratégica de Burle Marx de deixar um legado em arquitetura, paisagismo e história para a população local e a comunidade científica. Já o segundo, uma obra igualmente altruísta, porém aditivada pela mente megalomania do seu mentor, Claudio Mello, cujo espaço foi projetado para ser um espaço de fomento de estudos e pesquisas nos campos da arqueologia, história e meio ambiente, além de ser um espaço turisticamente atraente ao abrigar o Museu da Humanidade. De acordo com Claudio Mello, a ideia de construir um espaço desse porte foi para oferecer à esta parte deprimida da periferia carioca, a região de Anchieta, um espaço digno, culturalmente suntuoso e relevante, para a realização de exposições, eventos científicos, intercâmbio cultural e científico etc. O IPHARJ/Museu da Humanidade contradiz, como falei acima, a regra dominante na periferia metropolitana: centros culturais possuem arquitetura pobre, esteticamente desprovida de estilo e essência, pois além das dificuldades tradicionais de sobrevivência dos espaços culturais (manutenção do espaço físico, aquisição do imóvel, falta de mão de obra voluntária), grandes obras arquitetônicas e culturais como o Sítio Roberto Burle Marx, a Capela Magdalena e o IPHARJ são vistos como equipamentos esdrúxulos, de gasto desnecessário, mera expressão burguês-conservadora que destoa do gosto estético e do *modus vivendi* que o populacho consegue compreender, em outras palavras: se “vê” nele.

politicamente engajada, no bairro mais próximo e íntimo da Baía de Sepetiba. Apesar de Santa Cruz ter uma vasta área de preservação ambiental que margeia a Baía de Sepetiba[115], o bairro de Sepetiba guarda uma ligação humana com esta porção de mar cuja formação e esplendor remontam à era cenozóica[116].

Figura 13: Intercâmbio de experiências do Ecomuseu de Sepetiba com a ABREMC e o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. À direita, temos o chanceler do movimento ecomuseológico mundial, Hugues de Varine

Fonte:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=500460546661058&set=t.1384444614&type=3&permPage=1>. Acesso em: 23 dez. 2014.

[115] Vegetação essa que hoje se encontra bastante impactada pelas indústrias do D.I de Santa Cruz, principalmente a TKCSA, principal agente poluidor da região e que, desde a fase de licenciamento para instalação, destruiu uma parcela considerável do manguezal local.

[116] Assim como os três bairros da região de Guaratiba, Sepetiba possui sambaquis localizados na Ilha do Tatu, na Estrada do Piaí, na APA das Brisas e nas proximidades do antigo Cais do Porto de Sepetiba, que remontam a períodos anteriores de ocupação desta região litorânea, e cujas ligações entre esses povos ainda está para ser estudado. Para o estudo dos sambaquis locais, consultar o clássico artigo de Ernesto Cunha (1965), elaborado para a outrora famosa e extinta revista do IBGE, a Revista Brasileira de Geografia. A formação geológica da Baía de Sepetiba foi estudada por um grupo de pesquisadores da UFRRJ, e um artigo que resume esses estudos encontra-se disponível em: <http://www.abequa.org.br/trabalhos/SUL_DO_ESTAD.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2014.

O Ecomuseu de Sepetiba só se formalizou como ONG em 2014, e meses após a legalização, realizou um colóquio que surpreendeu as pessoas pela sua proposta de facilitar esse tipo de evento científico no bairro que mais carece de suporte científico para superar os problemas locais, e possui inúmeras barreiras (transporte precário, educação deficitária, distância geoestrutural) que impedem o acesso da população local às universidades, centros culturais e outras instituições privilegiadas da cidade que produzem conhecimento, cultura e artes.

Figura 14: Cartaz de divulgação do Colóquio do Ecomuseu de Sepetiba.

Fonte: https://www.facebook.com/events/783042188406147/

O Ecomuseu é formado por uma comissão de educadores, professores e ativistas locais, cujo objetivo é montar um cenário de ação educativa que traga para o público o reconhecimento do potencial cultural e paisagístico de Sepetiba, e a conscientização dos fatores que levaram o bairro ao atual estágio de degradação social e ambiental, incluindo a Baía de Sepetiba que sofre há décadas dos horrores da poluição provocada pelos distritos industriais circunvizinhos. A Baía de Sepetiba é o principal símbolo de luta e resistência não só do ecomuseu local, mas de outras instituições para-museológicas como o SOS Sepetiba e o Espaço Cultural A Era do

Rádio. Todos perseguem a questão ambiental da Baía por ela ser capaz de lançar uma luz mais forte sobre este bairro que, no mapa geopolítico da cidade, é apenas um apêndice de Santa Cruz. A poluição da Baía de Sepetiba como a estratégia para dar visibilidade ao movimento social local e forçar o Poder público e os atores industriais regionais a compor soluções que levem à revitalização socioambiental do bairro. As figuras abaixo (Figuras 15 e 16) mostram a atividade do Ecomuseu de Sepetiba que tem se tornado o carro-chefe do grupo: o passeio de reconhecimento ecológico e cultural do patrimônio local.

Figura 15: Passeio de reconhecimento ecológico e cultural realizado pelo Ecomuseu de Sepetiba (2014)

Fonte: Ventolídio José.

Figura 16: Divulgação dos passeios mensais guiados pelos colaboradores do Ecomuseu de Sepetiba

Fonte: Ventolídio José.

O Ecomuseu de Sepetiba age como uma espécie de movimento social local, e nesse ponto, ele se diferencia do Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz pelo fato do grupo não ter a mesma densidade histórica e rigidez institucional do parceiro. Comparado ao irmão de Santa Cruz, o Ecomuseu de Sepetiba é um novato: seu surgimento informal data de 2009. E por ser um ente novo, o improviso ou o arriscar-se se tornam elementos necessários no jogo por reconhecimento e pelo aumento da sua voz nos círculos de decisão política.

Por ser um bairro mais ligado à sua litoraneidade[117], isto é, a Baía de Sepetiba e seu sistema ambiental (águas, orlas, ilhas, sambaquis e comunidades tradicionais

[117] Fazendo a ressalva que as comunidades do bairro mais afastadas da orla da Baía, como os conjuntos habitacionais da Nova Sepetiba, Largo do Aarão e outras localidades mais próximas geograficamente de Santa Cruz, não possuem a mesma ligação afetiva, identitária e espacial verificada nos moradores antigos e nos que residem próximo a uma das quatro orlas (Sepetiba, Cardo, Recôncavo, Brisa).

de pescadores, marisqueiros, fazedores de redes e canoas)[118], o Ecomuseu local se fixa nesses referentes simbólicos e espaciais para construir a sua identidade de grupo e de luta. Uma luta que não é só social: todos os ecomuseus partilham da estratégia construtivista de “armação “biocultural”. Essa armação é que estabelece as bases para o avanço gradual da ação museológica no território e, num movimento simultâneo, tenta-se traduzir a ação em um ou mais espaços de socialização do conhecimento e da informação. No contexto brasileiro, os ecomuseus de Maranguape (CE), da Amazônia (PA) e do Outro Preto (MG) estão na vanguarda desse processo, ao qual podemos acrescentar outras instituições museológicas focadas no território regional: Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (CE), Museu do Homem do Nordeste (PE), Museu da Maré (RJ), Museu Treze de Maio (RS), Museu do Território de Paraty (RJ) e Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque (AC).

Uma das medidas fortuitas do Ecomuseu de Sepetiba, mas que tem reverberado de forma positiva e destacado o Ecomuseu no cenário local e ecomuseológico, é o marketing territorial e turístico que eles criaram com o objetivo de atrair pessoas de fora e do próprio bairro para conhecer o patrimônio cultural e ecológico que faz de Sepetiba um recanto histórico singular. O passeio de reconhecimento cultural e ecológico foi produzido para criar um novo olhar e atitude para o bairro e seu patrimônio comunitário. O grupo elaborou com cuidado os trajetos a serem percorridos pelos visitantes, de modo a criar uma narrativa sobre a história local e suas belezas. Isso tem afetado o público e estimulado outros a adotar práticas audiovisuais semelhantes para enfatizar as características admiráveis do bairro. As imagens abaixo (Figuras, 17, 18 e 19) foram produzidas por alguns colaboradores do Ecomuseu para realçar a comunicação do grupo sobre o patrimônio local, e utilizaram as belezas naturais como ingrediente para dar o choque estético às pessoas que tem uma visão negativa ou indiferente do bairro.

[118] Um estudo interessante neste bairro – e que precisa ser realizado de forma urgente, preferencialmente por vários cientistas sociais para traçar múltiplos panoramas sobre o mesmo espaço real –, seria o que realçasse os processos internos de marginalização das comunidades tradicionais, de desconhecimento generalizado do patrimônio material, e a letargia econômica, que se intensificaram nas últimas décadas com os novos assentamentos populacionais, a precarização dos serviços públicos e a marginalização exaustiva do bairro em relação aos espaços vizinhos (Pedra de Guaratiba, Guaratiba e Santa Cruz).

Figura 17: Marketing territorial do Ecomuseu de Sepetiba

Fonte: Bianca Wild.

Figura 18: Praia de Sepetiba, próximo à Ilha do Marinheiro

Fonte: Yuri Borba.

Figura 19: Pôr do sol na Baía de Sepetiba, em Sepetiba.

Fonte: Edson Ribeiro.

A estagnação societária e a degradação ambiental de Sepetiba são realidades difíceis de "sanar", pois, em realidade, não há meios efetivos do Poder público ou qualquer espécie de parceria público-privada reverter a situação a curto prazo. São muitos problemas que acometeram o bairro em apenas duas décadas (COUTO, 2014; PINTO, 2005). Os dejetos dos distritos industriais do entorno que correm diretamente para a jusante Baía de Sepetiba, mais o processo de periferização/favelização com o aval direto ou latente do Poder público, instiga os agentes culturais locais, e particularmente os que trabalham com memória, patrimônio e identidade cultural, a repensar o seu bairro a partir de estratégias que estabeleçam um sentido de lugar mais seguro e aprazível tanto para os moradores antigos quanto para os recentes, que, reproduzindo a fala de um dos integrantes do Ecomuseu de Sepetiba, precisam de um "choque de cultura local" para entrar no ritmo do habitar e dos hábitos locais.

Bianca Wild, que hoje desponta no Ecomuseu de Sepetiba com sua formação em Ciências Sociais e liderança no campo educativo local, escreveu um texto[119] na qual trata do processo de degradação ambiental no bairro, trazendo à tona a urgência de uma redefinição do sentido de lugar para os moradores locais e, particularmente, para a comunidade de pescadores. O texto mostrará o bom conhecimento de geografia física da Baía de Sepetiba pela autora. O conhecimento geográfico tem sido cada vez requisitado nos movimentos sociais e identitários em geral, sendo um dos componentes retórico-discursivos de afirmação do movimento, ou como catalisador de geoestratégias para o grupo subverter a cartografia do poder hegemônico. Claude Raffestin (1993) e Yves Lacoste (1988) já alertavam há décadas sobre os usos e abusos do conhecimento geográfico para a conservação ou subversão das relações sociais e de poder, tanto pelo lado dos grupos opressores como dos subalternos. Um ecomuseu como o de Sepetiba, precisa ter em seu repertório um vasto conhecimento da geografia cultural e política do território e suas adjacências, para elaborar seus projetos e saber onde se situar no espaço político da sociedade metropolitana. Identificar os parceiros e discriminar os atores julgados como perversos e negligentes para com o território, tal como os dois ecomuseus fazem com a TKCSA, o IPHAN e a Prefeitura municipal, é o indicador de como essas institucionalidades se armam geopoliticamente para se territorializar em solo fértil, sem atores que embaracem o respeitável patrimônio cultural/natural e a ação ecomuseológica.

Nos casos do IPHAN e da Prefeitura do Rio de Janeiro, esses atores sociais entram como oponentes devido à distância geográfica que separa Sepetiba do Centro, onde estão suas sedes de poder. Por serem institucionalidades públicas, cuja crítica à eles pode ser feita a eles com relativa tranquilidade, o cenário político montado é o ressentimento da população e dos ativistas locais frente à imponência dos órgãos públicos que poderiam mudar a situação. A verticalidade dos órgãos públicos da cultura garante sua autonomia e blindagem frente à insatisfação dos segmentos populares com suas inúmeras demandas. Há de se pensar numa nova geografia de luta, afirmação e resistência (ou diria, insistência?) que dê conta da blindagem das repartições públicas e das grandes corporações empresariais...

[119] Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1155342>. Acesso em: 5 jan. 2015.

Para fechar esse tema, não há como fugir da seguinte constatação, somente vista através de uma permanência duradoura no campo: mesmo com as belas fotos, imagens, discursos retóricos, textos reflexivos, rodas de lembranças, oficinas de educação patrimonial com crianças da rede pública de ensino, dentre outras estratégias que tem por meta revalorizar o território nos seus atributos culturais e naturais, tais medidas adotadas pelos espaços museológicos e para-museológicos locais (Espaço Cultural A Era do Rádio, SOS Sepetiba, Instituto Sepetiba, Rancho Velho Homem do Mar) só agem como paliativos, pois não atacam o ponto nevrálgico que produz a desigualdade e a marginalização socioespacial de Sepetiba, assim como em outros bairros do sertão metropolitano carioca. O campo cultural/patrimonial/museológico tem limitações clássicas de ação nesse tipo de contexto situacional. Ao agir numa periferia com o grau de estagnação que apresenta Sepetiba, as limitações afloram ainda mais, criando a sensação de se estar dando voltas em torno do mesmo círculo, tornando difícil criar expectativas reais que motivem os espaços museológicos e os agentes de memória a seguir em frente com suas ações de empoderamento.

Não obstante os avanços, impasses e críticas verificados nos ecomuseus de Santa Cruz e de Sepetiba[120], o que este segmento específico de museus da região traz como novidade para a reflexão geográfica são os modos de produção de imagens, memórias, discursos e esquecimentos que objetivam recompor a identidade local, fortalecer laços entre amigos e grupos, revisitar e gerar uma apropriação criativa do patrimônio para fins diversos, como lazer, entretenimento, sediar uma instituição cultural ou projetos de educação artística, patrimonial, ambiental etc. Assim sendo, os ecomuseus locais não podem reivindicar para si a exclusividade do fazer museológico e da ação patrimonial, nem enquadrar os espaços para-museológicos segundo critérios que visam somente à normatização sócio-institucional.

[120] E que poderiam, com igual intensidade, ser remetidas ao recém-criado Ecomuseu do Sertão Carioca, localizado em Vargem Grande e gerido por um grupo de produtores culturais locais. Porém, devido ao tempo escasso para realizar interagir com o grupo deste Ecomuseu – e se a sua implantação realmente atingiu o nível concreto ou é apenas uma proposta ou devaneio virtuais –, optei por não incluí-lo neste capítulo nem nos mapas temáticos.

No campo ecomuseológico do lado oeste carioca[121], a falta de critérios e a rigidez no trato do patrimônio, da cultura-memória e da comunicação, pode levar, contraditoriamente, às ruínas (avesso da patrimonialização), à aculturação (avesso da etnização) e/ou ao congelamento representacional (avesso da rotulação/estigma) do contexto musealizado, gerando um triste efeito negativo contrário às políticas de requalificação e gentrificação verificados nas áreas mais investidas pelo Poder público.

[121] Bem como em outros casos já abordados pelo Turismo e pela Antropologia e Geografia do Turismo, e analisados de forma global e resumida pelo antropólogo Xerardo Pérez (2009).

7 **A REDE DIFUSA DE ESTÂNCIAS (PARA)MUSEOLÓGICAS DO *ARQUIPÉLAGO SOCIOMUSEOLÓGICO DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA***

> *Como combater e vencer a apatia endêmica da periferia e a tolerância paciente? Não basta apenas apontar o dedo para a enorme chaga exposta. O paciente deve morrer, ou se mutilar e se estropiar para todo o sempre, se não for devidamente socorrido e tratado! É preciso agir - agora e imediatamente! Que tal começarmos escrevendo nossa história, em cada comunidade da periferia? A memória é o princípio da valorização da identidade! Busca reconhecer seu passado pode ser o início da transformação e da valorização de cada bairro da periferia. Precisamos de um centro da memória de cada comunidade periférica! Depois, podemos partir para atividades mais diretas e concretas, de ação social, cultural, comunitária, em cada microrregião. Um curso pré-vestibular comunitário seria uma boa sugestão. Atividades culturais e educacionais, gratuitas, executadas por agentes de trabalho voluntário, podem também fazer a diferença nas comunidades! Precisamos agir!*
>
> *(Isra Toledo Tov, Guia da Periferia Paciente).*

A Zona Oeste é a maior porção territorial do município do Rio de Janeiro, tendo seus maiores bairros (Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande), áreas de proteção ambiental (Pedra Branca, Gericinó-Mendanha) e, para não se orgulhar, os piores índices no que tange ao desenvolvimento, distribuição de renda entre outros direitos sociais básicos. Isso já foi descrito no capítulo três, com a apresentação de alguns indicadores e mapas que atestam o plano vertical das políticas públicas e a marginalização de partes da região por setores hegemônicos como a indústria, os especuladores imobiliários e o próprio Poder público.

Com a inclusão de algumas áreas da Zona Norte como Anchieta, Ricardo de Albuquerque e Parque Anchieta, temos sob a nossa perspectiva uma ampla região - o antigo e atual Sertão Carioca[122] - cuja sede por inovações culturais e por um

[122] Óbvio que o sertão carioca incluía outros bairros como Pavuna, Vila da Penha, Engenho de Dentro, Água Santa, Turiaçu, Rocha Miranda etc., mas devido à grande proporção regional, e às

cenário mais favorável ao desenvolvimento sustentável (mobilidade urbana, segurança, saúde, educação). Nisto, podemos incluir as ações museológicas (tradicionalistas ou comunitárias), algo vital para uma cena urbana múltipla e variada, cujas instituições e lideranças locais encontram-se, atualmente, numa situação contraditória e de aparente enfraquecimento das instituições e lideranças tradicionais. Depois do empenho histórico de ativistas culturais como Sinvaldo Nascimento (professor e museólogo), André Mansur (escritor), Adinalzir Pereira (professor da rede estadual de ensino), Claudio Mello (IPHARJ/Museu da Humanidade), Célio Souza (professor da FAMA), Claudia Siqueira (Coosturart), Mauro Pereira (Defensores do Planeta), Bernadete Montesano (Rede Carioca de Agricultura Urbana), Clécio Regis (artista plástico e empresário), Benevenuto Rovere (Museu de Bangu), Zinho (Subúrbio Carioca), Benedicto Freitas (escritor) e Moacyr Bastos (ex-reitor da UniMSB), agora a região e alguns bairros ganham evidência no cenário especulativo e algumas organizações sociais planejam aproveitar a onda para captar recursos e ganhar visibilidade.

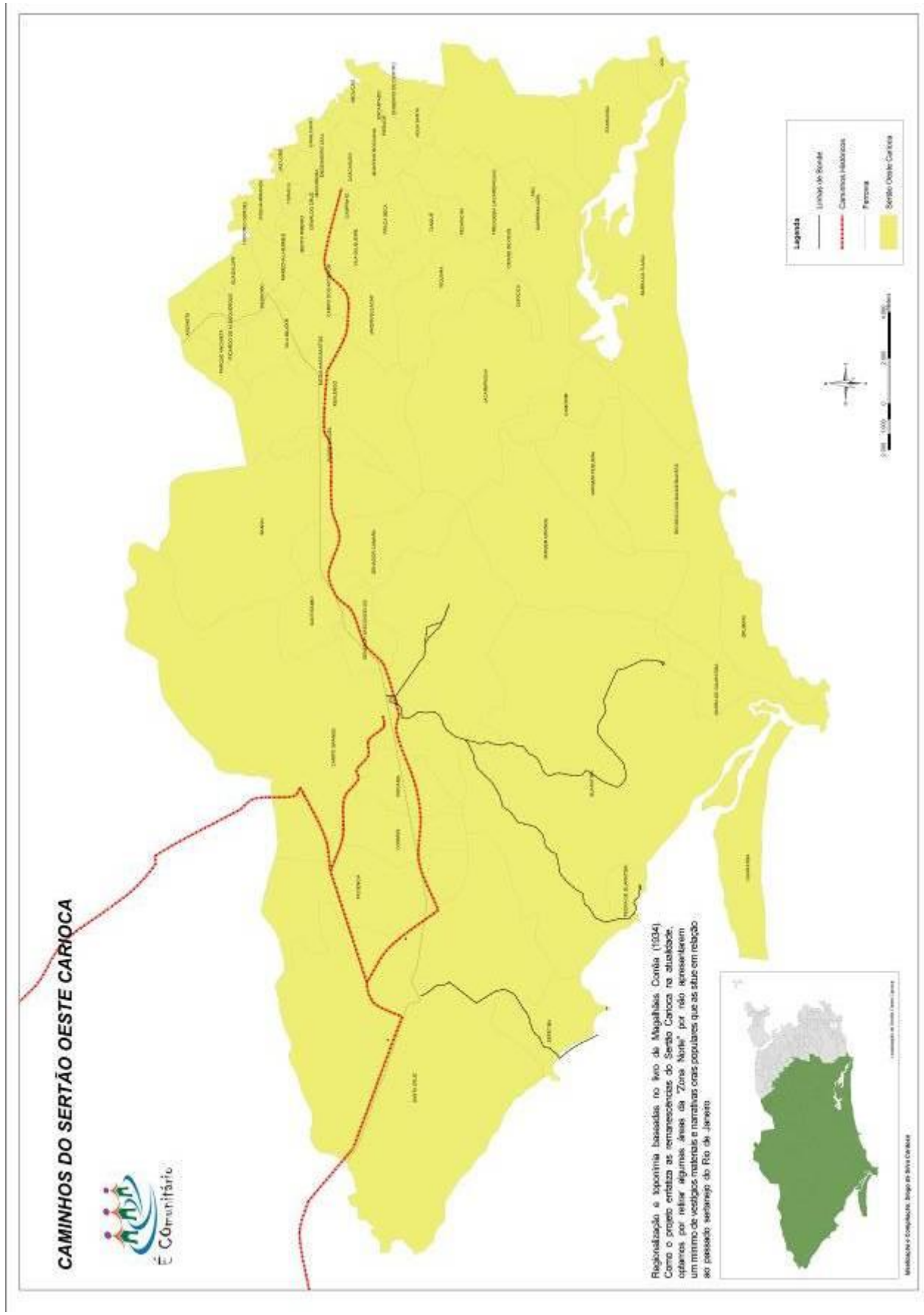
Para compreender o movimento que levou a região histórica do Sertão Carioca à rotacionar do rural-agrícola para o urbano-metropolitano, e a insistência de certas áreas em manter a paisagem e hábitos rurais, é necessário compreender um pouco da sua geopolítica e integração parcial no contexto político-econômico carioca. Após algumas leituras e a tentativa de decifrar os limites do sertão carioca a partir do mapa pictórico de Magalhães Corrêa (1936), cheguei à seguinte configuração com base nos limites político-administrativos atuais[123] (Mapa 9)[124]:

---

limitações de tempo e recursos, esta pesquisa se restringiu à região de Anchieta, conforme será visto nas próximas páginas e nos mapas anexos.

[123] O título do mapa, "Caminhos do Sertão Oeste Carioca", foi dado para compor o material gráfico do É COmunitário e do projeto Oeste Carioca, idealizado por mim e desenvolvido em parceria com alguns espaços culturais e museológicos locais e, num dado período, foi capitaneado pelo Observatório de Favelas no contexto do apoio financeiro da Prefeitura. Tratarei deste assunto no próximo capítulo.

[124] Assim como os mapas 13, 14 e 15, o mapa dos Caminhos do Sertão Carioca foi elaborado para compor o material cartográfico e visual dos projetos É COmunitário e Oeste Carioca e ser impresso em formato banner. Por isso, os mapas não estão com a resolução e escala adequados para estar num texto científico. Para resolver esse problema, os mapas em formato *pdf* estão disponibilizados no DVD que acompanha este texto.


CAMINHOS DO SERTÃO OESTE CARIOCA
É Comunitário
Regionalização e toponímia baseadas no livro de Magalhães Corrêa (1934).
Como o projeto enfatiza as remanescências do Sertão Carioca na atualidade,
optamos por retirar algumas áreas da "Zona Norte" por não representarem
um mínimo de vestígios materiais e narrativas orais populares que as situe em relação
ao passado sertanejo do Rio de Janeiro.
Legenda
Limites do Bioma
Caminhos Históricos
Ferrovia
Sertão Oeste Carioca

Nei Lopes, no seu instigante livro *Hinterlândia Carioca* (2013), elenca por meio da narrativa diferenciada proporcionado pelo estilo literário do dicionário, as micro-histórias e senso comuns que percorrem as áreas da cidade carioca que, de forma desconstrutiva, o autor pretende reuni-las sob o codinome hinterlândia para desfazer os mal entendidos e preconceitos gerados pelas expressões subúrbio, sertão e periferia. Concordo com o Nei Lopes até certo ponto, pois ao invés de romper com esses conceitos históricos, a tática é subverter o negativismo clássico e dotá-los de outros sentidos e significados. Então, para iniciar a conversa: o que é (foi) Sertão Carioca?

Até meados de 1960, como atesta a próxima imagem de um jornal da época que prenunciara o "fim" do sertão carioca (imagem 8), sertão carioca designava as áreas distantes do "núcleo urbanizado", e não é raro encontrar textos de época que fazem referência ao sertão carioca a partir de topografias e espaços significativos tais como a Fazenda de Santa Cruz, os grandes sítios de Campo Grande, as vivendas de veraneio de Jacarepaguá, os chalés coloniais de Bangu, as vastas áreas verdes de Guaratiba etc.

Até o início do século XX, as freguesias foram a divisão territorial predominante na cidade do Rio de Janeiro e em todo o contexto colonial brasilerio. O Sertão Carioca conglomerou, desde o início do Brasil colonial, boa parte delas. No século XVII, a Fazenda de Santa Cruz, o Campo Grande e as Baixadas de Irajá e Jacarepaguá, tidas como freguesias rurais, faziam parte do grande Sertão Carioca. Já em 1990, essas freguesias rurais, impactadas pelas mudanças provenientes do planejamento/urbanismo Imperial[125], perfaziam um total de cinco: Irajá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Jacarepaguá e Engenho Novo (uma parte dela).

Vendo o mapa seguinte (mapa 10), e comparando com o desenho emblemático de Magalhães Corrêa, dá para traçar os limites do Sertão Carioca no século XIX. O Sertão Carioca englobava as freguesias de Santa Cruz, Campo Grande, Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e uma parte da freguesia do Engenho Novo.

[125] Vide as transformações no bairro de Bangu, com a implantação da Fábrica Bangu, em 1885; e as obras de modernização da Fazenda de Santa Cruz levadas a cabo pela família Imperial, como a primeira linha telefônica e o primeiro Correio no país, construção do Matadouro público, reforma da sede e seu entorno, melhoria das outras instalações da Fazenda (olaria, fábrica de tecelagem, serralheria, engenho do Piaí) e arrendamento de terras para ampliação das lavouras e da pecuária de corte.

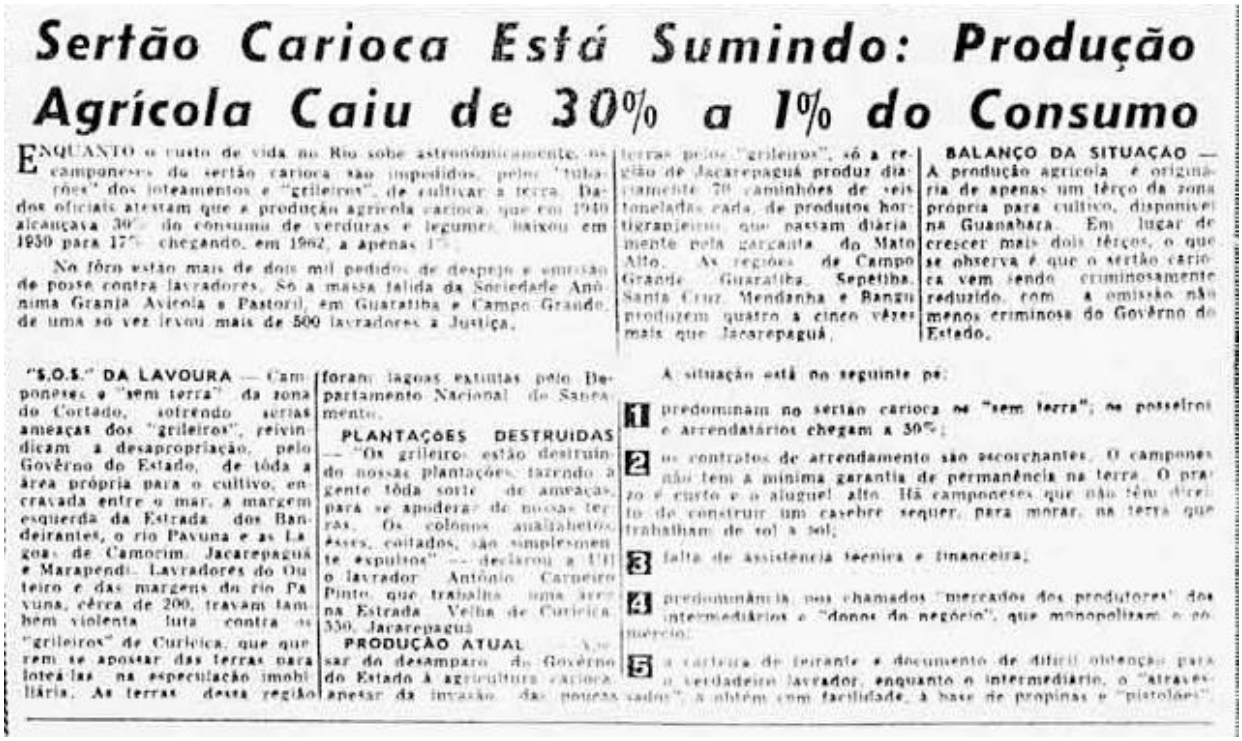
Freguesias da Cidade do Rio de Janeiro em 1900

Leonardo Santos deparou-se com as incógnitas que encerraram o processo de expansão urbana e o consequente sufocamento das atividades e vivências que caracterizaram durante séculos o Sertão Carioca. Não basta analisar o fenômeno em sequência linear e como algo inevitável na época. Santos pondera que:

> Algumas pesquisas acadêmicas das décadas de 70 e 80 acabaram por reduzir a complexa série de transformações que levaram à incorporação do Sertão Carioca como zona urbana (não "concluída" até hoje) a um processo de expansão urbana avassalador que agia numa zona rural cuja estrutura sócio-econômica (com seus lavradores de agricultura "precária" e "itinerante" e "sem nenhum direito sobre a terra") teria mostrado ser tão sólida quanto um castelo de cartas. A descrição da mudança histórica se resumia à identificação do período mais ou menos exato (entre o final da década de 60 e início da década de 70) em que ocorreu a "substituição" das lavouras por casas, fábricas e ruas. Pouco se disse, entretanto, sobre as experiências geradas ao longo desse processo de "substituição": convinha perguntar por exemplo como os lavradores pensaram e agiram em relação àquela expansão imobiliária? A sensação de segurança ou insegurança por parte dos lavradores é um outro aspecto do processo de loteamento do Sertão Carioca que os números dos censos não podem por si mesmos nos mostrar. A substituição de laranjais e hortas por casas e ruas asfaltadas é apenas um aspecto (entre muitos outros) da transformação da zona rural em zona urbana. O loteamento das terras rurais trouxe junto a ele um sem número de transformações, tanto de ordem material quanto imaterial. Um belo exemplo é o fato de se terem gerado novas expectativas e estratégias de sobrevivência entre lavradores. Muitos deles passaram a realizar cultivos que demandavam menos trabalho (isto é, menos capital) e cujo tempo de espera da colheita era menos demorado. Tudo isso por conta das constantes ameaças do despejo que poderia ocorrer a qualquer momento.
> [...] Dizendo de outro modo, não era mais preciso, em muitos casos, que o despejo acontecesse para que o lavrador se sentisse prejudicado – bastava que o despejo se configurasse como uma ameaça. Alguns relatos de jornais da época indicam que a partir de meados dos anos 40, a substituição das lavouras em favor de casas para os chamados "bacanas da cidade" passa a fazer parte do horizonte de expectativas de praticamente todos os lavradores (*O Radical*, 20/07/1951, p. 2). A expulsão da terra ficará marcada nas suas consciências como algo possível de acontecer a qualquer um e a qualquer momento (SANTOS, 2012, p. 271-2).

A notícia seguinte dissipa qualquer suspeita sobre a não existência do Sertão Carioca no imaginário e no discurso da população. Trata-se de uma reportagem de um jornal de boa circulação na época, onde tratava da crise dessa histórica região face à urbanização em marcha que vastos espaços de produção agrícola.

Figura 20: Notícias "alarmantes" sobre o declínio da zona rural do Sertão Carioca no último quartel do século passado. A reportagem é do Jornal Última Hora, de 10 de abril de 1963.



Sertão Carioca Está Sumindo: Produção Agrícola Caiu de 30% a 1% do Consumo

ENQUANTO o custo de vida no Rio sobe astronômicamente, os camponeses do sertão carioca são impedidos, pelos "tubarões" dos loteamentos e "grileiros", de cultivar a terra. Dados oficiais atestam que a produção agrícola carioca, que em 1940 alcançava 30% do consumo de verduras e legumes, baixou em 1950 para 17%, chegando, em 1962, a apenas 1%.

No fôro estão mais de dois mil pedidos de despejo e emissão de posse contra lavradores. Só a massa falida da Sociedade Anônima Granja Avícola e Pastoril, em Guaratiba e Campo Grande, de uma só vez levou mais de 500 lavradores à Justiça.

"S.O.S." DA LAVOURA — Camponeses e "sem terra" da zona do Cortado, sofrendo sérias ameaças dos "grileiros", reivindicam a desapropriação, pelo Govêrno do Estado, de tôda a área própria para o cultivo, encravada entre o mar, a margem esquerda da Estrada dos Bandeirantes, o rio Pavuna e as Lagoas de Camorim, Jacarepaguá e Marapendi. Lavradores do Outeiro e das margens do rio Pavuna, cêrca de 200, travam também violenta luta contra os "grileiros" de Curicica, que querem se apossar das terras para loteá-las na especulação imobiliária. As terras dessa região foram lagoas extintas pelo Departamento Nacional de Saneamento.

PLANTAÇÕES DESTRUIDAS — "Os grileiros estão destruindo nossas plantações, fazendo a gente tôda sorte de ameaças, para se apoderar de nossas terras. Os colonos analfabetos, êstes, coitados, são simplesmente expulsos" — declarou a UH o lavrador Antônio Carneiro Pinto, que trabalha numa área na Estrada Velha de Curicica, 550, Jacarepaguá.

PRODUÇÃO ATUAL — A... sar do desamparo do Govêrno do Estado à agricultura carioca, apesar da invasão das poucas [illegible] terras pelos "grileiros", só a região de Jacarepaguá produz diàriamente 70 caminhões de seis toneladas cada, de produtos hortigranjeiros, que passam diàriamente pela garganta do Mato Alto. As regiões de Campo Grande, Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz, Mendanha e Bangu produzem quatro a cinco vêzes mais que Jacarepaguá.

BALANÇO DA SITUAÇÃO — A produção agrícola é originária de apenas um têrço da zona própria para cultivo, disponível na Guanabara. Em lugar de crescer mais dois têrços, o que se observa é que o sertão carioca vem sendo criminosamente reduzido, com a omissão não menos criminosa do Govêrno do Estado.

A situação está no seguinte pé:

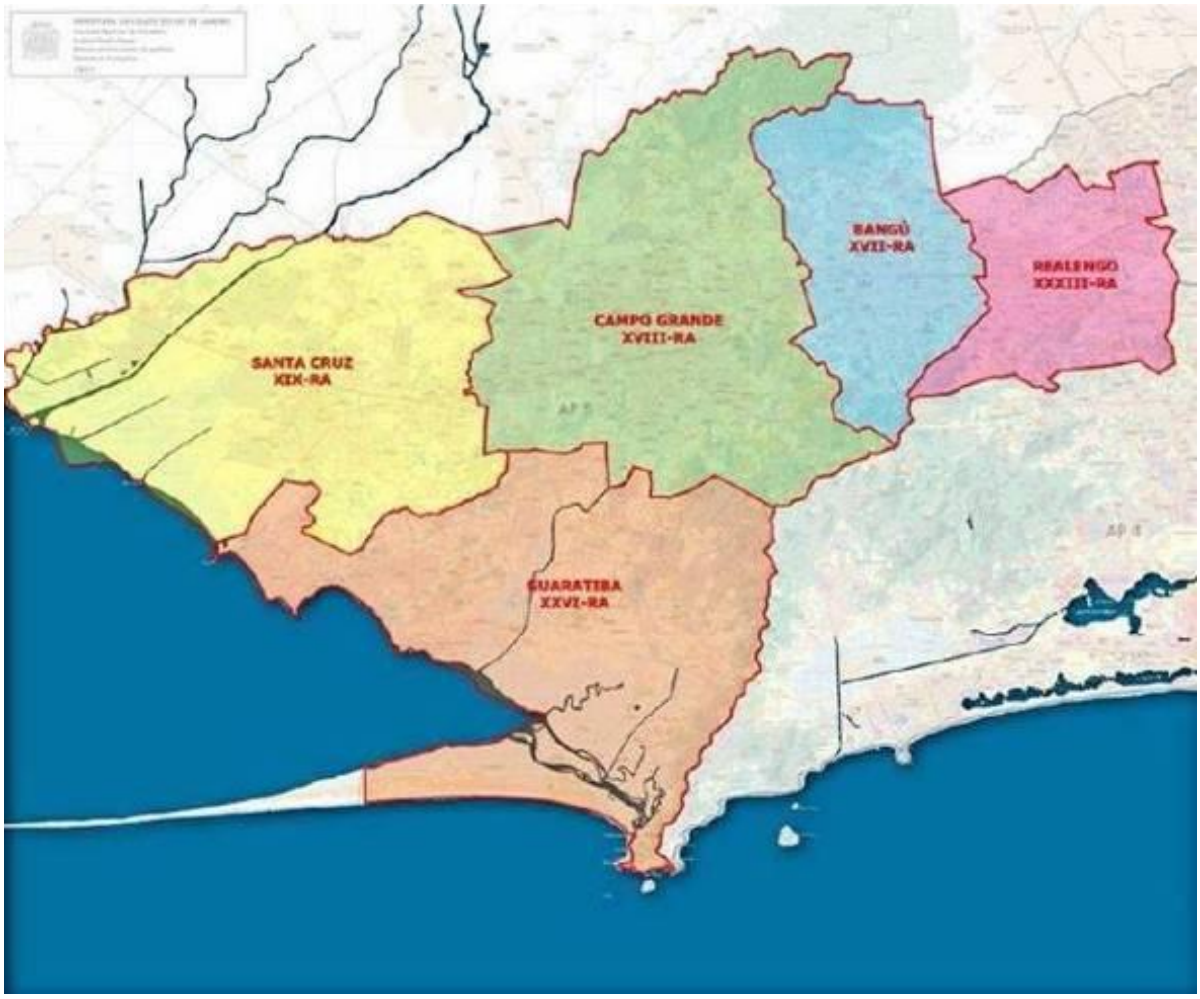
1. predominam no sertão carioca os "sem terra"; os posseiros e arrendatários chegam a 30%;
2. os contratos de arrendamento são escorchantes. O camponês não tem a mínima garantia de permanência na terra. O prazo é curto e o aluguel alto. Há camponeses que não têm direito de construir um casebre sequer, para morar, na terra que trabalham de sol a sol;
3. falta de assistência técnica e financeira;
4. predominância nos chamados "mercados dos produtores" dos intermediários e "donos do negócio", que monopolizam o comércio;
5. a carteira de feirante é documento de difícil obtenção para o verdadeiro lavrador, enquanto o intermediário, o "atravessador", a obtém com facilidade, à base de propinas e "pistolões".

Fonte: Leonardo Soares dos Santos (2012, p. 273).

O fenômeno da expropriação das atividades agrícolas para novas ocupações urbanas, já era motivo de preocupação dos intelectuais e governantes do início do século XX. O mérito da matéria do jornal supracitado é que ela ratifica a existência formal do Sertão Carioca pelo menos até o período da publicação, nos anos 1960, quando os bondes ainda eram uma realidade na região. O Sertão Carioca, assim como zona rural, foram categorias espaciais usadas no cotidiano carioca até o momento em que a reestruturação sociodemográfica e territorial impeliu à adoção de novos conceitos para a região, tais como Zona Oeste, subúrbio, periferia e, recentemente – para sacramentar a racionalização da nova cidade-empresa carioca (VAINER, 2011) –, AP4 e AP5[126]. Acompanhe a nova configuração regional da cidade, em forma de APs, no mapa da página seguinte (Mapa 11):

[126] AP é a sigla das áreas de planejamento, instrumento de regionalização da atual gestão municipal (prefeito Eduardo Paes 2009-2016) para otimizar os gastos, a territorialização dos investimentos público-privados e estabelecer o perfil de ocupação populacional-residencial. A AP5, composta pelos bairros da Zona Oeste circundados pelos parques da Pedra Branca e do Gericinó-Mendanha, é a maior área de planejamento e a que apresenta os piores índices de desenvolvimento social, mobilidade urbana, segurança pública etc.

Mapa 11: AP 5 e suas mesorregiões internas



Fonte: IPP / Armazém de Dados.

Em jornais analisados por Santos (2012, 2011), como o outrora prestigiado Última Hora[127], a nostalgia pelo rural já era uma marca da região desde meados do século passado. Intelectuais tomaram a dianteira do processo de afirmação da ruralidade da região e de resistência à urbanização que já cercava alguns bairros e dava mostras do seu potencial corrosivo. As matérias e informativos que circulavam no período, mostram Bangu e Campo Grande, por exemplo, como áreas em franca expansão imobiliária e declínio da atividade agrícola. Os autores sempre buscavam deixar claro que a disputa de terras era algo comum na região, e o parcelamento

[127] Uma breve referência sobre o Última Hora: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/lt_i_gt_ultima_hora_lt_i_gt_60_anos>. Acesso em: 20 set. 2014.

exaustivo delas em pequenos lotes tirava o *glamour*, isto é, o ar bucólico do sertão carioca.

Figura 21: Notícia da expulsão de lavradores de Campo Grande pelos grileiros, também nos anos 60

ULTIMA HORA — Quarta-Feira, 10 de Abril de 1963 — PAGINA 7

CAMPO GRANDE: CENTENAS DE LAVRADORES EXPULSOS PELOS GRILEIROS

CENTENAS de famílias de lavradores de Campo Grande estão sendo expulsas de suas terras por "repanges" da Companhia Aricela Pastoril, que falsificou há anos atrás. Os lavradores são impedidos de plantar enquanto a produção da zona rural está caindo assustadoramente...

Salomão Manela é um dos responsáveis pelas arbitrariedades contra os colonos. Está se apoderando das áreas do Aterrado do Rio e Caminho da Razão, Campo Grande. Segundo os posseiros, Salomão está sendo protegido pelo Delegado Rio Douro, 35.º DP, que enviou policiais para ajudar a despejar os colonos. As casas são derrubadas e as plantações destruídas. Milhares de pés de laranjas estão sendo queimados.

REUNIÃO COM DEPUTADO — Segunda-feira, centenas de posseiros vão se reunir com o Deputado Ib Teixeira, que anunciou a UH que estudará os problemas que afligem os camponeses, e, se preciso for haverá uma Comissão Parlamentar de Inquérito contra os grileiros.

Salomão Manela, em companhia dos "repanges" Casimiro Café e outros, levam diariamente aos colonos, diversos papéis para serem assinados. Quando os posseiros se recusam, são ameaçados de morte e dias após são despejados das terras.

AS VITIMAS — Eis algumas das vítimas de grileiros, em Campo Grande: Valdemiro Grezório, com 7 filhos, foi expulso de seu lar; Benedita Araújo Ferreira, com 8 filhos, também foi despejada; Maria da Conceição Neves, residindo há 30 anos nas terras, com 5 filhos para criar, foi expulsa; Maria Teodoro, moradora há 20 anos, também foi despejada.

Ameaçados de expulsão, UH ouviu, tarde de ontem, as seguintes pessoas: Epaminondas Neves de Andrade, com 26 anos nas terras e 5 filhos; Urquisa Botelho de Morais, aposentada há 25 anos (3 filhos); Maria Pelosto da Silva Rosa, mora há 15 anos (3 filhos); Maria Barbosa, mora há 30 anos (6 filhos); João Tinoco de Carvalho, mora há 42 anos (4 filhos); Ruth Salomão mora há 35 anos (6 filhos); Gertrudes Alves Dias, mora há 15 anos (8 filhos); Rubel Freitas Pereira, mora há 16 anos (4 filhos); João Florentino dos Anjos, mora há 39 anos (1 filho); José dos Santos, mora há 29 anos (8 filhos); Vicente Gonçalves Pontes, mora há 42 anos (1 filho); Balbina Botelho de Oliveira, mora há 27 anos (10 filhos); José Sebastião de Souza, mora há 30 anos (9 filhos); Jovana Maria da Cunha, mora há 32 anos (4 filhos); Laura Ferreira de Andrade, há 20 anos (3 filhos); João Alves, há 24 anos (6 filhos); Benedito José Pimenta, há 20 anos (6 filhos); Lurdes Francisca, é aleijada e mora há 2 anos; Luel Lima mora há 4 anos e tem 3 filhos; Maria da Conceição Pereira, mora há 16 anos (5 filhos); Nicanor Alves de Oliveira, mora há 4 anos (3 filhos); Francisca Nonato Neto, há 17 anos (5 filhos); e Terezinha Moreira Brasil, com 8 filhos.

Terezinha anda armada dia e noite com um fuzil de dois canos e está apenas aguardando que os grileiros tentem expulsá-la das terras, para defender-se.

AMAPÁ PREPARA SEU PLANO DE SAÚDE — Posto em prática o convênio firmado no mês passado e que se destina à elaboração de um plano de saúde integrado para o Território Federal do Amapá, técnicos da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, da ICOM (que além da parte técnica colabora financiando os estudos), e do Governo do Território estão agora em pleno trabalho, recolhendo o material necessário a um estudo dêsse planejamento. Dois grupos, um de Orientação e outro de Trabalho, já instalados, estiveram no Território, onde observaram "in loco" as condições sanitárias. A instalação dos trabalhos foi presidida pelo Governador Terêncio Porto, falando na ocasião ainda os Drs. Mário Barbosa, membro do Grupo de Orientação e diretor de Saúde do Território, e o Dr. Wilson Silveira, que dirige o Grupo de Trabalho. É interessante assinalar que, na cerimônia de instalação, o público participou dos trabalhos inquirindo os médicos e sanitaristas sobre o trabalho. Na foto, um aspecto da visita dos técnicos ao hospital da ICOM em Vila Amazonas, quando da observação feita a todos os estabelecimentos sanitários da região.

Venha conhecer o GOVERNADOR
DIA 14 AS 12HS.
PRAIA DA ROSA 1350 - BENDÓ
ILHA DO GOVERNADOR

REPÓRTER ESSO: NOVECENTAS HORAS NA TV

Com cêrca de novecentas horas de transmissão, o "Repórter Esso" da televisão carioca está recomemorando, êste mês, seu IX aniversário.

Esse noticioso patrocinado pela Esso Brasileira de Petróleo, foi o pioneiro dos telejornais da televisão brasileira, justamente quando se iniciava entre nós uma nova era nos métodos de divulgação.

Nos seus onze anos de existência, "O Repórter Esso" da televisão tem contado com a colaboração do locutor Gontijo Teodoro na apresentação, e de Alves de Castro, na produção.

Seu índice de audiência é um dos mais significativos da televisão nacional.

TELEFONES DE LACERDA VÃO DEMORAR DOIS ANOS

O General Salvador Mandim anunciou a instalação dos primeiros telefones prometidos pelo Governo do Estado nos primeiros meses do ano de 1965, dentro de dois anos.

Enquanto isto, a CETEL

É MAIS NEGÓCIO VENDER PELA METADE DO PREÇO DO QUE GUARDAR MERCADORIA

DESCONTOS ATÉ 50%

...E VOCÊ AINDA TEM O PLANO ESPECIAL DO CREDI-LEVE BARKI para comprar tudo... tudo mesmo... e pagar em cinco meses sem acréscimo!

ROUPAS

Roupa Barki em tropical Pirituba. Tecido de grande beleza e durabilidade. Padrão fantasia. Modelo paletó dois botões.
De 26.480 por 16.480,

Roupa Barki em tropical Pirituba. Alta percentagem de malhas. Uma roupa de classe para todas as ocasiões.
De 26.480 por 13.240,
(Desconto de 50%!)

Roupa Barki em Alpaca. É uma roupa leve, fria e agradável de vestir. Variadas cores.
De 14.980 por 7.490,
(Desconto de 50%!)

CALÇAS

Calças em gabardine de algodão Bangu. Tecido de

CAMISAS-SOCIAIS

Camisa-social em tricoline. Diversas côres a sua escolha.
De 1.680 por 840,
(Desconto de 50%)

Camisa-social em tricoline Fio-Fil. Variadas côres.
De 1.680 por 840,
(Desconto de 50%)

BARKI LIQUIDA TUDO

Fonte: Leonardo Santos (2012, p. 273).

Para fechar este assunto, de modo a não esgotá-lo, pois o tema "Sertão Carioca" merece uma tese à parte[128], apresento duas matérias de jornal que comprovam a pressão exercida pelo mercado de terras da época[129] sobre as comunidades de lavradores. O primeiro é do *Diário Trabalhista*:

> E a situação tende a piorar, a medida que o governo vai deixando que os grileiros e outros tantos exploradores se apossem das terras. O número de propriedade vai diminuindo, como diminuindo vão os hectares cultivados, e a produção decrescendo, enquanto os preços sobem e o câmbio negro prolifera livremente (*Classe Operária*, 09/12/1947, p. 8). (...)
> A falta de plano econômico, de previsão e sentido prático! Ao envez (sic) de promover a desapropriação das terras a serem beneficiadas pelo erário público, o saneamento enriqueceu algumas dezenas de proprietários e especuladores, e as terras lá ficaram sem a sistemática exploração capaz de justificar os gastos imensos do saneamento (*Diário Trabalhista*, 21/05/1947, p. 1) (SANTOS, 2012, p. 269).

[128] Algo que pretendo empreender em pesquisas futuras, principalmente no âmbito da história dos transportes e da mobilidade urbana na região desde o século XIX; e da questão ambiental contemporânea envolvendo os distritos industriais e o adensamento populacional exagerado.

[129] Uma relação das companhias de loteamento de terras está em Leonardo Santos (2012, 2011) e Fania Fridman (1993).

A segunda denúncia vem do *Voz Banguense*:

> Dentro de dez anos aproximadamente, se continuar no ritmo em que vem a política nefasta dos loteamentos, para fins lucrativos, não existirá na zona rural, um plano de terra cultivada. Poucos são os sítios que restam. E assim mesmo sob o assedio permanente das ofertas tentadoras, quer da parte das companhias imobiliárias, quer da parte dos corretores de imóveis, incansáveis na busca dos bons negócios. E venda de terreno é bom negócio, além de bom – é da China (*Voz Banguense*, 26/06/54, p. 4) (SANTOS, 2012, p. 274).

E para completar o cardápio de evidências sobre a pressão geopolítica exercida nos anos de urbanização /metropolitanização/modernização do Sertão Carioca, as próximas imagens, também de jornais da época, elucidam as estratégias de venda do novo *eldorado* carioca, na primeira frente de modernização da região que durou cerca de trinta anos (1930-1960), cujo trabalho dos especuladores foi pautado na novidade, na raridade e na singularidade dessa porção de terras do além-mar carioca. As próximas figuras (Figuras 19, 20 e 21) são prova do surto de especulação imobiliária na região, nos anos 1950-60. A retórica era pautada nas raridades que o Sertão Carioca poderia oferecer: "um recanto distante da cidade", "um lugar para fazer sua vida", "um lugar próximo da natureza", "um paraíso para a família descansar", "lugar de terras baratas e ótimo para investir", entre outros. Vejamos a primeira:

Figura 22: Anúncio de venda de terreno em Bangu, possivelmente nos anos 1950-60

Fonte: Leonardo Santos (2012).

O segundo anúncio segue a mesma estratégia do leiloeiro de Bangu, só que aqui, temos o começo dos loteamentos feitos a partir dos espólios das famílias que mantiveram durantes décadas e até mesmo séculos, muita influência local. Neste caso, trata-se do espólio da família Wiltshire, de Jacarepaguá.

Figura 23: Venda de terreno do espólio da abastada família Wiltshire, de Jacarepaguá

Fonte: Leonardo Santos (2012).

Figura 24: Anúncio mais antigo, dos anos 40, falando dos "encantos" de Jacarepaguá

Fonte: Leonardo Santos (2012).

A produção de novas áreas de amenidades na metrópole carioca não determinou mudanças somente nas dimensões econômica[130] e demográfica: sua determinação na reestruturação socioespacial criou o lastro cultural para a mudança (rotulação? estereotipação generalizada?) da relação da população com o espaço de morada e mobilidade cotidiana. O aditivo cultural gerou a recomposição do imaginário regional e dos pertencimentos locais, dentre outros mecanismos de produção de identidade e representações de território, alienantes ou emancipatórios, que atingiram novos patamares de divulgação (mídias sociais) e afetação direta (eventos, encontros de mobilização comunitária). Os novos padrões de identificação e relacionamento com o lugar vivido conjugam, agora, o ideário de lugar nutrido pelos moradores remanescentes com as expectativas das novas levas de residentes que, vagarosamente, vão se territorializando em todos os cantos da região, ocupando áreas cuja expansão vem sendo assistida/controlada pelo Estado, como nos casos de Campo Grande, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, ou encontram-se em situação de clandestinidade, como nos vários casos diagnosticados nas regiões de Santa Cruz, Guaratiba e Bangu.

Esse giro rápido pelo antigo e coevo sertão carioca foi para preparar o terreno para mergulharmos no contexto comunitário que nos interessa: o contexto das organizações sociais e dos sujeitos que trabalham com a cultura da memória local/regional e suas significações na paisagem e nas relações políticas e estéticas da comunidade beneficiária. São museus, espaços culturais, unidades de produção artesanal e espaços de promoção rural no trajeto Anchieta-Santa Cruz. No plano das interações e debates travados com os representantes locais, o diálogo foi mais

[130] No plano econômico majoritário, o pacote de medidas adotado para a região desde meados da década de 40-50, teve por finalidade facilitar a especulação das terras e integrá-las formalmente à agenda de políticas públicas de urbanização das áreas prioritárias dos bairros. Nos últimos anos, a intensificação desse processo dentro de um novo cenário marcado pelas tecnologias *high tech*, por mais recursos injetados pela iniciativa privada e pelos novos modelos de governança, atribui às últimas gestões a adoção do processo gerencial batizado como planejamento/gestão estratégica, contrapondo-se ao planejamento/gestão social do território, sendo este último paradigma mais bem quisto pelas ciências sociais e pelos setores intelectuais de "esquerda". O planejamento e a gestão estratégicos assumiram uma dimensão peculiar nas cidades modernas, notadamente as cidades turísticas e de perfil pós-industrial: a cidade passa a ser entendida como um espaço-empreendimento, ou seja, um mosaico de terras e aglomerados populacionais, dispostos em bairros, a ser gerido segundo a lógica do mercado, da racionalidade empresarial e as demandas imediatistas da *massa*.

intenso (e conflituoso, em alguns casos)[131] com os autointitulados ecomuseus (Santa Cruz e Sepetiba) e com as lideranças das instituições que se envolveram no curto projeto É COmunitário.

Entre agosto de 2012 e dezembro de 2012, esta etapa da pesquisa fez surgir a ideia de *estância/espaço/unidade/iniciativa para-museológica* como conceito que abarcasse a rede de espaços culturais que, a despeito de não se reconhecerem como agentes museológicos, elas propõem atividades e eventos que dialogam direta e indiretamente com a memória e os testemunhos do passado. A concepção de unidade para-museológica é para enfatizar a movimentação desse segmento nas bordas do campo museológico oficial[132], ao qual não se preocupam nem com a rotulação de museu e muito menos com a burocracia e as metodologias adotadas pelos museólogos para transformar um espaço num espaço de musealização.

Os agenciamentos difusos e sem uma rotulação precisa, tem se tornado tão expressivos e relevantes para o revigoramento da memória social, das manifestações culturais e das ações estéticas, quanto as ações realizadas pelos autointitulados museus. A necessidade de memória na contemporaneidade se traduz pelo sentimento de segurança que esta passa em relação à história, mais afeita às declarações neutras, objetivas e à ênfase no processo em vez de congelar o passado em representações épicas, míticas e emotivas. A memória é uma dimensão disputada com ardilosidade pelos agentes que intentam exercê-la e se legitimar a partir dela. A memória é um fenômeno cuja potência é ser

> [...] ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos (NORA, 1993, p. 8).

---

[131] Contrário às provocações de Pierre Bourdieu e de outros cientistas afeitos à observação distanciada, mostrarei com essa e outras situações que a imersão total do pesquisador no campo contribui para a percepção de situações e motivações que se encontram em estado de latência. A relação intersubjetiva do pesquisador com o contexto estudado permite, entre outras coisas, ampliar o raio de abrangência do estudo, alcançar pessoas e adentrar em estruturas e eventos antes inalcançáveis pelos padrões convencionais de inquirição etnográfica (MARCUS, 1991).

[132] Reflexões sobre a pertinência e ampliação do escopo museológico ganharam força após a Declaração de Quebec (1984), Texto disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>. Acesso em: 2 abr. 2013.

Apropriado então da concepção realista da memória como a matriz de heranças que produz conhecimentos e agenciamentos em múltiplas direções - oralidade, performance corporal, informação escrita, roda de lembrança, reunião familiar etc. -, os autointitulados museus, mesmo aqueles formados por moradores locais, de forma comunitária – como alguns listados neste texto – vivem no afã de granjear não somente a autoridade científica no trato da história das comunidades e do território, mas adquirir o prestígio e privilégio típicos do universo da memória. A memória não quer outra coisa senão espontaneidade, gozo estético e plateia para recordar e desfrutar das experiências do passado. Não é por acaso que crianças e idosos são os mais propensos ao trabalho da memória, pois ela um papel fundamental na elaboração da consciência de grupo, dos laços afetivos, da pertença de lugar, no caso específico dos idosos, a memória estimula o resgate *seletivo* dos fatos do passado (CANDAU, 2011) – no dito popular, é “tirar do fundo do baú” – e os coloca no campo imagético-discursivo que, de modo indeterminado, gera os mecanismos vitais de assimilação e transmissão que doravante ganham a roupagem da tradição.

Por agirem assim, essas instituições museológicas oficiais tendem a emitir discursos e ações de exclusivismo territorial e celebração do “heroísmo” cultural dos intelectuais, artistas e políticos locais. É uma atitude fundacionalista, nos moldes da prática antropológica estrutural e funcionalista do século XX. Já as agências para-museológicas, trazem uma atitude mais branda, aberta e cosmopolita nos seus trajetos e afetos pelas ondas museo-culturais da macrometrópole fluminense. Seus profissionais, gestores, mecenas e simpatizantes configuram outra onda dentro da cena museológica legal. Memória é pensada como uma estratégia de referenciação do passado para mapear tendências e futuros. Coletada pelos “guardiões” do conhecimento e submetida a um intenso processo de escavação e exumação, similar ao trabalho dos arqueólogos, a memória é desvelada nas intencionalidades do ato da rememoração e no desejo de valorização das experiências do passado como referência para atender às necessidades do presente. A memória é uma forma de conhecimento (SANTOS, 2003) disparadora de agenciamentos, ao qual para apreendê-la, devemos partir das estruturas cognitivas e sociais que permeiam e condicionam a formação do discurso (FOUCAULT, 1979), isto é, daquela

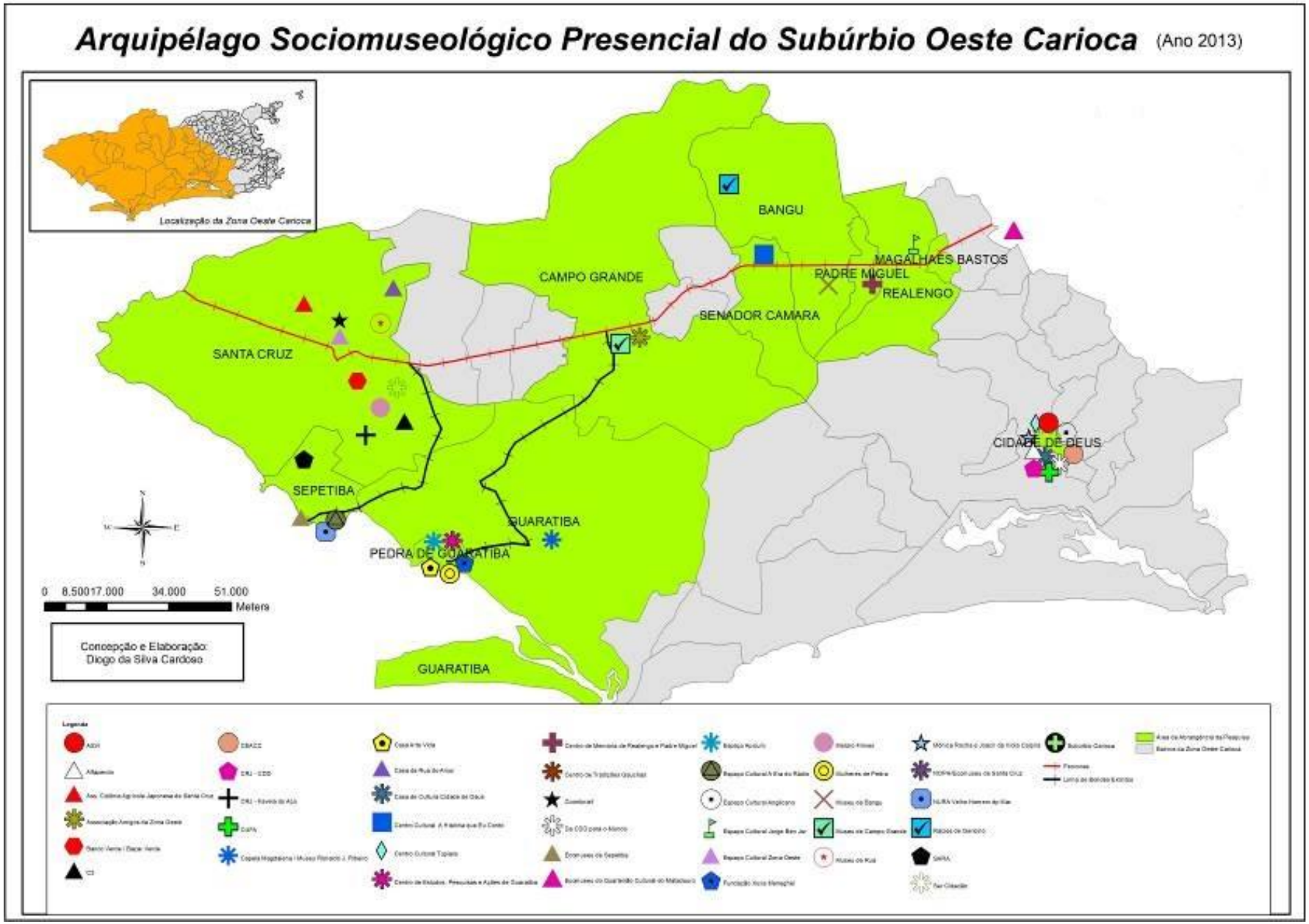
narratividade inerente a todos que trabalham no campo da “cultura”, das artes, do turismo, ou mesmo aqueles que não trabalham ou, por razões práticas e ideológicas, não se identificam com nenhum desses campos, porém realizam um eficiente trabalho memorial e de fortalecimento da tradição.

São instituições e coletivos informais armados de conceitos e ferramentas para fazer valer o protagonismo ao qual tanto lutam para manter e reverberar para seus pares. No mapeamento que abarcou somente e uma região da Zona Norte (Anchieta), cataloguei cerca de quarenta e uma instituições-coletivos com perfil museal/museológico. Esses espaços de promoção da memória e história do lugar, tem um perfil de atividades voltado tanto para a arte-cultura quanto para a apropriação e proteção diretas do patrimônio cultural e/ou natural. Algumas conciliam ambos os agenciamentos, enquanto outras tentam com muita dificuldade consolidar uma pauta de debates e ações pontuais. Para os patrimônios naturais e culturais, algumas priorizam as ações no primeiro gênero de patrimônio (Espaço Farol da Prata, Sítio Paraíso Verde, Sítio Roberto Burle Marx, Defensores do Planeta), enquanto a maioria encerra suas atividades no campo das potencialidades dos bens arquitetônicos e intangíveis.

A lista dos espaços que trabalham com o patrimônio cultural é extensa, daí a preferência pelo uso dos mapas e da metodologia da cartografia social para facilitar o processo de "captura" da diversidade do cena museo-cultural em pauta e, dessa forma, dar visibilidade ao meu argumento de que está emergindo na região um autêntico arquipélago de "ilhas de cultura e memória". A visibilidade não serve apenas para que outras pessoas tenham acesso aos espaços e à informações sobre eles: serve para elucidar a geograficidade que está sendo elaborada, fruto da angústia existencial das lideranças culturais locais que buscam, desesperadamente, novas âncoras para se firmarem no cenário oeste carioca e construir situações para o fortalecimento institucional e para o desenvolvimento comunitário dentro do escopo à qual se propõe a instituição (saúde, educação, arte, entretenimento, cultura ambiental).

Os três mapas a seguir mostram a evolução da ação-pesquisa desde o seu raio de abrangência[133], que foi sendo estendido até o limite para ficar comprovado, ao menos para fins didáticos e de introdução ao assunto, a emergência da constelação de unidades museológicas aqui denominada de arquipélago sociomuseológico regional. O primeiro mapa (Mapa 12), com uma denominação bem diferente da última versão, foi elaborado em meio à confusão sobre qual seria o recorte espacial e temático da pesquisa. E ainda não havia concebido a ideia do Sertão Carioca e sua extensão urbana até os dias de hoje. Também não estava claro neste período para mim, a linha de pensamento sobre as unidades museológicas, que dá um passo à frente da concepção convencional de museu, enfatizando sua unidade, alteridade e agencialidade. Compreender as múltiplas ações, agentes e espaços museais/de musealização como unidades museológicas permite adentrar na esfera para-museológica que tem caracterizado alguns espaços culturais, coletivos e outros tipos institucionais.

[133] Como se pode observar, o primeiro mapa inclui áreas como a Cidade de Deus que, no último mapa, não constam mais no recorte espacial. Foram dois os motivos da alteração do escopo geográfico: 1) iniciei o mapeamento na Cidade de Deus por conta do projeto Solos Culturais (Observatório de Favelas), na qual participei em 2012 e início de 2013; e o projeto É COmunitário, que num momento também me levou à articular um projeto com o Observatório de Favelas (2013-2014) para pleitear recursos junto à SMC/RJ. O novo escopo me levou à setorizar a tese nas cinco mesorregiões que busco destacar na Zona Oeste (Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Realengo e Guaratiba) mais a região de Anchieta.

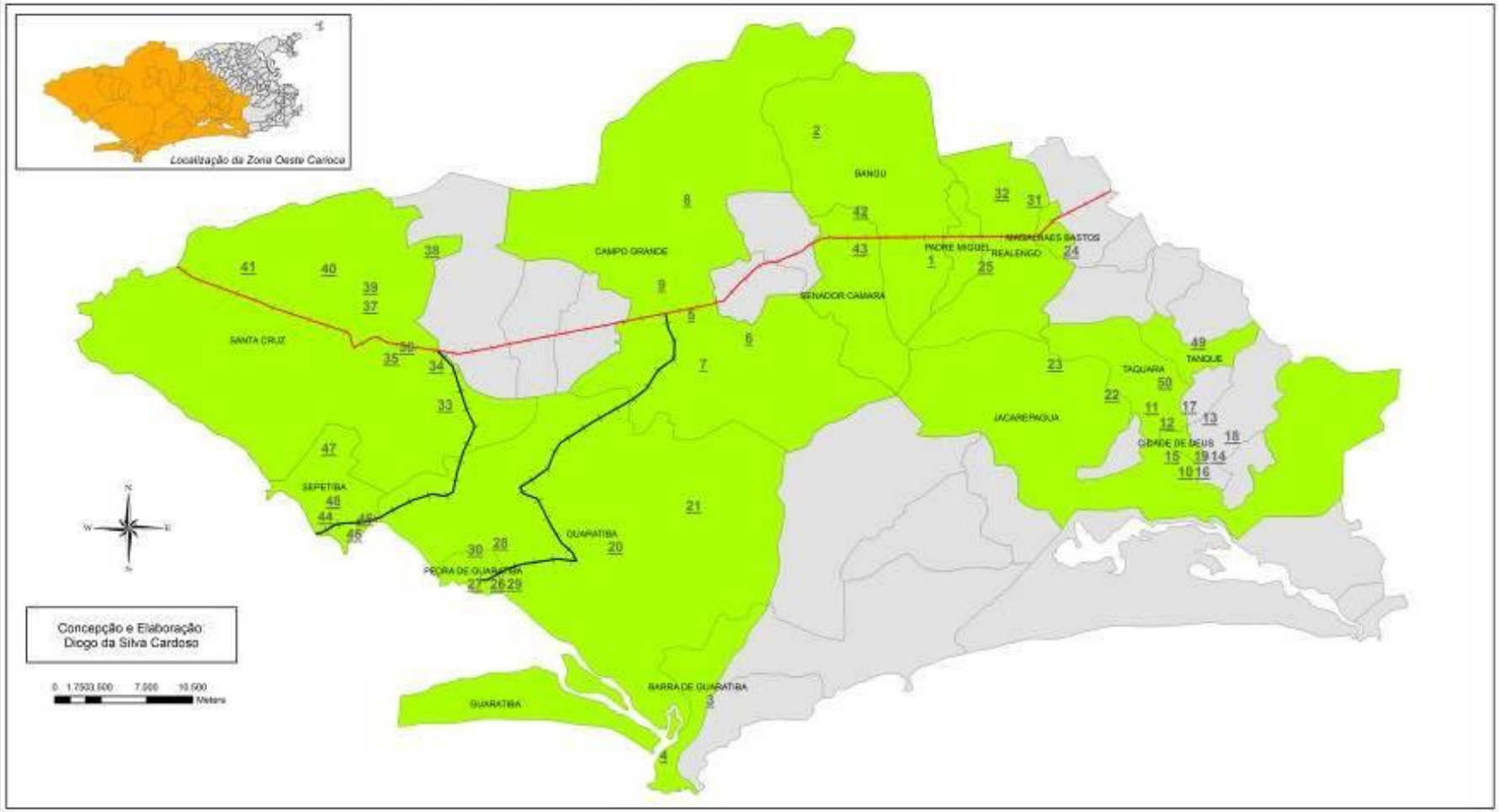

Arquipélago Sociomuseológico Presencial do Subúrbio Oeste Carioca (Ano 2013)
Localização da Zona Oeste Carioca
BANGU
CAMPO GRANDE
MAGALHÃES BASTOS
PADRE MIGUEL
REALENGO
SENADOR CAMARA
SANTA CRUZ
CIDADE DE DEUS
SEPETIBA
GUARATIBA
PEDRA DE GUARATIBA
GUARATIBA
0 8.500 17.000 34.000 51.000
Meters
Concepção e Elaboração:
Diogo da Silva Cardoso

O mapa, à primeira vista, mostra um vácuo na produção cultural das sub-regiões de Campo Grande, Guaratiba e Bangu. As instituições culturais existentes não dão conta da geografia e complexidade cultural dos bairros nas quais estão inseridas. Não só a grandeza geoestrutural dos bairros absorve grande parte da energia das instituições, como as articulações políticas ficam comprometidas ante as desconexões e desigualdades entranhadas no tecido social carioca. Devido aos efeitos da alienação espacial e da desmobilização e falta de recursos dos agentes culturais, há um entrave para o reconhecimento do potencial patrimonial pelo público leigo ou mesmo dos setores esclarecidos da sociedade. A falta de reconhecimento e proteção do patrimônio comunitário gera dificuldades de valorização do território e, consequentemente, dificulta o florescimento de novas iniciativas museais/museológicas com ou sem conotação de resistência cultural.

Já o próximo mapa (mapa 13), foi a base para a minha sensibilização e do grupo É COmunitário quanto à necessidade da elaboração de uma cartografia socio-histórica do que estamos redefinindo espacialmente como sendo o Sertão Carioca. No entanto, ainda não utilizara o conceito de Sertão Metropolitano Carioca para a confecção do mapa, pois ainda me encontrava no rito de iniciação na temática. Alguns textos fundamentais para o redimensionamento da minha percepção e imagens sobre a região e o estímulo em difundir isso em alguns meios[134], foram os de Annelise Fernandez (s/d), Leonardo Santos (2012, 2011, 2005), Candice Vidal e Souza (2010), Carlos Sarmento (1998), Ernesto Cunha (1965), além, é claro, do texto áureo de Magalhães Corrêa (1936).

[134] Divulguei as ideias sobre a vigência negada do Sertão Carioca em simpósios (Simpósio de Turismo Sertanejo, Simpósio de Gestão Patrimonial do IPHARJ), Salão Estadual de Turismo (2013), reuniões do É COmunitário e outros eventos do trade turístico.

Arquipélago Museológico Popular da Zona Oeste Carioca (Ano 2013)



1. Museu de Bangu
2. Raízes da Gericinó
3. Grupo do Frade
4. Centro de Ecologia Humana Raul Forster
5. Museu de Campo Grande
6. IPHEP
7. COMZO
8. Espaço Cultural Cora Coralina
9. Casa de Cultura Seferadita
10. Casa de Cultura Cidade de Deus
11. Centro Cultural Tupiara
12. Mônica Rocha e Joaco da Viola Caipira
13. Espaço Cultural Anglicano
14. CEACC
15. Afazendo
16. Da CDD para o Mundo
17. ASVI
18. Conexão Cultural
19. CUFA
20. Capela Magdalena / Museu Ronaldo J. Ribeiro
21. Vida Feliz
22. Central Cultura Urbana
23. Colonia Indígena do Curupaiti
24. Subúrbio Carioca
25. Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel
26. Mulheres de Pedra
27. Casa Arte Vida
28. CEPAG
29. Fundação Xuxa Meneguel
30. Rádio Ecológica de Guaratiba
31. Espaço Cultural Jorge Ben Jor
32. Centro Social e Cultural Tatiane Lima
33. Cultura na Cesta/Ponto da Palavra
34. Ser Cidadão
35. Banco Verde / Bazar Verde
36. NOPH/Ecomuseu Comunitário da Santa Cruz
37. Espaço Cultural Zona Oeste
38. Casa da Rua do Amor
39. Costurart
40. Ass. Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz
41. CTG Santa Cruz
42. Centro Cultural A História que Eu Conto
43. Arte em Conjunto
44. Ecomuseu de Sepetiba
45. NURA Velho Homem do Mar
46. Espaço Cultural A Era do Rádio
47. SARA
48. Sepetiba em Cores
49. Miratus
50. Grupo Entrou por Uma Porta

A reinvenção das localidades passa pela retradução da história do próprio local, aliado à recomposição da identidade dos moradores. Vejamos alguns casos pessoais que acontecem nas unidades museológicas e que bifurcam nessa direção: o grupo feminista Mulheres de Pedra[135] trabalha a questão étnico-racial e de gênero com uma pegada forte, ideológica, porém não se desgarram da identificação com o local que as abriga: o bucólico bairro da Pedra de Guaratiba. Este coletivo propõe atividades no campo da Economia Solidária e do colaborativismo que afirmem sua "Causa" maior. No facebook e em outras redes virtuais, elas se afirmem como moradoras do bairro e utilizam a paisagem local como estratégia visual e discursiva para atrair um público específico: intelectuais, artistas, músicos, mochileiros, feministas e amantes de paisagens alternativas.

Figura 21: Saraus realizados pelas Mulheres de Pedra todos os meses, em Pedra de Guaratiba.

Fonte: Mulheres de Pedra.

[135] Acesse: <https://www.facebook.com/MulheresDePedra>. Acesso em: 5 ago. 2013.

Figura 26: Mulheres de Pedra exaltam sua *africanidade*

Fonte: Mulheres de Pedra.

Figura 27: Quadros do pintor Sérgio Vidal no espaço das Mulheres de Pedra, e visita de guias de turismo e funcionários públicos em novembro de 2013

Fonte: arquivo pessoal.

Para o grupo Mulheres de Pedra e seu espaço caseiro, o bairro não se torna apenas um recurso de marketing institucional ou um mero requinte empoderador: Pedra de Guaratiba é o seio através do qual ela se nutrem, adquirem força política e ganham o *Mundo* com a sua etnicidade aflorada: a etnicidade da cultura negra. O bairro é um dos meios de enraizamento da etnicidade das Mulheres de Pedra, constituindo-se em um privilégio deste grupo marcar sua identidade a partir de uma geograficidade sólida, algo raro na nossa contemporaneidade sedenta de infraestruturas culturais e recantos estéticos, conforme o diagnóstico dos filósofos Peter Sloterdijk e Rob Riemen. Buscar o bucólico, o étnico e o intercâmbio afetivo são os meios que as Mulheres de Pedra encontraram para superar as dificuldades clássicas da região e destravar a articulação que poderá ligar Pedra de Guaratiba e o espaço para-museológico delas com outras pessoas, instituições e contextos.

O bucolismo e o distanciamento do bairro são temas sempre presentes na fala das líderes das Mulheres de Pedra. Em uma reunião do É COmunitário, Lívia Vidal expôs a dificuldade do grupo em conciliar as atividades culturais do espaço com as demandas turísticas colocadas sequencialmente na pauta das reuniões do É COmunitário:

> Nós estamos distantes do lado desenvolvido da cidade. É difícil manter as atividades todo mês, o Sarau [Pedra Pura Poesia] parece algo simples, mas demanda muito tempo de nós. Nem estamos nos dedicando à questão da hospedagem solidária, estamos sem tempo... A gente busca em Pedra de Guaratiba nossa essência, algo que as pessoas das outras áreas do Rio [de Janeiro] não tem: o sossego daqui, um recanto onde a pessoa pode parar para pensar, refletir sobre a vida olhando para esta vista privilegiada que temos. Poder comer um peixe gostoso no polo... Enfim, quem vem para a Zona Oeste tem que estar disposto a entender e entrar no nosso ritmo que é um ritmo mais lento. (Lívia Vidal, 2014, comunicação pessoal).

Outro exemplo é a Casa da Rua do Amor[136]. Localizada no Conjunto Saquaçu, Santa Cruz, este acolhedor espaço de cultura coordenado por Luiz Vaz, há cerca de dez anos realiza um trabalho cultural de base comunitária nesse sub-bairro, focado no público infanto-juvenil.

[136] Visite a página: <https://www.facebook.com/CasaDaRuaDoAmor>. Acesso em: 8 jan. 2015.

Figura 28: Trabalho lúdico da Casa da Rua do Amor com as crianças do sub-bairro Saquaçu

Fonte: Luiz Vaz.

No diálogo inicial do Luiz Vaz comigo e com o É COmunitário, nasceu a ideia do turismo comunitário como o aditivo para alavancar a Casa da Rua do Amor para além do Saquaçu, onde se pudesse alcançar outros públicos e converter isso em valor patrimonial e econômico para a Casa, alcançando a sustentabilidade. Transformar a Casa da Rua do Amor num polo turístico de residência artística e cultural foi a ideia que motivou o coordenador não só a ingressar no É COmunitário, como em criar um projeto museológico que dê visibilidade ao espaço em um futuro próximo. Nasceu ali o projeto Museu Oficina de Artes Lúdicas do Saquaçu.

O texto[137] criado por Luiz Vaz para preparar o terreno para a "chegada" do novo museu comunitário da Zona Oeste, manifesta o desejo da instituição de superar as barreiras geográficas que impedem a Casa da Rua do Amor de receber pessoas e alcançar redes de apoio. O museu nasce do dilema de alcançar uma nova geograficidade para a instituição, incluindo sua identidade de/com o lugar.

[137] Disponível em: <http://www.universidadecomunitariazo.com.br/2014/12/manifesto-do-museu-de-artes-ludicas-do.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

> Em algum lugar do mundo deveria haver um Museu de Artes Lúdicas, nos coube cumprir esta missão. Uma mulher na Tailândia faz com um colchão velho de espuma, uma cobra. Nas Filipinas um menino monta um carro para ele e muitos outros meninos e meninas, com estrutura de ferro de cama e rodas de rolimãs. Numa rua de Bangu, no Rio, um homem que se chama Mago usa papéis de campanha de políticos candidatos e goma de farinha de trigo pra fazer animais de diversos portes, encanta a todos a galinha. Nenhum outro grupo criou antes o Museu por um motivo muito simples e pertinaz: Artes lúdicas é um termo que carrega uma enorme redundância, não quis qualquer grupo no planeta se responsabilizar por ela, já que todo o impulso para a arte, também para ciência, para a tecnologia é um impulso lúdico. Porém consideramos que esse impulso pode ser e tem sido traído constantemente, já que outros impulsos assumiram lugar no questionado 'fazer artístico'. Daí coisas como humanizar o ser humano passam a soar com perfeita lógica. Um indígena brasileiro, com fome ou determinado a ser reconhecido como um excelente atirador/caçador na sua comunidade, antes prepara a flecha e o arco e os constrói com tanto cuidado, primor e inventividade em torná-los únicos em sua beleza, que o que voa é a beleza, não a fome de conquista. A beleza em pleno voo, esse é o impulso da arte. A construção da aparência é arte, e o que aparece em movimento é o lúdico.
> EM 2015 VENHAM NOS VISITAR. MUSEU DE ARTES LÚDICAS DO SAQUAÇU. RUA DO AMOR nº 3. SAQUAÇU, SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO. RJ BRASIL.
> CASA DA RUA DO AMOR. APOIO: INSTITUTO RIO. (VAZ, 2014).

As próximas imagens confirmam a audácia de Luiz Vaz em construir um museu lúdico no Conjunto Saquaçu, periferia de Santa Cruz.

Figura 29: Fachada da Casa da Rua do Amor, reformada para abrigar o Museu Oficina de Artes Lúdicas

Fonte: Luiz Vaz.

Figura 30: Acervo de uma das salas do Museu Oficina de Artes Lúdicas

Fonte: Luiz Vaz.

Figura 31: Oficina experimental de criação de engenhocas, geringonças e outros tipos populares de brinquedo para crianças.

Fonte: Luiz Vaz.

Fugindo um pouco dos exemplos institucionais, selecionei o livro do professor e escritor Isra Toledo Tov, *Guia da periferia paciente* (2013), para mostrar as motivações que levam um escritor como ele à declarar sua paixão pelo lugar vivido - o bairro Paciência, que o autor ironicamente chama de *Pacicity* -, divulgar manifestações que, na mentalidade do morador local, é pura rotina, ação natural da comunidade, e por fim, mostrar a angústia de ver a memória local ser perdida em virtude da nova configuração sociocultural e territorial. Como forma legítima de protesto, Isra Tov lança mão de sua própria memória individual para estimular o leitor à rever Paciência e toda a Zona Oeste com um olhar mais cuidadoso e crítico. O autor fez um trabalho de memória compilado em formato de livro, para tentar atingir um segmento específico que irá comprar e, talvez, ler sua obra por inteiro! Não deixe de ser um trabalho que visa musealizar o território por meio marginal, pequeno, porém estratégico do ponto de vista da Museologia Social.

Vejamos um trecho empolgante da sua obra[138], e que não deixa de ter um grau de romantismo e *alterização* característicos da literatura de periferia[139]:

> Se você estiver, domingo de manhã, sem nada pra fazer, perdido em Pacicity, vale a pena conferir um verdadeiro "clube do Bolinha", no veterano Campo do Sete de Abril. Localizado entre as ruas Pedra do Sino e Olindina, aquele quarteirão já foi palco de jogos memoráveis do extinto time de futebol de mesmo nome. Todo domingo, equipes se digladiam, com seus uniformes vistosos, em intermináveis torneios futebolísticos. Mas o que mais chama a atenção é uma fileira de bares tipo espelunca, na lateral esquerda do campo, ao lado dos vestiários. Centenas de rapazes - e nenhuma moça! - conversam animadamente com um copo de plástico cheio de cerveja na mão. A animação de fora do campo parece querer rivalizar com a de dentro. Mas quem decidiu que aquela área externa é exclusiva ao sexo "forte"? Um claro enigma! Quão bela é, por exemplo, a torcida tricolor, por ter mulheres tão charmosas, tão graciosas, no meio da barulhenta multidão masculina! Por que o Campo do Sete de Abril ignora isso? Por que prefere a exclusividade de corpos suados masculinos?
>
> Todo ano, no dia primeiro de janeiro, o famoso jogo Barra contra Asfalto toma conta daquela área. Nos anos 70, até mesmo nas casas de família se falava do jogo que dividia o Bairro de Sete de Abril em dois segmentos opostos: o lado esquerdo da Estrada Santa Eugênia, que não tinha asfalto ainda, invadia o entorno do Campo do Sete. O jogo único tomava ares de decisão de campeonato nacional. Um bloco desfilava pelas ruas de barro arrastando a torcida para a arena final. Fogos de artifício assinalavam cada gol. Lá, até hoje, apesar de todo o bairro ter sido asfaltado no fim da década de 80, a honra da herança do barro é ainda defendida até a última gota de suor, anualmente.
>
> Não se pode falar da Estrada Santa Eugênia sem falar dos seus ipês amarelos e de cor de rosa que, na primavera, encantam nosso olhar, desde a descida do morrinho que leva ao centro de Pacicity até a pracinha do Sete de Abril. Por cerca de dois quilômetros, a beleza deles seduz quem tem um mínimo de sensibilidade floral ou paisagística. Queria eu liderar um grupo de crianças e jovens e promover a plantação de mais ipês por toda a extensão dela, até o início de Venda de Varanda! Topa? (TOV, 2013, p. 89-90).

A sensibilidade afiada do escritor com relação à periferia da periferia carioca, sua predileção pela narrativa suave e a preocupação em deixar escritas suas sensações sobre o lugar, é parte do princípio para a afirmação da identidade cultural e do lugar. Seu imaginário é trazido à baila e transcorre num jogo de linguagem lúdico que tenta desconstruir o estigma que ronda as localidades de Paciência e outros lugares relatados pelo autor no livro. Como um autêntico transeunte da

---

[138] Para ter uma visão do que é o frenético campeonato do Barro x Asfalto de Paciência, relatado pelo autor, acesse os vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=tBtCMvOxqAU>. Acesso em: 8 jan. 2015; e <https://www.youtube.com/watch?v=1uFCDT9SYYQ>. Acesso em: 8 jan. 2015.

[139] Ou Literatura Marginal, como ficou conhecido nos mundos acadêmico-científico e cultural. Ver: <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/literatura-marginal/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

periferia Oeste, Isra Tov e outros escritores locais que utilizam a Zona Oeste como estratégia de promoção intelectual e profissional[140], como André Luis Mansur[141], Binho Cultura[142], Rosa Bernardes[143], Odalice Priosti[144] e Claudio Mello[145], fazem da região seu território de busca da memória que tanto parece escorrer das vozes e mentes da população.

A poesia a seguir, escrita por Júlio Cezar dos Reis Almeida, traz a tona o misto de saudade e aversão, de ironia e preocupação com as transformações do seu bairro, Realengo[146]:

> Era menino quando cheguei ao Rio de Janeiro
> (Vinha de Feira de Santana, Bahia).
> Lá, a coragem de uma mulher me permitiu
> Viver adolescência rica de sol e de rua.
> Naquela época havia muitas ruas de chão batido.
> Os loteamentos cresciam rapidamente.
>
> De cada casa recém-construída
> Saía um e às vezes dois meninos como eu.
> Com eles vivi a aventura de ser criança
> Completamente alheia às coisas do mundo.

---

[140] Alguns autores supracitados assumiram para si o posto de porta-vozes da Zona Oeste, referencias no que tange ao conhecimento das realidades e culturas locais. Binho Cultura (George Cléber), inclusive, se autointitulou numa entrevista de jornal como representante cultural da Zona Oeste. Do ponto de vista sociológico, trata-se de uma afirmação complexa e contraditória, aja vista que, ao se promulgar como representante da Zona Oeste, está assumindo um território assustadoramente diverso e desigual, que reúne sob um mesmo nome "primos" ricos e pobres, próximos ao litoral e distantes das águas cálidas da cidade maravilhosa: Itanhangá e Campo Grande, Barra da Tijuca e Pedra de Guaratiba, Grumari e Sepetiba.

[141] A resenha de um dos volumes do Velho Oeste Carioca feita pelo jornal O Globo: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/01/23/resenha-de-velho-oeste-carioca-volume-ii-de-andre-luis-mansur-427477.asp>. Acesso em: 10 jan. 2014.

[142] Ver o seu empreendimento cultural, Flizo (Festa Literária da Zona Oeste): <http://flizo.org/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

[143] Esta autora vem produzindo, com recursos da SMC/RJ, um acervo textual e audiovisual sobre as remanescências do Sertão Carioca. Ver: <http://ecomuseusertaocarioca.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

[144] Ler os textos de Odalice Priosti para o jornal QUARTEIRÃO em: <http://www.quarteirao.com.br/jornal.html>. Acesso em: 10 dez. 2014. Sua tese de doutorado (2010) disseca a metodologia da *museologia da libertação* empregada no Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz.

[145] Ver as postagens instigantes de Claudio Mello sobre o patrimônio cultural da região, em: <https://www.facebook.com/ipharjarqueologia>. Acesso em: 10 dez. 2014.

[146] Confira: <http://komedi.com.br/escrita/leitura.asp?Texto_ID=3334&offset=30>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Não me lembro de ter ouvido falar de nenhuma guerra.
As grandes batalhas que travei foram com as bolas de gude,
Com as pipas e com o pião.

Realengo, Realengo... Como já fui feliz.
Aí conheci o trem.
Realengo à Central do Brasil, viagem
Que os trabalhadores faziam diariamente.

Nos trens havia de tudo e todo tipo de comércio:
Pipoca, bala, amendoim, picolé, biscoito e muito mais.

Realengo, Magalhães de Bastos, Vila Militar e Deodoro.
Aí, já com a evolução, pegava-se o parador.

Porque te amo,
Porque te quero,
Porque te espero.

Quanta vida se gastava naqueles trens.
Era raro não avariar, mas tinha magia.

Em Realengo as tardes eram imensas e repletas de sol.
Ali fui menino e vivi a minha adolescência
Cheia de rua e de fantasia.

Na rua Dr. Oreily, cujo número já não sei,
Eu morei.
Era casa de quatro cômodos:
Quarto, sala, cozinha e banheiro,
Que podiam ser percorridos
Com não mais de seis passos.

Ali três meninos cresceram
Às custas da mãe costureira,
Que trabalhava como negra do tempo da escravidão.

A vida, sempre muito cara,
Tudo que a operária ganhava:

A comida levava,
O aluguel tirava, a luz
E o diabo-a-quatro mais consumia.

A minha mãe era escrava do ofício e dos filhos.
Errou em não tê-los colocado

Para aprender profissão ainda cedo,
Para melhor prepará-los para a vida
E para aliviar a sua carga.

E permitiu-nos viver todas aquelas tardes
De sol e fantasia.

Naquela rua de chão batido e avermelhado,
Li o primeiro verso e entreguei
À destinatária feliz.

Ali, conheci A Estrela da Vida Inteira,
O Cortiço, O Mulato, Meu Pé de Laranja-lima,
Don Casmurro, Os Meninos da Rua Paulo,
O Feijão e o Sonho e muitos outros.
Conheci também os heróis dos gibis.

Ali, conheci a luta entre o ter e o ser.

À noite, nós meninos brincávamos de bandeirinha,
De pic-esconde, de chicotinho queimado,
De pêra-uva-maçã-ou-jaca, de bola-de-gude
E de outras tantas brincadeiras.

Até a hora em que os pais nos chamavam.
Era hora de dormir.
O dia seguinte era sempre dia de branco.
Era preciso acordar cedo,
Pois trem que vem de Santa Cruz
Não espera por ninguém.

Porque te amo,
Porque te quero,
Porque te espero.

De Realengo à Central do Brasil era uma boa viagem.
O trem sacoleja e balança;
E é preciso segurar a chupeta com força.
Em cada vagão iam e voltavam grupos de amigos.

Na volta, em cada estação, quem saltava deixava
Convicto -até amanhã!
Quase sempre seguido por uma descida de carreirinha.

Lá ia o trem:

Cascadura, Madureira, Osvaldo Cruz
Cascadura, Madureira, Osvaldo Cruz
Cascadura, Madureira, Osvaldo Cruz

Quem tiver pressa que vá de ônibus,
Pois trem avaria.

O jeito é levar baralho, porque nada como uma partidinha de sueca
para combater a irritação
E a bronca certa do patrão.

-Cuidado! jogar ronda é proibido!
Nos trens, também tinha batuque e samba.
No vai-e-vem dos trens muita menina sonhou e quando acordou
Estava na hora de enfrentar a dureza do dia.

O trem da Central do Brasil vez por outra fazia vítima
Que tinha como honra
A sua foto estampada na manchete do jornal.

Êh...Juquinha...Êh amendoim...Olha o picolé!

Um trem descarrilou no meu peito
E quase me matou de saudade.

Porque te amo,
Porque te quero,
Porque te espero.

O trem também vai a Japeri,
Passa por Duque de Caxias e por Nova Iguaçu.
Quanto menino viveu a infância
Dentro dos trens da Central do Brasil.
De Campo Grande a Marechal,
De Japeri à Central,
De Senador Camará a Quintino Bocaiúva.

No Jabour não havia estação,
Era preciso caminhar até Senador Camará.
Daí até Bangu,
Guilherme da Silveira e Padre Miguel,
Onde se podia fazer a “fezinha” do dia
Em qualquer boteco.

Engenho de Dentro, São Cristóvão.
Quantos anos eu cruzei A Quinta da Boa Vista,
Casa do Imperador. O Rio Imperial
Cercado de casas penduradas nos morros.
Mangueira e Venceslau Brás.

É do que me recordo, do muito que aí já vivi.
Fui menino pobre, mas rico de alegrias.
Tive mãe costureira e dois irmãos, crianças como eu.

Uma ou duas vezes fui a Paquetá.
Ao longo da travessia vi filhotes de cação
Brincando atrás do barco.
Senti medo profundo,
E solidão assustadora
Pois estava longe da terra firme.
Preferi mil vezes o trem cheio da Central do Brasil.

Porque te amo,
Porque te quero,
Porque te espero.

As estações se parecem, mas todas são diferentes.
De Santa Cruz à Central.

Realengo, te conheci com os meus pés meninos.
Senti o teu calor e sorvi as tuas tardes de sol intenso.
Aí deixei as páginas não escritas da minha infância.

Hoje te olho, mas não te reconheço,
Porque ambos mudamos.
Já não sou menino,
As tuas ruas já não são de chão batido.
A grande maioria ganhou asfalto.
As crianças de ontem se espalharam

Pelo Brasil inteiro.
Mas é possível ver alguns que aí permaneceram.

Em Realengo deixei um rio caudaloso
De sonho e saudade.

Voltar lá pouco resolve, pois ambos mudamos.
Embora tenhamos nos nossos corações um mundo inteiro
De emoções e de lembranças
Gravadas no subterrâneo da memória.

Realengo
A cada ano que passa perde a sua antiga identidade,
Mas vai consolidando outra.
Os seus velhos amigos vão-se reencontrando
No Jardim da Saudade ou no Murundu.

A fábrica de cartuchos acabou,
Mas permanecem firmes os quartéis
E a Pracinha dos Canhões.

O Campo de Marte acabou,
Mas a cavalaria permaneceu.

-Os meus amigos onde estarão?
- Por que não conseguiram resistir
Como os muros dos quartéis?
- Por que deixaram o Realengo da nossa infância?
A verdade é que
A vida nos chamou para algo maior e mais arriscado:
A realidade da maioridade.

-Realengo perdeu a sua infância,
Mas tinha que doer logo em mim?
-Não havia outro para chorar esta dor?
Ao que tudo indica, um trem chamado Realengo
Entrou no meu peito e nunca mais parou de correr
As estações da minha vida.
E assim vai levando de estação em estação
A minha saudade, a minha inocência perdida
E o meu amor.

Graças a Deus este trem não descarrilou e, até agora,
Só fez uma vítima: o meu coração que não para de doer.

Dor de quem cresce, dor de quem amadurece,
Dor de quem ficou velho,
Mas não esquece e ainda se enternece.

- Realengo, mudei pouco,
Continuo o menino de pés no chão.
A diferença é a calvície,
Os fios brancos de cabelo que me restaram
E o bigode ralo.
Mas te afirmo que a ilusão é a mesma
De Capitu e de Bentinho; a dos Meninos da Rua Paulo
E a dos meninos com os quais vivi.
Enfim, Realengo, é lembrar, sofrer e resignar-se,

> Pois é assim que a vida é.
> (ALMEIDA, S/D)

A luta pela memória, que pode se tornar uma luta contra o silêncio ou esquecimento generalizado da sociedade (POLLAK, 1989), faz dos agentes de cultura não só profissionais de um setor específico, mas apóstolos de recordações do(s) lugar(es) pelo(s) qual(is) dedicaram suas vidas e criatividade. É um desafio penoso - não raro, leva o segmento cultural a uma contínua instabilidade emocional - ao qual poderíamos chamar, numa levada bourdieuriana, de *sacerdócio cultural*. Michael Pollak fez uma breve, porém brilhante, nota sobre esse segmento de pessoas:

> Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. Assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões (POLLAK, 1989, p. 14).

As recordações carecem, em todos os momentos oportunos, de serem reenergizadas e/ou de ter novas adesões para não serem pulverizadas pelas transformações na ordem social e nas tradições que criam as disposições duradouras de ação cultural (hábitos e formas de habitar territórios).

Para fechar o quadro de exemplos sobre os usos da memória nas áreas em estudo, cito o professor, pesquisador de futebol e militante fervoroso de Bangu, Rogério Melo. Rogério tem realizado um trabalho pioneiro com o gestor do Museu de Bangu, Benevenuto Rovere e o artista plástico Clécio Regis, para revitalizar o bairro a partir das suas peculiaridades culturais e patrimoniais. Um dos projetos é o de resgate da história ancestral de Thomas Donohoe. De origem escocesa, esse ex-tintureiro da Fábrica Bangu foi o responsável pela primeira partida de futebol no Brasil[147], quatro meses antes do inglês Charles Müller realizar a antológica partida

[147] Os detalhes sobre esse novo achado para a história do futebol Brasil, e as matérias veiculadas em jornais e emissoras de todo o mundo, estão destacadas na primeira página do site do Museu de Bangu: <http://www.bangu.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2014.

em São Paulo[148]. A novidade está mudando radicalmente o modo de narrar a odisséia da territorialização do futebol em terras tupiniquins.

Rogério é um dos interlocutores dessa nova empreitada em prol da valorização do território banguense, como eles tanto gostam de chamar, e elevar a autoestima e o orgulho de morar num lugar que foi pioneiro em pelo menos quatro assuntos: 1) sediou a primeira grande fábrica de tecidos do país (1889) com capital e mão de obra estrangeiros; 2) o bairro que surgiu de um grande empreendimento industrial, sendo considerado um dos poucos bairros fruto do *planejamento dos barões* e da *urbanização imperial* (FRIDMAN, 2009), 3) pioneiro na exportação de moda para todo o mundo, através dos eventos e desfiles de moda patrocinados pela Fábrica; primeiro museu de bairro do país: Museu de Bangu; Com esse cardápio de situações que "dá orgulho a qualquer morador", Rogério Melo criou por conta própria uma estratégia audiovisual para promover Bangu. Um dos pontapés foi o vídeo[149] cujo título não poderia ser melhor para mostrar a estrutura sentimental destas personalidades culturais locais: "Bangu é o meu Lugar". Após um longo período de ações de cunho bairrista, os agentes locais lidam com a abertura do bairro para outros modos de expressão cultural, como o Raízes de Gericinó[150], Congresso Cultural da Zona Oeste[151] e o espaço cultural Caixa de Surpresa[152], e com as possibilidades de intercâmbio para viabilizar o turismo cultural tendo como chamarizes a história pioneira do futebol e o monumento a Thomas Donohoe.

---

[148] Ver a informação, hoje defasada em virtude dos novos achados dos pesquisadores de Bangu, em: <http://esporte.esp.br/futebol-no-brasil-a-primeira-partida-de-futebol-no-brasil/>. Acesso em: 20 nov. 2015.

[149] O vídeo é uma espécie de registro do orgulho e da autoestima de ser morador de Bangu. Não deixa de ser uma forma de marketing territorial do bairro, que passa hoje por uma transformação leve, porém relevante, no seu potencial de turistificação após a inauguração do monumento em homenagem a Thomas Donohoe (2014), do marketing arrojado do Bangu Shopping para atrair consumidores de outros bairros, e da especulação em torno da construção de um teleférico ligando o centro de Bangu ao morro que faz parte do Parque da Pedra Branca. O slogan criado por Rogério Melo, "Bangu é o Meu Lugar", está disponível em: <https://www.facebook.com/video.php?v=832178273505629&set=o.210957518948265&type=2&theater>. Acesso em: 29 dez. 2014.

[150] Assista (I): <https://www.youtube.com/watch?v=K4RWZBfCAZQ>. Acesso em: 10 jan. 2015.

[151] Assista (II): <https://www.facebook.com/CongressoCultural> Acesso em: 10 jan. 2015.

[152] Assista (III): <https://www.youtube.com/watch?v=_IL_st8_gwI>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Figura 32: Inauguração do Monumento a Thomas Donohoe, no pátio do Bangu Shopping, com a fala do ilustre professor Rogério Melo

Fonte: Rogério Melo.

Figura 33: Exposição idealizada por Clécio Regis e Benevenuto Rovere, e realizada nas dependências do Bangu Shopping

Fonte: arquivo pessoal.

Figura 34: Peça produzida por Clécio Regis para ampliar a divulgação da descoberta de que foi em Bangu que aconteceu a primeira partida de futebol do país

Fonte: arquivo pessoal.

Estamos tratando aqui da produção de *sentido de lugar* na dimensão mais fundamental que o termo pode exprimir, extremamente solicitado pelos lugares que sofrem de marginalização socioespacial e outros processos de injustiça territorial. A justiça territorial é uma aliada essencial para uma comunidade des-construir os valores éticos e políticos que nortearão a gestão do território - racionalização - e a busca do sentido de lugar - emancipação. Destarte, a memória, correlacionada com a imaginação geográfica e a estética, elaboram o tripé cultural através do qual a justiça territorial pode se firmar como

> (...) o princípio de aplicação das políticas territoriais. Não obstante, a justiça territorial deve ter em conta tanto as condições de geração de riqueza e bem-estar social, como sua distribuição, o que somente faz sentido dentro de um contexto particular de relações sociais (LEE, 2000, p. 342).

A memória, em todos os casos levantados por esta ação-pesquisa e no extinto projeto É COmunitário, é apropriada como ferramenta social para mobilizar parceiros, enriquecer o repertório do grupo e criar uma nova sensibilidade estética

para com o entorno comunitário. Principalmente no que diz respeito a "enriquecer o repertório do grupo", repertório é um conceito interessante para instigar as pessoas envolvidas, à repensar sua atuação no grupo, consequentemente reavaliando seu grau de pertencimento no lugar e como lê aquela paisagem. Todo processo cultural só é empoderado e se torna notório quando a sua paisagem multifacética se transforma também numa paisagem *política* desafiadora, ou seja, em estado permanente de reinvenção dos seus valores, hábitos e agenciamentos. Para compreender esse pano de fundo do empoderamento cultural, podemos olhar com mais detalhes os trabalhos desenvolvidos pelas Mulheres de Pedra, na Pedra de Guaratiba, pelo Museu de Bangu, em Bangu, e pelo NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, em Santa Cruz. São casos em que a paisagem cultural é insistentemente articulada à identidade do lugar para auferir valores simbólicos e construir a representação espacial mais adequada aos interesses da comunidade local e do produto cultural e turístico que se deseja ofertar.

O que se busca em todo processo de recomposição identitário-cultural do lugar e, por extensão, da atividade turística que o valoriza, são os elementos da *paisagem vernacular*, isto é, aquelas materialidades substantivas que 1) alimentam a memória social; 2) oxigenam esteticamente as ações locais; e 3) dotam o lugar de significado e de singularidade.

Esses três qualificativos são indispensáveis para fazer germinar e manter viva a constelação de ilhas culturais que emerge na faixa Oeste-Norte carioca desde os anos 2000. Antes desse fenômeno, as atitudes até então pioneiras do NOPH (1984) e do Museu de Bangu (1994) se situavam na política de bairrismo, de auto-insulação, que dominava os setores intelectuais-culturais num período precedido pela Ditadura Militar e descampado pelo novo surto de crescimento econômico.

O segundo protótipo do mapa apresentado numa página anterior (Mapa 12), foi resultado da trajetória de experiências territoriais nas zonas Oeste e Norte, na qual eu e mais alguns agentes culturais, descobrimos aos poucos a riqueza patrimonial e turística da região. A cartografia realizada por mim e os eventos que se multiplicaram nos últimos dois anos (2013-2014) em vários bairros da periferia, trazem à tona o estado de latência cultural na qual se encontrava a região, seja ela representada geograficamente como sertão, subúrbio, periferia ou somente Zona

Oeste. Este último conceito traz no seu bojo a carga negativa da distância e da sonolência sociocultural tradicionalmente associadas à região.

Bastou alguns eventos acontecerem de fato, e a midiatização correr em paralelo, para o complexo de bairros situados ao oeste do centro hegemônico, entrarem na pauta de alguns órgãos públicos[153] (SMC/RJ, Eixo Rio, Rio Criativo, SEAPEC/Rio Rural, Fiocruz), organizações sociais (Instituto Rio, Observatório de Favelas, PACS, Casa Fluminense) e organismos internacionais (BID, UNESCO, Fundação Rosa Luxemburgo, Fundação Heinrich Böll Stiftung Brasil). É nesse esteio que repenso a cartografia da memória da região e, agora envolvido com o Observatório de Favelas[154] e o projeto contemplado pelo edital de fomento da SMC/RJ[155], trilho o caminho do inventário e diagnóstico dos recursos turísticos e culturais das sub-regiões abarcadas nesta tese, para propor o turismo de base comunitária como alavanca para o desenvolvimento das localidades e seus espaços culturais singulares. Neste caso, a ideia que norteou o projeto foi a de puxar a atenção para as unidades museológicas comunitárias que estavam despontando com o É COmunitário, ao qual já conformam um circuito que tem potencial para cristalizar uma APL de turismo comunitário[156].

O próximo mapa (Mapa 14) refere-se ao circuito museológico ativo numa parte da região do Sertão Carioca. Este mapa foi elaborado na ocasião para divulgar as instituições que participaram da XII Semana Nacional de Museus (2014), promovida pelo Ibram/MinC.

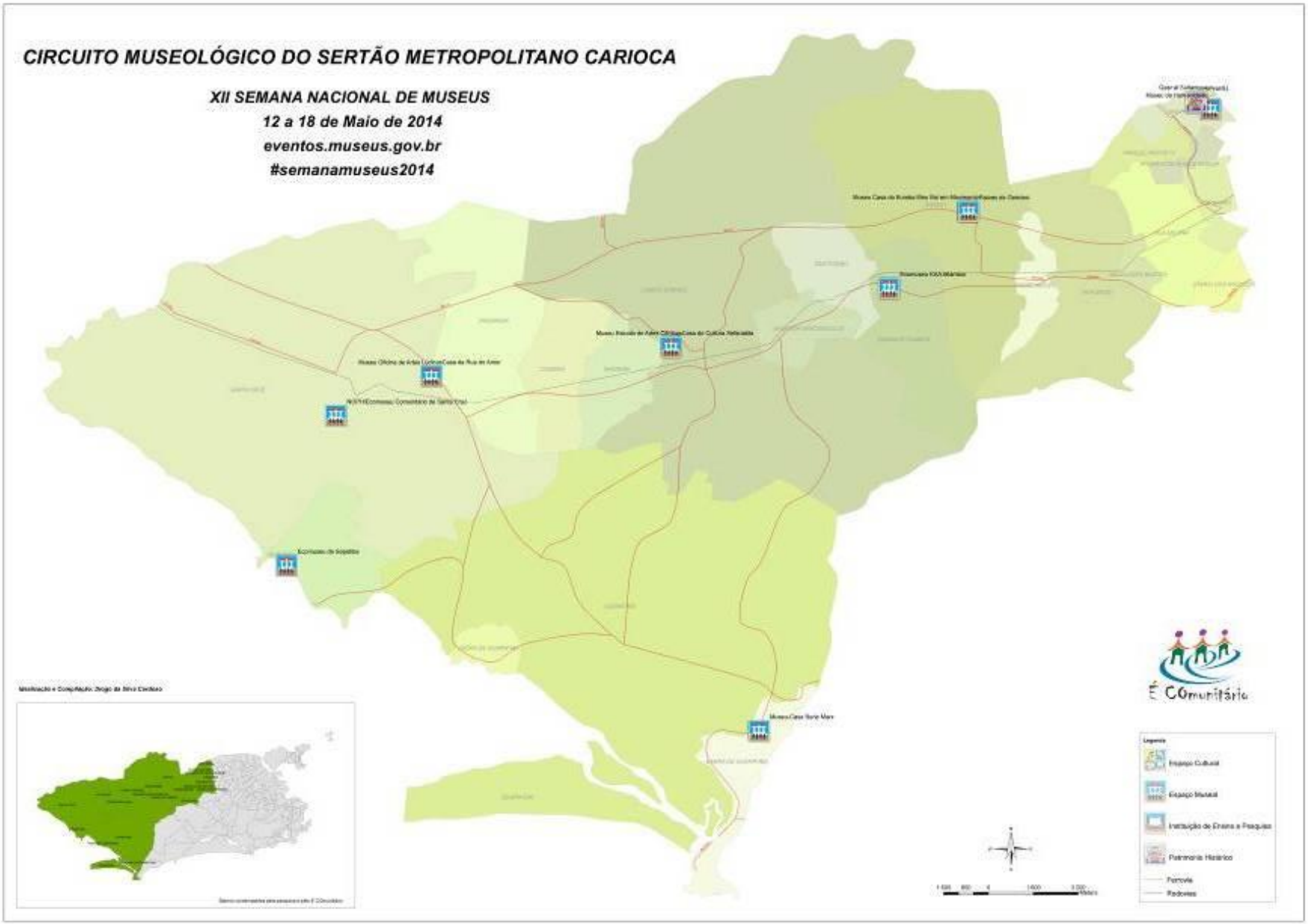
---

[153] A SMC/RJ, nos últimos dois anos, criou uma política cultural inovadora em se tratando das grandes capitais brasileiras: os últimos editais voltados para culturas populares, pontos de leitura e pontos de cultura, tiveram quotas destinadas exclusivamente às zonas Norte e Oeste (75%), como forma de reajustar a distribuição dos recursos públicos para a arte/cultura/economia criativa na cidade, privilegiando os bairros historicamente injustiçados. No período de existência do É COmunitário, três representantes foram contemplados: Casa de Cultura Sefaradita/Foco (Campo Grande), Casa da Rua do Amor (Santa Cruz) e Raízes de Gericinó (Bangu).

[154] Informações sobre a instituição: <http://observatoriodefavelas.org.br/>. Acesso em: 6 nov. 2014.

[155] Consultar: <www.rio.rj.gov.br/web/smc/fomento-direto>. Acesso em: 5 mai. 2013.

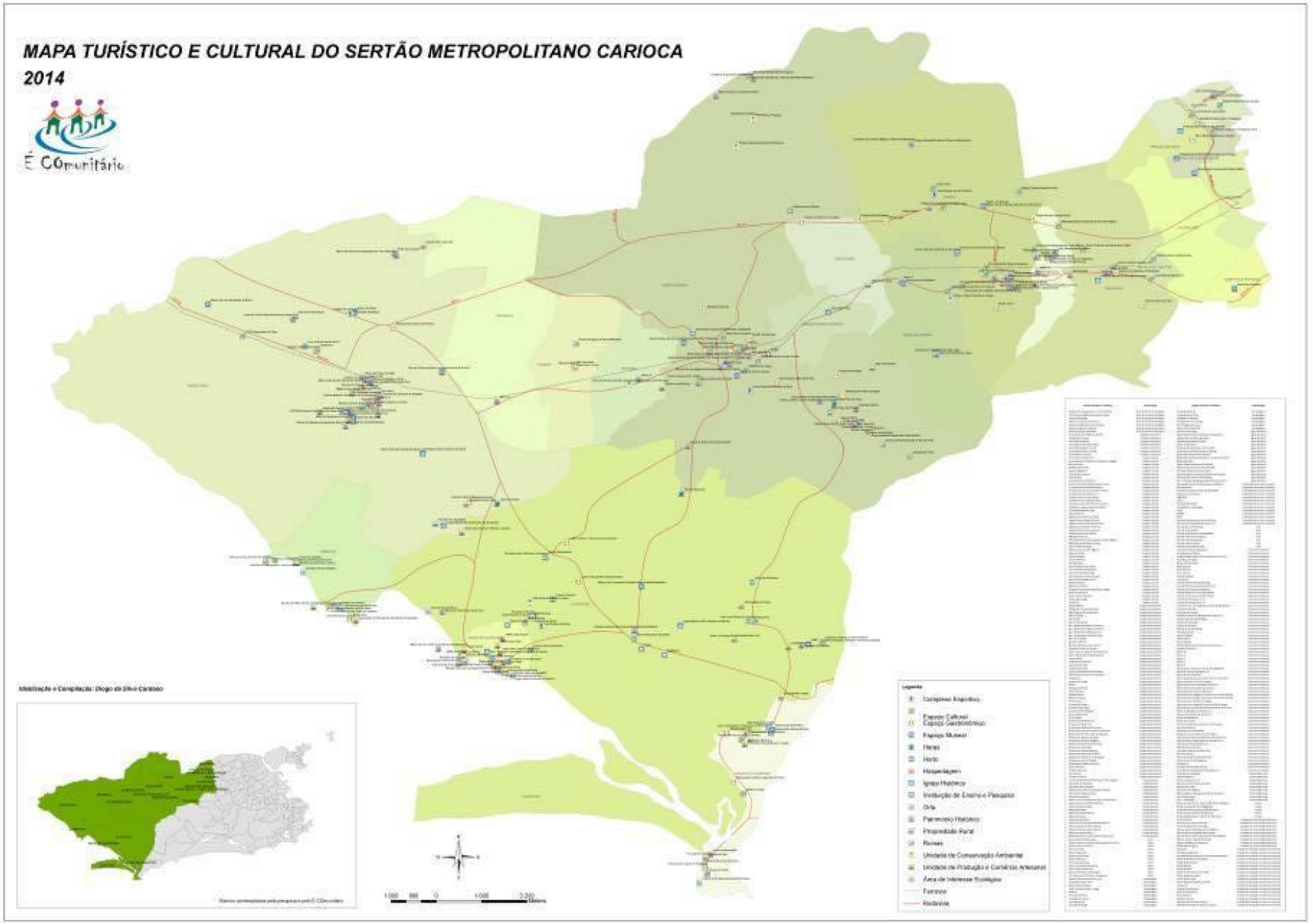
[156] Ver exemplos de APL de turismo comunitário em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/downloads_regionalizacao/Catlogo_Mtur_NOVO.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.


CIRCUITO MUSEOLÓGICO DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA
XII SEMANA NACIONAL DE MUSEUS
12 a 18 de Maio de 2014
eventos.museus.gov.br
#semanamuseus2014
É COmunitário
Legenda
Espaço Cultural
Espaço Museal
Instituição de Ensino e Pesquisa
Patrimônio Histórico
Ferrovia
Rodovias

Por fim, o próximo e último mapa a ser apresentado (Mapa 15) consiste no inventário dos recursos turísticos e culturais da região, fazendo surgir o primeiro mapa turístico-cultural global desses bairros. O inventário permitiu o registro de 265 bens, somando espaços culturais, museológicos, áreas naturais, monumentos, orlas/praias e prédios históricos[157]. Além de cadastrados formalmente para fins de reconhecimento pelo Poder público, todos os pontos mapeados foram inseridos em algumas plataformas (guia de bolso, aplicativo, cartão postal, site, e-book)[158] para incrementar a divulgação O aplicativo mobile foi de longe a principal ferramenta construída pelo projeto Oeste Carioca para destacar os arranjos já preparados para a atividade turística.

[157] Além dos 265 bens, foi também inventário um conjunto de setenta estabelecimentos gastronômicos e de hospedagem diferenciada.

[158] Consultar: <http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/aplicativo-atracoes-turisticas-zona-oeste/>. Acesso em: 11 jan. 2015. Ver também: <http://encenese.com.br/2014/12/observatorio-de-favelas-lanca-guia-turistico-e-cultural-da-zona-oeste/>. Acesso em: 9 jan. 2015.


MAPA TURÍSTICO E CULTURAL DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA
2014
É COmunitário

Alguns pontos mapeados estão relacionados ao arquipélago museológico da região. São as unidades museológicas e para-museológicas que, por terem predicados que os tornam singulares e arraigados ao seu território, foram priorizados no inventário. Essas ilhas de refúgio e reencantamento cultural, aos quais fazem da memória sua religiosidade cambiante, diferem umas das outras pelo perfil dialético das interações, nível de enraizamento no lugar e interesses éticos e políticos. Podemos subdividir esses espaços em quatro esquemas fenomenológicos, onde alguns

- Tem uma pegada oposicionista, de choque com a ordem hegemônica e criação de outros valores éticos e simbólicos de gestão cultural e trabalho com a comunidade local. São instituições com alto grau de intelectualização e militância política do seu corpo diretivo. Lembrando que a oposição pode aproximar-se dos ideais de esquerda/progressistas ou debandar para o conservadorismo/separatismo

Exemplos: Mulheres de Pedra (Guaratiba), NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz (Santa Cruz), Ecomuseu de Sepetiba (Sepetiba), Defensores do Planeta (Campo Grande), Agroprata (Campo Grande), Espaço Farol da Prata (Campo Grande), Centro Cultural A História que Eu Conto (Senador Camará), Coosturart (Santa Cruz), Clécio Regis Cenografia com Arte (Bangu), Centro Sociocultural Arte em Conjunto (Senador Camará) e Ecomuseu KAÁtlântica (Senador Camará);

- Enquanto outros priorizam o trabalho de reinterpretação e promoção das expressões culturais e comunidades tradicionais.

Exemplos: Raízes de Gericinó (Bangu), Espaço Cultural Caixa de Surpresa (Senador Camará), Casa da Rua do Amor (Santa Cruz);

- Sendo que alguns optam pela ação museológica convencional e/ou pela representatividade comunitária local.

Exemplos: Museu de Bangu (Bangu), Instituto Cultural Campograndense (Campo Grande), Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel (Padre Miguel), Espaço Apicum (Pedra de Guaratiba), Fundação Xuxa Meneghel (Pedra de Guaratiba), Associação Vida Feliz (Guaratiba), Sítio Burle Marx (Barra de Guaratiba) e Centro de Artes Gabriele Alves (Magalhães Bastos);

- Enquanto uma parcela não se enquadra em nenhum rótulo elaborado pelas ciências sociais e aplicadas. Suas ações se centram em hábitos e atividades transmitidos pela tradição institucional ou familiar, e não estão envolvidos no campo cultural intelectualizado. Essas instituições são precárias na realização das atividades.

Exemplos: Rancho São Jorge (Senador Camará), Colônia Nipo-Brasileira de Santa Cruz (Santa Cruz), Casa Arte Vida (Pedra de Guaratiba), Minhocário Arboreum (Guaratiba) e Centro de Ecologia Humana Raul Forster (Barra de Guaratiba);

- Terminando a síntese, há um pequeno rol - três, para ser mais exato - que resolveu trilhar o árduo caminho da Alta Cultura (EAGLETON, 2003), adotando estilos arquitetônicos arrojados e linhas de trabalho distintas e distantes do repertório cultural popular, com o objetivo de criar massa crítica e um espaço diferencial na comunidade.

Exemplos: IPHARJ (Anchieta), Capela Magdalena (Guaratiba) e Sítio Paraíso Verde (Guaratiba).

Ao findar o intercâmbio com o NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz no final de 2012 (novembro), quebrei o protocolo inicial do projeto e prolonguei o campo por mais um tempo para conhecer pessoalmente outras iniciativas museais, institucionalizadas ou não, das quais uma parte já conhecia através da rede facebook ou dos colegas interlocutores que as apresentaram. São espaços, sujeitos e experiências que "socorreram" a pesquisa, pois foi com essas experiências soltas sem ligação aparente com o campo museológico oficial, que a minha intuição foi confirmada: a de que outras instituições e agentes individuais da região, da mesma forma que os dois ecomuseus da região de Santa Cruz, já vem lidando com a crise de representação cultural e política instaurada nas comunidades em que atuam, variando a ênfase no território conforme o escopo da instituição e o grau de formação das lideranças. E que esses espaços museais se apropriaram da memória para fortalecer suas ações e obter reconhecimento em outras instâncias.

Ao chegar a campo, deparei-me com uma série de outras iniciativas cuja estratégia de exposição e de exercício institucionalizado da memória já era uma realidade. Seja pelo registro oral ou outras técnicas de visibilidade (blog, redes sociais, artigos acadêmicos e informativos), a luta no plano intangível, isto é, na

dimensão predominantemente *oral* da memória, é a força motriz para trazer uma nova visão de mundo para a localidade, fortalecendo o grupo que propõe a ação museológica e/ou ativistas que, de forma particular, querem emergir como personalidades culturais da região[159].

Como se pode perceber, a ampliação do escopo e do recorte espacial da ação-pesquisa aconteceu a partir do momento em que as tensões horizontais criadas com os interlocutores do NOPH e outros agentes, instigou-me a compreender o fenômeno a partir da geografia cultural que o movimento sociomuseológico local-regional está construído, de forma latente, porém difusa e radical no seu discurso ideológico e operacionalidade. Toda a tensão horizontal-contextual e vertical-pessoal foi decisiva par eu refletir e propor um novo padrão de monitoramento que levou à elaboração do último mapa (mapa 13), um mapa do patrimônio regional que traduz tanto o processo sociomuseológico na faixa oeste-norte carioca, como a possibilidade de defender uma *região cultural* (BEZZI, 2001) a ser apropriada pela cadeia produtiva do turismo, gerando trabalho, renda, intercâmbio e novos sítios simbólicos de pertencimento e fruição estética. O resultado gerado pela intervenção da pesquisa será analisado no capítulo seguinte.

Espaços e situações para-museológicas como as que foram mapeadas/observadas na ação-pesquisa e no projeto com o Observatório de Favelas, coloca em evidência a memória social da Zona Oeste como uma problemática a ser remetida à marginalização pelos quais são submetidos os agentes e contextos de trabalho memorial. Sendo processos narrativos fragmentados e de caráter vernacular, esses saberes subterrâneos (POLLAK, 1989) são também dispositivos que revisitam e recompõem valores políticos, éticos e estéticos. São lugares de memória (NORA, 1993) que, se não forem cooptados pela comunicação de massa e pelas instituições hegemônicas, oferecem um contraponto interessante ao espiritualismo e ao modernismo decadente (PERNIOLA, 2004) que reina nos centros urbanos. Apesar de serem contra-espiritualistas, os espaços e experiências museais/museológicas não escapam à regra de reencantar os sentidos

[159] A Zona Oeste está recheada de exemplos desse tipo *autor*itário de agente cultural, como o Binho Cultura, Reinaldo Santanna, Marcus Faustini, Monique Volter, Guilherme Padilha e outros. Utilizam a Zona Oeste como estratagema político e fetiche espacial para alcançar postos de influência nas mídias, no terceiro setor e no Poder público.

e o mundo, seja agregando motivos religiosos e tradicionalistas e/ou arregimentando novos símbolos da ordem pós-moderna. O reencantamento do mundo não pode ser negligenciado nas pesquisas sociais, pois é ele que confere novos sentidos e estímulos à ação humana na modernidade, criando mecanismos de blindagem cultural para fazer frente à "gaiola de ferro" da modernidade que aflige a todos os que residem em sua teia organizacional[160], como já alertara Max Weber e, nos atuais, seu discípulo e sociólogo brasileiro Antônio Pierucci (2001) reafirma com muita assiduidade.

O sincretismo e a dialogicidade são os efeitos naturais de uma suburbana e sertaneja região carioca onde a cultura, a memória e a imaginação prefiguram novos espaços de pertença e filiações grupais cujas ideias pós-modernas de mobilidade, autonomia intelectual, rede colaborativa, empreendedorismo individual e sustentabilidade são questões centrais para estabelecer um diálogo profícuo com a sociedade. Quem ignora e/ou não quer fazer parte desse novo *zeitgeist* cultural e museológico na região (ou em qualquer parte do mundo hodierno) está, de acordo com alguns agentes museológicos, prestes a definhar. Essa pauta não tem sido eficiente na região, ou no máximo, tem levado algumas instituições a adotar uma postura mais rígida e conservadora, que julgamos como irrelevantes tanto para as comunidades como para as articulações gerais para o desenvolvimento. Como em todo fenômeno antropológico, quem não está disposto à abertura e à conexão com outras culturas-mundo, só resta o fechamento em enclaves ideológicos e territoriais, onde combatem duramente tudo o que é inovador, criativo ou até mesmo solidário. O resultado é, fatalmente, a morte da instituição e seus colaboradores por inanição.

Uma parte significativa dos agentes museológicos locais tem o desejo de compreender, construir diálogos, preferências positivas e compactuar com as tendências culturais que aliem aspectos da tradição e das inovações modernas e “pós-modernas”. Ao ver das lideranças e do público, isso traz bons frutos para o coletivo. Por exemplo, uma reivindicação comum a todos é a inserção das novas e sofisticadas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas atividades, algo impensável há alguns anos atrás tanto pela museologia tradicionalista como pelos

[160] Para compreender o imaginário da gaiola de ferro que nos leva a entender a lógica organizacional (empresa, ONG, instituição religiosa, museu), ler Alexandre Rosa (2008).

intelectuais propensos a congelar as representações e opções dos segmentos populares.

Exceto algumas instituições que lutam pelo exclusivismo territorial ou contra quaisquer ameaças à memória e identidade "históricas" ditadas pelos *insiders* criteriosamente selecionados, temos exemplos profícuos de coletivos hibridados cujo foco é a construção de pontes entre um passado que se faz presente, e um presente que necessita do passado para tornar sólidos os laços sociais, e a cooperação financeira para viabilizar projetos. Trata-se da defesa de uma força centrípeta, em detrimento das forças centrífugas que, de forma inadvertida e transgressiva, podem ocasionar a quebra do laço comunitário e da harmonia dos agentes internos que, na visão do NOPH, a endogeneização do desenvolvimento (ÁVILA, 2006).

Pensar no empreendedorismo cultural, nos editais de fomento, no intercâmbio entre intelectuais, artistas e outros profissionais culturais de outras regiões e Estados, na educação dos jovens para uma postura mais cosmopolita, porém de afirmação da "periferia" e/ou da "favela" nas ações estéticas – condição para a emergência do *cosmopolitismo periférico* de Ângela Prysthon (2002) – e romper com o trabalho patrimonial(ista) conservador, vendo-o mais como uma forma de conhecimento e de agir pautado em referências do passado, é a resposta contemporânea das coletividades periféricas à necessidade de reconectara cultura às políticas públicas de desenvolvimento territorial. Já é do conhecimento da ampla maioria dos agentes culturais e museológicos da Zona Oeste que o desenvolvimento só ocorrerá na medida em que:

> (...) as concernentes lógicas conceituais e metodológicas forem alcançando espaços cada vez maiores e melhores de sistematização e disseminação, os Agentes-do-DL cumprirão importantíssimo papel no processo de *entranhamento da cultura do DL* nas próprias culturas institucionais dessas instâncias, a começar por aquelas em que exercem/exerçam sua profissão e com as quais se relacionem tanto por ideais comuns ou afins quanto em razão dos deveres de ofício. (ÁVILA, 2006, p. 6)

As agências museológicas e para-museológicas estão cumprindo o papel de reencantar os territórios-mundo da Zona Oeste carioca, com pouco ou nenhum receio de sofrer críticas da comunidade científica, das mídias ou do Poder público. Contudo, almejam sim o patrocínio do Poder público e do empresariado para

viabilizarem seus projetos e atender as necessidades financeiras dos membros e colaboradores (palestrante, oficineiro, auxiliar administrativo, contador).

O principal ponto de ataque dessas instituições “local-regionais” é a identidade territorial e sua “patrimonialidade” histórica e cultural. Para além de uma defesa elitista, muitas seguem o pressuposto de refuncionalizar os espaços históricos de poder para disparar agenciamentos culturais na localidade, e assim construir novas parcerias para levar a cabo o desenvolvimento local.

Resta saber se essa onda regional de reencantamento do mundo segue apenas o curso frenético e derradeiro dos processos de modernização ou pós-modernização dos espaços urbanos, ou tentam construir uma reação coletiva permanente de rearticulação das forças políticas e de promoção dos coletivos artísticos e culturais para investir na conservação do patrimônio para fruição estética e geração de renda para os múltiplos agentes culturais da região.

Se este último ponto for a tendência, podemos dizer que a solidariedade geográfica plural é uma ficção que se tornar realidade no horizonte das transformações rurais e urbanas em curso na cidade, e uma porta aberta para o fortalecimento das identidades territoriais e para a recomposição das geografias étnicas populares (feiras, saraus, manifestações folclóricas, circuitos de arte, espaços de sociabilidade confrarial, religiosidades). Este é o ponto em que a solidariedade e a competição, a sustentabilidade e a pegada ecológica[161] surgem como pares dialéticos no fenômeno de formação das unidades museológicas da velha e moderna região Oeste carioca, como reação em cadeia contra o êxtase provocado pelas mudanças bruscas na estrutura societária, na pertença coletiva e

[161] Termo utilizado pelos geógrafos franceses, notadamente Augustin Berque, para frisar a pressão que o crescimento urbano exerce sobre as áreas naturais, verdes, rurais, em suma, pouco “antropizadas”. Com o crescimento da classe média nas cidades grandes, e do desejo que alguns estratos dessa classe tem de morar em áreas “distanciadas” do ritmo frenético do trabalho citadino e do desagradável cenário de asfalto e cimento do urbanismo moderno, as áreas naturais verdes sofrem uma descomunal pressão em prol da construção de condomínios “sustentáveis”, parques, resorts e outros artificialismos de que só aumentam a degradação ambiental e a descaracterização ambiental e cultural dessas áreas. Trata-se de uma tendência cujo aumento é inevitável e deveras preocupante, seguindo o esteio do paradigma do subúrbio estadunidense norteador do imaginário pós-moderno do “morar em um lugar reservado, bucólico, tranquilo e verde, porém dentro da cidade”. Tal paradigma povoa mentes e projetos arquitetônicos de países tanto do Norte como do Sul, sendo replicado de várias formas e (des)gostos. No Brasil, do programa federal “Minha Casa, Minha Vida” aos condomínios de luxo nas bordas das regiões metropolitanas e em áreas de veraneio, a pegada ecológica é uma realidade cuja medição não deve ser feita em termos estatísticos e notariais, mas por políticas públicas que atentem para a conservação da biodiversidade e do dinamismo endógeno do ambiente impactado.

nas geografias alternativas da Zona Oeste que, em distintos períodos, elaboraram modelos alternativos de produção do cotidiano e de acontecimentos singulares que, diferentemente do pensamento hegemônico, evidenciam a dinâmica da sociedade e a necessidade da *etnicidade* como elemento antropotécnico (SLOTERDIJK *apud* BRUSEKE, 2011) de construção pós-social e pós-humana das espacialidades humanas e, na aurora do século XXI, da necessidade de "harmonizar" a relação do humano (ocidental!) e suas próteses e apetrechos terrestres com o ambiente circundante.

A memória e o cuidado com o patrimônio são objetos de debate e disputa de longa data na vertente oeste carioca. Em Campo Grande, por exemplo, o ICC (Instituto Campograndense de Cultura), capitaneado pelo influente Moacyr Sreder Bastos[162], realiza desde os anos 70 do século passado, atividades de resgate e "engrandecimento" da Zona Oeste e seus bairros. O movimento foi tão forte que rapidamente recaiu na dimensão política, com a tentativa de emancipar a Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, e de agenciar com agentes econômicos para a dinamização de setores estratégicos. Nos anos 80, Santa Cruz também teve, através do NOPH (Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica), seu período áureo de reivindicações políticas e culturais antes de mergulhar de cabeça na onda ecomuseológica pós-Rio-92[163]. Nesse período, o arquipélago ainda não era uma realidade passível de ser "mensurada" nem quantitativa nem qualitativamente, pois a paisagem cultural/memorial do Sertão Carioca ainda estava raptada ideologicamente (FERNANDES, 2011) e, com a exceção do NOPH, não havia espaços que fizessem resistência cultural.

Nos demais bairros, até o início dos anos 2000, as ações museológicas populares sempre se deram de forma tímida e pulverizada, talvez porque seus agentes desconheciam que suas práticas eram museológicas (por isso, chamo-as de para-museológicas) e que, como tais, tinham uma utilidade pública e mereciam reconhecimento. Até hoje, em alguns coletivos e eventos públicos, o resgate da

[162] Ex-proprietário do Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos (hoje, UNIESP), presidente do Instituto Cultural Brasil-Japão e uma pessoa influente no círculo empresarial da Zona Oeste.

[163] Na seção em que trato do NOPH/Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, explicarei com mais detalhes a mudança de perfil do NOPH após a ascensão da família Priosti no comando da instituição.

memória e outras ações afirmativas são apenas plataformas para a promoção de políticos e famílias ou para a vangloriação de personalidades locais.

Todavia, nos últimos dez a quinze anos, a cidade do Rio de Janeiro apresentou mudanças expressivas na cena cultural. E a Zona Oeste foi, de longe, a região mais afetada. Somado a isso, temos a industrialização maciça[164], a especulação imobiliária e o incremento do comércio nas centralidades de cada bairro que, se não são determinantes, ao menos merecem destaque no relatório das mudanças culturais e societárias na geografia transicional da Zona Oeste[165].

A experiência inicial na Cidade de Deus, com o projeto Solos Culturais[166], me inseriu no universo das práticas museológicas de uma forma bastante intensa. E a instituição local que me alertou para a preocupação atualíssima do segmento popular de agentes culturais intelectualizados com a preservação e o registro da memória popular, foi a Casa de Cultura Cidade de Deus[167]. Encravada no núcleo deste bairro homônimo[168], a Casa de Cultura Cidade de Deus foi idealizada pelo artista plástico e religioso Anderson Augusto Pereira[169], que a concebeu como um espaço onde as expressões artísticas e culturais populares locais (folia de reis, costura artesanal, música caipira) pudessem ser fortalecidas na sua memória (registro etnográfico) e encontrar ferramentas facilitadoras para manter as tradições e se integrar às outras manifestações do bairro e na cidade. É um trabalho com a memória e cultura vivas.

O Solos Culturais propiciou uma reflexão instigante sobre o protagonismo de um segmento de jovens intelectualizados da periferia carioca, onde seus

---

[164] Consultar: <http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoioInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoCampoGrande.aspx>. Acesso em: 2 abr. 2013.

[165] A análise dessas transformações será feita ao longo do texto, contextualizando-as com a formação do arquipélago sociomuseológico na região.

[166] Ver: <http://www.solosculturais.org.br/>. Acesso em: 3 abr. 2013.

[167] Link da Casa de Cultura Cidade de Deus: <https://casadeculturacdd.wordpress.com/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

[168] Cidade de Deus é reconhecida popularmente como favela, mas o seu estatuto político-administrativa oficial é de bairro, inclusive, possui regional administrativa própria (R.A) e os mesmos mecanismos de captação de recursos dos demais bairros do município.

[169] Conferir seu perfil nas redes sociais: <https://www.facebook.com/andersonaugusto.pereira>. Acesso em: 12 nov. 2012.

agenciamentos sobre o patrimônio e a memória requerem algum grau de autonomia e sentido, duas condições indispensáveis para a descolonização dos territórios e culturas de periferia e sedimentação de novos dispositivos de socialização da produção cultural e do poder. O protagonismo jovem é a ponte entre as gerações novas e tradicionais para a transformação social.

Ao concluir a pesquisa de campo em meados de 2014, uma das perguntas que ficou no ar é: se o silêncio de boa parte dos intelectuais e dos moradores locais se deve ao cenário que não os estimula a *colocar em prática* suas memórias individuais, ou se o silêncio é justamente uma estratégia para conter o esquecimento. No jogo dialético entre amnésia e recordação, silêncio e esquecimento também estariam em duelo, restando o silêncio como a única forma de manter, até o momento que for preciso, as estórias para, quem sabe um dia, elas possam ser apropriadas pela geração nova que as queira ouvir. Michael Pollak abordou também, de forma interessantíssima, as condições que levam a pessoa e uma coletividade a adotar o silêncio para evitar o esquecimento - seja guardando aquelas fotografias velhas e o álbum de família que hoje ninguém está disposto a folhear, ou se resignando de não ter ninguém com quem compartilhar as velhas estórias de um "tempo bom que não volta mais". O seu caso analisado foi mais sério que o aqui abordado, todavia aguça nossa percepção sobre os modos possíveis de reconstrução e gestão da memória para a recomposição de uma ordem social:

> Uma entrevista feita com uma deportada [judia] residente em Berlim mostrou que um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação. Durante toda a entrevista, a significação das palavras "alemã" e "judia" se alterou em função das situações que apareciam no relato. Ao utilizar esses termos, essa mulher ora se integrava, ora se excluía do grupo e das características por eles designados. Da mesma forma, o desenrolar dessa entrevista revelou que ela havia organizado toda a sua vida social em Berlim não em torno da possibilidade de poder falar de sua experiência no campo, mas de uma maneira capaz de lhe proporcionar um sentimento de segurança, ou seja, de ser compreendida sem ter que falar sobre isso. Esse exemplo sugere que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida. Para certas vítimas de uma forma limite da classificação social, aquela que quis reduzi-las à condição de "sub-homens", o silêncio, além da acomodação ao meio social, poderia representar também uma recusa em deixar que a experiência do campo, uma situação limite da experiência humana, fosse integrada em uma forma qualquer de "memória enquadrada" que, por princípio, não escapa ao trabalho de definição de fronteiras sociais. É como se esse sofrimento extremo exigisse

> uma ancoragem numa memória muito geral, a da humanidade, uma memória que não dispõe nem de porta-voz nem de pessoal de enquadramento adequado (POLLAK, 1989, p. 14-15).

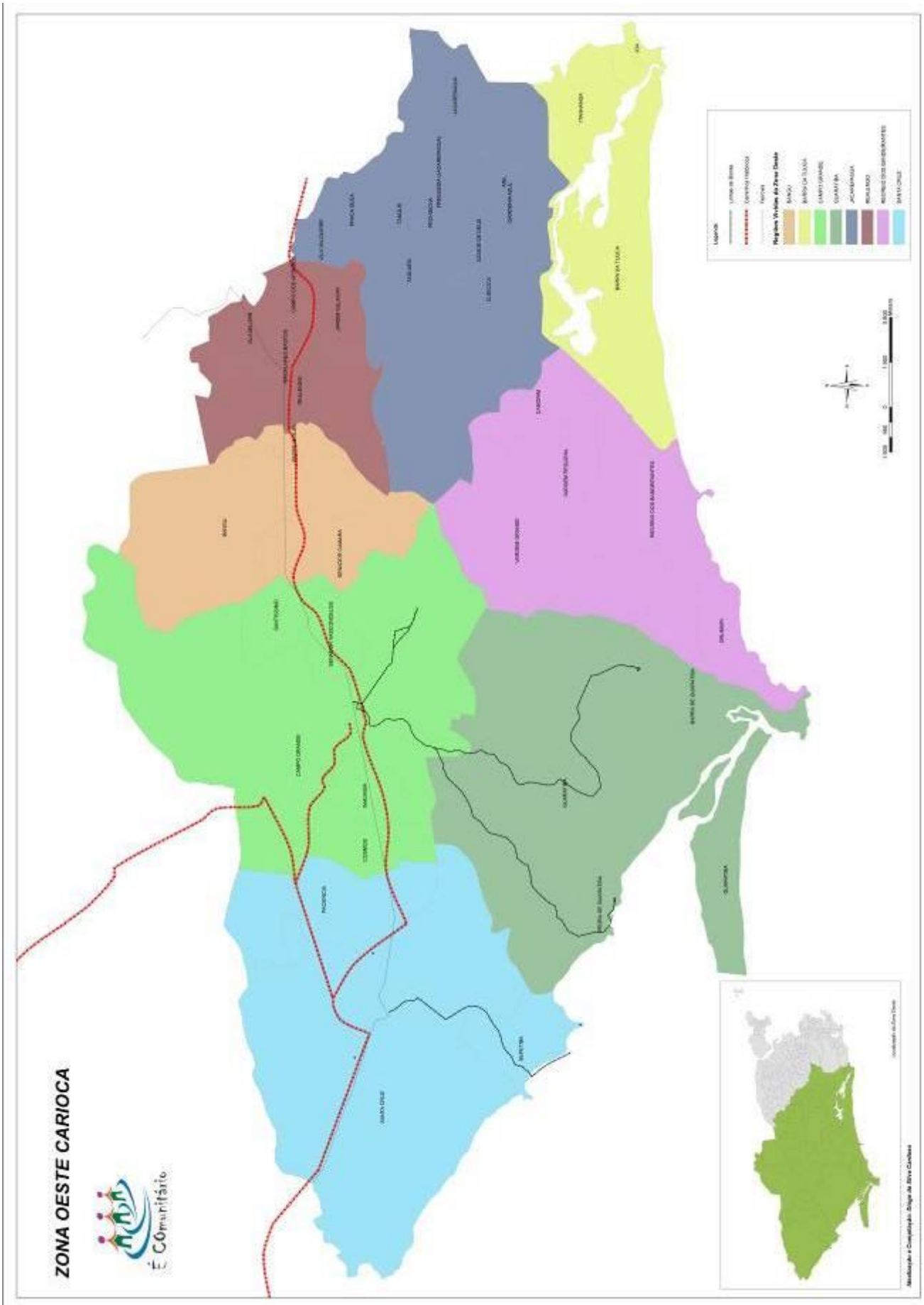
A recomposição de uma ordem social passa pela criação de valores simbólicos que suscitam a coesão, a filiação a uma origem comum, dentre outras modalidades de integração nas quais a memória é o elemento que transversaliza e garante a transmissão do saber e o exercício, socializado ou não, do poder. Em periferias urbanas, o exercício da memória e sua gestão pode abrir o caminho para a afirmação e o deslocamento dos agentes para outros horizontes e situações de empoderamento, ou, numa perspectiva mais atinente com a realidade "sertaneja" carioca, construir novos muros e espaços zonais cuja proposta é a fruição seletiva, a estética da criatividade resignada e/ou reprimida, a satisfação de demandas pontuais, chegando até o fechamento (ideológico) estratégico para garantir a sobrevivência cultural até o ponto em que a abertura[170] possa se dar de forma natural, sem grandes traumas e concessões. É somente com essa perspectiva que podemos conceber, no cenário Oeste e Norte carioca, as múltiplas ilhas antropógenas de cultura estética museológica como um arranjo espacial assistemático e difuso de práticas inovadores no território. E é por se encontrarem em estado de figuração autônoma, com seus mecanismos individualizados ou já partilhados de gestão institucional, cultural e memorial, que é possível visualizá-las como um grande arquipélago museológico social.

Por se portar como um arquipélago, esse agregado de ilhas pode ser mapeado e inferido dentro de uma matriz reflexivo-explicativa que dá sentido à própria existência das ilhas dentro de uma realidade que, a princípio, não é favorável ao surgimento de espaço desse naipe. Isso é o que convencionalmente é entendido pelo senso comum e pelo *status quo*. Talvez a dificuldade em compreender a realidade cultural/patrimonial/memorial múltipla do Sertão Metropolitano Carioca consista, em primeiro lugar, em compreender a magnitude geoestrutural e identitário-afetiva da região e seus subsistemas regionais. Com essa condição

[170] Abertura como solução para a instituição não morrer por inanição ou num ambiente de competição desigual. A solução é arranjar novos ambientes, aderir a uma tecnologia/engenharia cultural (PORTELLA, 2012) que facilite os processos.

satisfeita, a compreensão das regiões vividas se torna o meio para saber separar os limites jurídico-políticos com as fronteiras simbólicas do cotidiano.

O mapa adiante (mapa 16) nos reporta à realidade fenomenológica das sub-regiões que compõem a Zona Oeste. Elas representam o raio de deslocamento vivencial da maior parte dos moradores e, consequentemente, o plano geográfico na qual os processos sociais costumam ser distendidos. Chegou-se a esse desenho através da experiência do próprio pesquisador e do diálogo e observação dos passos dos moradores e dos agentes culturais. No cenário de Bangu, por exemplo, ficou claro a partir dos relatos anteriores, que a zona de atuação dos agentes culturais de "lá" ficam restritas, majoritariamente, aos bairros vizinhos de Senador Camará e Padre Miguel. Essa restrição no caso de Bangu, não advém simplesmente do distanciamento geográfico e estrutural, mas da própria figuração social (ELIAS, 2005) que alongou os processos culturais até os espaços vizinhos, e os restringiu ali e acolá, consolidando o espaço fenomenológico das inter-relações e sua paisagem cor-respondente.


ZONA OESTE CARIOCA
Ecomunitário

Correlacionar o espírito do tempo (*zeitgeist*) entranhado nos espaços museológicos/para-museológicos em tela com a reestruturação econômico-societária pelo qual passa a Zona Oeste e arrabaldes, foi a chave para chegar à compreensão geográfica dos *modos de produção* dos espaços museológicos e para-museológicos locais que, como autênticas ilhas de produção cultural, zonas orbitais de criatividade, refúgios de oxigenação frente às "marés" exteriores e internas -, conformaram um arquipélago museológico de feições múltiplas e apelo popular, arranjado de forma inconsciente pelas lideranças culturais que, se não tem ciência do arquipélago, ao menos aproveitam os holofotes hoje direcionados para a região para ampliar a atratividade/conectividade da instituição, sem os quais nenhuma instituição consegue sobreviver. Claudio Mello, diretor do IPHARJ e idealizador do Museu da Humanidade, é enfático ao declarar[171] que:

> A internet acabou fazendo uma integração completa e total com as pessoas em todo o mundo. Antes dependíamos de veículos de informação, hoje através das redes sociais temos informações completas e integradas de assuntos diversos e múltiplos ao mesmo tempo. Nós, que estamos nas periferias, carecemos de um olhar mais atento do poder público que sempre priorizou outros interesses e locais que não são exatamente essas periferias. Eu acredito que é uma virada fenomenal, porque podemos por a informação em organismos, organizações internacionais, e a gente interage, hoje o IPHARJ é ligado aos grandes institutos de arqueologia na Europa e nos Estados unidos e que vão saber desse evento porque a gente posta também em inglês. Isso é a importância da globalização que a gente acha que pode ser negativo em alguns pontos, mas acredito que ela também tem seu lado positivo em termos da cultura, conhecimento e divulgação (MELLO, 2014).

Esses espaços refletem a mistura de nostalgismo com ativismo cujo resultado é a reinvenção da localidade (ROBERTSON, 1999), a produção de simulacros (BAUDRILLARD, 1984), a defesa da turistificação do lugar (CRUZ, 2001) e da potencialização das *vocações sertanejas locais* (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010; SEABRA, 2007). Em outras palavras: é na ideia inconsciente ou premeditada de se construir *abrigos metafísicos* para enfrentar os sintomas de uma sociedade hipertrofiada (amnésia coletiva, iconorréia generalizada, degradação e deterioração

[171] Entrevista disponível em: <http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/oeste-carioca-um-novo-roteiro-para-cidade/>. Acesso em: 8 jan. 2015.

do patrimônio cultural, cotidiano alienante)[172] que esses espaços se apoiam e conseguem sobreviver e fortalecer a base comunitária para recuperar a dimensão construtiva e afetiva que a memória social pode propiciar aos seus moradores, amigos e visitantes. Dotar os lugares de novos valores simbólicos (PERNIOLA, 2004) e patrimoniais (COSTA & SCARLATO, 2012).

Esses temas estão concatenados e irradiam para um assunto adicional, porém o mais importante para fins de compreensão da geograficidade do tema: como essas instituições se apropriam dos conceitos geográficos e as utilizam como bússolas para traçar estratégias espaciais e demarcar territorialidades. Uma análise crítica do discurso também se faz necessária nessa situação. Juntos, esse conjunto de questionamentos fornece um panorama do processo pós-global/relocalizado (ZAOUAL, 2005) que levam à construção, valorização e consolidação de espaços museológicos/para-museológicos sociais que, por sua vez, são fundamentalmente empreendimentos culturais territoriais. E ilustra a percepção de Mathias le Bossé (2004) de que as identidades lidam o tempo todo com a dimensão espacial, mesmo quando esta se encontra ausente no escopo e nas ações territoriais do grupo. Nos casos em que o espaço não está implícito no fenômeno identitário/cultural, são basicamente três motivos que os provocam: 1) o discurso geográfico é, em geral, um empecilho teórico e prático para as pessoas e instituições, pois a sua complexidade discursiva soa “mal” aos ouvidos do público leigo – excetuando as comunidades tradicionais e algumas coletividades urbanas intelectualizadas – que está desconectado das estratégias discursivas hegemônicas responsáveis pela organização dos sistemas e espaços sociais (MOREIRA, 2009)[173]; 2) são poucas as *culturas de espaço* presentes na sociedade brasileira, o que dificulta o processo de reimaginação geográfica (MASSEY, 2008) e a compreensão das relações entre regiões/territórios; 3) há identidades que negam o espaço, se recusam a projetar suas lutas e conquistas como geografias nitidamente delimitadas. Preferem o conceito terrível de “rede”. Nesses casos, o raio de abrangência global da identidade, o sincretismo, a difusividade das práticas culturais e morais e as

[172] Ou como alguns autores ocidentais afirmam (sendo eles próprios vítimas desse processo): as sociedades ocidentais modernas e pós-modernas estão saturadas de si mesmas! (TÜRCKE, 2010).

[173] Discurso realizado em sala, na disciplina Metodologia da Pesquisa em Geografia I (UFF), no primeiro semestre de 2009, ano em que finalizava a graduação em Geografia.

rivalidades políticas são elementos que explicam a dificuldade dessas identidades de potencializar a imaginação geográfica ou, em muitos casos, deixar claro que a geografia da identidade e do grupo ainda está por ser formada (BOSSÉ, 2004). E esse pensamento vai em direção contrária à tendência dominante no mundo neocolonial ocidental, de pensar as culturas como molduras (APPADURAI, 1990), mero requinte dominical ou da *night*, esquecendo do seu potencial de dinamizar relacionamentos e apaziguar conflitos existenciais oriundos do pavor que o ambiente/natureza nos gera (TÜRCKE, 2010).

Construir abrigos museais talvez seja a resposta a todo o clima de contingências e incertezas que nos aflige. Lugares de memória, como Pierre Nora (1993) concebeu, não forma apenas acervo e possibilidade de troca, mas constrói ambientes que nos encravam ontologicamente nas narrativas do passado e do presente etnogeográfico, construindo pontes para sustentar aqueles que estão literalmente jogados na sociedade de destruição criativa e de criação de simulacros. Museus comunitários e seus correlatos como espaços de produção de presença (GUMBRECHT, 2012), do face-a-face que dá sentido a existência de acervos e das relações que os dinamizam; dá sentido às edificações pretéritas e aos mecanismos que promovem a manutenção; e dá sentido à filiação das pessoas da comunidade ou não àquela instituição que, por se portar como abrigo, espaço insular, pode gerar um estranhamento inicial do público leigo[174].

Fechando esta parte, podemos resumir o arquipélago sociomuseológico do Sertão Carioca metropolitanizado como um conjunto de aventuras da nova imaginação museal na qual os agentes de memória viajam entre o universo museológico *strictu sensu* e o domínio radical das experimentações aleatórias, sem metodologias pré-definidas ou qualquer autoridade científica que determine o que é digno ou não de ser musealizado. A nova imaginação e práticas museais da região está na origem:

[174] O estranhamento dos moradores com o perfil diferente, e até certo ponto seletivo, das unidades museológicas/para-museológicas é algo corriqueiro e já tratado com naturalidade e até ironia pelos agentes filiados. O NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz e o Sítio Roberto Burle Marx, entidades social e pública, respectivamente, por se tratarem de instituições com certa visibilidade e um forte compromisso com a essência institucional, foram as que mais apresentaram situações onde o público local estranha o caráter diferenciado e apartado da instituição. Até que ponto, essa constatação evidencia a alienação da instituição com o território?

> 1° - da apropriação do saber museológico especializado por determinação dos grupos étnicos e sociais, que, em combinação com os seus próprios saberes, geram saberes híbridos capazes de produzir práticas inovadoras;
> 2° - das experiências museográficas que se realizam na primeira pessoa e permitem que o outro tome a palavra e fale por si mesmo;
> 3° - da multiplicação de museus locais de participação coletiva, sem especialização disciplinar e orientados para a valorização de contramemórias que, durante longo tempo, estiveram silenciadas ou colocadas à margem dos processos oficiais de institucionalização de memórias nacionais ou regionais;
> 4° - dos procedimentos museológicos que operam ao mesmo tempo com o patrimônio material e espiritual compondo narrativas poéticas, costurando práticas políticas e pedagógicas que não estavam previstas nos manuais museológicos da primeira metade do século XX (CHAGAS, 2009, p. 214).

E o museólogo Mario Chagas não se abreviou a mostrar os aspectos positivos e emancipatórios do novo fenômeno da potencialização da memória social-popular: ele aponta um conjunto mais extenso de riscos e perigos que esse caótico universo de microssistemas de poder e memória pode acarretar caso os agentes optem por andar pelas veredas do autoritarismo, da narrativa egocêntrica, das reuniões exclusivistas, do corporativismo político-partidário entre outros processos que não condizem com a Museologia Social e geram a alienação do espaço, o fetichismo do território museal - que não existe em si mesmo, já alertara Mario Chegas em outro texto (s/d) a respeito das relações entre memória e poder e o travamento intelectual que os ecomuseus podem ter se a relação do grupo museológico com o território cambiar para o romantismo e o passadismo. É o engessamento da paisagem em virtude da representação narcísica e bairrista do território que os ecomuseus podem ofertar, criando um círculo vicioso de aversão às mudanças socioestruturais do lugar. Os espaços museais das zonas Oeste e Norte devem ficar atentos para não cair numa das sete armadilhas diagnosticadas pelo autor:

> 1) ser considerado como ameaça ao museu clássico e a toda ação cultural espetacular, o que pode ocasionar o seu esvaziamento socioeconômico ou simplesmente a intervenção autoritária;
> 2) ser considerado como um "outro" e, portanto, na lógica do "mesmo", sem identidade com o universo museal, o que pode levar à negação do direito de ser apenas um museu diferente;
> 3) ser esconderijo e máscara dos representantes do modelo clássico e tradicional, o que pode originar confusão e descrédito;
> 4) a falta de maturidade dos participantes do processo inovador, especialmente naquilo que se refere ao enfrentamento de crises internas;

> isso pode provocar tanto o retorno ao paradigma clássico como a instalação de múltiplos procedimentos rebeldes e inconsequentes;
> 5) o controle de todo o processo museal por uma única família ou um único grupo, o que pode fomentar a reprodução dos modelos autoritários, egocêntricos, excludentes e antidemocráticos;
> 6) o abandono da especificidade da linguagem das coisas e da narrativa poética, o que pode propiciar a transformação do museu em outra coisa qualquer;
> 7) o rompimento do canal de contato com o outro, com o diferente e mesmo com o universal, o que pode levar à paralisia cultural, ao exercício estéril de falar a mesma coisa para o mesmo. Este último perigo pode desembocar na autofagia, que é, em tudo e por tudo, o contrário da antropofagia dos velhos modernistas (CHAGAS, 2009, p. 214-5).

Para corroborar a ideia de que há um arquipélago sociomuseológico mobilizado regionalmente para recalibrar a história e dar nova vitalidade à memória, ao imaginário, às manifestações pretéritas e, principalmente, às paisagens vernaculares que, de forma preocupante, estão à mercê do capital especulativo e do descuido da população. Esta última, ciente do seu grau elevado de desconhecimento e alienação do contexto geopolítico cultural diferenciado desta periferia ao qual propomos sua releitura como *Sertão Metropolitano Carioca*, não tem poder de reação frente as medidas impostas pelos "de cima", notadamente o Poder público, as empresas e ONGs politicamente influentes.

O arquipélago sociomuseológico regional é fruto dos processos de desencaixe-reencaixe espaço-temporal e imagético-discursivo conforme teorizados no capítulo 4. Similares ao par dialético desencaixe-reencaixe, temos outras categorias citadas religiosamente na literatura geográfica, tais como a compressão-dilatação tempo-espaço, de David Harvey (1992), a desterritorialização-reterritorialização, de Rogério Haesbaert (2004), ou os sistemas de circulação/sistemas iconográficos, de Jean Gottmann. Sendo um ou outro, o importante de destacá-los em um texto geográfico é para realçar o dinamismo e a dialogicidade da vida social e do território em estudo, trazendo a baila seus conflitos, negociações e produções de lealdade e afeto que fazem o território adquirir ritmo próprio e uma paisagem peculiar ou homogeneizada. Se a paisagem é peculiar ou homogênea, isto já é o indício que nos ajuda a encurtar o caminho da análise acerca dos processos e agentes que levaram a produção daquele tipo de paisagem, que nada mais é que a forma como os moradores locais, simpatizantes, visitantes e outros agentes externos observam, significam, deslocam-se, em suma, constroem

um relacionamento intenso ou circunstancial com o território, sendo este último caso o dos turistas ocasionais e dos que mantém segunda residência no local.

No âmbito da memória e das políticas de proteção e fomento ao patrimônio cultural e ambiental, a ideia comum aos profissionais e ativistas do campo patrimonial/cultural é que a valoração do/com o patrimônio seja uma relação construída coletivamente a partir da comunidade diretamente impactada por ela, ou seja, o conjunto de moradores. Porém, sabemos que essa equação não se verifica na realidade, pois a maior parte dos moradores de periferia se abstém das questões relativas ao meio ambiente e à cultura regional/local, esses temas por demais abrangentes para um público que é, por definição, despotencializado nos setores dominantes da sociedade. Não interessa a eles, e nem possuem perfil para isso, militar em áreas intelectualizadas onde a dinâmica sempre é desenvolvida a partir de um grupo de líderes cuja ação pende entre os interesses corporativos da instituição que defendem, e os interesses difusos da comunidade local. Em geral, os moradores das grandes áreas urbanas concentram suas preocupações nas questões da vida ordinária, naqueles assuntos imediatos que envolvem sua família e os círculos sociais que frequentam (instituição religiosa, torcida organizada de futebol, empresa, clube social, vizinhos).

As agências museológicas e para-museológicas da periferia carioca estão no fogo cruzado entre o campo das organizações sociais, das instituições acadêmicas e do Poder público, e as demandas imediatistas das comunidades beneficiárias que, por razões óbvias, caminham distante do discurso intelectualizado dos primeiros. Em termos práticos, a ação (eco)museológica surtira efeitos mediante a liberdade de ação condicionada pelos fatos territoriais – ecologia do espaço, condições de mobilidade, vulnerabilidade social – e pelos recursos indispensáveis para a implementação da ação, a saber: recursos financeiros, humanos, capacidade de absorção de trabalho pela instituição/coletividade, tecnologias apropriadas para a realização e divulgação das atividades.

O arquipélago sociomuseológico do Sertão Metropolitano Carioca é, simultaneamente, um *esqu*ema e *sist*ema de articulação da memória e do patrimônio no Sertão Carioca, cujas instituições, coletivos e indivíduos perseguem a lógica da composição identitária a partir da nucleação espacial primária que autentica o *genius*

loci da localidade. A marcação simbólica do *genius loci* pelas múltiplas agências museológicas/para-museológicas locais se situam na mesma esfera de luta cultural que orienta práticas inovadoras de musealização popular. Alguns exemplos: Fundação Casa Grande, Ecomuseu da Chapada do Araripe, Museu do Couro, Museu das Invenções do Sertão, na região do Cariri/Araripe; no Japão, a rede ecomuseológica da Península de Miura, estudada intensamente por Kazuoki Ohara (2012); e em Portugal, há um projeto interinstitucional recente de promoção do povoado de Server do Vouga como território turístico e patrimônio cultural ambiental português.

No fundo, o ideário que nutre a militância dos agentes de cultura e memória da periferia carioca é o de buscar satisfazer os anseios e expectativas de valorização da regionalidade e do bairrismo que ideologicamente os alimenta tanto em termos financeiros quanto de projeção nas mídias e no campo cultural. Este ideário pode ser resumido no texto ideológico do projeto de promoção do território Server de Vouga, em Portugal. A equipe deste projeto realizou o inventário do patrimônio arqueológico, arquitetônico e imaterial da localidade e, de posse da concepção latina *genius loci*, elaboraram um texto profundamente ideológico e estimulante que nos leva a pensar sobre as condições que levam as regiões e localidades históricas contemporâneas a buscar desesperadamente um sentido de lugar, o elo topofílico que nos enraíza novamente aonde queremos, de fato, *estar*. O texto acima mencionado poderia ser reproduzido fielmente por qualquer instituição aqui pesquisada, pois é isso que cada uma delas e todo o arquipélago sociomuseológico perseguem: a preservação dos lugares de memória e as condições para potencializá-las.

O arquipélago sociomuseológico só existe enquanto esquema e sistema porque a busca desesperada por sentido de lugar, por dinâmicas topofílicas e pela preservação dos lugares de memória, condicionam o estilo de vida e os agenciamentos rotineiros adotados pelas instituições e pelas pessoas que “vestem a camisa” do seu lugar e do coletivo ou projeto individual pelo qual militam. Só dessa forma, conseguiremos entender como Clécio Regis (Clécio Regis Cenografia com Arte), em Bangu; Sérgio Vidal (Atelier Sérgio Vidal), na Pedra de Guaratiba; Francisco Siqueira (Grupo do Frade), em Barra de Guaratiba; Claudia Siqueira

(Coosturart), em Santa Cruz, Iêda Thomé, em Guaratiba; Mauro Pereira (Defensores do Planeta), André Mansur e Edson Paiva, respectivamente em Campo Grande; Claudio Mello (IPHARJ), em Anchieta; Binho Cultura (Flizo) e Mario Gomes (Arte em Conjunto), respectivamente em Senador Camará; e Fernando Gralha (CMRP), em Padre Miguel, aliam o trabalho profissional com a perspectiva de mudança do paradigma local-regional a partir dos novos valores simbólicos, ou seja, estéticos, introjetados em situações territoriais específicas (espaços culturais, polos gastronômicos, festas, intervenções de rua, manifestações folclóricas) que geram o empoderamento cultural dos lugares, do patrimônio, dos agentes e, doravante, pode consolidar arranjos produtivos de cultura, conforme podemos ver nas grandes *manchas* presentes no mapa do inventário turístico e cultural da região (mapa 13). Essas manchas já sinalizam a edificação, aleatória, porém já em curso, de um grande arranjo produtivo cultural e turístico territorializado ao longo dos nós estratégicos dos bairros. Afinal, os nós espaciais, em formato de polos gastronômicos, sítios de interesse histórico e ambiental ou aglomerados de empreendimentos culturais, condicionam o debate e a territorialização das políticas públicas, criando novas sub-periferias, áreas de vulnerabilidade social entre outros processos de segregação-exclusão.

Fechamos essa parte com o texto místico-educativo do projeto português em Sever do Vouga[175]:

> Sever do Vouga é um território onde o chão não é chão, são memórias. Tem cor e espírito, tem o tempo marcado nas pedras, tem pessoas que sabem fazer, sabem contar histórias, que se lembram... Em Sever respira-se a força da natureza, sente-se o vigor do Homem que desde a Pré-história conquista este espaço. Neste território há uma simbiose entre a Natureza e o Homem que emociona. Podemos vê-la numa ruína de um dólmen, numas alminhas, numa lenda, num olhar, num sorriso. Sever é uma terra de montanha e de rios, de memória e saber, de gentes que guardam e transmitem um forte espírito de cumplicidade entre Passado e Futuro: O espírito de lugar.

[175] Conferir em: <http://www.geniuslocci.pt/Public/>. Acesso em: 12 dez. 2014.

8 É COMUNITÁRIO: (FOI) UM PROJETO GEOPOLÍTICO DE PESQUISA E FOMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO CRIATIVO NO ARQUIPÉLAGO DO SERTÃO METROPOLITANO CARIOCA. UM RELATO DA SUA IDEALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E DECLÍNIO (2013-2014)

Não deixe que a Universidade atrapalhe os seus estudos.

(Ricardo Coelho)[176]

A última fase da ação-pesquisa, que foi de janeiro de 2013 à julho de 2014, foi a temporada em que, para além das rubrica de geógrafo, pesquisador e doutorando, fui levado pelas circunstância da cena cultural regional, à mobilizar um coletivo que na época se dispôs à construir, de forma "coletiva", um projeto de visibilidade para os espaços museológicos sociais emergentes na Zona Oeste, cujo sucesso pudesse estimular a territorialização de outra atividade que vem se tornando comum em áreas periurbanas com atrativos culturais e naturais: o turismo comunitário. O nome desse projeto coletivo ficou conhecido até o seu status finado, como É COmunitário. O nome surgiu na primeira reunião de sensibilização coletiva do projeto, no espaço das Mulheres de Pedra, em Pedra de Guaratiba. Claudia Siqueira, da Coosturart, foi a proponente. Sua ideia era brincar com as palavras, significando numa mesma expressão as ideias de ecologia; do *eco* sonoro e performático que o grupo pretende fazer para a região ganhar, respectivamente, voz e corpo na cidade; e do turismo desejado por todos, um turismo que *é* comunitário. As duas imagens seguintes

[176] Economista e ex-professor da URCA, usou essa expressão para aconselhar um aluno que pertence à Fundação Casa Grande - Memorial do Homem do Kariri (FCG), Francisco Junior, à não largar a Fundação Casa Grande e o trabalho comunitário para se "enfurnar" no academicismo estéril próprio das ciências exatas, aqui no caso, a Economia. Este professor instigou Francisco Junior à se desapegar dos estudos rígidos e burocráticos da academia para prosseguir, de forma autônoma e junto com as lideranças locais, nos estudos sobre a realidade econômica e cultural do Cariri/Araripe. E fazer isso pela FCG, que deve ser reconhecida pela comunidade científica como uma instituição apta a produzir conhecimentos locais e cientificamente legítimos. Parte desse reconhecimento já foi conquistado através do título de "Casa do Patrimônio" outorgado pelo IPHAN. A FCG vem construindo suas próprias representações sobre a identidade sociocultural, arqueológica e patrimonial da região do Cariri/Araripe, e explorando-as economicamente através do turismo de base comunitária.

(Figuras 35 e 36) foram da primeira oficina de formação em Economia Criativa com o produtor cultural Roberto Melo[177].

Figura 35: Primeira oficina de Economia Criativa para o recém-formado grupo É COmunitário, no espaço das Mulheres de Pedra (maio 2015)

Fonte:<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.460285927397951.1073741829.287443194682226&type=3>. Acesso em: 5. ago. 2014.

[177] Conferir a produção audiovisual de Roberto Melo e sua equipe em: <https://www.facebook.com/meldrocriacoes>. Acesso em: 5 jan. 2015.

Figura 36: Após a oficina, no Pier da Pedra de Guaratiba. Da esquerda para a direita: Luiz Vaz (Casa de Rua do Amor), Lívia Vidal (Mulheres de Pedra) e eu

Fonte: arquivo pessoal.

Seu escopo era complexo: afirmar as identidades e práticas artísticas e culturais, paisagísticas, territoriais e regionais, que não se restringem à delimitação formal dos bairros ou às narrativas históricas realizadas pelas autoridades morais da memória nos lugares musealizados. O É COmunitário surgiu aos sentidos dos integrantes como uma grande proposta de revitalização e potencialização dos empreendimentos, agências e agentes culturais, uma verdadeira obra de engenharia cultural (PORTELLA, 2013), porém, ao contrário da perspectiva de Fernando Portella, esta engenharia cultural só seria possível mediante a mobilização da base comunitária, e não dos grandes empreendedores culturais e das modernas ferramentas da Economia Criativa. Uma forma idealista que remete à tradicional oposição ilustrado x popular, moderno x não moderno, *mainstream* x *underground*.

Ao mesmo tempo que o projeto começava a desencadear em reuniões e elaborações de textos, para não perder de vista os objetivos desta pesquisa, lancei mão de uma espécie de monitoramento leve, porém ininterrupto, para tirar conclusões mais abrangentes a respeito do arquipélago sociomuseológico e das motivações e disposições que levaram pessoas como Leila Netto (Mulheres de Pedra), Luiz Vaz (Casa da Rua do Amor), Claudia Siqueira (Coosturart), Edson

Paiva (Espaço Farol da Prata), Ariel Cohen (Casa de Cultura Sefaradita), Mario Gomes (Arte em Conjunto), Auricélia Mercês (Raízes de Gericinó) e Claudio Mello (IPHARJ) à erguer com seus respectivos amigos e profissionais, espaços de incidência museológica ou para-museológica cujo comportamento territorial remete à recantos idealizados de fruição estético-cultural. Funcionam como sítios de recomposição identitária e de valorização da diferença geográfica do lugar pelo qual militam. Identidade e diferença foram o par dialético, e não dual, da luta pela ressignificação e por novas performances culturais no lugar. O mapeamento turístico e cultural foi uma forma de trazer ao relevo essas novas performances espaciais em formato de espaços culturais, turísticos e museológicos.

A criatividade e o colaborativismo foram os conceitos-chave que o grupo abraçou para construir o discurso e os agenciamentos de pertencimento e afirmação do lugar para fortalecer as bases institucionais dos espaços construídos por eles. A ideia de ataviar as instituições ao lugar que as tornaram peculiares, foi para buscar, numa só tocada, o empoderamento das suas práticas que, nos últimos anos, tiveram adicionados conceitos e fazeres da museologia social (técnicas de exposição, narrativas sobre memória e patrimônio), da produção cultural (organização de eventos, marketing visual, captação de recursos), da discussão ambientalista (educação ambiental, preservação das áreas naturais), da educação patrimonial (preservação do patrimônio, identificação de sítio arqueológico, valorização dos fazeres tradicionais), da economia criativa (gestão estratégica, ativos culturais, cadeia produtiva da cultura, território criativo, lucro para a sustentabilidade da instituição e do empreendimento cultural), e por fim, da assistência social (controle social, atuação em áreas de vulnerabilidade social). Todos esses microssistemas técnicos foram adicionados, permanente ou contingentemente, ao repertório das instituições e coletivos com o objetivo de superar as dificuldades que sempre se impuseram para os que atuam em cena cultural de periferia. Juntar microssistemas técnicos com o propósito de formar inteligências culturalmente cidadãs, e não somente inteligências artísticas e criativas, no contexto periférico/sertanejo carioca.

O reencaixe 1) das narrativas da memória social; 2) das imagens positivas a respeito do lugar; e 3) das práticas de proteção e promoção do patrimônio, são as condições mínimas para um lugar periférico sair do estado de fantasmagoria e

atingir um nicho de visibilidade e prestígio indispensável – no mundo midiático e massivo que encerra nossa espaço-temporalidade pós-moderna –, para angariar novos investimentos econômicos-culturais e desenvolver o território por meios não hegemônicos. Essa linha de pensamento já foi captada e discutida amplamente pelas instituições que possuem fundos de investimento social, como o Instituto Rio, o Brazil Foundation, a FASE, o IBASE e o PACS, todos eles com sede no Rio de Janeiro e ao qual já apoiaram ao menos um projeto na Zona Oeste.

Nas páginas seguintes, peço licença para mostrar, de forma um tanto corrida porém sistemática, as ideias que circularam no grupo É COmunitário e engendraram, temporariamente, uma demanda de preservação do patrimônio turístico das localidades nas quais seus espaços museológicos e para-museológicos populares se portam como polos de intercâmbio cultural, preocupados que estão com o caráter vernacular do local.

O É COmunitário foi um projeto turístico elaborado para fortalecer as regiões Oeste e o extremo Norte cariocas a partir da reconstituição histórica do Sertão Carioca. O fortalecimento foi pensando a partir da sua transmutação em tecnologia social, uma tecnologia autogerida por um coletivo, com a construção de parcerias estratégicas com o trade e o Poder público para fomentar o arranjo turístico local. No mapeamento realizado de forma um tanto aleatória, porém embasado na história e no conhecimento que o coletivo tem das localidades, identificamos 8 arranjos turísticos locais nas APs 5 e 3, são eles: Pedra de Guaratiba, Ilha de Guaratiba, Barra de Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Padre Miguel, Anchieta e Engenho de Dentro.

O É COmunitário somou durante um ano e meio - abril de 2013 a novembro de 2014, iniciativas e espaços culturais e museais de todos os bairros centrais e sub-regiões da Zona Oeste, incluindo o IPHARJ, de Anchieta. Ou seja, esteve presente, ainda que de modo experimental, em oito dos nove arranjos turísticos locais identificados na pesquisa do grupo. Tudo foi feito com o intuito de elaborar tecnologias e materiais para a divulgação turística e cultural da região[178]. Articulados

[178] A elaboração dos materiais e da tecnologia aconteceu, porém, toda a ideia e escopo foi institucionalizado pelo Observatório de Favelas, passando a fazer parte dessa instituição, e não do É COmunitário. Isso causou desconfiança e revolta da parte da de alguns membros do É COmunitário, sendo um dos motivos da extinção do grupo antes mesmo do lançamento oficial dos produtos, que

em seus bairros e na região metropolitana como um todo, são entidades criativas e solidárias que entraram no É COmunitário, primeiramente por terem afinidade com os temas aqui tratados. E depois, a agregação de forças e ações coletivas facilita o desenvolvimento institucional e agrega valor às ações culturais, onde o turismo de base comunitária cai como uma luva: estimula e viabiliza o intercâmbio, o fomento artístico-cultural, a potencialização e conservação estética dos espaços físicos, e a geração de trabalho e renda de um setor em franco crescimento no Brasil e no mundo[179]. A médio prazo, o objetivo era transformar os polos já reconhecidos e alguns espaços culturais e para-museológicos em *produtos turísticos*, tais como o Sítio Paraíso Verde (Ilha de Guaratiba), o IPHARJ (Anchieta), as Mulheres de Pedra e o Espaço Farol da Prata (Campo Grande; já à longo prazo, a meta era transformar o Sertão Metropolitano Carioca num *destino turístico* alternativo na cidade carioca, capaz de entrar nas prateleiras e ser ofertado em todo o mundo chamando a atenção para os elementos que confere a partes dessa região uma atmosfera turística distinta da que é praticada no Corcovado e em Copacabana, por exemplo.

Conjugando economia e arte-cultura-entretenimento, o É COmunitário propôs munir as *estâncias culturais*, de metodologias, iniciativas e atividades que fomentem tanto os seus espaços quanto os territórios locais e a região em destaque. Conjuga-se, assim, hospitalidade, relacionamento e empreendedorismo num mesmo sistema de parceria e cooperação para a assessoria e fomento da cadeia produtiva associada direta e indiretamente ao empreendimento (escolas, oficinas de artesanato, produtores culturais, artistas, feiras orgânicas e de artesanato, restaurantes, operadores turísticos).

Na primeira reunião do É COmunitário, em maio de 2013, definimos uma missão inicial para o É COmunitário na Zona Oeste, que:

---

aconteceu em dezembro de 2014, nas dependências do IPHARJ. O Observatório de Favelas alterou o nome do projeto para Oeste Carioca e hoje segue por conta própria com outras ideias para dar continuidade ao projeto, desta vez sem a participação das pessoas que conceberam o projeto, e mesmo sem a minha presença, como o idealizador do projeto e como coordenador de pesquisa da primeira edição patrocinada pela Prefeitura.

[179] Disponível em: <http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/Economia_Criativa_Estrategias_Ana%20Carla_Itau.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

> Desenvolver o turismo de base comunitária (TBC) nas 6 regiões de planejamento da periferia oeste da cidade Rio de Janeiro: Anchieta, Realengo, Bangu, Guaratiba, Campo Grande e Santa Cruz, agindo como uma “nuvem” de ideias, empreendimentos e projetos criativos para o fortalecimento da identidade, do patrimônio regional e da sustentabilidade das instituições culturais locais (CARDOSO, 2013, p. 3).

Nesta fase, a Museologia Social era desconhecida por todos, exceto por Luiz Vaz, ao qual já havia esboçado comigo o Museu Oficina de Artes Lúdicas, na Casa da Rua do Amor, em Santa Cruz. No mesmo dia, fizemos um planejamento científico dos objetivos a serem perseguidos para viabilizar o turismo comunitário na região. Eis os objetivos:

> - Transformar os espaços filiados ao É COmunitário (*estâncias culturais*) em polos de receptividade e de oferta de bens e serviços turísticos baseados nas particularidades locais e do grupo cultural;
> - Capacitar e estimular os agentes, espaços culturais/museais e empreendimentos já sintonizados com o fazer turístico nas regiões em tela, e promover ações de educação turística e patrimonial com a população regional e com os potenciais novos agentes e empreendimentos culturais e criativos para o desenvolvimento dos segmentos turísticos por regionalidade;
> - Resgatar as histórias orais, os fazeres remanescentes e os limites da Fazenda de Santa Cruz, da Fábrica Bangu, do Sertão Carioca e de outras fronteiras histórico-culturais, como estratégias para a elaboração dos roteiros e produtos turísticos por especificidade regional;
> - Desenvolver os múltiplos segmentos do turismo comunitário (científico, histórico-arqueológico, cultural, natureza, entretenimento), de forma integrada, sustentável e saudável para potencializar a atratividade das estâncias culturais, dos arranjos locais e da mesorregião turística como um todo;
> - Estimular os grupos de artesanato locais à resgatar o artesanato característico do antigo sertão carioca e à criar novos produtos com a marca da regionalidade e das localidades turísticas na atualidade, ao qual hoje se soma 7 materiais utilizados: tecido, cerâmica, gesso, durepoxi, madeira, fibra de bananeira, fibra de coco, pintura.
> - Criação de feiras, mostras e outros empreendimentos locais para exposição e comercialização dos bens e serviços ofertados pelos espaços e agentes turísticos envolvidos no É COmunitário;
> - Auxiliar os *stakeholders* (Poder público, empresários, consultores, artistas, profissionais da cultura) no investimento no turismo local, de forma otimizada e atenta às características locais (CARDOSO, 2013, p. 4-5).

Em reuniões posteriores, decidimos listar, para fins de criação do escopo do projeto e do grupo, os condicionantes para a região ser inserida nas políticas públicas de cultura e turismo. O saldo da nossa pesquisa de demanda foi esse,

especificado em tópicos para ressaltar que não são poucos os elementos facilitadores do desenvolvimento turístico na área em relevo:

> - Santa Cruz, Guaratiba e Campo Grande são, especificamente, áreas com relevância histórica, artística e patrimonial ímpares. Berço de eventos e atividades marcantes desde o período colonial até o presente, o elo social e memorial desta vasta região vem se perpetuando por meio do folclore (contos e manifestações populares), dos fazeres artesanais, da arquitetura vernacular, e dos estudos e pesquisas recentes sobre a história regional e as vocações locais;
> - Crescimento do setor turístico no país, especialmente nos Estados contemplados pelos megaeventos deste início de século, com a consequente demanda por novos produtos e serviços, estratégias de marketing cultural e territorial, capacitação do trade e readequação da infraestrutura turística;
> - Crescimento dos segmentos sociais que buscam destinos e produtos turísticos alternativos, comunitários, alicerçados na sustentabilidade ambiental e dos hábitos culturais locais;
> - A cidade do Rio de Janeiro é reconhecida pela UNESCO como patrimônio da humanidade, a despeito da negação desta região da cidade como parte integrante deste patrimônio mundialmente consagrado;
> - Implantação do BRT (*Bus Rapid Transport*) na faixa Santa Cruz-Barra da Tijuca, e de Paciência e Campo Grande a Barra da Tijuca, deixando o trânsito dos bairros mais ordenado e fluido;
> - Formação de cadeias produtivas rentáveis no campo da cultura, gerando riquezas, empregos e a formalização dos diversos segmentos socioprofissionais da cultura. As iniciativas do SEBRAE, do SESC, das universidades e do Ministério da Cultura (Secretaria de Economia Criativa) apontam para o crescimento do setor que, ao lado do turismo, é responsável por uma soma expressiva das receitas e divisas do PIB nacional;
> - Existência de uma cadeia de restaurantes, operadores turísticos, espaços de entretenimento e lazer e de produção artístico-cultural na região abarcada pelo projeto, e que possuem potencial para se inserir no sistema É COmunitário. Neste caso, a ideia é que o turismo seja a força motriz do ordenamento da cadeia de arranjos produtivos e culturais locais, seguindo algumas observações já mencionadas nos estudos do SEBRAE sobre os Polos do Rio (ver nota de rodapé 4), e já práticas em alguns municípios brasileiros estruturados pelo/para o turismo comunitário;
> - Potencial turístico da Zona Oeste já reconhecido por alguns órgãos e programas públicos (Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Estadual Ambiente, INEA, Programa Rio Rural, Eixo Rio) e instituições como o Observatório de Favelas, Agência de Redes para a Juventude, IBASE, CIEDS e Instituto Rio.

Pode-se ver que o conhecimento geral da região não era um problema para o grupo, não só pelos intelectuais que tinham no grupo, mas porque todos, de uma forma ou outra, já estavam envolvidos na cena cultural e tiveram acesso ou pesquisaram, em algum momento, dados e informações sobre a região ou algumas áreas específicas. Claudia Siqueira, da Coosturart, por exemplo, apesar de trabalhar

no ramo da costura e do artesanato, tinha um conhecimento admirável da história de Santa Cruz e não se eximia de pesquisar para compreender os acontecimentos atuais em Santa Cruz, sua região de morada. Como a mobilidade espacial é um dos maiores gargalos para a integração da Zona Oeste, principalmente, no conjunto geral da região metropolitana, as obras do BRT Transoeste e de outros corredores expressos, que estavam a todo vapor na época das reuniões mais produtivas do grupo, foram vistas pelo grupo como um dos elementos que iria facilitar, daqui para frente, a circulação de turistas, excursionistas, estudantes e agitadores culturais pelos atrativos e espaços museológicos locais.

Um acervo iconográfico foi cuidadosamente preparado para refletir a nova proposta visual-cartográfica e de imaginação criativa do grupo para a região, criando um novo paradigma imagético-discursivo que, por sua vez, direcionaria a elaboração dos roteiros de turismo comunitário a partir da ideia dos "caminhos". As próximas "artes" (Figuras 31, 32, 33, 34, 35 e 36) fazem parte do acervo produzido pelo É COmunitário, ao qual ficou de entrar em alguns materiais de divulgação do projeto Oeste Carioca (Observatório de Favelas/SMC-RJ)[180] e na página virtual do É COmunitário que evanesceu com o grupo.

Figura 37: Logomarca do É COmunitário

Fonte: Arquivo pessoal.

[180] Disponíveis em: <oestecarioca.org>. Acesso em: 20 dez. 2014.

Figura 38: Caminhos da Fábrica Bangu

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 39: SER-TÃO CARIOCA, identidade visual que expressa o aspecto ecológico e turístico da região

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 40: Caminhos de Guaratiba

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 41: Caminhos do Sertão Oeste Carioca

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 42: Caminhos da Fazenda de Santa Cruz

Fonte: Arquivo pessoal.

O acervo iconográfico foi idealizado para realizar o "marketing histórico" da região e chamar a atenção para a atratividade turística que a periferia carioca ainda pode proporcionar: turismo histórico, arqueológico, cultural e de natureza. Em suma, um turismo ecológico tanta em áreas históricas urbanas como nas áreas de ruralidade remanescente, como no Rio da Prata, em Campo Grande, na Ilha de Guaratiba, em Guaratiba, e no Jesuítas, em Santa Cruz.

Segundo o levantamento realizado pelo projeto Oeste Carioca, com a minha participação como coordenador de pesquisa, foram identificados 265 atrativos, sem contar os estabelecimentos que dão suporte à atividade turística, como espaços gastronômicos, hotéis, cooperativas e horticultores. Como já foi escrito em alguns tópicos, a pesquisa foi uma tentativa de mapear o território regional em busca dos atrativos para construir o produto turístico Sertão Metropolitano Carioca. Uma cartografia que teve como proponente o Observatório de Favelas, todavia a idealização e parte da mobilização comunitária foi executada pelo É COmunitário.

Alguns espaços filiados ao É COmunitário, ainda que soubessem da importância deste programa para o desenvolvimento turístico e o aumento do fluxo de turistas/visitantes na região e nos seus espaços, ficaram a mercê dos contratempos impostos pelo ritmo da pesquisa e pelas contradições entre os integrantes que começou a tomar grandes proporções e gerar dissensões cujo resultado foi a extinção do grupo em novembro de 2014.

Mas voltando aos 265 atrativos e sua importância independentemente do final que o É COmunitário teve... Trata-se de um quantitativo interessante e, também, surpreendente se levarmos em conta que, até os dias atuais, a RioTur, SeTur, órgãos ligados à cultura e museologia, bem como a sociedade carioca em geral, ignoram o potencial turístico dessa região e legitimam o acúmulo de rótulos e estereótipos negativos implicados no "maldito" termo: subúrbio carioca. Não à toa, alguns autores preferem descartar o conceito subúrbio e instituir termos mais neutros, imparciais, como hinterlândia (LOPES, 2012), periferia (SILVA, 2013)[181] e Sertão Metropolitano Carioca (CARDOSO, 2013).

Este caso reflete o processo clássico de distinção territorial que está na base da formação dos espaços urbanos do Brasil. Esse processo geográfico de distinção prima por lugares exclusivos, por um modo de deslocamento entre pontos que ignora o *intermezzo*, o caminho, isto é, o espaço percorrido de um ponto ao outro. Da Zona Oeste ao Centro, seja pela Avenida Brasil ou pelas linhas que cortam Barra da Tijuca e Zona Sul, um mar de bairros é colocado a reboque, vistos apenas como paisagem de dentro do ônibus ou do carro. Paisagens a serem vistas de longe, com o temor de que ali está a violência, o caos, o lado feio e obscuro da metrópole. Tal quadro de visão distintiva e longitudinal é criticada pelo geógrafo Derek Gregory (1994) como sendo a marca da modernidade e sua rejeição do outro através do mecanismo de *distanciamento óptico* (GREGORY, 1994). No mais, é um quadro que precisa ser mudado na cidade carioca, e o turismo pode ser a porta de entrada para o intercâmbio cultural, a residência artística, a fruição estética das paisagens e gentes dos lugares, a potencialização do artesanato autêntico etc.

Para resumir, o É COmunitário foi uma proposta de empreendedorismo social

[181] Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jailson-de-souza-silva-pensador-que-tenta-reinventar-periferia-9028680>. Acesso em: 20 mar. 2014.

criativo para fortalecer espaços culturais, dinamizar redes e revitalizar espaços estratégicos para induzir o turismo de cariz comunitário na região outrora definida como zona rural ou sertão carioca. Para manter a região em sintonia com o cosmopolitismo e as transformações na estrutura urbana e social da cidade, optamos por agregar a palavra “metropolitano”. Assim estamos falando de um Sertão Metropolitano Carioca.

Por ter sido uma iniciativa calcada no empreendedorismo e no agenciamento turístico-cultural, o É COmunitário e sua rede mobilizadora de espaços culturais/museais - chegou-se ao quantitativo de 15 representantes institucionais num dado momento, em 2013 - objetivou desenvolver o turismo de base comunitária nas sete regiões do sertão, agindo como uma “nuvem” de agenciamentos para alicerçar a atividade turística nas localidades segundo os princípios do turismo de base comunitária, visto numa (ciência, arte-cultura, religião, história regional, terapia natural, gastronomia), de modo a dinamizar e expandir as ações dos empreendimentos e agentes do *trade*, e diversificar a oferta turística da cidade do Rio de Janeiro.

A cartografia social foi o principal instrumento concebido desde as primeiras reuniões, como uma demanda urgente para a identificação do potencial turístico das localidades para o próprio grupo pensar nas estratégias adequadas de operacionalização do turismo comunitário. A cartografia produzida por nós incluiu um mapa artesanal, feita em pano e apetrechos, com a colaboração de alguns grupos, para divulgar o projeto em escolas e feiras; uma ação de reconhecimento dos pontos de interesse turístico com convidados da Prefeitura e da SeTur; e, é claro, os produtos do projeto Oeste Carioca que, infelizmente, fugiu do controle do É COmunitário e passou exclusivamente para as mãos do Observatório de Favelas.

Figura 43: Exposição itinerante do É COmunitário, com mapa artesanal construído por todos que participavam do grupo

Fonte: Arquivo pessoal.

A ideia de reconstituir a história regional de um espaço que, desde tempos anteriores, foi objeto de um sistemático planejamento de especulação, colonização e manutenção da dependência espacial em relação às regiões privilegiadas (Centro, Zona Sul e uma parcela da Zona Norte), para reproduzir o des-equilíbrio de poder entre centro x periferia, litoral x sertão. Este *Outro espaço*, um espaço regional desconhecido pela maior parte da sociedade hegemônica carioca, ao qual agora, graças aos segmentos culturais que se propuseram a sair do estado de sonolência, tornaram esse espaço mais visível e sintonizado com os assuntos políticos relevantes da metrópole.

Com a adoção de uma nova política de posição nos cenários político e

cultural da metrópole, os agentes culturais se veem cada dia mais estimulados à investir em agenciamentos e projetos não subordinados aos blocos de interesse tradicionais e nem às agências de produção cultural de outras regiões da cidade. A meta, para quase todas as instituições culturais que buscam no campo museal e no turismo formas de empoderamento e recursos, é atingir concretamente o campo social de modo a fazer emergir outras redes de *rel*acionamento que não desarticulem, mas fomentem os trabalhos realizados *in loco*, enfatizando a geograficidade do território a partir das práticas de musealização e turistificação comunitária já empreendidos tanto por instituições que participam no É COmunitário como as que trabalham de forma autônoma e exclusiva, como o Sítio Roberto Burle Marx e o Museu de Bangu.

Esta realidade outra e múltipla da metrópole que emerge com a urbanização e adensamento populacional se impõe como um desafio para os agentes em tela. Um desafio na qual os interlocutores da pesquisa se vem impelidos a lutar pela preservação das características locais que dão razão à existência do referido espaço cultural/museológico. Essa luta se encaixa dialeticamente nas práticas de enraizamento e intercâmbio com outros lugares, pessoas, saberes e técnicas, para as culturas locais não morrerem por inanição ou sufocamento frente às pressões externas que seduzem com a sua modernidade (gentrificação, exclusivismo dos espaços residenciais, extinção dos modos de existência e sobrevivência tradicionais). Na região política e ideologicamente categorizada como Zona Oeste, os bairros de Pedra de Guaratiba, Santa Cruz, Bangu e Campo Grande são emblemáticos no que concerne à necessidade política e identitária de fortalecer suas instituições e ações locais no território, como única estratégia atual para manter o pouco que da história e memória local. E envereda-los por outros contextos e situações para romper com o bairrismo/provincianismo que acarretou, nos dois lados, na supressão da integração desta região maior com as demais regiões influentes da cidade. Fortalecer a identidade e readequar as ações para novas situações que estão por vir: é a recente dialética que trata do lugar que habitamos e do lugar que habita (ou queremos que habite) em nós.

As microrrevoluções culturais e memoriais na periferia, hinterlândia, sertão, subúrbio ou a melhor expressão que um grupo aprovar, instigam todos os

segmentos culturais à por em prática a *arte de mapear* potencialidades locais específicas para desenhar novas frentes de articulação, produção cultural e captação de recursos. Desde o início da pesquisa, conheci propostas de mapeamento local feitos por grupos de artesanato, teatro, gastronomia, escritores, sem contar a pesquisa turística e cultural do Oeste Carioca. Segue abaixo alguns exemplos (Figuras 38, 39 e 40):

Figura 44: Cadastro de artesãos da Zona Oeste realizado por representantes de feiras de artesanato de Campo Grande (2014)

Fonte:<https://www.facebook.com/133339363484053/photos/p.340629572755030/340629572755030/?type=1&theater>. Acesso em: 20 julho de 2014.

Figura 45: Tentativa de mapeamento de artistas da região de Jacarepaguá (2014)

Fonte:<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10205757412640732&set=a.1086748895130.15897.1418662833&type=1&permPage=1>. Acesso em: 5 jan. 2015.

Figura 46: Site da Flizo com o edital 2014 de premiação de iniciativas literárias da Zona Oeste

Fonte: <http://flizo.org/>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Na rede facebook, são várias as mobilizações em torno da ideia de mapear os agentes e instituições da Zona Oeste para dar visibilidade e pressionar o Poder público para investir recursos em novos equipamentos, editais e cursos de formação na área cultural. São frentes econômicas, estéticas e afetivas que atuam no fortalecimento dos seus espaços imediatamente próximos, agregando tudo o que puder aumentar os números que comprovem a potência local do segmento afirmado. Do artesanato às confrarias de escritores, a cartografia social faz parte do acervo de estratégias instrumentais dos representantes para afirmar identidades institucionais e conquistar posições de poder e ganho econômico no atual clima de competitividade que domina todos os campos sociais, e não só o campo empresarial como costuma teorizar os movimentos sociais e os intelectuais esquerdistas.

Hoje, os pensadores da cartografia social têm poucos parâmetros para analisar o fenômeno do mapeamento popular, ao qual partem de cenários de competição intensa por captação de recursos e afirmação da instituição frente à concorrência. Impregnados do romantismo acadêmico, veem a cartografia social apenas em termos dicotômicos de luta entre movimentos sociais x grupos de poder, esquecendo das lutas por hegemonia travados no seio do movimento social. O É

COmunitário, bem como a Flizo e o movimento Visão Suburbana não escaparam dessa contradição. O É COmunitário teve o seu momento de declínio após alguns grupos verem que seus espaços já tinham se fortalecido econômica e politicamente até o ponto em que o coletivo se transformou num empecilho para o crescimento individual de cada grupo.

Figura 47: Último encontro do curso de formação realizado pelo Oeste Carioca, dia 29 de março de 2014

Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 48: Penúltima reunião do grupo no Raízes de Gericinó, Bangu, em setembro de 2014

Fonte: Arquivo pessoal.

Poderíamos dizer, caso o projeto tivesse continuidade e fosse bem sucedido, que a geopolítica proposta por nós, uma geopolítica de afirmação das identidades territoriais e de ascensão dos espaços culturais e museológicos populares como polos indutores do turismo de base comunitária. Em poucas semanas, o grupo É COmunitário criou as bases que influenciou, direta e indiretamente, a criação de quatro unidades museológicas, cujos protagonistas se envolveram no grupo: Museu Oficina de Artes Lúdicas, da Casa da Rua Amor, no Conjunto Saquaçu, Santa Cruz; Museu Estúdio de Artes Cênicas, da Casa de Cultura Sefaradita, em Campo Grande; Museu Casa do Bumba meu Boi em Movimento, em Bangu; e o Museu Vivo de Artes Plásticas, das Mulheres de Pedra, em Pedra de Guaratiba.

Na Semana Nacional de Museus de 2014, realizada na semana de 12 a 18 de maio de 2014, ou seja, antes da crise do É COmunitário, houve mutirão para inserir as novas iniciativas museológicas na programação oficial do Instituto Brasileiro de

Museus (IBRAM). O mapa já apresentado páginas atrás (Mapa 13), foi produzido de modo a facilitar a leitura do Sertão Carioca revisitado, colocando o público leigo em contato com a temática e tornando visualmente agradável a identificação dos espaços protagonistas da Semana do Ibram[182].

A última parte do texto que elaborei para o Oeste Carioca, resultado do diagnóstico empreendido com a identificação dos 265 atrativos, reflete um pouco do clima de angústia existencial que cercou o grupo nos últimos momentos e expõe a visão trágica que eu, acionando o radar antropológico e geográfico no momento devido, acabei reproduzindo nesse texto. Apesar de grande, vale a pena replicá-lo para finalizar esta seção com a manifestação do sentimento que, durante a fase mais intensa de campo, meu afeto pelos que estiveram presentes no É COmunitário e o sentimento que foi gerado em mim, a saber, o de tornar visível a densa cena cultural e patrimonial da região na qual moro, criou outro horizonte de expectativas e ação para todos, a fim de dinamizar a região a partir das suas matrizes histórico-simbólicas, dos espaços de cultura diferenciados e dos recursos turísticos que vem se constituindo como atrativos fixos. O pano de fundo do grupo foi mediar as políticas de memória, patrimônio e turismo sob o manto de uma comunidade de agentes locais solidamente ancorados nas identidades locais do sertão carioca, e numa perspectiva produtivista de ação para criar as bases da ação pautada na memória e na imaginação criativa. Segue o texto:

> [...] é preciso um olhar atento, um *flanar* estratégico sobre o núcleo e a periferia dos bairros, para identificar os fatos e artefatos (centro cultural, patrimônio histórico, manifestação folclórica, festa tradicional) responsáveis pela mudança de cenário, isto é, por produzir novas distinções *graciosas* e *generosas* para os territórios do Sertão Metropolitano Carioca. Uso os termos “gracioso” e “generoso” não por acaso: são para trazer à tona o pensamento de dois autores contemporâneos que, a meu ver, permitem elucidar as possibilidades de revitalização e autonomização das sociedades frente à negativa da pós-modernização: o crítico literário alemão Hans Gumbrecht (2012), que lança o conceito de graciosidade como arma estética para combater a estagnação cultural do mundo ocidental corrompido pela comunicação massiva e pela virtualização da vida que tornou banal a ausência do corpo nas relações humanas; e o economista paquistanês Hassan Zaoual (2006), que vislumbra as iniciativas econômicas locais, ancoradas em sítios simbólicos de pertencimento, como estratégia de ruptura do pensamento único e da desigual divisão espacial do trabalho

[182] Conferir em: <http://www.espacociencia.pe.gov.br/wp-content/uploads/2014/05/Guia-da-Programa%C3%A7%C3%A3o-12%C2%AA-Semana-de-Museus-NACIONAL.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

no capitalismo hegemônico. Sem essas distinções graciosas e generosas, torna-se impossível maturar processos *alternativos* de desenvolvimento político, cultural e territorial na periferia carioca.

Mas por que tanta preocupação, da nossa parte, com essa distinção "graciosa" e "generosa" dos territórios operacionalizados pelo É COmunitário? E por que o nosso esforço de construir outras bases imagéticas e discursivas? Respondo as duas perguntas em dois *takes*: 1) porque, de acordo com o sociólogo alemão Georg Simmel (2005), um dos imperativos humanos é criar *distinções*. E se o humano cria distinções para manter o seu equilíbrio psicossocial, o espaço vivido apresenta igual processo que culmina na produção de território (materialidade) e paisagem (imagens do território). O filósofo francês Gabriel Tarde (apud CANELLAS, 2008) afirmou em certa ocasião que "existir é diferir". Essa existência diferenciada pode se dar tanto no plano concreto como no figurativo, alegórico; 2) como se pode pensar cultura, turismo, intercâmbio e artes sem a perspectiva da singularidade do lugar e de sua gente? O que movimenta o turismo como uma das principais indústrias criativas do mundo é o fato de trabalhar com a dimensão lúdica, autêntica e especial dos lugares, das pessoas, dos patrimônios e dos eventos, de modo a impressionar o turista com aquele cenário que não faz parte do seu cotidiano e olhar rotineiro.

Desde o último quartel do século passado, o modelo do "pensamento único" – tão criticado pelos intelectuais europeus contemporâneos –, atingiu em cheio a metrópole carioca, esparramando também nos nossos vizinhos da Baixada. Alguns resultados trágicos desse novo *modus operandi* na cidade:

- Transformação da cidade em cidade-empresa, ou seja, gerida a partir da racionalidade empresarial, dos interesses corporativos e dos consórcios estatal-privados;
- Substituição do transporte de massa sustentável (bonde, trem, metrô) pela exclusividade do transporte rodoviário;
- Desestímulo à saúde pública para a adoção de modelos privatistas de territorialização dos gastos públicos em saúde;
- Intervenções urbanas realizadas sem diálogo com as comunidades locais e sem uma análise cautelosa do ecossistema local e das geografias pretéritas, eliminando as chances de construir *urbanidades vernaculares*;
- Destruição do patrimônio histórico e natural para a edificação de uma cidade pasteurizada, imbuída dos mesmos elementos que definem o universo urbano ocidentalista;
- Enfim, com a transformação da cidade política e socialmente planejada em cidade-empresa, o cidadão político vira cidadão consumidor, e o ordenamento urbano transforma-se num mero gerencialismo da ordem social. Na perspectiva da cidade-empresa, o espaço é um mero suporte de territorialização das inovações tecnologias e das iniciativas empresariais.

Hoje, são poucos os referentes simbólicos e territoriais capazes de produzir a tão almejada identidade de lugar. A identidade de lugar compreende os diferenciais espaciais de poder que garante vantagens comparativas para o lugar em vários domínios da vida. Uma identidade fortalecida facilita processos de desenvolvimento local que, por sua vez, produzem satisfação social – tanto nos aspectos material e financeiro como naqueles valores locais mencionados pelo geógrafo Eduardo Yázigi (2006, p. 69-71): valores pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos –, e aquela sensação, generalizada na população local, de estar sendo cuidado pela administração pública e respeitado pelos atores privados. Cuidado com as comunidades e com o território total: condição *sine qua non* para o patrimônio local/regional ser uma forma "bem sucedida de resistência às agressões da dinâmica urbana", onde "a parte patrimonializada enriquece a experiência urbana" (p. 75). Sem essa equação, **não** há possibilidade de desenvolvimento sustentável.

> Para tanto, chega de muros de lamentações, corporativismos políticos, milicianismos culturais, performances individualistas e outras formas de dependência estrutural. Dentre os próximos passos que o É COmunitário dará para subsidiar o empoderamento territorial e comunitário das "zonas" oestes e nortes do Rio de Janeiro, uma é o planejamento de ações a partir da identificação, registro, diagnóstico e divulgação do manancial turístico e cultural da região aqui em pauta: o Sertão Metropolitano Carioca.
> Após findada a 1ª edição, ao qual mapeou as R.As de Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande, Bangu, Realengo e Anchieta, o inventário prosseguirá nos próximos meses pelas regiões de planejamento inseridas no espaço imaginário do sertão carioca, a saber:
> - Jacarepaguá (todos os bairros);
> - Barra da Tijuca (todos os bairros);
> - Pavuna (Guadalupe, Costa Barros, Parque Colúmbia e Pavuna);
> - Madureira (Colégio, Irajá, Rocha Miranda, Campinho, Marechal Hermes);
> - Méier (Água Santa, Engenho de Dentro, Piedade e Pilares).
>
> Além do caráter histórico, turístico, científico e pedagógico do projeto, o objetivo é levar um pouco da vibração positiva e da filosofia de parceria que nós, espaços do É COmunitário, tanto estamos lutando para construir em nossa região, de modo que outros lugares, coletivos e pessoas sejam afetados pela proposta de se desprender e superar as políticas públicas (estatais!) de cultura e turismo, os discursos hegemônicos e o *lobby* cultural das elites que, classicamente, vem perpetuando no Brasil a desigualdade social, a distinção territorial de direitos, a pressão econômica e cultural sobre os territórios de comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas, agricultores), a desvalorização da produção autoral dos artistas e grupos, e a concentração dos investimentos culturais e artísticos nas grandes e médias produtoras, e nos "agitadores culturais" movidos por ideais possessivos e agenciamentos egocêntricos.
> Não se trata aqui de difundir um projeto utópico, neorromântico, como tantos outros que circulam por aí (preciso citá-los?), mas de agir de forma CRIATIVA e REALISTA em um cenário estruturalmente marcado por desigualdades que impedem o exercício da cidadania cultural e o reconhecimento dos cosmopolitismos periféricos (PRYSTHON, 2008, 2006) que ensejam novas formas de habitar a cidade. Em outras palavras, o direito à produção e fruição cultural, bem como o acesso às fontes de recurso para manutenção dos projetos e atividades das organizações sociais e empreendimentos criativos, não podem restritos a relacionamentos corporativos e a favorecimentos políticos: devem se efetivar como *direito territorial*, regulamentado e assegurado pela esfera municipal para dar transparência e equidade aos mecanismos de fomento direito e indireto. No âmbito municipal, A Secretaria Municipal de Cultura já realizou um notável avanço no cenário da produção cultural carioca.
> Os direitos sociais e a responsabilidade das empresas e da população com o território e os arranjos turísticos, só serão assegurados quando estes deixarem de ser vistos como "territórios de exceção", para serem incluídos ou elaborarem seus próprios planos, programas e projetos de fomento à arte, cultura popular, turismo, entretenimento, artesanato, tecnologias sociais etc., contemplando os empreendimentos e projetos ligados às indústrias criativa e do turismo. Da gastronomia à arquitetura, passando pela música, folclore, artes circenses etc., TODOS precisam ser considerados para o avanço da turistificação com base comunitária, em todo o sertão em pauta [...] (CARDOSO, 2014, p. 94-7).

Situados no calor do processo de conclusão total da metropolitanização do Rio de Janeiro, as instituições e sujeitos pesquisados, e mais especificamente, as

pessoas que se envolveram no É COmunitário, compõem agenciamentos estéticos centrados na memória e na imaginação criativa. Primam pela performance estética e não se iludem com as alianças políticas regionais que sempre tendem para a reprodução do *status quo* e para a completa negligência com relação às tradições e à cultura popular em geral. Bangu e Santa Cruz são exceções, isso porque seus círculos intelectuais já possuem um histórico de luta nesse âmbito, luta que engendrou dois dos mais importantes e influentes museus locais, o Museu de Bangu e o Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz. Como já demonstrado em páginas anteriores, esses dois bairros são particularmente interessantes por serem condecorados com patrimônios de importância histórica, arquitetônica e político-econômica, cuja atribuição a eles como patrimônio cultural é um artifício que, se por lado, evita a descaracterização e destruição deles, por outro, cria um manto ideológico sob o qual evita-se pensar no dinamismo local e na inclusão do patrimônio numa perspectiva comunitária real, isento de especulações, desvirtuação do seu uso cultural, entre outros estratagemas acionados, inclusive pelo Poder público, para a apropriação privada.

As instituições museológicas das zonas Norte e Oeste constroem solidariedades geográficas pontuais, algo concernente com a lógica igualmente pontualizada do pensamento e da rotina que as move. Por terem o escopo orientado pelo/para o local, para aquilo que remete à dimensão vernacular, à solidariedade geográfica que, para fins desta pesquisa, resulta na formação de um arquipélago regional deveras fragmentado, com ares de simulacro, indicador de mudanças profundas na mentalidade de uma parcela impactada pelas atividades institucionais. Como ferramenta de ação cultural, a memória é endereçada nas múltiplas atividades realizadas pelos espaços museais, à esfera da história como elemento para agregar valor ao lugar, aos agentes que militam e ao espaço museal que passa a ser condecorado simbolicamente pelos amigos, simpatizantes, pesquisadores e gestores, como polo de cultura local.

O reconhecimento popular e do Poder público como polo de cultura local é algo perseguido de modo tenaz pelas lideranças museológicas. E com os que integraram o É COmunitário não foi diferente, afinal, a maioria dos espaços criaram projetos de musealização particulares e readequaram espaços subutilizados ou

obsoletos para abrigar exposições alternativas, feitas em comunidade para mostrar a “cara” da instituição e do lugar. Os espaços do É COmunitário que conseguiram trazer para a realidade concreta seus projetos de memória coletiva – citando-os novamente: Casa da Rua do Amor, com seu Museu Oficina de Artes Lúdicas; Raízes de Gericinó, com o Museu Casa do Bumba meu Boi em Movimento; a Casa de Cultura Sefaradita, com o Museu Estúdio de Artes Cênicas; Espaço Farol da Prata, com o Museu do Agricultor; e IPHARJ, que já conta há anos com a experiência de coleção de acervos para compor o Museu da Humanidade –, institucionalizaram a memória de tal maneira que as práticas saltaram a simples condição de manifestação artística para se ajustarem como guardiões e dinamizadores de um patrimônio cultural. E nada melhor que um museu para adequar o patrimônio material e intangível às condições de visitação e intercâmbio.

A prática das instituições museológicas que participaram do É COmunitário, reflete os princípios da Museologia Social, porém, no âmbito dessas instituições, prevalece a lógica da identidade na sua dimensão idílico-popular, onde a expressão cultural que a originou é o verdadeiro carro-chefe. A museologia entra apenas como pano de fundo discursivo e ferramenta técnica para alavancar o espaço como protagonista territorial. Não há nada estranho nesse caso, pois desde que os museus, em sua maioria, foram dessacralizados e agora reconhecidos apenas como um espaço cultural coexistindo com outros tantos, a Museologia deu saltos difusos e agora atua e articula também no âmbito comunitário, nas relações de entorno cuja aceitação é importante para formar o cardápio (portfólio) a ser apresentado nos editais, fóruns, festivais, reuniões com gestores públicos, patrocinadores etc.

A afirmação e o protagonismo são dois atributos perseguidos pelas organizações aqui estudadas, isso já foi falado. Ademais, essa atitude tem um custo elevado no que concerne ao desempenho, ao afeto, em suma, às questões pessoais que movem as lideranças que dedicam boa parte do seu tempo, dinheiro e lealdade para o desenvolvimento do grupo. O custo não é só financeiro, mas também emocional, ao qual mexe com a estrutura biopsíquica das pessoas de tal forma que devemos atentar para a geografia do corpo que percorre esse campo de relações e forças. Uma geografia do corpo que não só configura em termos físicos e estéticos, mas impõe um determinado tipo de performance aos asseclas. Assim como o

território é semiologizado (RAFFESTIN, 1993) pelas estâncias museológicas/para-museológicas, os corpos dos líderes, participantes e visitantes também passam pelo processo semiológico ao qual os significados são compartilhados por meios distintos daqueles que perfazem outros campos. Como já visto nas imagens de alguns grupos como as Mulheres de Pedra, a Casa de Cultura Sefaradita e a Casa da Rua do Amor, a estética tem um papel fundamental na conformação dos sentidos e símbolos que travestem suas ilhas culturais e as performances individuais de cada pessoa que utiliza o espaço como trampolim e zona de segurança ontológica para satisfazer objetivos ou o simples encanto estético.

Figura 49: Performance estética da Casa de Cultura Sefaradita através do seu teatro de rua.

Fonte: Arquivo pessoal.

No final de 2014, às vésperas do lançamento do Guia Turístico e Cultural do Oeste Carioca, alguns integrantes do É COmunitário decidem se desligar do grupo. Algumas situações e desentendimentos individuais foram o estopim para minar toda uma articulação coletiva que levou um tempo considerável para ser construída. As razões da extinção do grupo dão uma outra tese, talvez numa perspectiva mais antropológica, para destacar as motivações e disposições que levaram as pessoas à

ser unir num momento que julgavam oportuno para visibilizar suas práticas culturais, e ao se desligar já num momento em que todos já tinham se fortalecido de um modo rápido e suficiente para resolver trilhar o caminho mais aberto com outras teias institucionais.

9 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O reencantamento cultural das/pelas periferias e novas centralidades cosmopolitas pela imaginação, memória e novos ritos de sacerdócio e de troca, é o estofo lógico-fenomenológico que atravessa todas as pessoas que almejam reinventar seu mundo a partir da sua espacialidade vivida, vívida e imediata, que diz como anda a sua política de localização no território e no mundo das relações e significações globalizadas. A construção geográfica da identidade e da diferença dos bairros, polos e espaços culturais pelas instituições e coletivos que trabalham no campo da cultura, da memória e/ou do patrimônio, é uma realidade nos dias atuais, contudo, sua emergência não foi visualizada até o início desta década presente. Algo sim não se deu por acaso, tampouco foi fruto da negligência dos grupos intelectuais e dinamizadores culturais de Santa Cruz, Campo Grande, Realengo etc. A resposta inicial para o porquê desse cenário pouco favorável ao desenvolvimento cultural comunitário e das instituições que desejam e trabalham duro para viabilizar esse desenvolvimento, se situa no largo histórico de marginalização do sertão carioca frente ao núcleo urbano prestigioso desde a era colonial. Em meados do século XX, o Sertão Carioca se tornou a última fronteira de expansão do capital no Rio de Janeiro, “completando” o ciclo de urbanização e industrialização da cidade. Até hoje, a frente pioneira público-privado na Zona Oeste não completou sua obra, tendo em vista os condicionantes econômicos e ambientais e suas geografias pretéritas – ou rugosidades, como definiu Milton Santos. A própria extensão da região, que diz respeito à mais da metade do território carioca, sempre consistiu num desafio para os planejadores e urbanistas desde o período colonial até o modernismo do século passado, este último, personificado nos planos de Alfred Agache, Constantinos Doxiadis, Lúcio Costa e no sistema de classificação territorial adotado atualmente pela Prefeitura e seu instituto de urbanismo, o Instituto Pereira Passos (IPP). Todos os agentes acima mencionados, propuseram um plano de desenvolvimento territorial centrado no paradigma racionalista/modernista que, de forma surpreendente e preocupante, continua a vigorar através de ideologias como a da revitalização, cuja proposta de resgatar a alma do lugar se torna um embuste perfeito para gerar aqueles efeitos de fundo tão desejados pelo pensamento

dominante, a saber: remoção de favelas, gentrificação, condomínios exclusivistas, paisagismo moderno em áreas predominantemente naturais, criando o efeito de domesticação da natureza; e por fim, a valorização de vazios urbanos e áreas verdes por especuladores para fins de ocupação irregular ou legalmente forçada.

Seja no passado ou hoje, a lógica dominante na cidade carioca é a da transformação de todo o espaço urbano e seus atrativos culturais e naturais em mercadoria. Essa lógica se encaixa perfeitamente em outra lógica: a da formatação do produto turístico, processo perseguido com voracidade pelo Poder público e o trade hegemônico.

Em todo o texto, usei várias categorias para tratar dos espaços pesquisados: unidades, agências, pontos ou mesmo espaços, seguidos do adjetivo museológico. Tal tática serviu para alertar sobre o caráter multifacetado e irredutível desses espaços enquanto promotores de cultura e de memória locais. Eles são, em última análise, estâncias de *renascimento* cultural dos lugares que, outrora e até os dias atuais, tiveram reconhecimento apenas parcial das especificidades culturais e das paisagens que compõem a dinâmica local.

Conhecida pelos cientistas sociais como uma área classicamente excluída das políticas públicas genéricas e dos projetos estratégicos de desenvolvimento integral, a Zona Oeste presencia hoje um emergente e complexo *revivalismo* cultural, em outras palavras, uma onda de efervescência discursiva e de ações de exaltação e valorização das paisagens residuais e emergentes, dos mestres da cultura popular e dos fazeres dos grupos culturais. Junto a isso, nota-se a ascensão de um seleto grupo de ditas lideranças da cultura da Zona Oeste, cujo alguns nomes se autonomearam como representantes de toda a cultura da Zona Oeste, como Binho Cultura, Marcus Faustini, Reinaldo Santanna e outros agentes focados na midiatização e na ligação estreita com o Poder público para captar médias ou altas somas de recursos.

E o resultado não poderia ser outro: o crescimento de um certo revanchismo regional, e a solidificação de um grupo de interesses que busca compensar as desigualdades e carências clássicas da região recorrendo às mesmas estratégias conservadoras da elite maior, como a formação de *lobbys*, a manipulação ideológica dos coletivos pouco afeiçoados às situações de decisão política. A cartada final

desse processo acaba sendo a criação de atividades e eventos voltados primordialmente para a performance dos ditos representantes da cultura, em detrimento dos verdadeiros trabalhos de “chão”, ou seja, daqueles trabalhos em que a produção é gestada endogenamente e cujo objetivo final não é colocar a sua imagem no mundo. De acordo com o filósofo italiano Mario Perniola (2004), a preocupação única e exclusiva das pessoas com a colocação da sua imagem no mundo é uma evidência do caráter alienante das sociedades modernas e pós-modernas centradas na comunicação pela comunicação, na potência tecnológica da *massmedia*.

Escrevi este texto no calor dos acontecimentos que redimensionaram a cultura, a memória e o patrimônio para um viés mais político, de luta social por afirmação e sustentabilidade dos artistas, agentes, coletivos e dos espaços formais que, a despeito do corporativismo que exercem, mantém sua representatividade local nas redes de poder dentro e fora da cidade. Não pude me conter em adentrar no universo pesquisado a partir da imersão corpórea, e não apenas da prática intelectual; da minha inserção entre os interlocutores como colaborador, e não apenas como estudante de doutorado; e da análise com base no projeto construído coletivamente, o que permitiu aclarar as condições sobre as quais os espaços museológicos e para-museológicos - dois principais conceitos desta tese - se ergueram e fizeram surgir um arquipélago de proporções incomensuráveis, porém irradiadores concretos de novas imagens e práticas culturais sobre as periferias que compõem o *Outro* lado da metrópole carioca.

A rediscussão retroativa das zonas Oeste e Norte como arte-produto “final” de um denso processo corporativo público-privado que une, num mesmo movimento, especulação imobiliária, asfaltamento expressivo, industrialização e adensamento populacional, não foi realizado ao acaso e tampouco se deu de forma harmônica com as geografias pretéritas. No decorrer do texto, a negação da coetaneidade (FABIAN, 2013) desta vasta porção regional frente à política modernista da elite e dos planejadores da urbe carioca, e aos privilégios cristalizados de determinadas regiões, criou um cenário na qual por toda parte, brota processos de resistência e acomodação cultural frente à modernização do território. A resistência e/ou a acomodação são uma postura política frente às lógicas que compõem o *milieu*

sociogeográfico e aceleram ou atravancam o desenvolvimento territorial e a formação de economias solidárias e criativas. A perspectiva de Luiz Sampaio (2001) sobre as lógicas que encerram a lógica pós/trans/moderna (cultura lógico-quinquitária) trazem um pouco de luz sobre o que, de fato, estimula e predispõe os agentes culturais de periferia à lutarem por seus territórios numa base similar às lutas de movimentos sociais diversos (sem-terra, gênero, etnia e raça, reforma urbana). Não deixa de ser inserido na perspectiva de um movimento social urbano incrustado no campo político da cultura, da arte e do patrimônio. Aqui, o espaço é recurso de luta e fonte de significados de uma nova relação com o lugar de morada/vivência/trabalho.

A negação da existência do Sertão Carioca como diferença espacial da cidade, ou melhor, como faixa de *outros* (pre)domínios urbanos e rurais do município, é o indício que nos leva a compreender, em muitos direções, o nascimento de circuitos e personalidades culturais que lançam mão de projetos de protagonismo onde fica manifesto, ou subentendido, o desejo maior de fortalecer sua comunidade local para, de forma retroativa, se auto-afirmarem e se auto-fortalecerem localmente e/ou em outros circuitos.

Há também fortes indícios que apontam a criação difusa de espaços museológicos e de espaços que (ainda) não se reconhecem ou não tomaram ciência da sua manifestação cultural, seja na forma de cursos formativos, rodas de lembrança, eventos, exposições e outras atividades de cunho artístico-cultural, como sendo também uma prática museológica, um viés da educação patrimonial, como uma reação à mudança socioestrutural abrupta das localidades nas quais se desenvolvem a ação museológica. Não à toa, o ecomuseu tem sido um conceito bem-vindo nos bairros da periferia do Rio de Janeiro. Até o findar deste texto, mais dois ecomuseus estão sendo criados na Zona Oeste. O Oeste como a frente pioneira de tudo e todos na aurora do século XXI, incluindo a prática de tentar preservar/conservar a memória social como instrumento de radicação de práticas culturais que conceituem positivamente o território, e subsidie as comunidades tradicionais à perseverarem em suas identidades e fazeres tradicionais. Não é uma tarefa fácil, e tampouco podemos afirmar que esse é, de fato, o melhor caminho para fortalecer as bases comunitárias da região e recompor as histórias, identidades e

afetos perdidos na imensidão dos acontecimentos que segmentaram o Sertão Carioca em Zona Oeste e Zona Norte, e tem gerado, ininterruptamente, microrregionalizações e a segmentação classista-cultural dentro dos bairros, fazendo crescer de forma exponencial o comércio, o asfaltamento e a produção cultural, mas também a desigualdade, o enfraquecimento das ruralidades remanescentes e várias modalidades de contenção e exclusivismo territorial.

As novas práticas de musealização do território que oscilam entre a liberação e a retradicionalização das naturezas e culturas que configuram o lugar, dão o aporte para a recomposição das identidades e grupamentos que buscam nas "raízes" locais a estratégia de promoção cultural. Em outras palavras: afirmar-se no mundo como singularidade, preservando as tradições e hábitos do lugar vivido. Todos os espaços identificados e catalogados pelo É COmunitário e no projeto Oeste Carioca seguem essa linha mestra, cuja memória é mobilizada como arquivo vivo das realizações culturais de um grupo. A persistência da memória nos processos coletivos perfaz o arquipélago sociomuseológico ao qual dei ênfase na pesquisa. O arquipélago é um simulacro que, todavia, resplandece no real através das trocas que vem ocorrendo entre os espaços que, gradualmente, vão conhecendo iniciativas do mesmo gênero e contexto. Algumas iniciativas, inclusive, trabalham no resgate da história do Sertão Carioca com o objetivo de *reencaixá-lo* na história presente da Zona Oeste e Zona Norte. Agenciamentos com essa temática são feitos pelo NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, pelo IPHARJ/Museu da Humanidade, pelo recente Ecomuseu do Sertão Carioca e pelo extinto É COmunitário.

O arquipélago agrega autênticas ilhas de difusão da memória social sem as quais, a população fica sem referências para ancorar suas identidades no lugar de morada e vivência. O bairro tem sido a principal estratégia de marketing territorial e político das organizações sociais, não à toa, museus e centros de memória de bairro estão presentes em quase todos os núcleos históricos - Museu de Bangu, Museu de Campo Grande, NOPH-Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, Centro de Memória de Realengo e Padre Miguel.

Pelos próximos anos, veremos se a tática de (eco)musealização dos territórios vingou, ou se os espaços se voltarão para características artísticas e

culturais geograficamente desenraizadas do *milieu*. Fica aqui a conclusão de que nas periferias urbanas, o cosmopolitismo também se faz presente, com maior ou menor intensidade conforme os segmentos que o acolhe, e é nesse esteio cosmopolita, isto é, de troca cultural, que a memória pode ser pensada como ferramenta de elevação da localidade e da Zona Oeste, propriamente, à uma condição mais digna na cidade. O discurso dos grupos com relação à Zona Oeste é sempre o de integração com a cidade, como se a Zona Oeste fosse uma região a parte, inexistente caso as elites não a aprovem. A Zona Oeste e o Sertão Carioca existem sim, independentemente do consenso ou discurso das elites, sendo a existência delas uma questão fenomenológica e não somente de linguagem. Eis o equívoco que os agentes culturais, intelectuais, professores e o Poder público cometem. É a clássica oposição binária que impede a compreensão global da região e seu processo de marginalização e esquecimento das categorias que autenticaram sua história ao longo do tempo-espaço.

Resta saber também se, nos anos vindouros, o reencantamento cultural será apenas um aporte temporário para a visibilização dos espaços museológicos/para-museológicos, ou se o fenômeno se transformará num conteúdo que motivará a existência e o surgimento de outros projetos, coletivos e espaços similares. A sustentabilidade é um dos temas seculares que traduz a ânsia de um novo compósito imagético-pictórico donde o fenômeno do encantamento do mundo - que é na verdade um encantamento dos sentidos - possa ser o caminho para o desenvolvimento territorial dos bairros, das microrregiões e dos espaços de cultura e memória em toda a sua plenitude, abraçando as situações que trilham o caminho da sustentabilidade *lato sensu*.

A pesquisa sobre o arquipélago sociomuseológico emergente nas zonas Norte e Oeste carioca, evidenciam a busca nostálgica e, em alguns casos, compulsiva, da base histórica esquecida e/ou desprotegida que poderá ser o estofo de uma nova cultura regional calcada no cosmopolitismo, na valorização do patrimônio e na constituição de outras modalidades de arranjo econômico que potencialize as culturais locais e a geração de trabalho e renda. As três ondas museológicas que ocorreram, respectivamente, nas décadas de 1980, 1990 e de 2000 até hoje, e se espraiaram de forma especial em alguns bairros amplamente

rotulados e estigmatizados (Santa Cruz, Pedra de Guaratiba, Campo Grande, Anchieta). Do NOPH (1984) e, posteriormente, Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz, ao Museu da Humanidade em Anchieta, o perfil museográfico e museológico de todos os espaços estudados encerram homologias estruturais significativas, desde a linha de pensamento autônoma e "improvisativa" das suas atividades e exposições, chegando à postura crítica de denúncia e ação arrojada para superar os vários gargalos que bloqueiam o desenvolvimento turístico, cultural e patrimonial da região historicamente negada pela sociedade carioca atual como sendo um sertão carioca que foi metropolitanizado, mas continua sendo sertão justamente por ser um espaço regional periférico que, diferentemente das áreas prestigiadas da cidade, sofre constrangimentos de ordem política, cultural e espacial que, ao mesmo tempo, a torna instigante e singular. Alguns constrangimentos foram aqui diagnosticados, e sutilmente incorporados na análise dos desafios práticos enfrentados pelas ilhas de memória e cultura que sobrevivem na região: mobilidade urbana deficiente, milicianismo e tráfico de drogas e armas, planejamento territorial desvinculado da realidade ambiental/patrimonial local, desarticulação da população recente com a história e as tradições culturais dos territórios, e mais alguns itens que tornam a lista pouco agradável.

Dotados de uma forma de comunicação específica, a comunicação museológica, os múltiplos espaços museológicos e para-museológicos ganham notoriedade quando a sua espacialidade é ampliada e consegue abarcar aquelas formas e conteúdos que são indispensáveis para a legitimação do espaço museológico/para-museológico e para o empoderamento comunitário local e da rede que autentica a ação (museólogos, associação de museus, IBRAM, IPHAN). Nessas situações, a criação de ambiências é crucial para afirmar o aspecto interativo do acervo e do patrimônio, convidando a população a criar uma relação estética com o produto musealizado. Por estética, defino-a como "a experiência da sensação pela potencialização da forma", na qual "derivam o importante fenômeno do encantamento dos sentidos" (YÁZIGI, 2006, p. 70).

Muitos dos dilemas geográficos ocorrentes na gestão museal brasileira derivam de atitudes e posicionamentos ideológicos tomados já nas primeiras etapas de musealização de um espaço. A fase de planejamento e de implantação do museu

é muito importante para saber que tipo de geograficidade/espacialidade se quer *musealizar*. Dentre os erros, está a falta de critérios sobre a base ontológica espacial que o museu almeja registrar, patrimonializar e conservar; as estratégias espaciais que são, em geral, deixadas em segundo plano; e a falta de cuidado quanto às tensões horizontais e verticais não condizentes com o núcleo duro de significado que o conceito de território, por exemplo, apresenta. Falo em núcleo duro de significado porque, em virtude da condição pós-moderna que solapou tudo o que se dizia estável, autêntico e não problematizável, as ciências, artes e outros saberes-fazeres estão diante da armadilha, já alertada por inúmeros autores, de se estender os conceitos a tal ponto que o sentido fica inteiramente comprometido. Fala-se de algo, quando na verdade está se referindo o outro caso que, linguisticamente falando, já está repertoriado em outro conceito. Em geografia, o território tem passado por esse processo.

Por fim, devemos pensar os ecomuseus e museus comunitários como *heterotopias*, dado que encerram outras naturezas espaciais e resgate de toponímias para estimular novas topografias de poder antenadas com a historicidade da região. A iniciativa dos espaços museológicos e para-museológicos das zonas Norte e Oeste visa criar válvulas de escape, recantos de oxigenação cultural para permitir uma comunicação estética mais fluida com o território. Para o pesquisador, crítico cultural ou leitor que se atente para essas novas formações complexas, a região e sua consequente paisagem político-cultural ganham novas tonalidades românticas e mergulham na esfera da politização dos conflitos socioambientais. A crítica sociológica recente torna evidente as relações hierárquicas e as cristalizações de poder que articulam alguns grupos e enfraquecem outros; usam a estética para o desenvolvimento cultural e do sentido de lugar ou a concebem pelo seu viés degradante: o do esteticismo, que leva aos fascismos, bairrismos e outras formas de auto-exclusão social e territorial já conhecidas, responsáveis pela perpetuação da desigualdade e da marginalização de territórios e pessoas.

O arquipélago sociomuseológico é uma constelação de ilhas de cultura, imaginação e memória que convidam pessoas a ter a experiência de trafegar e sentir aquilo que há de melhor no espaço vivido da instituição e dos integrantes que, geralmente, moram no mesmo bairro. Naturalmente, todas as ilhas não conseguem

dar conta de tudo que há no território que se pretende turistificar: trabalhar com arte, cultura, eventos e outras atividades formativas exige uma dedicação que faz com que o território não seja reconhecido na sua totalidade, exigindo outros instituições e iniciativas que conduzam à identificação dos elementos que podem ser usados na estratégia de desenvolvimento territorial e visibilidade da instituição. O É COmunitário foi a tentativa de avançar a passos largos na identificação do potencial de toda a região histórica que foi duramente deslocada do imaginário carioca atual pelas razões que todo mundo já conhece: sertão lembra passado, área precária, longínqua, aquilo que se deseja superar com a modernidade e o progresso industrial.

Para reviver o sertão carioca e agrega-la à contemporaneidade político-cultural radical da região metropolitana, há um longo caminho a ser percorrido, e o que ficou evidente na atuação das pessoas do extinto É COmunitário, foi que, se não vai trazer ganhos imediatos, é melhor deixar quieto - como verbalizou um senhor que fez parte do grupo -, em *stand by*, à espera dum momento mais oportuno para, quem saber, conversar sobre ela num tom mais saudosista, dos velhos tempos que a população não mais deseja viver. A carga semântica desse discurso reflete o velho discurso etnocêntrico e de ruptura moderna com tudo o que é julgado como antiquado para os novos tempos de avanço na ordem societária. Um avanço que não necessariamente resulta em avanço na qualidade de vida ambiental e das ambiências que criam um agir estético diferenciado na região.

O É COmunitário ajudou, de uma forma surpreendente e dolorida, a desfazer algumas incógnitas e romantismos que, fatalmente, acompanham o pensamento de quase todos que mergulham no universo das organizações comunitárias e das culturas populares a partir de um olhar antropológico relativista. A Zona Oeste, infelizmente, é dominada por esse tipo de abordagem e são poucos os que conseguem superar a dualidade cidade carioca x Zona Oeste para entender a região em sua grandeza fenomenológica. O projeto e o coletivo É COmunitário permitiram rearranjar algumas informações e realizar uma interação mais profunda com os sujeitos que anseiam erguer museus de base comunitária. A ação-pesquisa foi além da esfera da intersubjetividade, ao incorporar elementos que expõe, pelo prisma imagético (mapas, afetos, corpos, bairros), as micro-atmosferas do real (LASH,

2009) que das instituições e coletivos culturais documentados neste texto, estâncias museológicas e para-museológicas vibrantes, marcadas pelo seu ambiente e pelas relações de potência e poder que fazem brotar eventos que podem desalinhar culturalmente a estrutura vigente ou, na outra ponta, ratificar a desigualdade sugerida pelo pragmatismo e fisiologismo da ação estética fascista, pseudo-autêntica.

O mundo contemporâneo necessita, mais que nunca, de espaços de fruição estético-cultural para superar aquilo que o filósofo Peter Sloterdijk chamou de monstruosidade, ou ainda, conforme a terminologia do também filósofo Mario Perniola, estamos diante do caos comunicativo que indispõe as pessoas à prática de um agir baseado na memória e na imaginação. As atmosferas do real são as “redes sociais” que agora ganharam volume na esfera do pensamento. O arquipélago sociomuseológico pode ser taxado como a tentativa de dar volume e extensão à grande e dispersa rede de espaços museológicos/para-museológicos das zonas Oeste e Norte, ou Sertão Metropolitano Carioca, como passarei a defender daqui para frente. Saíram do plano virtual para incorporar, em definitivo, o espaço geográfico na agenda político-cultural dos grupos.

Quando os especialistas em Economia Criativa falam que o mundo hodierno está mais criativo e colaborativo, estão tratando nada mais nada menos que das ferramentas de gestão e outros elementos técnico-empresariais que estão engessando o saber-fazer dos segmentos culturais que trabalham com a tradição, com a etnicidade e com uma modalidade especial de economia local que os economistas, gestores, intelectuais e produtores culturais dessa contraditória corrente de pensamento acionista ainda não conseguiram incorporar. Será que um dia conseguirão?

Apesar da maioria dos agentes culturais locais terem uma atitude contraditória em relação patrimônio e àquilo que deve ou não ser preservado, suas estâncias museológicas/para-museológicas da região são um acalento diante da reestruturação espacial que vem impondo outros ritmos e estruturas de engessamento da vida e da identidade cultural regional, colocando-a como mais uma região amontoada de mercadorias e relações dentro da sociedade de consumo e massa. De fato, ao invés de potencializar, a modernização do território tirou a

possibilidade de desenvolvimento turístico e cultural a partir da base vernacular, ou seja, focadas no alternativo e no singular que os lugares proporcionam. Foi assim com a Zona Norte, a Baixada Fluminense, e assim a Zona Oeste vem trilhando o mesmo caminho a passos rápidos, com críticas e resistências distintas da parte dos agentes culturais locais ainda não se decidiram sobre qual rumo a região tomar e se é válido lutar coletivamente pelo fortalecimento de todos, ou se o cenário atual só permite que cada um lute pelo seu quinhão.

Como Claudia Siqueira sempre falava nas reuniões do É COmunitário: “no fim das contas, todo mundo só pensa no seu grupinho e no seu bolso”, e utilizou o clássico provérbio popular que resume a ópera das instituições culturais da periferia carioca: "farinha pouca, meu pirão primeiro". No momento em que esta pesquisa finda, o provérbio da Claudia cai como uma luva para explicar a real situação do campo cultural/museal/museológico das zonas Norte e Oeste carioca. Uma expressão valendo mais que mil palavras...

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcia Brito Nery, ALVES, Carley Rodrigues. A reafirmação do lugar na geografia contemporânea a partir do conceito de solidariedade geográfica. **Anais do II NEER**. Disponível em: <http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20MarciaBritoNeryAlves.ED3II.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ÁVILA, Vicente Fideles de. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). **INTERAÇÕES**. v.8. n.13. set. 2006. p. 133-140. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v8n13/a14v8n13.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

BARAD, Karen. Agential realism: feminist interventions in understanding scientific pratices. In: BIAGILI, Mario (Org.). **The science studies reader**. New York: Routledge, 1999. p. 1-11.

BAUDRILLARD, Jean. **Esquecer Foucault**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: EDUFSM, 2004.

_____. Região como foco de identidade cultural. **GEOGRAFIA**. v. 27. n. 1. abril 2002. Rio Claro. Disponível em: <www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/.../1732>. Acesso em: 10 mar. 2011.

BHABHA, Hommi. O compromisso com a teoria. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000.

BOSSÉ, Mathias Le. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 157-179.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.) **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p. 83-132.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRUSEKE, F. J. Uma vida de exercícios: a antropotécnica de Peter Sloterdijk. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n. 75. v. 26. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n75/10.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2001.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica**: Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

_____. **Sincretismos**: Uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

CARDOSO, Diogo da Silva. Tradição agrícola em perigo de extinção. **QUARTEIRÃO**. n. 97. Mai./Jun. p. 14-15. Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica-NOPH. 2012. Disponível em: <http://www.quarteirao.com.br/pdf/Quarteirao97.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2012.

_____. Sobre/justaposições territoriais, multi-escalaridade e hibridações: Repensando o conceito de região cultural. **Anais do IX ANPEGE**. Goiânia: UFG, 2011.

_____. **Underground cristão**: a construção geográfica de uma cena religiosa jovem alternativa. Porto Alegre: Liro, 2011.

CASTRO, Bernadete. Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, Everaldo Batista da, BRUSADIN, Leandro Benedini, PIRES, Mario do Carmo. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras expressões, 2012. p. 37-46.

CETINA, Karen-Knorr. Sociality with objects: Social relations in post-social knowledge societies. **Theory, Culture, Society**. n. 4. v. 14. 1997. p. 1-30.

CHAGAS, Mario de Souza. **Curso de Introdução à Museologia Social**. UNIRIO/Museu de Favela. 2014.

_____. **A Imaginação Museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
_____. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus. S/D.

CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

_____. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**. n. 2. v. 8. Rio de Janeiro: UFF, 1999. p. 7-26.

COELHO, Teixeira. **A cultura e seu contrário**. São Paulo: Iluminuras/Itaú Cultural, 2008.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. A espacialidade das Políticas Culturais: A Cidade do Rio de Janeiro anos Anos 1990-2000. **Dissertação de Mestrado**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/RaquelMonizColombiano.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2011.

CORRÊA, Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Editorial, 1936.

CORSANE, Gerard E. et al. Ecomuseology: a holistic and integrated model for safeguarding 'spirit of place' in the North East of England. **XVI ICOMOS General Assembly and International Symposium**: 'Finding the spirit of place – between the tangible and the intangible'. 29 de setembro a 4 de outubro. Quebec, 2008. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/cd/toindex/77_pdf/77-7kft-231.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2012.

COSGROVE, Denis, JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 15-32.

_____. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 33-60.

_____. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-123.

COSTA, Everaldo Batista da, SCARLATO, Francisco Capuano. Patrimônio da humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, Everaldo Batista da, BRUSADIN, Leandro Benedini, PIRES, Mario do Carmo. (Orgs.). **Valor patrimonial e turismo**: limiar entre história, território e poder. São Paulo: Outras expressões, 2012. p.103-136.

COUTO, Perla D., MARTINS, S. F. Revitalizações urbanas em espaços públicos: Tempos e funções distintas no Porto Velho da Cidade do Rio Grande/RS. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. n. 4. v.1. Jan/Jun. Barra das Garças, 2014. p. 1-13. Disponível em: <http://revistas.cua.ufmt.br/geoaraguaia/index.php/geo/article/view/78/78>. Acesso em: 23 dez. 2014.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, Ernesto de Mello Salles. Sambaquis do Litoral Carioca. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXVII. n. 1. Jan/Mar. Rio de Janeiro, 1965. p. 3-70. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201965%20v27_n1.pdf> Acesso em: 15 nov. 2014.

DAVIS, Peter. **Ecomuseums**: a sense of place. Leicester: Leicester University Press, 1999.

DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 91-132.

_____. Depois da guerra civil: reconstruindo a geografia cultural como heterotopia. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 61-84.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. Presidente Prudente: EdUNESP, 2003.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ECKERT, Cornelia. As variações "paisageiras" na cidade e os jogos da memória. **ILUMINURAS**. n. 20. v. 8. Porto Alegre. 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9294/5361>. Acesso em: 1 nov. 2011.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio**: Rio de Janeiro 1858/1945. Rio de Janeiro: Apicuri/Faperj, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FAIRCLOUGH, Norman. Michael Foucault e a análise do discurso. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social***.* Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 61-88.

_____. Teoria social do discurso*.* In: FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social***.* Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 89-132.

FEATHERSTONE, Mike (Org.). **O desmanche da cultura**: globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.

_____. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

_____. **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1990.

FELLICE, Massimo di. **Paisagens pós-urbanas**: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar. São Paulo: Annablume, 2009.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Ondas, cenas e microculturas juvenis. **PLURAL**. v.15. São Paulo: USP, 2008. p. 99-128. Disponível em: <www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/15/artigo_6_Plural_15.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2010.

FIGUEIREDO, Márcia Feijão de. Pós-fenomenologia e Ciência da Informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. **InCID**. v. 3. n.1. jan./jun. Ribeirão Preto, 2012. p. 21-35. Disponível em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/85>. Acesso em: 5 dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAG. Barbara. A trilogia das esferas de Peter Sloterdijk. **I Simpósio Internacional de Filosofia**: A Civilização contemporânea e a Filosofia. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filosofia e Instituto de Filosofia Oriental, 2010.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

FRIDMAN, Fania. Uma cidade nova no Rio de Janeiro. **Acervo**. n. 1. v. 22. jan/jun. Rio de Janeiro. 2009. p. 139-152. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/73/56>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. Os donos da terra carioca: alguns estudos de caso. **Anais da ANPUR**. v. 5. 1993. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1522>. Acesso em: 3 mar. 2014.

FRÓNT, Joan Nogué, RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTD, 1989.

GEIGER, Pedro Pinchas. Modo geográfico: visualização preliminar. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon, COELHO, Maria Célia Nunes, CORRÊA, Aureanice de Mello. **O Brasil, A América Latina e o mundo**: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE/FAPERJ, 2008. p. 66-76.

GIDDENS, Anthony, LASH, Scott, BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: EdUNESP, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EdUNESP, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GREGORY, Derek. Teoria social e geografia humana. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. (Orgs.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 90-123.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. **Eurozine**. 2008. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/article_2008-07-04-grosfoguel-pt.html> Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. La descolonización de la economía-política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tábula Rasa**. n. 4. Bogotá, 2006. p. 17-48. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600402>. Acesso em: 20 ago. 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **A produção da presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010.

_____. **Corpo e forma**: ensaios para uma crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

GUPTA, Akhil, FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto. (Org.). **O espaço da diferença**. São Paulo: Papirus, 2000. p. 30-49.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares**. n. 3. jan/jun 2010 Disponível em: <www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/download/.../360>. Acesso em: 3 mar. 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Apresentação à edição brasileira. In: MASSEY, Doreen. Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. v. 9. n. 17. 2007. Niterói. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>. Acesso em: 12 jun. 2009.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDHAL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 1992.

HARAWAY, Donna. Se nós nunca fomos humanos, o que fazer? **Ponto Urbe**. 2010. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao6-traducao>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. v. 5. 1995. Disponível em:

<www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 10 ago. 2011.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
HISSA, Cássio Viana. **Mobilidade das fronteiras**: Inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

IDHE, Don. Incorporando a matéria: fenomenologia e filosofia da tecnologia. **Política & Trabalho**. n. 21. João Pessoa. 2004. p. 19-30. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6549/4106>. Acesso em: 21 mai. 2014.

JACKSON, Peter. **Maps of meaning**. Londres: Cambridge University Press, 1989.
JUNIOR, Heitor Frugóli. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

KLEBA, Maria Elisabeth, WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**. n. 18. v. 4. out/dez. São Paulo. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000400016&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 abr. 2010.

LACOSTE, Yves. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1989.

LATOUR, Bruno. Paris, cidade invisível: O plasma. **Ponto Urbe**. s/d. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao5-traducao>. Acesso em: 20 fev. 2012.

LEE, R. Justicia territorial. In: JOHNSTON, Ron et al. **Diccionario de Geografía Humana**. Madri: Ediciones Akal, 2000.

LEITE, Carlos. Projetos urbanos: operando nas bordas. **Arquitextos**. Ano 4. Jan., 2004. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.044/618>. Acesso em: 23 dez. 2014.

LOPES, Nei. **Dicionário da Hinterlândia Carioca**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

MAIA, Carlos Alvarez. O “pós-social” e a linguagem: Representação ou constituição do mundo? **Cadernos do CNFL**. v.13. n. 4. 2009. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/tomo_2/o_pos_social_e_a_linguagem_representacao_ou_CARLOS.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MARCUS, George E. O que vem (logo) depois do “PÓS”: o caso da etnografia. **Revista de Antropologia**. n. 37. São Paulo, USP. 1994. p. 7-34.

_____. Identidades passadas, presentes e emergentes: Requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia**. n.34. São Paulo. USP, 1991. p. 197-221.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 159-188.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço & Cultura**. n. 13. Jan/Jun. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 35-46.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MONDADA, Lorenza, SÖDERSTRÖM, Öla. Do texto à interação: percurso através da geografia cultural contemporânea. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 133-156.
MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2006.

NORA, Pierre. Lugares de memória: a problemática dos lugares. **Estudos Históricos**. n. 10. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

NUNES, Margarete Fagundes, ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. **ILUMINURAS**. n. 23. v. 10. Porto Algre: UFGRS. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/viewFile/10075/5847> Data de acesso: 17 dez. 2014.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro. **Turismo Religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
OLIVEIRA, José Cláudio Alves. O Patrimônio Total: dos Museus Comunitários aos Ecomuseus. **Revista Museu**. 2007. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12673>. Acesso em: 02 out. 2012.

ORTIZ, Renato. Cultura e desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**. v. 1. n. 1. 2008. p. 122-128. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br> – Acesso em: 12 jan. 2012.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural**: Uma visão antropológica. Tenerife: Pasos, 2009. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

PERNIOLA, Mario. **Contra a comunicação**. São Leopoldo: Edunisinos, 2004.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O desencantamento do mundo**: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. n. 3. v. 2. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2013.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço & Cultura**. n. 27. jan/jun. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>. Acesso em: 7 mar. 2012.

PORTELA, José. A economia ou é solidária ou é fratricida. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. n. 84. 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/412>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PORTELLA, Fernando. **Engenharia Cultural**: Como transformar ideias e, projetos e projetos em realidade. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2012.

PRIOSTI, Odalice Miranda. Memória, Comunidade e Hibridação: Museologia da Libertação e estratégias de resistência. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: UNIRIO. 2010. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Teses/Tese9.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

PRYSTHON, Ângela. **Cosmopolitismos periféricos**: ensaios sobre modernidade, pós-modernidade e Estudos Culturais na América Latina. Recife: Bagaço, 2002.

RAFFESTIN, Claude. Entrevista. **Revista Formação**. n. 15. v. 1. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/1_raffestin.pdf> Data de acesso: 20 mai. 2010.

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Luis César de Queiroz. Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território. Texto independente. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/Segregacao_residencial_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2012.

RIO, Gisele Aquino Pires do. Território, instituições e superfícies de regulação. In: BICALHO, A. M. S. M, GOMES, Paulo César da Costa. **Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 27-44.

ROBERTSON, Roland. **Globalização**: teoria social e cultura global. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROSA, Alexandre Reis. A Imagina(organiza)ção surrealista: rompendo a gaiola de ferro dos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. n. 1. v. 6. Mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v6n1/v6n1a05> Data de acesso: 10 jan. 2015.

SÁ, Alcindo José de. Regionalização brasileira, cultura e identidade: algumas reflexões. In: SÁ, Alcindo José de, CORRÊA, A. C. B. **Regionalização e Análise Regional**: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: EDUFPE, 2006. p. 11-22.

SACK, Robert. **Homo Geographicus**. Nova York: John Hopkins University Press, 1997.

_____. **Human Territoriality**: it's theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHR, W. D. G. J., SAHR, W. D. Territórios-faxinais-espaço. A problemática "espaço/território" na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPÓSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 143-173.

SAMPAIO, Luiz Sérgio Coelho de. **A lógica da diferença**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SANTANA, Guilherme Alves de. et al. Análise do processo comunicacional de uma instituição museológica de Pernambuco. **MAST**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. v. 4. n. 1. 2011. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/142/156>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Expansão urbana, mercado imobiliário e conflitos de terra no Sertão Carioca (1940-1964). **CONFLUENZE**. n. 1. v. 4. Bologna. 2012. p. 263-281. Disponível em: <http://confluenze.unibo.it/article/view/3096/2482>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. A Cidade está Chegando: Expansão Urbana na Zona Rural do Rio de Janeiro. Revista Crítica Histórica. Ano II. n. 3. Julho. 2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/93/a_cidade_esta_chegando.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

SANTOS, Milton. **Da totalidade do lugar**. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, María Laura. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2002. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva & teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

S/A. Peter Sloterdijk, sem domicílio fixo. 2007. Disponível em: <http://brigadasinternacionais.blogspot.com.br/2007/09/peter-sloterdijksem-domcilio-fixo.html>. Acesso em: 05 ago. 2012.

SEABRA, Giovanni. **Turismo Sertanejo**. João Pessoa: EDUFPB, 2007.

SILVA, Claudia Feijó da. Do NOPH ao Ecomuseu de Santa Cruz: representações no jornal NOPH (1983-1990) e no jornal O QUARTEIRÃO (1993-2000). Rio de Janeiro, Brasil. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre: UFRGS. 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70602/000877772.pdf>. Acesso em: 5 out. 2014.

SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. **Política e Trabalho**. n. 12 p. 10-14, setembro, 1996. Disponível em: **<**http://www.oocities.org/collegepark/library/8429/12-simmel-1.html> Acessado em: 12 mar. 2010.

SLOTERDIJK, Peter. **Esferas II**. Madrid: Siruela, 2003.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Singularidades da educação na Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz. **Dissertação de Mestrado**. Niterói: UFF, 2005. Disponível em:
<http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/sinvaldo.n.s05.pdf>.
Acesso em: 12 jan. 2012.

_____. Colônia Agrícola Japonesa de Santa Cruz – Rio de Janeiro. Memória e universo rural. **X Encontro Regional de História**. UERJ. 2002. Disponível em: <http://famanet.br/include/ic_pdf/Souza%20Sinvaldo.pdf> Data de acesso: 12 jan. 2012.

TAILLARD, Christian. Diversidade de definições e diferenciação das práticas geográficas: contribuição para o debate sobre a cultura. Espaço & Cultura. Rio de Janeiro, n. 14. p. 23-32, jul-dez. 2002. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7475/5432>. Acesso em: 10 out. 2012.

TOMAZZONI, Edegar Luis. Análise do discurso turístico na Serra Gaúcha. **Em Questão**. v. 12. n. 2. jun/dez. Porto Alegre. 2006. p. 339-365. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/41>. Acesso em: 5 jun. 2011.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

THRIFT, Nigel. **Non-representation theory**: space, politics, affect. Londres: Routledge, 2008.

_____. **Spatial formations**. Londres: Sage, 1996.

_____. Visando o âmago da região. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham. (Orgs.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 215-247.

TOV, Isra Toledo. **Guia da periferia paciente**. Rio de Janeiro: Edital, 2013.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Campinas: UNICAMP, 2010.

URRY, John. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VAINER, Carlos. A lógica da 'cidade-empresa'. **Prosa & Verso**. O Globo. Edição 6 out. 2011. p. 4. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/o_globo_paulo_thiago.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

_____. Cidade de Exceção: reflexos a partir do Rio de Janeiro. **Fundação Heinrich Böll**. s/d. Disponível em: <http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2015.

VALENCIA, Doribel Herrador, RIERA, Enric Mendizábal, JUNCÀ, Martí Boada. Participatory Action Research Applied to the Management of Natural Areas: The Case Study of Cinquera in El Salvador. **Journal Of Latin American Geography**. n. 11. v. 1. p. 45-65. 2012.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro**: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. **O Tempo Social**: O desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um. Rio de Janeiro: Eça Ed., 1987.

VAZ, Lilian Fessler, SILVEIRA, Carmen Beatriz. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. **Revista Território**. Ano IV. n. 7. Jul./Dez. Rio de Janeiro, 1999. p. 51-66. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/07_5_vaz_silveira.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2011.

VELHO, Otávio. Comentários sobre um texto de Bruno Latour. **Mana**. n. 11. v. 1. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n1/25699.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma**: Notas etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WERLEN, Benno. **Society, action and Space**: an alternative Human Geography. Londres: Routledge, 1993.

WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WU, Jeffrey. The Philosophy os As-Is: The Ethics of Watsuji Tetsuro. **Stanford Journal of East Asian Affairs.** v. 1. 2001. Disponível em: **<**http://www.stanford.edu/group/sjeaa/journal1/japan2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

YÁZIGI, Eduardo. A Conceituação de Patrimônio ambiental Urbano em Países Emergentes. **GeoINova**. Revista do Departamento de Geografia e Planejamento Regional. n. 12. Lisboa. 2006.

ZANCHETI, Sílvio Mendes. A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do bairro do Recife. **Revista Econômica do Nordeste**. n. 1. v. 30. Jan./Mar. Recife, 1999. p. 8-24. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=110>. Acesso em: 23 dez. 2014.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-Vindo ao Deserto do Real**. São Paulo: Boitempo, 2006.